



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Marcelo Góes Tavares**

**DO TECER DA MEMÓRIA AO TECIDO DA HISTÓRIA:  
Operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho  
(Maceió, AL, 1943-1961)**

**RECIFE**

**2016**

**Marcelo Góes Tavares**

**DO TECER DA MEMÓRIA AO TECIDO DA HISTÓRIA:  
Operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho  
(Maceió, AL, 1943-1961)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – linha de pesquisa de Cultura e Memória –, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira.

**RECIFE  
2016**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

T231d Tavares, Marcelo Góes.  
Do tecer da memória ao tecido da história : operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho (Maceió, AL, 1943-1961) / Marcelo Góes Tavares. – 2016.  
309 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-graduação em História, 2016.  
Inclui Referências e anexos.

1. História. 2. Indústria têxtil – Brasil. 3. Indústria têxtil – História – Maceió (AL). 4. Trabalhadores têxteis. 5. Memória. 6. Política. 7. Trabalho. 8. Violência. I. Siqueira, Antônio Jorge (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-030)



**Marcelo Góes Tavares**

**“DO TECER DA MEMÓRIA AO TECIDO DA HISTÓRIA:  
Operários, trabalho e política na indústria têxtil em Fernão Velho  
(Maceió, AL, 1943-1961)”**

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor em História**.

Aprovada em: **07/06/2016**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Antônio Jorge de Siqueira  
**Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Beatriz Guimarães Neto  
**Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)**

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro  
**Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Angela Maria de Castro Gomes  
**Membro Titular Externo (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)**

Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida  
**Membro Titular Externo (Universidade Federal de Alagoas)**

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

**Dedico este trabalho...**

A Maria Celeste, minha avó, e Sônia Maria, minha mãe. Duas mulheres com histórias de vida e trabalho inspiradoras.

A Renata Soraia, minha amada e companheira.

Aos operários e operárias de Fernão Velho, trabalhadores brasileiros, pela generosidade em compartilhar suas vidas e histórias.

## AGRADECIMENTOS

Certa vez li em um texto de João Guimarães Rosa, que a vida é um mutirão de todos, por todos remexida e temperada. Assim, penso sobre uma parte de minha vida, em especial os anos de doutorado, os quais compartilhei com pessoas que contribuíram fundamentalmente para que pudesse ter êxito na escrita desta tese, a quem expresso meus agradecimentos.

A minha mãe, Sônia, e a minha avó, Maria Celeste, que sempre me ensinaram que o conhecimento é um patrimônio que poderei levar comigo para toda a vida, inclusive utilizando-o como meio para as conquistas que almejasse. Sempre apoiaram e confiaram em meus sonhos e desejos de formação intelectual e profissional.

A Renata Soraia, minha esposa, pelo apoio incondicional, sempre a meu lado no esforço de estudo, pesquisa e escrita durante o doutorado, assim como companheira inseparável de tantas outras passagens em minha vida.

A Gustavo e Juliana, meus irmãos e companheiros de tantas alegrias e superações.

Ao Prof. Jorge Siqueira, a orientação, a amizade, o respeito e a confiança, permitindo-me autonomia na escrita da tese. Suas orientações foram verdadeiras lições sobre o processo de escrita de histórias e sensibilidade para com o mundo.

Aos amigos e historiadores Helder Remígio, Marcio Ananias, Pablo Porfírio, e Tasso Brito, agradeço os debates sobre a história, o companheirismo, as leituras da tese, escuta, sugestões, hospedagens, momentos de riso e incontáveis cafés... e a Elizabeth Remígio, com toda a sua irreverência e alegria. Ajudaram a me reencontrar em Recife, cidade onde nasci. Amizades que julgo duradouras ao longo da vida.

À Profa. Regina Beatriz Guimarães Neto, a amizade e o afeto desde o momento da seleção do doutorado, além do aprendizado que me proporcionou, inspirando-me a uma narrativa historiográfica cheia de vida.

Ao Professor e amigo Antonio Torres Montenegro, as tantas conversas, seja em suas aulas, seja em momentos informais, que ensejavam provocações relevantes no exercício do ofício de historiador, contribuindo sempre na formulação de questões durante meu processo de pesquisa e escrita.

A Sandra e Patrícia, secretárias do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, agradeço toda a disponibilidade, paciência, irreverência e o afetuoso apoio durante todo o doutorado, também ajudando a transpor, sempre que possível, as dificuldades da distância entre Recife e Maceió.

Nos encontros na UFPE, eventos, cafés e momentos de descontração, às amigas Karlene Sayanne, Márcia Santos, Maria do Rosário, Bianca Souza, Patrícia Alcântara, Fernanda Karoline, Joana d’Arc, Juliana Andrade, Clarisse Pereira, e os amigos Erinaldo Cavalcanti, José Brito, Carlos Magno, Geovanni Cabral, Arthur Lira, Hugo Coelho, Humberto Miranda, Edson Silva... Cada um, de forma singular, permitiu diálogos e momentos de compartilhamento de saberes, experiências e afetos.

Em Alagoas, Ivo dos Santos Farias, de Fernão Velho, e Anderson Vieira, pelos diálogos e parcerias durante nossas pesquisas, inclusive compartilhando fontes. A Golbery Lessa, a generosidade, diálogo e indicação de fontes sobre a história das lutas políticas em Alagoas. A Daniela Santos, cujas tias são de Fernão Velho, permitindo-me conhecê-las para a realização de entrevistas. A Manuel Souza, o acesso a fontes da Justiça Federal. A Amaro Leite e Gilberto Ferreira que também compartilharam as aventuras da estrada nas idas e vindas de Maceió para a UFPE. Aos amigos Jorge Luiz Lopes e Ana Paula Lopes, a parceria quando também me apresentaram outras áreas e possibilidades de pesquisa, e mesmo após minha inserção no Doutorado em História, continuaram na torcida.

Na Unit-AL, meus agradecimentos a Flávio Pereira, Silmara Mendes, Cristiano Montenegro, Filipe Santana, e Carlos Daniel. Na Uneal – Campus III, aos professores Adelson Lopes, Francisca Neta e alunos de História, a acolhida e boa recepção de meus estudos e experiência no campo da História, colaborando também para a abertura de horizontes de pesquisa.

À Profa. Angela de Castro Gomes por sua disponibilidade e generosidade, desde a qualificação, em contribuir com suas reflexões e questões sobre minha tese. Do mesmo modo, ao Prof. Luiz Sávio de Almeida, a participação e o debate na defesa da tese.

A minhas tias Ana Margarida e Ester, a tio José Antônio, a meus sogros, José Marcos e Nezilda, minha cunhada Rosana Sarita, e meu pai Silvio. Lembro também os demais familiares e amigos que, de alguma forma, expressaram alegria com meu doutorado.

À Capes e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, o apoio financeiro, essencial à realização de meu doutorado e participação em eventos científicos para circulação de minha produção. A Maria Albuquerque, a paciência e o cuidadoso trabalho de revisão da tese.

A todos e todas, minha afetuosa gratidão!

## **O operário do mar.**

*Na rua passa um operário. Como vai firme! Não tem blusa. No conto, no drama, no discurso político, a dor do operário está na sua blusa azul, de pano grosso, nas mãos grossas, nos pés enormes, nos desconfortos enormes. Esse é um homem comum, apenas mais escuro que os outros, e com uma significação estranha no corpo, que carrega desígnios e segredos. Para onde vai ele, pisando assim tão firme? Não sei. A fábrica ficou lá atrás. Adiante é só o campo, com algumas árvores, o grande anúncio da gasolina americana e os fios, os fios, os fios. [...]*

*Único e precário agente de ligação entre nós, seu sorriso cada vez mais frio atravessa as grandes massas líquidas, choca-se contra as formações salinas, as fortalezas da costa, as medusas, atravessa tudo e vem beijar-me o rosto, trazer-me uma esperança de compreensão. Sim, quem sabe se um dia o compreenderei?*

(Carlos Drummond de Andrade.)

## RESUMO

Esta tese se propõe a narrar experiências e histórias do trabalho urbano, tomando como cenário a indústria têxtil e as vilas operárias na cidade de Maceió, estado de Alagoas/Brasil, no recorte temporal de 1943 a 1961, permitindo a transpor esta temporalidade para outros tempos e espaços. Nessa cidade existiram três fábricas com vilas operárias cujas sociabilidades lembradas e esquecidas expressam múltiplos aspectos da cultura operária brasileira no passado e, ao mesmo tempo, resguarda suas singularidades históricas em Alagoas. Entre essas fábricas, narra-se como objeto central nessa tese, a experiência do trabalho e da política de operários da Fábrica Carmen no bairro de Fernão Velho. Esta surgiu no século XIX como Companhia União Mercantil e, a partir de 1943, passou a pertencer ao Grupo Othon Bezerra de Melo, que detinha outros territórios fabris nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nas décadas de 1940 e 1950, a Fábrica Carmen e sua vila operária concentravam um dos maiores contingentes de operários em Alagoas, os quais reproduziam e atualizavam o trabalho fabril. Desse período, evidencia-se e analisa-se as múltiplas práticas culturais e cotidianas, entre as quais, formas de constituição de território fabril e gestão disciplinar do trabalho, táticas de resistência operária, e tensões políticas em torno da construção da cidadania. Nestas, a repressão, a violência, litígios judiciais, paralisação, greves e (re)apropriações de benefícios ofertados pela fábrica também se constituíram como práticas recorrentes no cotidiano das lutas sociais em Alagoas e no Brasil. Fernão Velho, que outrora foi um complexo e privado território fabril, é hoje um território de memórias de operários oriundos dos tempos de intensa produção, exploração, sobrevivência e resistência. Entre múltiplas memórias, utiliza-se relatos registrados por meio da metodologia da história oral, entrecruzando-as com outras memórias que também constituíram elementos de análise nessa tese, entre as quais: fotografias, atas de sindicato, jornais, processos trabalhistas, entre outras. Todas constituem fontes que possibilitam recuperar histórias do cotidiano, do território fabril, do poder, da política, das lutas por direitos e cidadania, da repressão e resistência, da violência, de processos de construção de pertencimentos a categorias sociais e constituição de sujeitos como operários. Possibilitam tecer tramas por entre experiências e memórias do labor fabril no ramo têxtil, assim como dimensões múltiplas da história do trabalho, da cidade, da cultura e ações políticas que configuram a condição humana no passado e no presente.

**Palavras-chave:** História. Memória. Política. Trabalho. Violência.

## ABSTRACT

This thesis proposes to narrate experiences and stories of urban work, taking as a backdrop the textile industry and workers' villages in the city of Maceió, Alagoas State / Brazil, in the period of 1943-1961, allowing distension of temporality through other times and spaces. In this city there were three factories with workers' villages whose remembered and forgotten sociabilities express multiple aspects of Brazilian labor culture in the past and at the same time, safeguard its historical singularities in Alagoas. Among these factories, recounts the experience of work and the politic in Carmen Factory in the Fernão Velho neighborhood. This emerged in the nineteenth century as Companhia União Mercantil and, from 1943, became part of the Group Othon Bezerra de Melo, who held other industrial areas in the Brazilian states of Pernambuco, Rio de Janeiro and Minas Gerais. In the 1940s and 1950s, Carmen Factory and its workers' village concentrated one of the largest contingents of workers in Alagoas, which reproduced and updated factory work. From this period, narrate to multiple cultural and everyday practices, including forms of industrial territory of constitution and disciplinary management of work, working resistance tactics, and political tensions around the construction of citizenship. In these, repression, violence, litigation, strikes and (re) appropriation of benefits offered by the factory also constituted as recurring practices in daily social struggles in Alagoas and Brazil. Fernão Velho, which was once a complex and private industrial area, is now a territory of workers coming memories from intense production times, exploration, survival and resistance. Among multiple memories are used accounts registered through the oral history methodology, crisscrossing them with other memories, including: photographs, union of minutes, newspapers, labor, among others. All are sources that make it possible to recover the everyday stories, the industrial area, power, politics, the struggle for rights and citizenship, repression and resistance, violence, affiliations building processes to social categories and constitution of people as workers. Possible weave plots through experiences and memories of the industrial labor in the textile industry, as well as multiple dimensions of work history, city, culture and political actions that shape the human condition in the past and present.

**Keywords:** History. Memory. Policy. Work. Violence

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa com localização do território fabril de Fernão Velho na cidade de Maceió.....	39
Figura 2 – Mapa de distribuição de fábricas têxteis em Alagoas, período 1857-1900.....	41
Figura 3 – Mapa da distribuição territorial das fábricas têxteis em Alagoas, período 1857-1949.....	56
Figura 4 – Fábrica Carmen: distribuição de salas e setores de produção nos tempos dos Othon.....	149
Figura 5 – Produção fabril em Fernão Velho nos tempos da Fábrica Carmen: do algodão ao fio, do fio ao tecido.....	152
Figura 6 – Representação das lançadeiras e seu movimento de entrelaçamento (urdimento e trama) de fios para produção do tecido.....	157
Figura 7 – Representação da incidência de comunistas nos sindicatos em Alagoas no início da década de 1950.....	177

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	–	Fernão Velho, Alagoas.....	42
Fotografia 2	–	Imagem de satélite com quadrante para abrangência de Fernão Velho.....	43
Fotografia 3	–	Solenidade na sala da Associação Comercial de Maceió.....	51
Fotografia 4	–	Rua do Comércio.....	53
Fotografia 5	–	Companhia União Mercantil: seção de máquina motora.....	63
Fotografia 6	–	Companhia União Mercantil, nova seção de tecelagem.....	71
Fotografia 7	–	Sequência de fotos publicadas em <i>Terra das Alagoas</i> .....	72
Fotografia 8	–	Companhia União Mercantil: operários em frente à Fábrica.....	75
Fotografia 9	–	Vista aérea da Fábrica Carmen e edificações vizinhas.....	90
Fotografia 10	–	Vista aérea da fábrica e edificações vizinhas: enquadramento da Praça São José.....	92
Fotografia 11	–	Imagem de satélite com quadrante para abrangência aproximada da Praça São José com cruzamento para a Igreja Católica São José e extensão da Rua Dr. Pontes de Miranda....	93
Fotografia 12	–	Vista da Vila Operária em Fernão Velho: rua com chalés para antigos diretores e técnicos, e atual Assembleia de Deus no local da antiga Escola São José.....	94
Fotografia 13	–	Colégio São José em Fernão Velho.....	108
Fotografia 14	–	Prova para admissão ao Ginásio Santa Luzia.....	119
Fotografia 15	–	Companhia União Mercantil: Açude Barão de Jaraguá.....	128
Fotografia 16	–	Catadores e vendedores de sururu.....	130
Fotografia 17	–	Catadores de sururu.....	131
Fotografia 18	–	Cineteatro São José em Fernão Velho.....	133
Fotografia 19	–	Companhia União Mercantil: Avenida Teixeira Machado, linha férrea e conjunto de casas operárias.....	134
Fotografia 20	–	Bloco Ferruge e mela-mela em Fernão Velho .....	143
Fotografia 21	–	Passagem do Bloco Ferruge em Fernão Velho .....	144
Fotografia 22	–	Fábrica Carmen após ampliação nos tempos dos Othon.....	151

Fotografia 23 – Operários na seção de tecelagem em Fernão Velho.....	156
Fotografia 24 – Brincadeira de foliões fantasiados: luta entre policial e operário.....	260
Fotografia 25 – Operário José Ferreira da Silva após espancamento.....	262
Fotografia 26 – Capa do Jornal A Voz do Povo, edição de 23 nov. 1958.....	263

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANL	Aliança Nacional Libertadora
APA	Arquivo Público de Alagoas
CETEX	Comissão Executiva Têxtil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTB	Confederação dos Trabalhadores do Brasil
DOPS	Delegacias de Ordem Política e Social
DOPSE	Departamento de Ordem Política, Social e Econômica
DOPSIC	Delegacia de Ordem Política e Social, Investigações e Captura
DRFIC	Delegacia de Roubos, Furtos, Investigações e Capturas
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IHGAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPASEAL	Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado de Alagoas
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
JCJ	Junta de Conciliação e Julgamento
MISA	Museu da Imagem e do Som de Alagoas
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PR	Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>PARTE 1 – FERNÃO VELHO, TERRITÓRIO FABRIL</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO 1 – NOS TEMPOS DA COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL.....</b>	<b>37</b>
<b>1.1 Representações sobre o território “Fernão Velho” na cidade de Maceió....</b>	<b>38</b>
<b>1.2 Nos tempos da Companhia União Mercantil: entre gestões e negócios, a constituição privada do território fabril.....</b>	<b>45</b>
1.2.1 A gestão do Grupo Machado (1891-1938).....	50
1.2.2 A breve gestão do Grupo Leão, 1938-1943.....	68
<b>1.3 O empreendimento fabril Companhia União Mercantil.....</b>	<b>70</b>
<b>CAPÍTULO 2 – NOS TEMPOS DA FÁBRICA CARMEN.....</b>	<b>74</b>
<b>2.1 A gestão do Grupo Othon (1943-1996) e os tempos da Fábrica Carmen....</b>	<b>77</b>
<b>2.2 Fernão Velho: território fabril e disciplinar.....</b>	<b>87</b>
<b>2.3 Em meio à fantasmagoria, possibilidades para uma história em aberto</b>	<b>100</b>
<b>PARTE 2 – FERNÃO VELHO, VILA OPERÁRIA: CULTURA, SOCIABILIDADES E TRABALHO</b>	<b>102</b>
<b>CAPÍTULO 3 – NO FRENESI DE UMA VILA OPERÁRIA.....</b>	<b>103</b>
<b>3.1 Nos labirintos da memória: cenas febris.....</b>	<b>106</b>
3.1.1 Do Colégio São José às escolas da vida: aprendizagens.....	107
3.1.2 A profilaxia dos desejos, a constituição das famílias operárias e a questão da natalidade.....	120
3.1.3 Nas águas da Vila: abastecimento, banhos e pesca.....	128
3.1.4 O cinema, os festejos e outras práticas.....	132
<b>CAPÍTULO 4 – OPERÁRIOS TÊXTEIS E COMUNISTAS NA TESSITURA DO TRABALHO.....</b>	<b>146</b>
<b>4.1 Produção têxtil e corpo produtivo em meio às máquinas.....</b>	<b>147</b>
<b>4.2 Organizações operárias e a vida incerta no rés do chão da fábrica.....</b>	<b>158</b>
<b>4.3 Os comunistas e o mundo fabril em Alagoas.....</b>	<b>172</b>
4.3.1 Do trabalho e vida incerta às tessituras das lutas políticas.....	178

<b>PARTE 3 – LUTAS POLÍTICAS</b>	184
<b>CAPÍTULO 5 – A JUDICIALIZAÇÃO DAS LUTAS POLÍTICAS.....</b>	185
<b>5.1 O governo Arnon de Mello (1951-1956): subterfúgios para a pacificação social.....</b>	189
5.1.1 Mapeando a cultura política, demarcando posições.....	189
5.1.2 Arnon de Mello “em nome da pacificação social”.....	193
5.1.3 “Império da violência e governo policial?”.....	196
<b>5.2 A Justiça do Trabalho entra em cena.....</b>	199
<b>5.3 A judicialização das lutas políticas.....</b>	202
5.3.1 A busca por novas provas de subversão e o revés da defesa.....	205
5.3.2 Rumo à segunda instância: jogos discursivos entre os operadores do Direito...	215
<b>5.4 Do campo jurídico ao retorno às lutas políticas.....</b>	219
<b>CAPÍTULO 6 – ELEIÇÕES E DISPUTAS SINDICAIS: OS OPERÁRIOS TÊXTEIS NA PELEJA CONTRA “OS LEÕES COM AS TRIPAS FORRA” (1953-1961).....</b>	223
<b>6.1 Entre getulismo e trabalhismo: do carisma aos ensejos de mudanças.....</b>	224
<b>6.2 “Uma guerra de nervos”: os operários e a crise política.....</b>	227
<b>6.3 Na Praça dos Martírios, o clamor por mudanças.....</b>	232
<b>6.4 O povo em busca das soluções para seus problemas.....</b>	235
6.4.1 A luta contra os “leões com as tripas forra”.....	236
6.4.2 Operários na peleja contra a “chibata” patronal.....	245
<b>6.5 Nos tempos do governo Muniz Falcão (1956-1961).....</b>	248
6.5.1 O novo salário mínimo em pauta.....	251
6.5.2 A cidade e a população em situação de calamidade.....	254
6.5.3 O <i>impeachment</i> de Muniz Falcão e reviravolta política.....	255
<b>6.6 Violência, política e cidadania entre avanços e recuos.....</b>	258
6.6.1 As disputas internas nos sindicatos têxteis.....	266
<b>6.7 Memórias operárias e esquecimento dos tempos de Muniz: redenção do passado?.....</b>	269
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS OU UMA HISTÓRIA EM ABERTO... ..</b>	272
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	280
<b>FONTES DOCUMENTAIS.....</b>	293
<b>GLOSSÁRIO.....</b>	305

## APRESENTAÇÃO

Era uma tarde de quarta-feira do ano de 2006, quando uma aluna de arquitetura me procurou para buscar orientações sobre seu trabalho de conclusão de curso. Ela desejava saber sobre uma vila operária na cidade de Maceió, para então analisar as tipologias das casas lá existentes. Fiquei surpreso. Até então, minha formação como professor de história em Alagoas havia-me apresentado apenas a primazia do açúcar como em grande medida, até hoje, o estado é reconhecido. Porém, lembrando-me das lições do mestrado sobre o ofício de narrar o passado, percebi que o então pouco conhecido poderia também expressar as disputas das memórias e histórias em Alagoas.

Deixei-me, então, levar pela possibilidade da redescoberta, como o ato de navegarmos um rio aparentemente conhecido, mas que sempre guarda surpresas em suas águas, correntezas e margens. Assim, percebia a história de Alagoas naquele momento. Fomos conhecer Fernão Velho.

Propus ir de trem, pois soube que a linha férrea ainda passava pela vila operária. Saímos da estação principal no bairro do Centro, passamos por outros lugares da capital alagoana: Mercado, Bebedouro, a margem lagunar... Nessas passagens reconheci outra cidade diferente dos postais que representavam Maceió com suas praias e piscinas naturais cujas águas e cores se assemelham ao mar do Caribe. Percebi fachadas de casas e prédios cuja arquitetura expressavam as marcas construtivas da primeira metade do século XX. Percebi um trânsito nos caminhos da cidade onde se misturavam os barulhos de carros, carroças, e trens que apitavam pedindo passagem. Conheci, inclusive, outro ritmo da vida urbana em Maceió, que, apesar de já ser o século XXI, era também demarcado pelos apitos do trem ao chegar e sair em cada estação até Fernão Velho. Talvez um ritmo que se assemelhasse mais ao cotidiano das primeiras décadas do século XX, mas, certamente, um ritmo que lembrava esse passado.

Em cada estação de trem onde parava, observava o comércio local com pessoas entrando e saindo do trem carregando mercadorias. Portavam pacotes enormes de balas e pipocas, até galinhas, balaios com peixes e verduras, sacolas de compras, entre outros. Os cheiros exalavam no trem, somando-se ao seu barulho nos trilhos e à atmosfera que vinha do lado de fora. Como usuários do trem, percebi também a presença de pessoas que nas suas diferenças, compartilhavam a situação de serem todos trabalhadores.

Chegando a Fernão Velho, logo deparei com a Fábrica Carmen e, por detrás dela, um alto morro coberto por uma vegetação remanescente de mata atlântica. Nas suas adjacências,

um vasto conjunto de casas. Algumas padronizadas, outras aparentavam já ter sofrido alguma reforma nas suas fachadas. Percebi também que havia prédios suntuosos que se destacavam daquelas mais simples e menores. Ao perambular pelo bairro,<sup>1</sup> a aluna de arquitetura logo esboçava empolgação, registrava fotos das fachadas, rascunhava alguns croquis como parte relevante de seu processo de pesquisa.

Enquanto isso me questionava sobre o quanto tudo aquilo, até então, ainda era desconhecido para mim e talvez na historiografia alagoana. O que, por si só, já justificaria uma pesquisa em História. Ouvi os barulhos das máquinas que vinham da Fábrica. Comecei a perguntar às pessoas daquela localidade sobre histórias, datas, entre outras informações. Conheci uma igreja nomeada “São José”, o santo dos operários e o protetor das famílias. Indaguei-me como era uma família operária, suas histórias, visão de mundo...

Fernão Velho apresentava-se para mim como um bairro com dinâmica social e cotidiana diferenciada do restante da cidade. Tentava registrar tudo, escrevendo em um pequeno caderno, porém registros inicialmente aleatórios. Buscaria posteriormente um sentido para aquele território, procurava saber que lugar tudo aquilo ocupava na História e Historiografia de Alagoas e do Brasil.

Nesse “transitar” pela cidade de Maceió, que me levou até Fernão Velho e a Fábrica Carmen, inicialmente pela provocação de uma aluna, é que deparei com a possibilidade de pesquisar sobre a temática do trabalho na indústria têxtil em Alagoas.

Pesquisei inicialmente no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Descobri que a Fábrica Carmen pertencia ao Grupo Othon Lynch Bezerra de Mello. Era uma fábrica de fiação e tecidos onde se sucedera várias gerações de trabalhadores. Era um território centenário formado por uma fábrica e vila operária.

Esse estudo inicial me possibilitou orientar dois projetos de iniciação científica entre 2007 e 2009, com a colaboração de alunas de Serviço Social. Pesquisávamos sobre o trabalho operário no Brasil e Alagoas, e de que maneira as histórias em Fernão Velho se constituíam referência de identidades para seus operários. Posteriormente, dialoguei com moradores de Fernão Velho que trabalharam na Fábrica Carmen, no intuito de verificar a viabilidade da realização de entrevistas com uso da metodologia da história oral. Foi nesse estudo que comecei a mapear algumas fontes documentais e, ao mesmo tempo, apropriar-me de uma

---

<sup>1</sup> A categoria histórica “bairro”, como sugere o historiador Pierre Mayol, “surge como domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele a pé [...]. É o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público [...]. MAYOL, Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a. v. 2. p. 41.

historiografia sobre o trabalho no Brasil. Porém, esta, em grande parte, era marcada por análises que tinham como tendência, modelos explicativos partindo das experiências fabris e operárias da Primeira República na região Sudeste, em especial, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Esses modelos tomavam essas experiências como generalizantes para a industrialização e formação operária no Brasil. Deparei-me também com uma vasta historiografia marxista, que embora fosse e seja relevante, naquele momento não atendia plenamente ao meu anseio por uma abordagem sobre a cultura, a memória, os aspectos simbólicos e o patrimônio histórico-cultural naquela vila operária. Desejava outra história do trabalho que não ficasse restrita à análise da categoria “classe” na sua relação com a dicotomia Capital X Trabalho, apesar de reconhecer sua importância e contribuição para a historiografia no Brasil.

Para o historiador Mike Savage<sup>2</sup>, a vida operária não se apoia somente no processo de trabalho como único eixo para compreensão do que se designa classe social. Abre-se a possibilidade de análise da insegurança estrutural vivida pelos trabalhadores e que se configura pela retirada dos meios de subsistência destes, constringendo-os e levando-os ao uso de diferentes táticas para lidar com as incertezas e agruras da vida. Essa insegurança se torna também um elo que une e iguala trabalhadores de diferentes atividades e condições sociais. Destaca ser relevante considerar as estratégias de vida atualizadas, sejam nos bairros urbanos, nas vilas operárias ou dentro dos próprios lares dos trabalhadores, quanto também no processo de trabalho em si.

Ao reconhecermos esta premissa problematizada por Savage, podemos questionar sobre os limites do conceito de classe como modelo de análise sobre o mundo do trabalho, suscitando diferentes métodos. O que torna pertinente o uso de outros paradigmas sobre a história social do trabalho, possibilitando análises que vão além do estudo das “senzalas e fábricas” conforme sugeriu os historiadores Antonio Luigi Negro e Flavio Gomes<sup>3</sup>. Ou seja, um paradigma de análise no qual a emancipação dos trabalhadores seja obra de seu próprio protagonismo social, quebrando o engessamento e uniformização que o conceito de classe possa sugerir. Para isso, é necessário reconhecer a heterogeneidade de profissionais e sujeitos que compõem aquilo que se quer reconhecer como um grupo social distinto, assim como a presença de múltiplas ideologias e interesses, complexas formas de coesão social dentro ou

---

<sup>2</sup> SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H.M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004. (p.25-48).

<sup>3</sup> NEGRO, Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas. Uma história social do trabalho. In: *Revista Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. v.18, n.1. São Paulo: USP, 2006.

fora das instituições de representação de classe, e as variadas formas de luta e resistência na experiência operária.

Interessava-me analisar em Fernão Velho (com sua Fábrica Carmen, Vila Operária e seus operários), experiências de caráter local e também nacional, assim como o entrelaçamento das experiências de sujeitos e suas relações sociais, o protagonismo e a sofisticação dos trabalhadores na produção de sua própria cultura e história, bem como a dinâmica política imersa em uma sociedade em conflito pela cidadania e direitos. O operário surge na resistência aos ferros, às máquinas e fábrica. Não é necessariamente somente o resultado do progresso capitalista que o identifica por suas atividades laborais. E do mesmo modo, esse trabalhador – operário - que vive do trabalho, também se faz trabalhador nas suas relações de vizinhança, nas suas festas, na sua formação educacional e familiar, na sua religiosidade, práticas de lazer, entre tantas outras práticas de seu cotidiano.

Nesse ensejo e interesse, elaborei o projeto de tese para doutoramento, que em 2011 foi aprovado na linha de Cultura e Memória do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Somava-se, desse modo, de forma institucionalizada no campo da história, ao esforço de renovação da historiografia sobre o trabalho no Brasil e Alagoas.

Na primeira década do século XXI, diversos estudos sobre o trabalho operário em Alagoas já ganhavam fôlego. Entre esses, destaco o trabalho realizado por Golbery Lessa, no qual questiona a primazia do açúcar como explicação hegemônica para Alagoas.<sup>4</sup> Sua crítica aponta outras possibilidades de história para se pensar o estado. Toma como objeto central de análise, a indústria têxtil, o operariado fabril, os movimentos sociais urbanos e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sustenta que, em Alagoas, até a década de 1960, havia uma disputa entre projetos de sociedade, um voltado à modernização e industrialização, outro vinculado aos interesses conservadores dos segmentos açucareiros. A afirmação hegemônica de uma interpretação historiográfica que evidencie, em maior ou menor vulto, uma ou outra possibilidade econômica também fortaleceria os projetos políticos. Com o golpe civil-militar de 1964 e o declínio da produção têxtil no estado, o açúcar assumiu lugar hegemônico, não somente nas pautas políticas, mas também nas representações historiográficas.

Reconheço que a história, nesse sentido, é um campo de disputa de memórias e projetos de sociedade, e, como historiador, dialogo com essa perspectiva, enveredando nos estudos sobre a cultura política, memórias sobre o trabalho e cotidiano nas vilas operárias de

---

<sup>4</sup> LESSA, Golbery Luiz. *Trama da memória, urdidura do tempo: ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos*. Maceió: Uncisal, 2008. Mimeografado.

Alagoas, sobretudo a experiência têxtil e operária em Fernão Velho. Experiências, esclareço, no sentido benjaminiano, que dispõe lições sobre o passado e o presente.<sup>5</sup> Estas, quando narradas, transmitem um saber sem dar explicações definitivas, e “convida o leitor a refletir sobre o sentido de uma vida”.<sup>6</sup> Ao mesmo tempo, permite-nos a compreensão de uma cultura operária, visto que nos oportuniza, “a capacidade de entrar em relações com o outro sob diversas formas”.<sup>7</sup> Desse modo, sou partidário da transformação da memória em instrumento político, que, segundo a filósofa Jeanne Marie Gagnebin, deve – a memória – converter-se “em meio de iluminação recíproca entre um passado – até aí esquecido – e um presente concebido como limiar possível de uma transformação existencial, individual ou coletiva, mas também estética e/ou política”.<sup>8</sup>

Assim, no esforço dessa renovação historiográfica, são também relevantes os trabalhos dos historiadores e professores no curso de História da Universidade Federal de Alagoas, José Alberto Saldanha de Oliveira e Oswaldo Maciel. Ambos se dedicam à história republicana no Brasil.

O primeiro possui estudos sobre o movimento estudantil durante o regime civil-militar<sup>9</sup> e as lutas políticas. Alias, é um tema de difícil trato historiográfico no estado, seja pelas dificuldades de acesso às poucas fontes existentes nos arquivos alagoanos, seja mesmo pela resistência de grupos conservadores que ainda atuam no cenário político e exercem influências nos acervos e centros de memória no estado. É um período ainda pouco explorado pelos historiadores alagoanos. Mesmo assim, como desdobramento de seus interesses na pesquisa sobre as lutas políticas em Alagoas, organizou um livro denominado *A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*, reunindo a produção de jovens historiadores com artigos resultantes de estudos e pesquisas sobre operários e comunistas no estado, realizados entre 2005 e 2012.

Já Oswaldo Maciel, com seus estudos sobre o mundo do trabalho, recupera o cotidiano e o trabalho em Maceió durante a Primeira República (1889-1930). Analisa o protagonismo

---

<sup>5</sup> BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza (1933). In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 114-119. (Obras Escolhidas, v. 1). Disponível em: <[https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin\\_Walter\\_Obras\\_escolhidas\\_1.pdf](https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2015.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov (1936). In: BENJAMINI, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221. (Obras Escolhidas). p. 213.

<sup>7</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2009. p 21.

<sup>8</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Ed. 34, 2014. p. 242.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano*. Maceió: Sergasa, 1994.

de operários e tipógrafos na capital alagoana<sup>10</sup>, destacando sujeitos protagonistas que atuaram na organização de associações de classe e circulação de periódicos com uma pauta política que se aproximava aos interesses dos trabalhadores na capital, fomentando uma imprensa operária. Em outro trabalho, sua tese de doutorado<sup>11</sup>, manteve o foco na análise sobre organizações de classe em Maceió, nesse caso, a experiência mutualista de caixeiros que atuavam nas atividades comerciais da cidade. Embora tome como objeto central a organização mutualista dos caixeiros, não se furtou de ampliar suas reflexões historiográficas, traçando um panorama do que seria a prática do mutualismo dos trabalhadores na capital alagoana durante o período de 1879 a 1917, portanto, abrangendo o fim do Império e as primeiras décadas da República. Nesta tese, além da própria organização de classe, abordou as disputas internas nessas associações, suas experiências educacionais, formulações ideológicas, e as tensões sociais produzidas quando encampavam lutas por direitos, a exemplo das pressões pela regulamentação da jornada de trabalho. Suas pesquisas e atuação como docente na Universidade Federal de Alagoas – UFAL fortaleceu a prática e abertura de um outro campo de estudo na historiografia alagoana, sobretudo o trabalho no período republicano, o que motivou, inclusive, a realização de novos trabalhos de conclusão de curso e dissertações no campo da história.

Alguns jovens historiadores seguiram essas trilhas. Realizaram pesquisas em diferentes espaços institucionais de saber. Na maioria, direcionaram seus esforços historiográficos para um recente campo de estudo em Alagoas, nesse caso, o trabalho e as lutas políticas no período republicano brasileiro. São trabalhos que resultaram na realização de mapeamento dos comunistas<sup>12</sup>, que discutiram as formas de organização sindical e repressão contra operários têxteis<sup>13</sup>, analisaram a dominação patronal e capitalista sobre os operários e formas de resistência em Fernão Velho<sup>14</sup>, recuperaram a história do integralismo

---

<sup>10</sup> MACIEL, Oswaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió, 1895-1905*. Maceió: Edufal, 2009.

<sup>11</sup> MACIEL, Oswaldo Batista Acioly. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

<sup>12</sup> MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas, 1951-1961*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

<sup>13</sup> MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica, 1951-1964*. 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

<sup>14</sup> FARIAS, Ivo dos Santos. *Nossa casa é do patrão: dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho, Maceió, AL*. Curitiba: Appris, 2014.

no estado<sup>15</sup>, debateram o golpe civil-militar em Alagoas<sup>16</sup>, enfim, historicizaram as tensões políticas no Brasil e Alagoas durante o período democrático.

No geral, são trabalhos que embora tratem de singularidades, afastam-se de perspectivas de estudos regionalistas, o que julgo pertinente. Conectam sua produção com uma historiografia que circula em um circuito mais amplo, a exemplo de pós-graduações em universidades e associações na área de história. Expressam a História do Brasil em Alagoas. Possibilitam aquilo que Heinhart Koselleck designou como singular coletivo, ou seja, um sistema que engloba e unifica as histórias singulares, permitindo que a história se converta em um conceito reflexivo na qual é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de si mesma.<sup>17</sup>

Contudo, há de se fazer uma ressalva. Essa tentativa de renovação temática e abordagem historiográfica não é pioneirismo dos historiadores no século XXI. Não há uma reinvenção da roda historiográfica em Alagoas. Na década de 1990, as pesquisas do historiador Douglas Tenório Apratto enveredaram na temática da história política de Alagoas, contribuindo com estudos sobre as oligarquias alagoanas, em especial, seu livro *A tragédia do populismo*. Neste, recupera os embates políticos da década de 1950 e que culminaram no *impeachment* de Muniz Falcão,<sup>18</sup> um governador que se identificava bastante com os ideais de reformas sociais, aproximando-se dos discursos e práticas trabalhistas no Brasil. No tempo presente desta produção historiográfica, a década de 1990, Alagoas vivenciava uma reorganização produtiva do açúcar, calote de usineiros nas dívidas com o Estado, aumento da concentração de renda, fechamento de usinas devastando economicamente diversos municípios reféns desse segmento produtivo.

Do mesmo modo, a produção do Prof. Sávio de Almeida sobre o poder, operários e comunistas em Alagoas.<sup>19</sup> Um estudo pioneiro no estado que já apontava outra possibilidade historiográfica, enveredando para o mundo do trabalho urbano, as greves, o protagonismo das mulheres, operários e comunistas.

---

<sup>15</sup> NERI, Gustavo Bruno Costa. *A ação integralista brasileira em terras alagoanas, 1930-1937*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

<sup>16</sup> COSTA, Rodrigo José da. *O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais, 1961-1964*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

<sup>17</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós Iberica, 2001.

<sup>18</sup> TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão*. 2. ed. Maceió: Edufal, 2007.

<sup>19</sup> ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Crônicas alagoanas: notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. 2. ed. Maceió: Edufal, 2013. v. 2.

Além desses trabalhos em Alagoas, ressalto a relevância da produção de outros historiadores e pesquisadores de diferentes áreas, cujas leituras e reflexões foram imprescindíveis para a escrita desta tese.

A historiadora Angela de Castro Gomes possui uma vasta obra sobre a relação entre trabalhadores e política. Em especial, destaco *A invenção do trabalhismo*,<sup>20</sup> na qual se debruça sobre a análise da política trabalhista e a construção da imagem de Getúlio Vargas entre os trabalhadores. Nesta obra, ressalta que a compreensão sobre o alcance da política trabalhista não se expressava apenas em sua lógica material, como as leis do trabalho, o salário mínimo, entre outros. Mas também em sua lógica simbólica, a qual representava conquistas e o próprio protagonismo dos trabalhadores, que desde a Primeira República, já encampavam lutas por direitos e melhores condições de vida. Nesse sentido, Getúlio Vargas ao perceber o protagonismo e inserção dos trabalhadores na cena política reivindicando demandas, teria se construído como um estadista que outorgava direitos, apropriando-se da fala dos trabalhadores. Já em *Cidadania e direitos do trabalho*,<sup>21</sup> a historiadora percorre historicamente a construção das leis do trabalho no Brasil como um fator preponderante para compreensão da própria cidadania. Análise essa, que pode ser ampliada na obra que organizou conjuntamente com o historiador Fernando Teixeira da Silva, sob o título de *A justiça do trabalho e sua história*.<sup>22</sup> A justiça do trabalho e a própria legislação trabalhista no Brasil atenderiam não apenas as possibilidades de arbítrio nos conflitos entre trabalhadores e patrões, mas também a questões de ordem econômica, política e humanitárias, apontando para compreensão da questão social em nosso país.

Ainda sobre o trabalhismo no Brasil, é relevante destacar a obra *O imaginário trabalhista*<sup>23</sup> do historiador Jorge Ferreira. Nesta, recupera a dinâmica política do período democrático brasileiro (1945-1964) como condição básica para compreensão do processo de construção de direitos e da cidadania, da representação e participação política dos trabalhadores, das disputas políticas, da aproximação do Estado com sindicatos e lideranças populares, assim como a própria configuração histórica que possibilitou a delimitação de grupos de esquerda no Brasil. Sobre esse último, pode-se ampliar a análise com as obras

---

<sup>20</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

<sup>21</sup> GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

<sup>22</sup> GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Orgs.). *A justiça do trabalho e sua história*. Campinas, SP: Ed.da Unicamp, 2013.

<sup>23</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

publicadas da coleção *As esquerdas no Brasil*,<sup>24</sup> organizada pelo próprio Jorge Ferreira em conjunto com Daniel Aarão Reis. É uma obra dividida em três volumes e que percorre o recorte temporal que vai desde o ano de 1889 – A Proclamação da República –, até o início do século XXI em nosso país. Os textos nela publicados, abrangem análises sobre partidos, organizações e frentes políticas, trajetórias de intelectuais e lideranças populares. E do mesmo modo, reconhece dentro daquilo que historicamente designam como esquerda, a existência de diferentes orientações políticas e ideológicas. Daí a proposta de se pensar as esquerdas de forma plural e multifacetada no Brasil.

Ainda sobre os estudos que trouxeram um trato historiográfico diferenciado sobre a história do trabalho e dos trabalhadores, reconheço a relevância da produção do historiador Sidney Chalhoub. Sua escrita destaca sobretudo o protagonismo de sujeitos com suas práticas sociais e reconhece a multiplicidade das formas de resistência na sociedade escravista brasileira do século XIX<sup>25</sup>. Analisa também aspectos de uma história social voltada para o amor, tensões entre indivíduos, brigas de botequins, diversidade de grupos étnicos e nacionalidades, o cotidiano e as formas de sociabilidade no Rio de Janeiro da *Belle Époque*.<sup>26</sup> São obras que inovam na análise, no trato metodológico das fontes, e na narrativa.

Inovações que não ficam restritos ao campo do historiador. É o caso das obras do antropólogo José Sérgio Leite Lopes. Sua análise sobre o trabalho transita entre o campo etnográfico e historiográfico, atribuindo expressiva inteligibilidade às condições de vida e trabalho aos operários de usinas de açúcar e fábricas têxteis em Pernambuco. Inovou ao utilizar categorias de análises marxistas associadas às suas práticas antropológicas.

Em *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*<sup>27</sup>, privilegia as diferenças internas que encontrou entre um grupo de trabalhadores de usina no início da década de 1970, e cujo reconhecimento aparece nesta obra como condição necessária para compreensão do desenvolvimento de uma consciência de classe. Sua análise tangencia questões teóricas no tocante às contradições concretas vividas por esses operários do açúcar, mas também recupera com profundidade o cotidiano, inclusive o processo produtivo que abrange o fabrico do açúcar.

<sup>24</sup> FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Vols. 1, 2, 3. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

<sup>25</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>26</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 3.ed. Campinas, SP: Ed.da Unicamp, 2012.

<sup>27</sup> LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo. O trabalho dos operários do açúcar*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Já no livro *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*<sup>28</sup>, publicado em 1988, privilegia os operários têxteis da Fábrica Paulista também em Pernambuco. Trata-se de um denso livro sobre os conflitos em uma cidade industrial que era propriedade da Companhia de Tecidos Paulista. Neste livro, operacionaliza a noção de fábrica com vila operária como um sistema de dominação de operários com o uso de diferentes recursos, desde as casas para moradia, como também a oferta de serviços de saúde, educação, entre tantos outros. A Companhia Paulista com essa sua forma de gestão da vida e do trabalho operária, criou um verdadeiro governo local, cuja força produzia efeitos na vida pública e privada, na fábrica e vila operária, mas também entre as famílias operárias. Aliás, foi um modelo de organização produtiva e fabril bastante expressiva nas fábricas têxteis, sendo muito utilizado no Brasil desde o século XIX até pouco mais de meados do século XX. E que perdeu proeminência a partir da década de 1960, cedendo para outras formas de organização e gestão do trabalho e da produção.

Em ambas as obras, utiliza variadas fontes, ganhando destaque entrevistas contendo relatos de memórias de trabalhadores. Por meio destas, recupera e analisa o trabalho, a vida, a violência, a hostilidade, a família, entre tantos outros aspectos presentes na usina, fábrica e vila operária, todos objetos de seus estudos. São obras obrigatórias para qualquer historiador que se aventure pela história social do trabalho.

De igual relevância sobre o estudo do trabalho e as vilas operárias, destaco o livro de Margareth Rago, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*.<sup>29</sup> Uma obra que me permitiu reconhecer as fábricas e vilas operárias como uma tecnologia de poder e de disciplinarização que não ficavam restritos apenas ao espaço da produção fabril. A exemplo do sistema paulista analisado por José Sérgio Leite Lopes, essa disciplina fabril abrangia outros aspectos da vida dos operários, como o lar, a sexualidade, a infância, e a habitação. Uma obra que aponta inovações metodológicas para a história social e cultural do trabalho, e que se afastando de uma historiografia marxista, opera uma análise foucaultiana cujo eixo central acentua as relações de poder e o significado da ação disciplinar no cotidiano e nas sociabilidades dos trabalhadores. O que não anula necessariamente as reflexões de cunho marxistas, em especial, a renovação historiográfica a partir da influência dos estudos de E. P. Thompson na historiografia do trabalho no Brasil. Reconhece que os processos disciplinares também constituem a experiência de classe e de um fazer-se operário, sobretudo quando

---

<sup>28</sup> LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem do conflito de classes na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB, 1988a.

<sup>29</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

evidenciamos que toda disciplina ocorre simultaneamente às resistências. Inclusive, o operário pode, em meio à sua formação de classe, apropriar-se daquilo que se pressupõe discipliná-lo, seja por meio dos benefícios que a fábrica possa lhe oferecer, seja também pelas agências de poder público, abrindo oportunidades para negociação e reconhecimento de direitos.

Aliás, a compreensão da simultaneidade, e até mesmo auto-correspondência entre disciplina e resistência, é um caminho analítico bastante discutido e operacionalizado nos dois volumes de *A invenção do cotidiano* organizados por Michel de Certeau<sup>30</sup>, Luce Giard e Pierre Mayol<sup>31</sup>. No conjunto, essa obra contribuiu de diversas formas para a escrita desta tese. Disciplina e resistência são motes para análise daquilo que chamam de estratégias e táticas ocorridas no cotidiano e nas práticas de ações de sujeitos e instituições. Reconhecem que os processos disciplinares, configurados em estratégias diversas resultantes de relações de forças e de poder, não são sistemas de controle perfeitos e imunes às resistências. Ao contrário, possuem brechas que permitem os trabalhadores se utilizarem de táticas que saltam e realizam trampolinagens, expressando no cotidiano, negociações, ganhos, e pertencimentos. Reconhecem que a noção de operário não remete exclusivamente ao trabalho na fábrica, mas à condição de ser trabalhador assalariado. Além do que, sugerem que ser operário não é tanto estar sujeito a uma tarefa específica, mas participar de uma cultura popular e urbana com suas múltiplas práticas sociais e culturais, nas quais predominam valores e formas de solidariedade.<sup>32</sup> Situação que permite que os operários se reapropriem dos territórios – geográficos, produtivos, culturais e de poder – os quais estão inseridos.

Meu olhar como historiador é atravessado por essa historiografia, entre outras obras e referenciais que cito ao longo da tese, que julgo designatória de uma renovação dos estudos sobre a história do trabalho e trabalhadores no Brasil, cujas questões e paradigmas em termos de operação historiográfica dialoga bastante.

A presente tese de doutorado traz como proposta central, **uma narrativa histórica sobre o trabalho e as lutas políticas no Brasil durante o período democrático brasileiro (1945-1964)**. Nela, **recupero histórias vividas no cotidiano e no mundo do trabalho, possibilitando tecer práticas culturais no cenário da indústria têxtil em Alagoas no período de 1943 a 1961**. Nesta narrativa, operando no campo da História, agencio o uso de

<sup>30</sup> CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. v. 1

<sup>31</sup> CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. v. 2..

<sup>32</sup> MAYOL, Pierre. O bairro da Croix-Rousse. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b. v. 2. p. 81.

memórias sobre o cotidiano, o trabalho e a política, as quais interpreto e significo experiências vividas por operários e seus familiares na Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem em Fernão Velho, Maceió, AL.

O termo **tecer** no tema remete ao trabalho de reminiscência, de rememoração do passado. Mobilizo as experiências dos trabalhadores e suas histórias de família, o bairro – outrora vila operária, o cotidiano e o trabalho na fábrica como objetos e fontes de conhecimento na elaboração da escrita da história. São categorias que me permitiram recuperar aspectos da vida social e práticas culturais no cenário da indústria têxtil no Brasil e em Alagoas. Sobre o termo **tecido**, remeto ao trabalho de escrita e interpretação do historiador, que mobilizando memórias, atribui inteligibilidade e sentido ao passado narrado, formando uma espécie de “tecido historiográfico” marcado por urdiduras e tramas.

Estabeleço como recorte temporal para análise, o período 1943-1961. O primeiro ano, 1943, refere-se ao início da gestão do grupo empresarial Othon Bezerra de Mello. Quanto ao ano de 1961, refere-se ao término do governo Muniz Falcão, um momento também marcado pelo recrudescimento da violência contra os movimentos sociais e de trabalhadores em Alagoas, e ao mesmo tempo, expressivo protagonismo dos operários de Fernão Velho nas suas formas de resistência e organização de classe. Nesse sentido, destaco que o trabalhador têxtil é um personagem clássico na história operária. Um operariado bastante heterogêneo. É formado por homens e mulheres de diferentes faixas etárias, adolescentes, adultos, e velhos. Exercem diferentes atividades na produção dentro da fábrica (tecelagem, fiação, acabamento, etc.), mas também fora dela. Inclusive participando de atividades administrativas, ou mesmo vinculados às teias de controle dos patrões.

Esse recorte temporal também permite analisar o momento de maior expressão da produção têxtil em Alagoas e a própria constituição de uma cultura operária, período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960. Do mesmo modo, é relevante destacar que a configuração em Fernão Velho de um modelo de organização espacial-territorial, produtivo, de poder e de gestão do trabalho sob a forma de “fábrica com vila operária” é típico da experiência industrial e operária no Brasil desde meados do século XIX. E que prevalece com força durante esse período do recorte temporal da tese. Em Fernão Velho a longevidade desse modelo “fábrica com vila operária” é expressiva. Perdurou por mais de um século, seja pela força produtiva da Fábrica, seja pela capacidade dos seus gestores e operários em atualiza-lo historicamente. E nesta tese, embora tenha definido alguns marcos temporais, permito-me a deslocamentos no tempo, indo e vindo às temporalidades que ultrapassam seus limites,

adentrando múltiplos passados, presentes e expectativas de futuro, seja pela mobilização de diferentes memórias de operários, seja por meu próprio movimento narrativo.

As memórias dos operários, em grande medida, foram registradas com uso da metodologia da história oral.<sup>33</sup> Sobre o uso de fontes orais em trabalhos historiográficos, a historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto, em seu livro *Cidades da Mineração: memória e práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX* destaca que estas nos obrigam a experimentar tratamentos inéditos, sobretudo tomamos como objeto um passado recente, de modo a modificar, ampliar e direcionar nossas pesquisas. “Mais ainda, exige diferenciar as operações da memória daquelas da história e tornar visíveis os lugares da produção e elaboração historiográfica [...]”<sup>34</sup>. Análise que coaduna com as reflexões metodológicas do historiador Antonio Torres Montenegro no seu livro *História, metodologia, memória*. Neste, ao narrar experiências e acontecimentos permeados por reflexões de ordem teórica e metodológica sobre a história, lança como desafio, a prática de outros paradigmas no fazer historiográfico. Propõe romper com o postulado cartesiano, permitindo apreender em termos históricos, as múltiplas redes, fios e relações que engendram os processos sociais, de modo a desnaturalizar o mundo e perceber sua multiplicidade e simultaneidade.<sup>35</sup>

Na realização da pesquisa para esta Tese foi realizado um total de nove entrevistas. Estas priorizaram sujeitos e seus familiares que se enquadravam em uma geração<sup>36</sup> de Fernão Velho que compartilharam o trabalho fabril e a cultura operária, assim como as diferentes gestões empresariais pelas quais esse território e fábrica passou, em especial, os tempos das gestões das famílias Machado, Leão e Othon. Os entrevistados, de maneira geral, de alguma forma, direta ou indiretamente, vivenciaram a experiência do trabalho fabril em Fernão Velho. Entre diversos moradores e operários, entrevistei: Antônio Cardoso (nascido em 1938), Carlos Caracciolo (nascido em 1946), Darinho (nascido em 1951), Dorival Santos (nascido em

<sup>33</sup> Sobre a especificidade da metodologia da história oral, destaco os seguintes textos: “Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas” e “Travessias e desafios”, de Regina Beatriz Guimarães Neto e Antonio Torres Montenegro, respectivamente, publicados em 2012 na obra *História oral, desigualdades e diferenças* organizada por Robson Laverd et al.; *Usos e abusos da história oral* organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado; *Manual de história oral* de Verena Alberti; *História oral e memória: a cultura popular revisitada* de Antonio Torres Montenegro; *Depois da utopia: a história oral em seu tempo* organizado por Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa de Magalhães; e os textos “Memórias compartilhadas: os contadores de história” e “Narradores: vozes e poderes de diferentes pensadores”, respectivamente de Cléria Botelho Costa e Nancy Alessio Magalhães publicados em 2001 na obra *Contar história, fazer história: história, cultura e memória* organizada pelas próprias autoras.

<sup>34</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais*. Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: EdUFMT, 2006. (p.45).

<sup>35</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. Rachar as palavras: uma história a contrapelo. In: *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

<sup>36</sup> Para Sirinelli (2002), geração é uma importante peça da engrenagem do tempo, e, portanto, uma noção elástica que compreende diferentes faixas etárias dentro de um mesmo grupo. A referência para identificação de uma geração é o compartilhamento de um acontecimento e/ou seus efeitos.

1952), Dona Emília (nascida em 1935), Idelbrando (nascido em 1932), Valdicleide (nascida em 1973), Zequinha Moura (nascido em 1936), e Luiz Paulino (nascido em 1934), sendo este último do distrito de Saúde no litoral norte de Maceió onde também havia uma fábrica de fiação e tecidos.

O roteiro de questões utilizado nas entrevistas suscitou a articulação entre histórias de vida, cotidiano, rotinas de trabalho e política, e priorizou como recorte temporal o período democrático (1945-1964). Muito embora, esse recorte era constantemente extrapolado pelos entrevistados em seus relatos de memórias, rememorando até mesmo os tempos da gestão da família Machado (1891-1938) quando seus parentes e familiares mais antigos já trabalhavam na Fábrica e lhes contavam histórias. Além das rotinas de trabalho, as memórias desses entrevistados trouxeram à tona a disciplina dentro e fora da fábrica, as imbricações entre a vida privada e o trabalho na vila operária, indícios sobre as condições de vida de trabalhadores em Maceió e no Brasil, e permitiram recuperar momentos como greves, atuação de comunistas, práticas disciplinadoras e suas resistências.

Além da realização do registro de memória, analisei também dez entrevistas que compõe a coleção “Tramas da memória, urdidura do tempo: Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos” disponível no Arquivo Público de Alagoas (APA). Essas, em sua maior parte, foram cedidas por moradores e operários de Fernão Velho.

Nesse sentido, as memórias produzidas e agenciadas na elaboração dessa narrativa, e que se constituem por documentos de diferentes tipos, indicados em diversas notas, não devem ser compreendidas como prova do real. Ao contrário, o historiador Antonio Torres Montenegro nos sugere que esses documentos são “índices que nos possibilitam construir ou reconstruir significativas experiências historiográficas<sup>37</sup>”, o que nos obriga, também, a estabelecer cruzamentos entre fontes na tentativa de compreender as relações entre as práticas políticas e culturais em certo momento histórico. Nesse sentido, considerando os limites da pesquisa e da escrita, operei o entrecruzamento de diferentes fontes, tais como: relatos de memória, fotografias, matérias de jornais, processos trabalhistas, relatórios da Fábrica, relatos de memorialistas, entre outros. Trata-se de uma forma de crítica da fonte, ou por que não dizer do testemunho, levando-nos, como diria o filósofo Paul Ricoeur<sup>38</sup>, a confrontá-lo com uma série de outros fatores, como a cena vivida, a reconstrução do vivido pela memória, suas

---

<sup>37</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. Percursos historiográficos e metodológicos da contemporaneidade. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (Org.). *Depois da utopia: a história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz, 2013a. p. 69-70.

<sup>38</sup> RICOEUR, Paul. História/epistemologia. In: \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007a. p. 143-296.

representações, linguagens, discursos. Possibilita-nos um salto das condições formais dos conteúdos e das possibilidades do passado para uma efetiva operação historiográfica, um processo epistemológico que parte da memória declarada, passando pelo arquivo, os testemunhos e documentos, culminando em uma representação historiadora como escrita que ocupa o lugar do passado.<sup>39</sup> Trata-se da produção de uma narrativa cujo foco é o esclarecimento do passado, mas também do presente, passível de rememoração e produtora de uma narrativa em aberto.

Esta tese está organizada em três partes: 1) Fernão Velho, território fabril; 2) Fernão Velho, vila operária: cultura, sociabilidades e trabalho; 3) Lutas políticas.

Na primeira parte, **“Fernão Velho, território fabril”**, analiso historicamente o delineamento de Fernão Velho como um território que viabilizava a produção capitalista simultânea ao controle e à manutenção da presença dos operários no local de produção. Tomo como foco narrativo as gestões pelas quais a Fábrica passou, as quais, desde 1857, intervieram nesse território visando potencializar sua produção fabril no ramo têxtil e conter trabalhadores para a produção em seus domínios. A Fábrica construiu escolas, praça, coreto, ambulatório, casas para os operários, entre outras ações que despendiam muitos recursos financeiros e de poder. Embora estas expressem melhores condições de vida quando comparadas aos trabalhadores rurais, são abordadas na tese como parte das políticas de controle da vida e do trabalho para assegurar a rentabilidade desejada pelos empresários. As ações dos grupos empresariais fomentaram a realização de um complexo produtivo formado por Fábrica com Vila Operária.

Nos capítulos que compõem essa parte, utilizo como fontes os relatórios contábeis e atas de assembleias de acionistas da fábrica publicadas no *Diário Oficial de Alagoas*. Trata-se de uma documentação que remete ao fim do século XIX, alcançando a década de 1950. Fonte essa que se encontra disponível no Arquivo Público de Alagoas (APA), também em formato digital. Essa documentação somou-se a outras utilizadas nos dois primeiros capítulos, a exemplo de relatos de memória, crônica memorialista, almanaques sobre Alagoas e imagens. Destaco as fotografias e os cartões-postais de Maceió na primeira metade do século XX, em especial aquelas fotografias que tinham como tema/enquadramento, Fernão Velho, a Fábrica

---

<sup>39</sup> Segundo o historiador Michel de Certeau, a operação historiográfica resulta da combinação entre lugar social, práticas científicas e processo de escrita. Trata-se de um saber produzido por meio da mobilização de um *corpus* documental e arquivo, de diálogos com a historiografia representando a mediação com os pares de um mesmo campo de saber e objeto de pesquisa, das imbricações entre as questões produzidas para a história com os paradigmas e questões do tempo presente, e, por fim, o estatuto de escrita e narrativa. CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 45-111.

Companhia União Mercantil com seus gestores e operários. Elas não compõem um único acervo fotográfico. Estão disponíveis no IHGAL, no APA e no Museu da Imagem e do Som de Alagoas (Misa). Sobre a trajetória do Grupo Othon, analisada no segundo capítulo, resalto a relevância da documentação existente no acervo da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) na cidade de Recife, em especial, as revistas *O Cruzeiro*, *Revista da Cidade*, e *Revista de Pernambuco*. Embora minha questão nesta tese não seja as trajetórias empresariais, esse fio para tratar dos Othon foi importante para compreender a inserção de Fernão Velho e a então Fábrica Carmen no cenário nacional da industrialização.

No primeiro capítulo, intitulado “Nos Tempos da Companhia União Mercantil”, destaco as primeiras gestões da fábrica até 1943. Nesse ano, podemos afirmar que Fernão Velho já estava consolidado como um território fabril. Situação essa que lhe rendeu certo destaque na produção nacional de tecidos, atraindo investidores. Em 1943, a fábrica passou a ser propriedade do Grupo Othon. Analiso sua gestão no segundo capítulo, intitulado “Nos Tempos da Fábrica Carmen”. Segundo relatam os moradores de Fernão Velho, e outrora operários, foi durante essa gestão que a produção alcançou seu esplendor, e a então vila operária foi ganhando a dimensão territorial e urbana que hoje se apresenta, assim como também o nome da fábrica mudou para Fábrica Carmen. Nesses dois capítulos, além de recuperar o delineamento desse território produtivo e a construção de um exército de trabalhadores para o labor fabril, demarco temporalidades e distintos momentos no processo de industrialização do país, cujos efeitos também se fizeram sentir em Fernão Velho.

Na segunda parte da tese, “**Fernão Velho, vila operária: cultura, sociabilidades e trabalho**”, dedico-me à cultura e ao trabalho operário. Trato o território fabril de Fernão Velho como um espaço dinâmico, liso e fluido cujos mecanismos de dominação são simultâneos às resistências. O que permite novas formas de subjetivação da experiência fabril e operária. Inclusive, percebendo-se a violência física e simbólica à qual os trabalhadores e moradores de Fernão Velho eram submetidos, não somente dentro da Fábrica Carmen, mas também fora dela. Situação que tornava a vida incerta, levando os operários às suas trampolinagens, como diria Certeau, à busca de alternativas para sobrevivência e enfrentamento das agruras da vida, seja nas micro-resistências, nas negociações ou mesmo luta política.

Como *corpus* documental priorizei os relatos de memórias dos operários. Na construção narrativa dos capítulos que a compõe, entrecruzei esses relatos com a análise de fotografias, processos trabalhistas, documentação produzidos por forças de segurança e comunistas, etc. Justifico essa preocupação por entender que os relatos orais, assim como

quaisquer outros tipos de registro de memórias, necessitam da análise conjunta com outros documentos. Nesse ensejo, pesquisei não somente em acervos físicos, como também os acervos digitais disponíveis na internet. Nesse caso, destaco a documentação das bases Brasil Nunca Mais, Memórias Reveladas e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Ressalto as dificuldades em encontrar fontes documentais sobre a Fábrica Carmen. Tentei algumas vezes o contato com os atuais proprietários, chegando até me reunir com um de seus representantes que administra o que restou da Fábrica para discutir as possibilidades de acesso aos documentos que ainda possam existir. No entanto, não houve avanços, de modo que tais documentos continuam indisponíveis para pesquisa. Exceto por um livro contábil do fim do século XIX, que o representante trouxe consigo e me sugeriu fotografá-lo ou analisá-lo em uma praça de alimentação de um *shopping center* de Maceió, local escolhido por ele para nos reunir. Situação essa que me neguei a realizar, compreendendo que isso desqualificaria meu trabalho como historiador. Ao mesmo tempo, entendi que a atitude desse representante da Fábrica expressava os interesses dos proprietários, configurando-se uma tentativa de controle sobre a memória e o passado, e ao mesmo tempo incidindo sobre possíveis usos políticos e quem sabe judiciais que possam ter no presente. A Fábrica ainda se encontra envolvida em diversos litígios judiciais, seja com operários por direitos trabalhistas, por fornecedores diversos, e o próprio Estado no tocante a questões fiscais.

Sobre o cotidiano em Alagoas e Maceió no período das décadas de 1940 a 1960, também esbarrei em alguns percalços. As fotografias desse período, por exemplo, e, sua maior parte possuem as edificações como objeto de enquadramento nas suas cenas, reduzindo o valor simbólico das tramas humanas em seu cotidiano. Muitas imagens não possuíam ementas em suas fichas catalográficas; prescindem informações sobre data, autor, local, circunstância do registro, procedência do documento, entre outras.

Na contramão dessas dificuldades, e ao ter priorizado certo destaque aos relatos de memória, analiso como os operários se apropriam de Fernão Velho como local de trabalho, mas, sobretudo, de suas múltiplas experiências como ato de constituir-se operário.

Nesse sentido, o terceiro capítulo, intitulado “No Frenesi de uma Vila Operária”, o foco narrativo é a cultura, o cotidiano, e as relações sociais em Fernão Velho. Recupero os espaços de sociabilidades, as relações de vizinhança, a educação, as festividades, as famílias, os costumes, as ações religiosas, enfim, um conjunto de práticas culturais dos operários, elegendo-os como sujeitos protagonistas das tramas históricas que analiso nesta tese. Do mesmo modo, desloco o sentido de território fabril e vila operária, como espaço de disciplina, para a simultânea resistência em meio às múltiplas sociabilidades e experiências dos operários

e suas famílias. Análise essa que amplio no quarto capítulo, “Produção Têxtil, Operários e Comunistas na Tessitura do Trabalho”. Destaco o trabalho no interior da fábrica, na produção dos fios e tecidos, as especificidades das atividades operárias em cada seção da produção, os perigos dessa atividade laboral, os acidentes de trabalho. Experiências cujo sentido e frutos do trabalho permitem não somente atender às necessidades biológicas como o alimentar-se e morar, mas reporta-se à própria vida como atividade que nos humaniza.

É nessa última dimensão que destaco o deslocamento do ser operário como atividade laboral para o ser operário como atividade política, recuperando suas formas de representação de classe, seja através do sindicato, nas resistências espontâneas aglutinando seus pares na luta imediata, seja na atuação de comunistas em Fernão Velho. Nesse sentido, observo as aberturas para o campo político como mais um espaço de resistência.

Na terceira parte da tese, “**Lutas políticas**”, dedico-me a uma reflexão política sobre o trabalho, embora reconheça que também esteja presente nos capítulos anteriores. Porém, nesta parte, tomo como foco narrativo as lutas pela cidadania, pela manutenção e ampliação de direitos, destacando o protagonismo dos operários em Fernão Velho. Ao mesmo tempo que esse protagonismo ganhava destaque no cenário político, em especial as décadas de 1950 e 1960, percebo também o recrudescimento de práticas de violência que se tornavam regra e o fortalecimento de um estado de exceção como situação paradoxal que ao mesmo tempo incluía e excluía os operários, seja em relação às redes de poder constituídas e/ou as próprias condições de exercício da cidadania.

Nos capítulos que se sucedem nessa parte, além dos relatos de memórias de operários e fotografias, utilizei, com certa proeminência, processos trabalhistas disponíveis no acervo do Memorial Pontes de Miranda localizado na sede da Justiça do Trabalho em Maceió, atas do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, disponível no APA, e periódicos. Entre os periódicos, dei certo destaque ao jornal comunista *A Voz do Povo*. Em suas diversas edições, denunciavam as condições de vida e trabalho na capital alagoana, nas fábricas têxteis; expressavam interesses na ampliação da cidadania; encampavam lutas pela manutenção e conquista de novos direitos; informavam a constante elevação do custo de vida, entre outros aspectos não privilegiados em jornais de maior circulação no estado, como o *Gazeta de Alagoas* e o *Jornal de Alagoas*.

No quinto capítulo, “A Judicialização das Lutas Políticas”, analiso de que maneira as lutas políticas também foram travadas em outros espaços institucionais que não somente o cotidiano do trabalho com greves e outras formas de resistência. Nesse caso, a Justiça do Trabalho é apresentada como espaço de lutas políticas, de arbitragem jurídica em defesa da

norma e cumprimento da lei, mas, igualmente, é também um dispositivo capaz de legitimar interesses, seja dos patrões, seja dos empregados. Se no campo social as lutas políticas são abertas à violência e tomam sentido de luta coletiva, ao serem deslocadas para o campo jurídico, tornam-se passíveis de disciplina pela mediação da justiça. Na Justiça do Trabalho, o caráter individual da luta ganha prevalência em relação ao coletivo embora esta última não perca seu sentido.

Fernão Velho, desse modo, pode ser constituído com o estatuto de campo, de um lugar de exceção, de um território colocado simultaneamente dentro e fora do ordenamento jurídico, como espaço concomitantemente privado e público. O campo “é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política se torna biopolítica e o *homo sacer*<sup>40</sup> se confunde virtualmente com o cidadão”<sup>41</sup>. Desse modo, o estado de exceção age por meio da Justiça do Trabalho como forma de manutenção do poder soberano, seja tentando manter o cumprimento da lei, seja disciplinando as lutas para manutenção da norma e da ordem.

No sexto e último capítulo, “Eleições e Disputas Sindicais: os Operários Têxteis na Peleja contra ‘os Leões com as Tripas Forra’”, a existência de um estado de exceção e a violência são tratados por mim como regra no recorte temporal desta tese. Seus efeitos coadunam com as tensões políticas nas relações entre operários com a fábrica e nas próprias tramas políticas do Brasil e Alagoas nas décadas de 1950 e início de 1960. Desse modo, analiso as lutas políticas dos operários durante o governo Muniz Falcão (1956-1961) que representava uma frente reformista e trabalhista em Alagoas. Na historiografia alagoana, é consenso que durante esse governo houve um estreitamento do diálogo entre o governador com os trabalhadores e movimentos sociais, assim como a redução da repressão. Porém, não pretendo naturalizar essa explicação, para não incorrer naquilo que Paul Veyne<sup>42</sup> nos alerta como sendo um *a priori* histórico. Ao contrário, pretendo recuperar as tramas políticas da época, articulando com os embates nacionais e estaduais, concatenando múltiplas dimensões e tramas simultâneas, e compreendendo seus efeitos sobre os operários de Fernão Velho.

O governador Muniz Falcão sofreu forte oposição dos setores conservadores em Alagoas, culminando no seu *impeachment* em 1957. Sendo afastado do governo, abriu-se o precedente para o recrudescimento da repressão aos movimentos sociais, em especial aqueles

---

<sup>40</sup> Representa uma figura humana passível de destituição de direitos e ao mesmo tempo à mercê do sacrifício para manutenção da ordem.

<sup>41</sup> AGAMBEN, Giorgio. O que é um campo? In: \_\_\_\_\_. *Meios sem fim*: notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 44.

<sup>42</sup> VEYNE, Paul. Só há a priori histórico. In: \_\_\_\_\_. *Foucault*: seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. p. 42-65.

influenciados por ideias trabalhistas e comunistas. Em diversas reportagens no jornal comunista *A Voz do Povo*, noticiaram-se atos de violência contra trabalhadores, e, do mesmo modo, maior perseguição política aos comunistas. A violência, portanto, ganhava destaque na cena política, muito embora, quando indaguei durante as entrevistas com os operários sobre esse período, em grande medida o que tive como resposta foi o silêncio.

Desse modo, analiso, também neste capítulo, a produção social desse silêncio, operando outra dimensão da memória, que é o esquecer. Indago se esse esquecimento não seria uma forma de luto e sepultamento sobre um período em que os operários não possuem aprendizado passível de rememoração e lição para o presente, ou mesmo se o lembrar não seria a continuidade simbólica de um sofrimento? São questões, entre outras, que busco responder nesse último capítulo. De antemão, compreendo que o silêncio não deve representar um vazio de experiência, mas uma forma inconsciente de memória que pode saltar involuntariamente ao presente, seja como parte de um processo de reminiscência, seja nas suas formas de transmissão.

Por fim (ou mesmo começo), diante desse “operário que passa”, como diria Carlos Drummond de Andrade, reforço o convite à leitura desta Tese. Ela resulta de um trabalho historiográfico cuja pesquisa e escrita se assemelha ao ato da tecelagem, que, com múltiplas tramas, fios, cores, movimentos e técnicas permite ser capaz de produzir a beleza de um tecido de histórias com memórias. Assim, quiçá, espero contribuir eticamente para a compreensão do mundo político e do trabalho no Brasil, lançando luzes do passado para compreensão e esclarecimento do nosso presente.

## **PARTE 1**

### **FERNÃO VELHO, TERRITÓRIO FABRIL**

## CAPÍTULO 1

### NOS TEMPOS DA COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL

Cada época sonha não apenas a próxima, mas ao sonhar, esforça-se em despertar. Traz em si mesma seu próprio fim e o desenvolve – como Hegel já o reconheceu – com astúcia. Com o abalo da economia de mercado, começamos a reconhecer os monumentos da burguesia como ruínas antes mesmo de seu desmoronamento.<sup>43</sup>

Outubro de 1996. O grupo empresarial formado por diretores e representantes herdeiros de Othon Lynch Bezerra de Melo fechou a Fábrica Carmen de Fiação e Tecelagem em Fernão Velho. É plausível que sentiam os abalos da economia de mercado que se arrastava no Brasil desde a década de 1980 com um longo período de recessão econômica, e na década de 1990 deparou com um mundo globalizado com a intensificação do livre mercado, de maior fluxo de importações e exportações, e crescimento da competitividade na produção industrial. Suspendia-se um funcionamento iniciado em 1857 quando a fábrica foi fundada com o nome de Companhia União Mercantil e tinha inaugurado a produção têxtil em Alagoas em 1863.<sup>44</sup> Era uma das primeiras fábricas no Brasil, a primeira em Alagoas.

A sirene que demarcava os turnos da produção tinha sido silenciada, assim como o barulho das máquinas então paradas. A produção fabril que empregava considerável parte dos trabalhadores residentes em Fernão Velho se tornara uma situação incerta. Eram gerações de trabalhadores que possivelmente lamentavam essa situação, não apenas pelos que ficaram desempregados, como também por aqueles que dedicaram uma vida inteira ao trabalho fabril.

Corria-se o risco de tudo aquilo que compunha ou estivesse relacionado com a fábrica, como arquitetura, máquinas, território e realizações de diversos sujeitos, viesse a se tornar um

---

<sup>43</sup> BENJAMIN, Walter. Paris, a capital do século XIX: exposé de 1935. In: \_\_\_\_\_. *Passagens*. São Paulo: Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006. p. 51.

<sup>44</sup> As informações sobre a data de criação da Companhia União Mercantil em 1857, posteriormente denominada Fábrica Carmen, são imprecisas. No relato memorialista de Veríssimo Ferreira (1997), intitulada *História de Fernão Velho*, toma-se como referência o dia 1.º de setembro. FERREIRA, Veríssimo. *História de Fernão Velho*. Maceió, 1997. Mimeografado. No livro *Terra das Alagoas*, Adalberto Marroquim faz alusão à data de 21 de março para o início do funcionamento. MARROQUIM, Adalberto. *Terra das Alagoas*. Maceió: Grupo João Lyra, 2000. Edição fac-similar, 1922. Segundo Moacir Medeiros de Sant’Ana (2011), em seu livro *Contribuição à história do açúcar em Alagoas*, toma-se como referência o dia 31 de janeiro para instalação e 23 de fevereiro para a criação do primeiro estatuto do empreendimento. Conforme esse autor, o decreto imperial autorizando o funcionamento data de 22 de agosto. SANT’ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar*. Maceió: Impr. Oficial Graciliano Ramos, 2011. Ressalto que, até o momento da escrita deste capítulo, não tive acesso a outros documentos da Fábrica que possibilitassem esclarecer melhor essa data. Por outro lado, também esclareço que na minha pesquisa, durante o doutoramento no qual produzi esta Tese, não tive como foco o estudo da fundação e origem, mas, sim, os processos, as relações, tramas e tensões, o que se passa entre as experiências históricas.

escombro do passado. Nessa representação, além da possível perda da experiência, poderia desfigurar o próprio território de Fernão Velho com suas pessoas, vidas e histórias, podendo cair todos – operários, empresários, fábrica e vila operária – no esquecimento.

Neste primeiro capítulo, proponho que se reconheçam aquilo que o filósofo Walter Benjamin, conforme epígrafe deste capítulo, designa ser “os monumentos da burguesia”. Ou seja, um empreendimento econômico com seu respectivo conjunto de realizações materiais e simbólicas produzidos ao longo de algumas gestões de empresários em Fernão Velho, e que atuavam nos múltiplos cenários econômicos brasileiro desde meados do século XIX. Uma análise que contempla a construção do território fabril de Fernão Velho, culminando na consolidação de um complexo produtivo formado por Fábrica com Vila Operária, que, por quase uma centena de anos, atraiu investimentos financeiros e trabalhadores.

### **1.1 Representações sobre o território “Fernão Velho” na cidade de Maceió**

A categoria território tem um conteúdo geográfico preenchido por distintas fisiografias ambientais e físico-materiais, configurando lugares diversos. Acrescento, ainda, distintas temporalidades e experiências, indicando algumas referências que nos permitem situar Fernão Velho e seus múltiplos passados<sup>45</sup>, seja em um tempo mais antigo, seja contemporâneo ao nosso presente. Essas referências são produtoras de representações que se materializam por meio de narrativas, discursos, e imagens, constituindo também memórias.

Como exemplo, cito a descrição memorialista de Veríssimo Ferreira, um antigo operário da Fábrica Carmen:

O distrito de Fernão Velho, situado na periferia de Maceió, capital do Estado de Alagoas, logo depois de Bebedouro, banhado pela Lagoa Mundaú ou do Norte, como chamavam os antigos, tem uma história e origem muito remotas, vindas dos tempos do Primeiro Império, quando os pescadores da Levada ali penetravam pelos canais da lagoa, e conheceram pela primeira

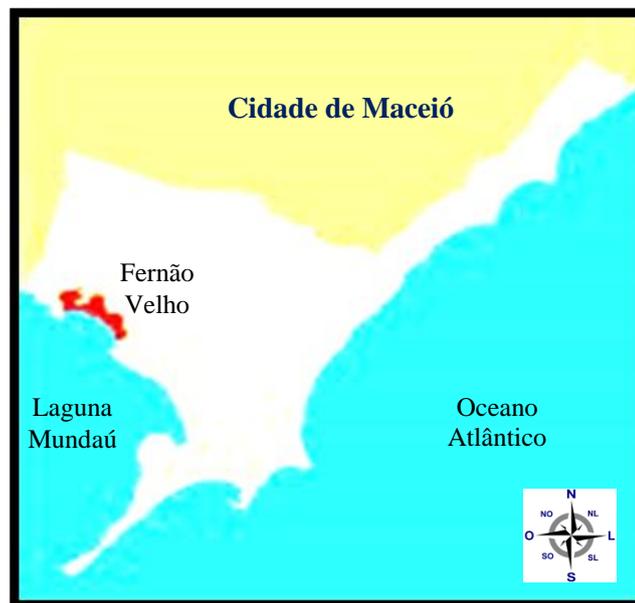
---

<sup>45</sup>Na operação de escrita da história, mobilizamos e construímos sentidos ao tempo histórico e aos acontecimentos. Nosso tempo histórico é um tempo artificial “no e do” presente, abordando fatos de um passado já desaparecido. O presente torna-se mediador entre passado e futuro, levando-nos a deslocamentos entre distintos acontecimentos e seus tempos, o que nos exige capacidade inventiva e significativa sobre o tempo através da narrativa. O tempo histórico é, portanto, criação. É uma construção cultural, semântica e plural. E que na história, resulta de um processo simultaneamente social e operacional na produção historiográfica. Para Reinhart Koselleck em sua obra “Estratos del tiempo” (2001), esse tempo histórico é operacionalizado como um “estrato”, uma unidade de tempo dinâmica e fluida com múltiplos níveis. O tempo histórico se torna um recorte cujas experiências alcançam distintas velocidades, acelerações, composições, profundidades, durações, sucessões e sobreposições. Portanto, em um mesmo estrato, ou melhor, delimitação de recorte temporal histórico, é possível identificar diferentes níveis de tempo os quais são compostos por passados, presentes e perspectivas de futuros, sejam nas experiências dos sujeitos, sejam nas construções de narrativas. Uma forma de representação do tempo que escapa rompo com linearidades.

vez o sítio Fernão Velho, provavelmente nos idos de 1811 e 1815. [...] Diziam os antepassados que ali no alto da Vila Bela Vista, onde fora simplesmente mata, residia um senhor numa casinha de taipa o qual se chamava Fernão.<sup>46</sup>

Veríssimo Ferreira inicialmente qualificou Fernão Velho como parte daquilo que seria a “periferia” de Maceió, o que remete a um lugar com precárias condições de vida. Uma representação que talvez seja marcada pelo momento presente de sua escrita, quando Maceió já sofria em pleno final do século XX com problemas de saneamento básico, emprego, violência, e mobilidade urbana, este último, inclusive, que dificultava o acesso a este lugar, promovendo certo isolamento geográfico do restante da cidade. Fernão Velho assemelha-se ao que o historiador Oswaldo Maciel<sup>47</sup> descreve como uma área de arrabalde na cidade. Ou seja, embora fizesse parte do perímetro urbano, para se chegar até lá, era necessário passar por áreas desabitadas e tomadas por vegetação típica de mata atlântica. Porém, não se deve desconsiderar sua proximidade aos já reconhecidos bairros à época, como Levada e Bebedouro, ambos na margem sudoeste de Maceió.

Figura 1: Mapa com localização do território fabril de Fernão Velho na cidade de Maceió.



Fonte: Elaboração própria, 2015

Nessa margem, a cidade tem como limite a Laguna Mundaú, que em comunicação com a Laguna Manguaba a sudoeste formam um complexo lagunar e lacustre com múltiplos sistemas de canais. Esse complexo lagunar se conecta com o mar, permitindo um intermitente

<sup>46</sup> FERREIRA, 1997, p. 1.

<sup>47</sup> MACIEL, 2009, p. 46-47.

fluxo de navegação e circulação de pessoas e produção entre os municípios que dele fazem parte e influenciam simultaneamente uns aos outros, cultural, econômica e politicamente. Além de Maceió, os municípios de Marechal Deodoro, Pilar, Coqueiro Seco e Santa Luzia do Norte fazem parte dessa região, ampliando sua influência para outros municípios próximos.<sup>48</sup>

Esse ambiente lagunar e lacustre, por suas características ambientais, proporciona para a população nele residente um sistema geográfico altamente produtivo como fonte de alimentos, seja pelos recursos pesqueiros, seja pela condição de clima tropical que favorece o desenvolvimento da agricultura. Além do cultivo da cana-de-açúcar, eram e ainda são predominantes atividades como a pesca, coleta de moluscos e crustáceos, e pequena agricultura com plantio de frutas, verduras e outros gêneros alimentícios.

A referência ao Alto Bela Vista relatada por Veríssimo Ferreira é uma referência geológica para Fernão Velho. Este faz parte de um relevo formado por tabuleiro,<sup>49</sup> formação geográfica expressiva na cidade de Maceió, que, além de praias, tem áreas de mangue, laguna e mata atlântica. Fernão Velho fica encrustado entre um dos tabuleiros da cidade e a Laguna Mundaú.

Porém, compreendo, também, que o território é uma categoria que emite, antes de tudo, uma noção jurídica e política, cujo controle dos espaços nele configurado é exercido por “certo tipo de poder”.<sup>50</sup> Esse deslocamento torna-se útil na medida em que percebo o território fabril de Fernão Velho como um enunciado geográfico permeado por saberes, discursos e práticas de poder. Aliás, essa é uma das características que atribuem inteligibilidade aos territórios fabris no Brasil como conceito historiográfico,<sup>51</sup> sendo este pautado na existência de um complexo produtivo formado pelo conjunto de fábrica com vila operária e todo seu conjunto arquitetônico quadriculado em diferentes espaços com funções distintas, passíveis de vigia panóptica, com foco na eficiência produtiva e passível de múltiplos efeitos de poder. É

<sup>48</sup> No passado colonial do Brasil, essa região lagunar compreendia o terceiro foco de povoamento no território de Alagoas, sul da Capitania de Pernambuco. Foi também área de administração colonial do território alagoano, tendo sido posteriormente, no século XIX, o município de Marechal Deodoro outrora conhecido como Maria Magdalena Alagoas do Sul, a primeira capital de Alagoas. DIÉGUES JÚNIOR, Manoel. *O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. Maceió: Edufal, 2002. (Coleção Nordestina).

<sup>49</sup> Na formação morfológica da geografia costeira, entende-se por tabuleiro um pequeno platô de altitude modesta, podendo variar entre 20 e 50 metros de altura.

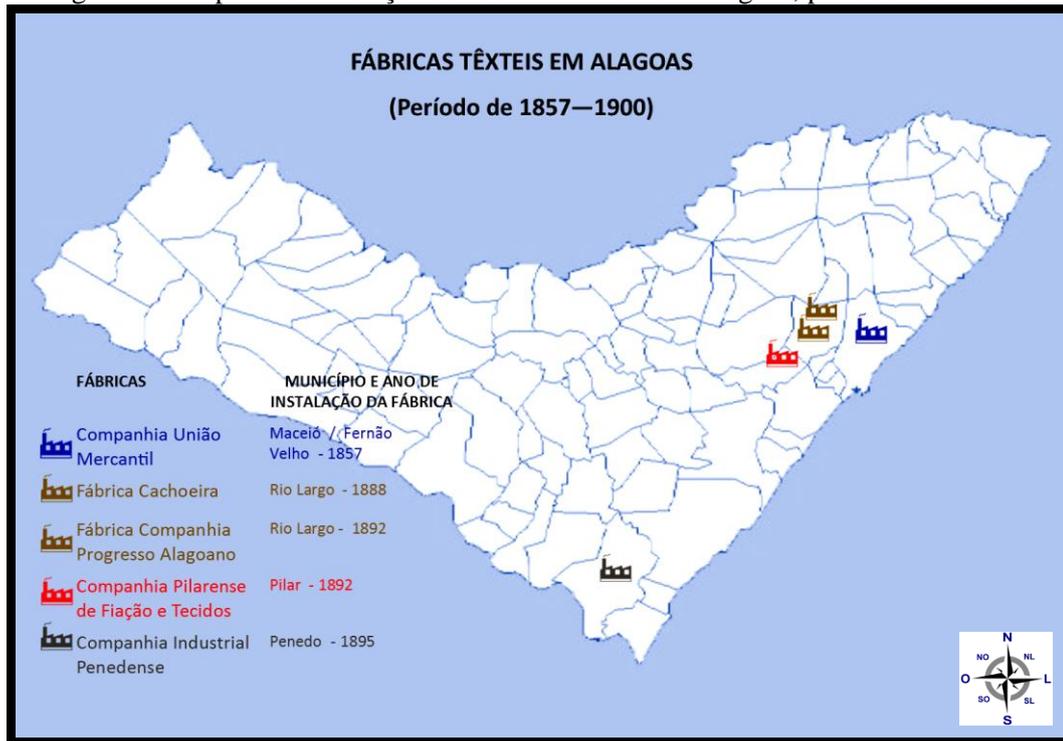
<sup>50</sup> FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985a. p. 157.

<sup>51</sup> Sobre esse caráter dos territórios fabris, há vastos trabalhos de cunho historiográfico. Cito entre estes, as seguintes referências: LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem do conflito de classes na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB, 1988. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas, SP: Papirus, 1998. TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: Sebrae, Edufal, 2013. FARIAS, 2014, entre outras.

nessa noção que me apoio para compreender de que maneira o território fabril de Fernão Velho foi sendo constituído historicamente, seja como experiência econômica, produtiva, social, cultural, seja geográfica.

No fim do século XIX, essa região passou a concentrar diversas fábricas têxteis instaladas nas cidades próximas à capital.

Figura 2 – Mapa de distribuição de fábricas têxteis em Alagoas, período 1857-1900



Fonte: Os dados para composição desse mapa foram extraídos de diversas obras historiográficas e relatórios das companhias de fábricas têxteis publicados nas edições do Diário Oficial de Alagoas. Optou-se por usar os anos de criação das companhias como referências, embora estas, em sua maior parte, tenham iniciado a produção dois ou três anos depois da sua constituição jurídica.

No município de Pilar, instalou-se a Companhia Pilarense de Fiação e Tecidos em 1892.<sup>52</sup> Em Santa Luzia do Norte, contemporâneo de Fernão Velho e Pilar, fundou-se a Fábrica Cachoeira em 1888. Com o desmembramento territorial desse município, essa fábrica passou a se localizar na cidade de Rio Largo a noroeste de Maceió. Somando-se à Fábrica Companhia Progresso Alagoano (1892), as duas formaram a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos.<sup>53</sup> Na região do Rio São Francisco, no município de Penedo, a presença da Companhia Industrial Penedense (1895). Formava-se em Alagoas uma rede industrial têxtil com cinco fábricas em distintos municípios e regiões do estado criadas até o final do século

<sup>52</sup> MARROQUIM, 1922/2000.

<sup>53</sup> PAIVA FILHO, Arnaldo. *Rio Largo: cidade operária*. Maceió: Senai, 2013.

XIX, e que nas primeiras décadas do século XX foi ampliada com a instalação de novas fábricas e vilas operárias.

Fernão Velho também foi cenário para registros imagéticos da cidade de Maceió no início do século XX. Trata-se da fotografia produzida pelo jornalista e fotógrafo Luiz Lavenère Wanderley (1868-1966). Foi um dos mais relevantes fotógrafos da cidade de Maceió no início do século XX,<sup>54</sup> documentando o espaço urbano, inclusive publicando suas fotografias em um periódico ilustrado denominado *A Conquista*.

Esta fotografia compõe uma coleção localizada no Arquivo Público alagoano. Data provavelmente de 1911 quando Luiz Lavenère produziu uma série de registros fotográficos da cidade, podendo ser também de um momento anterior, pois sua catalogação não traz com precisão esse dado.

Nessa fotografia, temos uma vista parcial e panorâmica dessa área de Maceió, tomando Fernão Velho, um tabuleiro e a Laguna Mundaú como referências.

Fotografia 1 – Fernão Velho, Alagoas



Fonte: Acervo de fotografias do Arquivo Público de Alagoas.

Autor: Luiz Lavenère Wanderley, [1911].

Observando-se a margem esquerda da fotografia e alongando-se rumo ao horizonte, como uma faixa no centro da imagem, identifico o tabuleiro. Neste, podemos ainda perceber a predominância da vegetação remanescente de mata atlântica nas encostas que emolduram as

<sup>54</sup> LAVENÈRE, Luiz; SANT'ANA, Moacir Medeiros de. A fotografia em Maceió, 1858-1918. *Revista do Arquivo Público de Alagoas*, n. 1, p. 119-160, 1962. 124-125.

margens esquerda e inferior. À direita, indico a Laguna Mundaú. Em seu mesmo nível, porém abaixo do tabuleiro, indica-se a localização de Fernão Velho já como um território fabril. Trata-se de um registro posterior ao tempo que Veríssimo Ferreira designa como de “seu Fernão, o velho”, e mesmo passados mais de cem anos, a localização no canto inferior direito produz uma vista que enseja nomear “Alto Bela Vista”. Ou que, para além da localização, a tentativa de produzir outra visualidade para a cidade, sendo esta pautada em referências reconhecidas como modernas na época desse registro.<sup>55</sup>

Em outra imagem produzida por satélite e disponível em 2014,<sup>56</sup> é possível visualizar a localização de Fernão Velho.

Fotografia 2 – Imagem de satélite com quadrante para abrangência de Fernão Velho



Fonte: Aplicativo Google Earth, 2014.

Percebe-se que nela está inclusa uma área construída posteriormente ao registro de Lavenère. Trata-se da Vila ABC, representada por um conjunto de edificações localizadas no canto superior esquerdo da imagem. Essa vila foi resultado da expansão de casas operárias sequenciadas por letras do alfabeto, construídas pela fábrica.

<sup>55</sup> É relevante destacar que, na época dessa fotografia, também foram registradas imagens de diversas fábricas em Alagoas, além da construção da rede ferroviária, de instituições bancárias e comerciais, bondes, relógios públicos, construção de praças e intervenções urbanísticas ampliando ruas, entre outros. Todas disponíveis nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Arquivo Público de Alagoas e Museu da Imagem e do Som de Alagoas.

<sup>56</sup> Essa imagem de satélite foi capturada através do aplicativo Google Earth disponível na internet. Sendo uma imagem de satélite, a atualização dela depende de novos registros que o satélite realiza no momento em que passa por esse quadrante no planeta. Desse modo, se hoje acessarmos o aplicativo, a imagem disponível não corresponderá necessariamente ao que se apresentava geograficamente em 2014.

Podemos ainda visualizar nessa imagem, a continuidade da vegetação remanescente de mata atlântica nesse território fabril, servindo como um limite demarcador no espaço urbano de Maceió, separando Fernão Velho dos demais bairros que integram essa margem da cidade. Parecia instituir uma forma de isolamento da vila. Apenas parecia...

A navegação na Laguna Mundaú permitia o deslocamento de pessoas, seja para o bairro da Levada, seja para outras localidades. A linha férrea existente desde o século XIX em Alagoas e com uma estação construída em Fernão Velho em 1884, interligava o local da fábrica ao centro de Maceió, facilitando o recebimento de maquinário importado e o abastecimento de matéria-prima, nesse caso o algodão. A ferrovia tinha como uma de suas funções ampliar a capacidade de escoamento da produção em direção aos portos do comércio marítimo mundial, interligando as regiões de produção algodoeira e fabril-têxtil no estado com o Porto do Jaraguá, fortalecendo a condição de Maceió como centro exportador.<sup>57</sup> Além disso, esse meio de transporte era utilizado por uma expressiva população a ser arregimentada pela oferta de trabalho na fábrica. Ainda hoje mantêm fluxo intermitente de pessoas.

A circulação de ideias e valores culturais, a exemplo do cinema e de jornais impressos, transpôs as fronteiras físicas e os limites de deslocamentos daqueles que viviam na vila operária. Fernão Velho estava integrado ao território de Maceió, porém com especificidades geográficas, econômicas e sociais, o que interferia diretamente no ritmo do cotidiano das pessoas que ali trabalhavam e viviam.

---

<sup>57</sup> MACIEL, 2009, p.73.

## 1.2 Nos tempos da Companhia União Mercantil: entre gestões e negócios, a constituição privada do território fabril

A história da produção fabril e trabalho operário no ramo têxtil no Brasil remete ao século XIX.<sup>58</sup> A então Companhia União Mercantil foi a primeira fábrica de Alagoas. José Antônio de Mendonça – o Barão do Jaraguá – e o comerciante Tibúrcio Alves de Carvalho receberam autorização para sua instalação e funcionamento em Fernão Velho, pela Carta Régia n.º 617 do Imperador D. Pedro II. Essa outorga imperial era uma prerrogativa que atendia ao Código Comercial brasileiro de 1850. Este pressupunha a regulação para a constituição de sociedades por ações, levando-se em consideração a disponibilidade de recursos suficientes de empresários para viabilizar e assegurar qualquer empreendimento de grande vulto. Essa prerrogativa posteriormente foi reforçada pela Lei Imperial de 22 de agosto de 1860,<sup>59</sup> dificultando o surgimento de outras indústrias.

Eles teriam fomentado a construção das primeiras ruas e casas operárias próximas à Fábrica, assim como também a Igreja São José.<sup>60</sup> O historiador Stanley Stein,<sup>61</sup> em seu livro “Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil (1850 a 1950)”, destaca o estado da Bahia nas primeiras atividades fabris no país. Utilizando-se de estimativas da distribuição geográfica das fábricas de tecidos entre 1866 e 1885, evidencia que, das nove fábricas existentes no país em 1886, cinco localizavam-se na Bahia, sendo também esse estado o pioneiro na produção algodoeira brasileira e ramo de fiação e tecelagem. Ressalta as circunstâncias que favoreceram os baianos a essa posição inicial. Produziam a matéria-prima – o algodão –, e possuíam mercados rurais e urbanos para os tecidos produzidos, fontes de energia, disponibilidade de capitais nacionais e estrangeiros, favorecimento pela existência de excelente sistema portuário e fluvial que favorecia o escoamento da produção e transporte de maquinários importados, além de contar com população disponível para compor a força de trabalho operário.

---

<sup>58</sup> Sobre a história do processo de industrialização do Brasil, refiro-me às obras: STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1981. FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005a. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2012; e LOPES, 1988.

<sup>59</sup> STEIN, 1979, p. 24.

<sup>60</sup> FERREIRA, 1997.

<sup>61</sup> STEIN, op. cit., p. 35.

Nos momentos iniciais de sua produção, “A fábrica de Fernão Velho, em Alagoas, com 1.625 fusos<sup>62</sup> e 40 teares, empregava oito estrangeiros ao lado de 35 operários nacionais em 1866”.<sup>63</sup> A habilidade técnica de estrangeiros somava-se ao labor de brasileiros compondo uma heterogênea parcela de trabalhadores fabris que se instalavam nas cidades brasileiras. Nesse mesmo ano, a Companhia União Mercantil fora registrada como a única fábrica em funcionamento no estado. Não se pode negar, ao evidenciar o pioneirismo de José Antônio de Mendonça (Barão de Jaraguá) e Tibúrcio Alves de Carvalho no cenário industrial em Alagoas, as semelhanças das circunstâncias favoráveis à sua fábrica com o que ocorria na Bahia. O território geográfico de Fernão Velho com disponibilidade de mananciais hídricos e a Laguna Mundaú eram preponderantes para geração de energia que inicialmente era a vapor e para o transporte na região. Simultaneamente à implantação das primeiras instalações da Fábrica até o fim do século XIX, foi também construída a linha férrea<sup>64</sup> no estado. Como parte da ferrovia em funcionamento e ligando o sertão e agreste alagoano, produtor de algodão, ao bairro portuário do Jaraguá em Maceió, foi construída uma estação em Fernão Velho. O próprio José Antônio de Mendonça, então Barão do Jaraguá, e seu sócio eram influentes no meio comercial, inclusive na Associação Comercial de Maceió. Esta poderia proporcionar melhor mediação na compra do algodão e captação de financiamentos para seu empreendimento, mesmo que os investimentos superassem as necessidades e capacidades produtivas da Fábrica, conforme descreve o historiador Moacir Medeiros de Sant’ana:

em 1874, a Fábrica (Companhia União Mercantil) contava com 1 apontador, 1 maquinista e 59 operários, dos quais 4 eram empregados nas engomadeiras, 2 nas urdideiras, 14 nas fiações, 2 no batedor, 5 nas encartadeiras, 1 nas cardas, 2 nas tiragens, 4 nos destroços, 2 nos liços, 17 nos teares, 1 nos cilindros, 2 na marcenaria e mais um ferreiro, 1 servente e 1 remeiro, pessoal que o relatório apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas de janeiro de 1874 considerava excessivo para o serviço do estabelecimento.<sup>65</sup>

<sup>62</sup> Trata-se de um utensílio cilíndrico feito de madeira ou metal integrante de máquinas de fiação e tecelagem na produção de fios e tecidos de algodão. Nos fusos são enroladas as linhas. Sua forma cilíndrica permite girá-lo, enrolando ou desenrolando os fios durante a produção têxtil. Quanto maior fosse a quantidade de fusos, maior era a capacidade de produção.

<sup>63</sup> STEIN, 1979, p. 64.

<sup>64</sup> INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. *A construção da estrada de ferro Paulo Afonso: fotografia e história*. Maceió: IHGAL, 2012.

<sup>65</sup> SANT’ANA, 2011, p. 64. O autor atuou durante muitos anos à frente do Arquivo Público alagoano. Em seu livro, cita documentos da Fábrica Companhia União Mercantil do século XIX, em especial, relatórios produzidos pelo grupo gestor. São documentos a que não tive acesso durante a pesquisa, seja no Arquivo Público alagoano, seja em outros acervos. Em sua análise, Moacir Medeiros de Sant’Ana destaca os embates entre os acionistas, sobretudo no tocante aos custos da produção. Uma das propostas iniciais desse empreendimento fabril, segundo o historiador, teria sido a implantação de uma fundição para atender a demandas existentes no estado, fato esse que não ocorreu.

Com essa logística, o mesmo historiador ressalta a capacidade produtiva da Fábrica no ano de 1876, relatando uma produção de tecidos de aproximadamente 120 cm de largura por 13 metros de comprimento, utilizados para confecção de vestimentas de escravos, entre outros. Produzia-se também uma segunda qualidade de tecidos usados na confecção de sacos para embalagem de gêneros diversos. Os tecidos tinham um comprimento de 27,5 metros. Entre o número total de operários, observa-se uma ampliação para 74, além de empregar também estrangeiros, entre os quais, três portugueses, um belga, um italiano e um holandês. Em 1978, foi implantado o setor de tinturaria, além de iniciar a produção de tecidos para toalhas, lençóis, brins para calças e redes.

Em 1885, o Brasil já contava com um número de 48 fábricas de tecido. Entre essas, encontravam-se 33 nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.<sup>66</sup> Houve um deslocamento do eixo industrial brasileiro, que, pouco tempo antes, em 1866, se concentrava no Nordeste com as fábricas da Bahia e Alagoas. Por outro lado, nessa mudança da distribuição das indústrias brasileiras, registrou-se o surgimento de fábricas em Pernambuco e Maranhão. É plausível sustentar a descentralização do processo de industrialização no Brasil, não sendo este restrito ao eixo sul-sudeste.

Nesse cenário, o ramo industrial passou a ter vantagens concedidas pelo Império no fim do século XIX. “A política adotada em 1882, mais ‘elástica para o espírito industrial’, oferecia garantias aos investidores e fixava responsabilidades tanto para os incorporadores como para os funcionários das sociedades anônimas.”<sup>67</sup> Novos investidores foram atraídos para o setor têxtil. Com a Proclamação da República e a flexibilização das exigências governamentais para a formação de sociedades por ações, esse impulso parecia inevitável.

Estava em curso o que o historiador Manuel Diégues Júnior<sup>68</sup> afirma ter sido um surto progressista ascendente. O próprio espaço urbano de Maceió era outro na passagem do século XIX para o século XX. “A cidade também estava pontilhada de pequenos estabelecimentos fabris que abrigavam sapatarias, carpintarias, fundições e fábricas de vinagres, óleos, gelo, cera, sabão e cigarro.”<sup>69</sup> Já se encontrava marcada pela intensificação das atividades econômicas e fluxos comerciais, pelos movimentos migratórios que adensavam a concentração populacional, pela modernização simbolizada na estética da cidade, na

---

<sup>66</sup> STEIN, 1979, p. 36.

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 25.

<sup>68</sup> DIÉGUES JÚNIOR, *Evolução urbana e social de Maceió no período republicano*. In: COSTA, Craveiro. *Maceió*. Maceió: Sergasa, 1981. p. 200.

<sup>69</sup> MACIEL, 2009, p. 64.

existência de diversas fábricas e fabriquetas,<sup>70</sup> na presença dos bondes e rede ferroviária, da chegada da energia elétrica, da existência de diversos jornais noticiando um dinâmico cotidiano de múltiplos costumes e do tempo marcado pela produção. “A vida amplia-se em todos os seus limites convencionais; a população goza novo ambiente fisiográfico para desenvolver-se.”<sup>71</sup>

Para o historiador Oswaldo Maciel,<sup>72</sup> Maceió constituía-se como centro comercial e político do estado desde a primeira metade do século XIX, atraindo comerciantes, firmas estrangeiras, pequenos e grandes agricultores. Maceió atraía também os filhos das elites agrárias e coronéis do estado, buscando educação formal, e até mesmo fixando-se na cidade como funcionário público. As teias do patronato político ampliavam-se para além das fazendas e engenhos. Adentravam o espaço urbano em simbiose com sua nova experiência histórica no início do regime republicano, inclusive com novos direcionamentos de investimentos financeiros para as atividades econômicas reconhecidas como modernas, mas mantendo-se também a produção vinculada a uma produção agrária. Fortalecia-se a imagem de uma nascente república com compromissos entre as oligarquias regionais em diferentes agendas políticas, econômicas e sociais.<sup>73</sup> Os latifundiários, segundo os historiadores Francisco Foot e Victor Leonardi, fortaleceram sua imagem como homens de negócios, diversificando investimentos. “Seu capital seria utilizado tanto para adquirir novas fazendas como para construir estradas de ferro, instalar algumas fábricas ou mesmo participar da fundação de algum banco.”<sup>74</sup>

O Brasil nesse momento inicial da República era ainda um país muito pobre do ponto de vista econômico, situação que influenciava nas condições de vida da população.<sup>75</sup> Além dos afortunados, a cidade atraía uma população pobre, quando não miserável. Esses últimos eram, quase sempre, oriundos de áreas rurais, expulsos pela expansão canavieira e difíceis condições de sobrevivência no campo.

Nesse sentido, as cidades eram espaços atraentes para a população em busca de trabalho, mas também para aqueles que se utilizavam da gatunagem e delinquência como

---

<sup>70</sup> Maciel destaca as fabriquetas de cigarro na indústria alagoana no início do século XX. Relata que elas empregavam quase 2 mil pessoas pelos diversos municípios do interior e Maceió. Totalizavam-se cinco fábricas em 1902. MACIEL, 2009, p. 65.

<sup>71</sup> DIÉGUES JÚNIOR, 1981, p. 200.

<sup>72</sup> MACIEL, 2009, p. 49.

<sup>73</sup> Sobre os aspectos econômicos na Primeira República, ver: FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha Corrêa. O processo econômico: a economia da Primeira República, 1889-1930. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História do Brasil nação, 1808-2010: a abertura para o mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3.

<sup>74</sup> FOOT; LEONARDI, 1982, p. 94.

<sup>75</sup> FRANCO; LAGO, op. cit., p. 199.

tática de sobrevivência.<sup>76</sup> Além do que havia ainda uma população rural expulsa do campo, ou que fugia do endividamento e violência de latifundiários. Ambos compunham um expressivo contingente populacional que poderia ser empregado nas fábricas têxteis, seja pela vontade dos trabalhadores e pela coação dos desesperados, criminalizando pobres, vadios e desempregados passíveis de se reeducarem por meio do labor. “Os empresários tinham a visão, amplamente difundida, de que os pobres eram uma classe dada à indolência se não fosse coagida a trabalhar.”<sup>77</sup> A ocupação, portanto, poderia ser simultaneamente uma estratégia de contenção de revoltas e sublevação diante do estado de pobreza dessa população. Estado esse que, no âmbito da industrialização na modernidade, a historiadora Maria Stella M. Bresciani<sup>78</sup> considera como passível de ser reconhecido como um ônus, podendo também ser objeto de caridade pública e privada enquanto não fosse absorvido pelo mundo do trabalho. O que necessariamente não impediu, na história brasileira da Primeira República, a ocorrência de diversos movimentos sociais e embates, sobretudo de uma população “ocupada” com seus labores, mas que expressavam a luta pela ampliação da cidadania e direitos, inclusive o de participação política.<sup>79</sup>

A cidade de Maceió gradativamente incorporava facetas de modernização econômica capaz de produzir o novo e estranho que aliena, mas que também esfacela a transmissibilidade da experiência, conforme nos alerta o historiador Antônio Jorge Siqueira.<sup>80</sup> Trata-se de uma aceleração vertiginosa do tempo de mudanças, contrastando com outros tempos, das permanências e continuação da memória<sup>81</sup> sobre os diferentes cenários da industrialização e trabalho operário no Brasil. As mudanças se consubstanciavam, inclusive, com o crescimento populacional, o que influenciou bastante na remodelação das fábricas, ampliando as respectivas vilas e parque produtivo, absorvendo considerável contingente de trabalhadores.

No recenseamento de 1890, contabilizou-se em Maceió uma população de 31.498 habitantes.<sup>82</sup> A cidade fora aceleradamente transformada de forma concomitante à economia do estado. Em Alagoas, o setor têxtil com suas cinco fábricas passou a dividir com o açúcar, o destino de investimentos para empreendimentos e financiamentos.

---

<sup>76</sup> CHALHOUB, 2012.

<sup>77</sup> STEIN, 1979, p. 66.

<sup>78</sup> BRESCIANI, Maria Stella M.. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Tudo é História).

<sup>79</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 42.

<sup>80</sup> SIQUEIRA, Antônio Jorge. Leitura e narrativa na modernidade. In: \_\_\_\_\_. *Labirintos da modernidade: memória, narrativa e sociabilidades*. Recife: Ed. da UFPE, 2014a. p. 177-188.

<sup>81</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002. p. 32.

<sup>82</sup> DIÉGUES JÚNIOR, 1981, p. 199.

### 1.2.1 A gestão do Grupo Machado (1891-1938)

Em 1891, um novo grupo empresarial assumiu a gestão da Companhia União Mercantil. As ações majoritárias da Fábrica foram compradas pela família Machado, tornando-se ela, a principal acionista até o ano de 1938. Ao contrário de outras companhias, a de Fernão Velho tinha um número restrito de investidores, o que não expressava necessariamente fragilidade financeira ou desvantagem competitiva na produção industrial e venda de seus produtos. Os integrantes do grupo se demonstravam economicamente capazes de potencializarem a produção. José Teixeira de Machado era um rico português e adquiriu a fábrica dos herdeiros do Barão de Jaraguá e demais sócios fundadores. Com sua morte, seus filhos, Antônio de Mello Machado<sup>83</sup> e Arthur de Mello Machado<sup>84</sup> assumiram a gestão e continuidade dos negócios fabris da família.

Essa família detinha posse majoritária das ações da Companhia, somando-se a ela na diretoria, o sócio Demócrito Brandão Gracindo.<sup>85</sup> Além disso, inseriam-se na Associação Comercial de Maceió e se articulavam com uma ampla rede política, econômica e de poder.

O próprio Antônio Machado foi presidente da Associação Comercial de Maceió. Em uma fotografia,<sup>86</sup> por ocasião de uma solenidade ou assembleia na Associação, provavelmente de 1933 ou 1934 quando Alfredo Oiticica foi prefeito de Maceió, registrou-se a presença de diversas personalidades: Antônio Machado, o interventor Afonso de Carvalho, o então prefeito Alfredo Oiticica, Artur Jucá, que na ocasião era chefe de polícia, o coronel Xavier de Oliveira, Oscar Maurício, Gastão Machado, Oscar Jugurtha Couto que era comandante de polícia, Temístodes Azevedo, João Azevedo, Tércio Wanderley como representante de

---

<sup>83</sup> Antônio de Mello Machado (1878-1950) foi bacharel em Direito pela Faculdade de Recife em 1901. Foi juiz de direito e professor. Exerceu a presidência da Associação Comercial de Maceió. Foi deputado estadual e federal nos anos 1930. Na legislatura federal, participou, nos idos de 1937, da Comissão de Assistência Social. Foi também provedor da Santa Casa de Misericórdia em Maceió. Nos negócios, além da Fábrica que herdara de seu pai, foi dirigente da Companhia de Trilhos Urbanos em Maceió. MACHADO, Antônio de Melo [verbete]. *ABC das Alagoas*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes/index/machado/page:2>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

<sup>84</sup> Não foram encontrados dados biográficos desse personagem.

<sup>85</sup> Nasceu no município de Viçosa em 1884. Foi professor, jornalista, advogado e juiz de direito. Ocupou cargos públicos, entre os quais, secretário do Interior e Justiça durante o governo Batista Acioli. Foi eleito deputado federal em 1911. Assumiu a prefeitura de Maceió de 1909 a 1911. Foi deputado estadual de 1925 a 1928. Foi secretário na Associação Comercial de Maceió e no Banco Norte do Brasil. Faleceu em 1927. GRACINDO, Demócrito Brandão [verbete]. In: *ABC das Alagoas*. [s.d.] Disponível em: <<http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes/index/G/page:25>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

<sup>86</sup> Esta fotografia faz parte do acervo do IHGAL. Em sua catalogação, está disponível apenas uma ementa informando sobre algumas personalidades presentes, porém sem identificar seu lugar na cena. Do mesmo modo, não apresenta a data do registro. No entanto, é possível identificar o período provável, nesse caso, os anos de 1933 ou 1934, ao informar a presença do então prefeito Alfredo Oiticica. Destaco que, por opção, não busquei identificar os presentes, muito embora utilize sua ementa para identificar ali uma rede política, econômica e de poder.

usineiros, entre outros. Antônio Machado, vestindo traje de gala estilo *black tie*, sentado, ocupou o centro da fotografia.

Fotografia 3 – Solenidade na sala da Associação Comercial de Maceió



Fonte: Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Pasta 01, prateleira 1. Coleção de Fotografias de Maceió antigo. Foto n.º 72. Autor desconhecido, [193-?].

Embora as circunstâncias do encontro entre diferentes personalidades e o registro dessa memória não estejam disponíveis, pode-se reconhecer o prestígio que Antônio Machado gozava no meio político, empresarial e militar em Alagoas. É relevante destacar que reconhecer a rede política, econômica e de poder, na qual estava inserido, sugere indagar até que ponto essa rede poderia ter contribuído para criar condições favoráveis aos negócios da Companhia União Mercantil. Além de que seus acionistas e diretores, não bastassem atuar na Associação Comercial de Maceió, foram deputados estaduais e federais, exerceram a magistratura, atuaram em bancos e até como prefeito de Maceió entre 1909 e 1911, nesse caso, Demócrito Brandão Gracindo, um dos sócios da Fábrica.

Uma rede que torna plausível o favorecimento de condições de financiamento, segurança policial, menor tributação, desburocratização na aquisição de matéria-prima e venda da produção, aprovação de balanços financeiros, fiscalizações menos rigorosas, entre outras facilidades que favoreceriam um bom desempenho econômico. “Com esse grupo –

Machado –, Fernão Velho evoluiu o aspecto físico e ambiental. A família Machado construiu 900 casas de alvenaria para seus operários, providas de luz elétrica e água encanada.”<sup>87</sup>

O cenário têxtil alagoano era promissor na economia do estado no início do século XX, mas exigia constantes investimentos para desenvolver-se, sobretudo visando potencializar sua produção. A Companhia União Mercantil já não tinha o monopólio da produção têxtil no estado como observado até o ano de 1866. Ao contrário, em 1907, já demonstrava preocupação com a concorrência no mercado. “Continuam as dificuldades criadas pela concorrência das fábricas similares especialmente da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos (Cachoeira).”<sup>88</sup> A saída para superar suas concorrentes era diversificar a produção, iniciando a “fabricação dos diversos tecidos brancos de algodão, inclusive toalhas.”<sup>89</sup> Com esse objetivo, registra-se que em 1908 foi adquirido novas máquinas de fiação, o que demandou a paralização de alguns dias de trabalho para sua instalação.<sup>90</sup> Ainda nesse ano, trinta novas casas para operários foram construídas, fato esse que leva a crer que houve também demanda por ampliação da força de trabalho. Com esses incrementos produtivos, houve valorização das ações da companhia, duplicando em relação à cotação do ano anterior. Iniciaram a fabricação de tecidos tipo morim ainda no mês de maio, mesmo tendo de adaptar rapidamente o operariado às novas máquinas.

Nos anos seguintes, ocorreram investimentos nas edificações. Em 1910, construíram um armazém anexo ao edifício da Fábrica, servindo este como depósito de algodão. Nos arredores da Fábrica, também construíram calçadas e realizaram melhorias estéticas em seu prédio, edificando dois grandes arcos na fachada. Mesmo com todo investimento exigindo despesas, o lucro anual registrado foi de 15%, elevando-se inclusive, o fundo de reserva da Companhia, atestando uma excelente situação financeira e aperfeiçoamento dos tecidos ali produzidos.<sup>91</sup> A compra de novas casas continuou à medida que novos trabalhadores chegavam a Fernão Velho. Seu crescimento populacional e novas demandas acompanhavam as transformações na capital nas primeiras décadas do século XX.

---

<sup>87</sup> FERREIRA, 1997, p. 5.

<sup>88</sup> COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL. Relatório da diretoria sobre os negócios do ano de 1907 para ser apresentado à assembleia geral dos acionistas em 15 de abril de 1908. In: RECORTES do Diário Oficial do Estado de Alagoas. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, [s.d.]. 1 v. (Acervo do IHGAL).

<sup>89</sup> Ibid.

<sup>90</sup> COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL. Relatório da diretoria sobre os negócios do ano de 1908 para ser apresentado à assembleia geral dos acionistas em 15 de maio de 1909. In: RECORTES do Diário Oficial do Estado de Alagoas. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. [s.d.]. 1 v. (Acervo do IHGAL).

<sup>91</sup> \_\_\_\_\_. Relatório da Companhia União Mercantil para ser apresentado à assembleia geral dos acionistas em 06 de março de 1911. In: RECORTES do Diário Oficial do Estado de Alagoas. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, [s.d.]. 1 v. (Acervo do IHGAL).

Maceió sofria uma série de intervenções urbanas. Novas ruas eram abertas, outras ampliadas e recebiam calçamento. Pontes foram construídas. Relógios públicos estavam presentes em diversos pontos da cidade. Algumas praças surgiram, outras foram remodeladas com projeto paisagístico incluindo jardins e até espelho d'água, a exemplo da Praça Centenário no bairro do Farol. A oferta de energia elétrica, além da transformação da estética noturna da cidade, possibilitava novos hábitos e usos do espaço urbano intensificando a vida pública à noite, ou até mesmo ampliando o horário de funcionamento do comércio até a noite.

No Jaraguá, a Associação Comercial construiu uma nova sede, tornando-se o prédio mais suntuoso do bairro. No bairro do Centro, onde predominavam atividades comerciais, construiu-se um teatro e uma garagem para carros. Diversos bares e restaurantes foram abertos, tornando-se também um local para diversão. As ruas era uma passarela onde o sujeito que caminhava também consumia. O burguês mergulhava no encantamento dos letreiros das lojas que o seduziam; ou ainda desfrutavam o ócio na leitura de um jornal nos bares, assistia as corridas de barcos na praia, entre tantas atividades que representavam a frivolidade da vida.

A cidade que até meados do século XIX lembrava feições coloniais, gradativamente tornava-se outra, marcada pela intensificação da produção capitalista e os efeitos tardios da Revolução Industrial no Brasil. Destacava-se como uma cidade comercial, portuária, industrial. Encetava outro ritmo e forma de vivê-la em suas múltiplas cenas, como a corrida para o bonde cuja linha férrea cortava as ruas acompanhadas por fios aéreos que o abastecia de eletricidade.

Fotografia 4 – Rua do Comércio



Fonte: Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, CD 02, Pasta 06, Col. João Azevedo Filho "Arquivo Fotográfico". Foto n.º 40.

Autor: João Azevedo Filho, [193-?].

A fotografia da Rua do Comércio, no bairro do Centro, foi registrada possivelmente na década de 1930. Nela percebo a aceleração da vida e do tempo, então demarcados em função da produção, da circulação de pessoas e mercadorias, da cadência de agendas com horários predeterminados para saída dos jornais às ruas, jornadas de trabalho, passagem dos bondes, entre outras. Crianças e adultos corriam nas ruas tentando alcançar e subir no bonde, mesmo percebendo que já estava lotado. Enquanto isso, outras pessoas passavam. Seja na calçada da “Livraria Villas Boas”, seja cruzando a rua tão apressadamente que, na foto, foi registrado desfocado,<sup>92</sup> e, por que não, desfigurado! Um movimento intenso de pessoas mesmo diante das portas aparentemente fechadas dos edifícios que abrigavam estabelecimentos comerciais. Uma situação que não sabemos se se tratava do comércio no fim de seu expediente, ou outra circunstância.

Mesmo assim, foi passível de contemplação, quer pelo fotógrafo que registrava a cena, quer pelo homem parado e de terno branco com chapéu, quase ao lado do passante desfocado. Sua posição lembra aquele que Walter Benjamin chamava de *flâneur*, um sujeito que observa e resiste a essa intensidade de movimentos. Trata-se de uma situação em que “A multidão é o véu através do qual a cidade familiar acena para o *flâneur* como fantasmagoria”.<sup>93</sup> Uma experiência cujos rastros ainda demarcam algumas ruas da cidade, seja com a presença dos trilhos de outro tempo que sobressaem do asfalto, seja mesmo na atualização da circulação capitalista de mercadorias e pessoas.

Maceió estava dividida em três distritos, os quais abrangiam bairros e localidades distintas. O Primeiro Distrito era composto pelos bairros do Centro, Farol, Bebedouro e o território fabril de Fernão Velho. Já o Segundo Distrito, abrangia os bairros do Jaraguá, Pajuçara e Poço. O Terceiro Distrito era composto pelos bairros da Levada, Trapiche da Barra e Pontal da Barra.<sup>94</sup> Cada um dos distritos também abrangia, com seus bairros e localidades, temporalidades e características distintas na expansão urbana da capital. Apontavam também direções na ocupação do espaço da cidade, ou uma mais antiga localizada no entremeio entre laguna e mar com Primeiro e Terceiro Distrito, ou o mais recente com o início da ocupação da

---

<sup>92</sup> No uso de técnicas fotográficas, esse efeito ocorre quando o objeto fotografado se movimenta em velocidade superior ao acionamento da abertura do obturador da máquina fotográfica. É essa abertura que quando acionada ao apertar o botão da máquina, controla em fração de segundos a entrada de luz que no interior da câmera desenha um registro congelado do momento enquadrado nas lentes. Ressalto que esse congelamento não produz necessariamente uma cena imóvel.

<sup>93</sup> BENJAMIN, 2006, p. 47.

<sup>94</sup> ALAGOAS. Governo do Estado. Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Anuário demográfico 1914: população da cidade de Maceió e subúrbios. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 29 jun. 1915, p. 3-4.

faixa litorânea em direção ao norte, com o Segundo Distrito, ou ainda em direção aos tabuleiros da cidade com o bairro do Farol no Segundo Distrito.

Essa divisão, ao mesmo tempo, era uma forma de segmentar socialmente a ocupação do espaço urbano, o que lembra as reformas de Haussman em Paris no século XIX, provocando a formação dos “cinturões vermelhos”, onde subúrbios concentravam trabalhadores e operários.<sup>95</sup> Em Maceió, os bairros do Poço, Levada, Trapiche da Barra, o Vale do Reginaldo<sup>96</sup> e as fábricas onde estavam sendo construídas vilas operárias, como em Fernão Velho e Bom Parto (Fábrica Alexandria), atendiam a essa função.

Em 1920, a população maceioense alcançou o montante de 74.166 habitantes.<sup>97</sup> As vilas operárias na cidade concentravam grande número de trabalhadores que atuavam nas fábricas têxteis. Analisando os dados econômicos de Alagoas no biênio 1919-1920, publicados na edição do dia 16 de setembro de 1921 do *Diário Oficial* desse estado, a exportação em toneladas de açúcar superava a de algodão.<sup>98</sup> Do mesmo modo, a renda produzida, expressando o montante de 2.111:700\$599 contos de réis para o açúcar e 282:526\$842 para o algodão. Mesmo diante dessa concorrência na qual o açúcar demonstrava maior rentabilidade, os investimentos no setor algodoeiro e industrial têxtil continuaram.

Como exemplo desse capital empregado no setor têxtil, cita-se a Fábrica Companhia Fiação e Tecidos de São Miguel, localizada no município de São Miguel dos Campos em Alagoas. Seu corpo diretor publicou no *Diário Oficial*, edição de 18 de fevereiro de 1923, um balanço financeiro de sua gestão.<sup>99</sup> Destaca-se em seu ativo financeiro um valor maior de capitais empregados em matéria-prima (fios e algodão), maquinário, edifício para a fábrica e casas para operários, afirmando que “continuamos com a construção da Villa Operária.” Esses setores que receberam mais investimentos expressam a preocupação de seus acionistas e diretores na construção de um complexo fabril, formado por fábrica com vila operária, sendo ainda necessários altos investimentos na aquisição de matéria-prima. Relatam, ainda, a

---

<sup>95</sup> BENJAMIN, 2006, p. 49.

<sup>96</sup> O Vale do Reginaldo não configurava um bairro. Trata-se de uma depressão geológica existente entre os dois grandes tabuleiros da cidade. Popularmente, essa depressão é conhecida como “grotas”. Sua ocupação ocorreu informalmente, sem planejamento urbano, um processo semelhante à ocupação dos morros na cidade do Rio de Janeiro. Sua estética e fisiografia lembra o que podemos considerar como “favela”. Nas grotas da cidade e no Vale do Reginaldo em Maceió, vive uma população pobre e trabalhadora. Nos acervos fotográficos do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Arquivo Público de Alagoas e Museu da Imagem e do Som de Alagoas, há diversos registros desse lugar no início do século XX.

<sup>97</sup> DIÉGUES JÚNIOR, 1981, p. 199.

<sup>98</sup> ALAGOAS. Governo do Estado. Estatística de exportação dos principais produtos do estado. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 16 set. 1921.

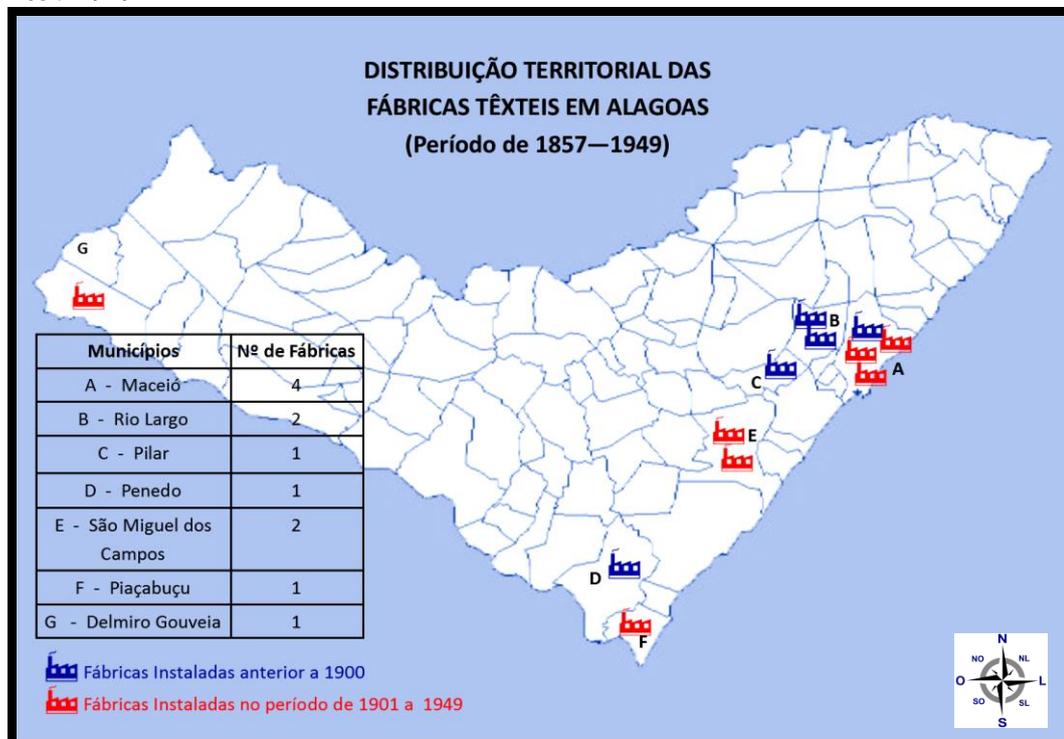
<sup>99</sup> COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS SÃO MIGUEL. Relatório. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 18 fev. 1923, p. 7-8.

destinação de recursos para linha férrea, construção de casas, escola, farmácia, luz elétrica e casa de turbina, edifício para diretoria, entre outros.

No dia 1.º de março de 1923, foi publicada, nesse mesmo periódico, a Ata da Assembleia Geral realizada pelos diretores dessa fábrica com seus acionistas no dia 28 de fevereiro de 1923 na cidade de São Miguel dos Campos. Essa assembleia tinha como pauta a aprovação do relatório fiscal e a eleição da nova diretoria gestora da companhia para o biênio de 1923-1925. Na ata consta uma relação de mais de 35 acionistas entre pessoas e companhias. Observa-se, desse modo, quanto o negócio fabril mobilizava um grande número de investidores.

Segundo Marroquim,<sup>100</sup> ao apresentar uma síntese do recenseamento do ano de 1920, evidencia-se que o capital empregado no setor têxtil-algodoeiro foi superior ao das usinas de açúcar, embora a exportação de algodão e renda produzida por essa matéria-prima tenha sido menor. Nesse período já se registrava a existência de 12 fábricas em Alagoas, totalizando um capital empregado de 24.828 contos de réis, enquanto as 15 usinas de açúcar somavam 12.064 contos de réis.

Figura 3 – Mapa da distribuição territorial das fábricas têxteis em Alagoas, período 1857-1949



Fonte: Os dados para composição desse mapa foram extraídos de diversas obras historiográficas e relatórios das companhias de fábricas têxteis publicados nas edições do Diário Oficial de Alagoas.

<sup>100</sup> MARROQUIM, 1922/2000, p. 186.

Esses números sinalizam quanto o setor têxtil tinha se tornado atrativo economicamente. O próprio quantitativo de fábricas, comparados com os registros do fim do século XIX que totalizavam cinco, foi elevado para doze.<sup>101</sup>

Correlata a essa produção e expansão de fábricas têxteis, em 1920 havia ainda em Alagoas 79 indústrias de beneficiamento de algodão totalizando 2.051 contos de réis de capital nela empregados.<sup>102</sup>

Dados econômicos como esses geralmente eram disponíveis ao público. Eram publicados balanços financeiros das fábricas e as atas de suas assembleias de acionistas, tornando-se uma prática comum durante a primeira metade do século XX. Era uma forma de tornar públicas as realizações do empreendimento, assim como as decisões de seus acionistas. Geralmente, as publicações eram feitas no *Diário Oficial* do Estado,<sup>103</sup> mas também poderiam ser em outros jornais e periódicos de grande circulação e outras publicações no estado, a exemplo do livro de Adalberto Marroquim, *Terra das Alagoas*. As informações sobre esses empreendimentos fabris eram de interesse social, sobretudo diante dos impactos que suas produções e dificuldades poderiam gerar na economia e população de sua região. Além disso, investidores poderiam acompanhar o desenvolvimento econômico e produtivo das fábricas, podendo, munido de informações, ter interesse em comprar ou vender ações, quer seja ele já integrante sócio dessas empresas, quer não.

De maneira geral, os relatórios das fábricas declaravam um balanço econômico, evidenciando os custos com matéria-prima, aquisição e manutenção de maquinário, compra de insumos para produção como lubrificantes e combustíveis, despesas com compra de terrenos e construção de edifícios para instalações diversas, tanto da produção como de casas para operários e custos despendidos com seguros. Essa última despesa parecia ser essencial, repetindo-se em diversos relatórios e em alguns eventos pontuais, sendo mobilizados para indenização de sinistros ocorridos nas instalações fabris. Além disso, é indiciária da ampla rede financeira que envolvia a produção fabril, com os investimentos dos acionistas e mobilização de bancos, e companhias de seguros. As companhias de seguro declaradas nos

---

<sup>101</sup> Nessa contagem de fábricas têxteis em Alagoas, optou-se por não incluir a Fábrica de Rendas e Bordados criada em 1909 no município de Pilar, por entender que ela não se enquadrava em uma produção industrial e mecanizada, mas atividade manual e artesanal, muito embora também fizesse parte desse cenário têxtil-algodoeiro.

<sup>102</sup> MARROQUIM, 1922/2000, p.186.

<sup>103</sup> Foram pesquisados os exemplares do Diário Oficial do Estado de Alagoas, que compreendem o período de 1912 a 1955. Os exemplares desse periódico encontram-se disponíveis no APA e no IHGAL. Estão também disponíveis na sistematização de fontes para os trabalhos realizados no âmbito do projeto de pesquisa “Tramas da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho – Maceió/AL”, realizado em 2008 e também disponível no APA.

relatórios eram quase majoritariamente estrangeiras. Eram ainda declarados os lucros e pagamentos de impostos.

Todo relatório – além do balanço financeiro – trazia análises e relatos de acontecimentos durante o ano contábil a que se referia. Eram documentos econômicos que serviam para informar os interessados sobre a vida financeira das fábricas. Não eram comuns informações sobre operários nesses documentos, exceto quando informava a implementação de obras e ações que, de forma direta ou indireta, os beneficiavam, a exemplo da construção de casas.

Quanto às atas de assembleias, sempre informavam sobre a distribuição de ações das fábricas entre seus sócios. Algumas tinham amplo número de acionistas compostos por indivíduos, mas também representantes de outros empreendimentos. Ou ainda, existiam companhias cujos acionistas eram quase predominantemente membros de uma mesma família, como o caso da Companhia União Mercantil nos tempos dos Machados. Geralmente as fábricas publicavam atas de assembleias destinadas à eleição de diretoria, e em casos mais raros, alteração de seu Estatuto. Os relatórios com balanços contábeis e atas de assembleias, ambos relevantes fontes, que, em diálogo com outras, permitem recuperar os processos de constituição desses empreendimentos, possibilitando melhor compreensão da trajetória financeira e construção dessas fábricas.

Durante a gestão do Grupo Machado (1891-1938) à frente da Companhia União Mercantil, a produção têxtil em Fernão Velho foi impulsionada. Waldir Cipriano<sup>104</sup> relata que, no início dessa gestão, funcionavam 80 teares fabricando tecidos que posteriormente eram vendidos aos engenhos banguês e comerciantes do interior para ensacamento de seus produtos. Nesse período, as instalações da fábrica sofreram intervenções e melhorias, constituindo um complexo fabril composto não somente pelo parque produtivo da fábrica com seus maquinários, mas também outras edificações e oferta de serviços diversos aos trabalhadores.

O grupo [Machado] também procurou arborizar algumas ruas, praça, o colégio São José, onde atualmente é a Assembléia de Deus, reformou a então modesta capela de São José, tornando-a em um dos mais belos templos de nossa capital. [...] Em 1917, construiu o Cinema São José, onde eram exibidos os melhores filmes de Hollywood. A família Machado proporcionava também assistência médica, um ambulatório atendido por quatro médicos, sob direção de Dr. Manoel Machado Sobrinho.<sup>105</sup>

<sup>104</sup> CIPRIANO, Waldir. Fernão Velho: tradição e história. *O Jornal*, Maceió, 17 jan. 1999. Caderno de Cultura, p. 5.

<sup>105</sup> FERREIRA, 1997, p. 6.

Com essas intervenções, buscava-se o provimento de serviços de saúde, educação e entretenimento, evitando-se, quanto fosse possível, o deslocamento de operários para fora dos domínios territoriais da fábrica em busca do atendimento dessas demandas, também necessárias à sua vida social. Instituíam-se uma política de mão de obra de modo a fixar o trabalhador nos domínios produtivos da fábrica conforme o delineamento do território fabril se consolidava.

À proporção que as demandas produtivas aumentavam, um contingente maior de trabalhadores era mobilizado e absorvido. Antônio Cardoso, nascido em 9 de maio de 1938, relatou que seus pais saíram de Garanhuns, PE, para Maceió quando ainda bem jovens. A razão da mudança aparentemente foi financeira.

Eles tinham terreno. Tudo aquilo era agricultura, macaxeira, inhame. Mas eles acharam que estava crescendo e não tinha mais como continuar lá. Então vieram para Maceió, para Fernão Velho. Eles tinham uns tios que moraram lá, antigamente era a Rua da Linha. Meu pai morou ali, na casa dos meus tios, era a casa 25. Aí os tios morreram e ficou meu pai e minha mãe trabalhando aqui na Fábrica. (Relato de Antônio Cardoso, 2015).<sup>106</sup>

Mesmo seus pais possuindo terra em Garanhuns, parecia não ser suficiente, sobretudo diante daquilo que imprecisamente relataram “estar crescendo”, podendo provavelmente ser suas ambições de uma vida melhor. A produção agrícola não era mais atrativa. Ao chegar a Fernão Velho, somaram-se ao corpo produtivo de operários e operárias disponíveis para a fábrica. Essa mudança não representou de imediato um alento, apesar da possibilidade de trabalho na fábrica. Nas suas memórias de infância, Antônio Cardoso ressaltou as condições de moradia.

Lembro-me como hoje, em uma casa na Major Prado, tinha seis famílias. Aqui era seis mil funcionários e só tinha 104 casas na época. Seis mil funcionários e a empresa só tinha 104 casas. Então havia casos que na casa morava várias famílias. Na minha mesmo tinha três famílias. Daqui para ali um quarto e cozinha, daqui para ali outro quarto e família, e assim ia. Um só sanitário, uma lavanderia para todo o povo. Cada um que tirasse a sua roupa no tempo que podia. E hoje estamos aqui.

Esse relato contrapõe informações nos relatórios da fábrica sobre as supostas boas condições de vida oferecidas aos seus operários. Apesar das constantes intervenções ampliando a vila operária, inclusive com a construção de casas, que nem sempre eram

---

<sup>106</sup> Informação prestada por Antônio Cardoso em entrevista para esta pesquisa, realizada em Maceió, Alagoas, em 15 de julho de 2015.

suficientes para o crescimento de seu corpo produtivo. O que não representava necessariamente um problema para a fábrica, cuja solução poderia ser abrigar várias famílias em uma mesma casa. O entrevistado Antônio Cardoso discorre sobre a chegada dos pais à fábrica, o que pode nos levar a indagar se suas ambições de uma vida melhor podem estar associadas a um possível crescimento de sua família quando em Fernão Velho tiveram o primeiro filho.

Quando vieram de Garanhuns, era só mamãe e ele. Vieram para a casa dos tios, e aqui se cuidaram, se casaram e veio a família. Sou o quinto. Eram três filhos homens e três filhas mulher. Tudo trabalhou aqui, todos eles, por intermédio de papai.

A família operária atendia a essa demanda de força de trabalho. Diante da morte, que gerava sofrimento familiar pela perda entre os operários, para a fábrica tratava-se de uma “perda” que rapidamente deveria ser suprida. Disponha de força de trabalho excedente para mobilizar a qualquer momento, a exemplo dos pais de Antônio Cardoso, seus irmãos e irmã, e a si próprio, que trabalharam todos como operários.

Comecei a trabalhar em 1952. Eu não procurei. Meu pai era funcionário antigo, técnico de preparação. Aí entrou aqui um cidadão, um italiano, Carlo Cuche, chamou meu pai e mandou levar os filhos lá no escritório. Três irmãos, José, Antonio e Irinã. Cheguei lá, não precisou levar o papai não. Foi a porta aberta. ‘Você é filho de seu Cardoso? Senta aqui!’ Então assim, de carteira branca. ‘O senhor tem que idade? O Sr. tem tanto. Vai trabalhar na sala de pano. O Sr. vai trabalhar na aparação. O Sr. vai trabalhar de tecelagem. Pronto!’. Abriu mais de emprego para nós três. Começamos, começamos, e resultado: todos nos três trabalhamos 33 anos. Com trinta dias de experiência tive a carteira assinada. (Relato de Antonio Cardoso, 2015)

Importava aos patrões a manutenção de força de trabalho excedente e disponível para substituir os doentes, faltosos, mortos. Exigia-se eficiência. “Com noventa dias de experiência, se você não prestasse já ia para fora”, ressaltou Antônio Cardoso, que com 14 anos de idade foi trabalhar na fábrica.

Dessa maneira, a fábrica e a vila operária, trabalho e vida privada operavam em simbiose. Ao mesmo tempo, desfigurava-se o próprio mundo social e cultural por meio dos efeitos do mundo tecnológico, fabril e econômico. Trata-se daquilo que o filósofo Karl Marx designa como uma relação social definida e estabelecida entre homens, e que “assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”.<sup>107</sup> Um processo de alienação capaz de

<sup>107</sup> MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. 1, p. 81.

transformar o homem em mercadoria e em objeto integrante do processo produtivo, submetido aos mandos e às necessidades do patrão.

Em 1945, metade do maquinário em funcionamento na indústria têxtil nacional já tinha sido adquirida pelos empresários fabris até 1915<sup>108</sup> quando favorecidos pela entrada de capital estrangeiro investidos nos setores da indústria e infraestrutura. Durante a 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, as potências militares e industriais europeias concentraram esforços produtivos para suprirem as próprias demandas oriundas do conflito bélico, provocando uma retração das suas exportações de produtos industrializados para o continente americano. Nesse período a produção industrial teve momentâneo, mas significativo aumento produtivo, tornando o Brasil um exportador de tecidos e produtos semi-industrializados como carne e açúcar para países latino-americanos e África do Sul.<sup>109</sup>

Na Primeira República, após a 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, retomou-se de forma mais significativa a produção industrial brasileira.<sup>110</sup> Sob pressão de comerciantes e industriais, o governo brasileiro autorizou emissão de moedas e financiamento para a produção de modo a suprir as demandas nacionais diante do novo cenário do comércio internacional. Posteriormente, “de 1921 a 1927, entrou no país grande quantidade de máquinas de fiação, tecelagem, estamperia e outros acessórios”,<sup>111</sup> modernizando a produção. Ao analisarmos o processo de industrialização do Brasil na década de 1920, podemos representar esse período como momento de prosperidade.

Essa importação massiva atualizando o maquinário da indústria nacional ocorreu em virtude de alguns fatores preponderantes, entre os quais: aumento da demanda consumidora por produtos de algodão expressando, inclusive, um aumento no número de fábricas; substituição de antigas e rudimentares máquinas por novas mais eficientes; e facilidades de financiamento e parcelamento na aquisição do maquinário.

Nos relatórios contábeis das fábricas publicadas no *Diário Oficial* do Estado durante esse período, há constantes registros sobre despesas com manutenção e aquisição de maquinários. O aumento do quantitativo dos teares e fusos era preponderante para a capacidade produtiva e melhor condição de concorrência no mercado de tecidos.

O mercado interno brasileiro exigia a diversificação da produção industrial. No âmbito do setor têxtil, foram produzidos novos tecidos atendendo às demandas da moda então

---

<sup>108</sup> STEIN, 1979, p. 110.

<sup>109</sup> FRANCO; LAGO, 2012, p. 207.

<sup>110</sup> ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excluyente*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 220-221.

<sup>111</sup> STEIN, 1979, p. 119.

vigente, tais como tecidos para camisas, calças, meias, paletós, blusas, saias, roupas íntimas, suprindo até 75% do consumo nacional de artigos de algodão.<sup>112</sup> O tecido grosso, muito usado para ensacamento ou no século XIX para vestir escravos, foi substituído pela produção de tecido fino e também de uso geral da população, podendo até ser para exportação. Nesse período, algumas fábricas também estenderam seus negócios, passando também a dispor de rede de lojas varejistas, a exemplo dos Lundgren da Fábrica Paulista em Pernambuco. Possuíam cerca de 200 lojas espalhadas pelo Nordeste vendendo a própria produção.<sup>113</sup>

O historiador Stanley J. Stein expõe números expressivos sobre o desenvolvimento da produção fabril nesse período,<sup>114</sup> produzindo uma imagem de prosperidade para esse setor econômico. Relata que, em 1921, o Brasil já possuía 242 fábricas de tecidos de algodão com 57.208 teares, empregando 108.960 trabalhadores diretos. As fábricas estavam distribuídas por diversos estados da Federação. No período de 1921-1927, esse número cresceu para 354 unidades fabris, representando 78.383 teares. As fábricas do Nordeste tinham ainda o fato favorável de estarem em uma região produtora de algodão, reduzindo o custo e tempo de acesso à sua matéria-prima. Alagoas nessa situação tinha condição bastante vantajosa. Além disso, a oferta de força de trabalho na região era mais barata, comparada com o Sudeste.<sup>115</sup>

Nesse cenário, a Companhia União Mercantil, na gestão do Grupo Machado, entendia que a modernização deveria ser realizada nos diversos setores de sua Fábrica. Também se preocupou com a capacidade de geração de energia. Investiu recursos para esse fim, o que também atenderia à crescente demanda produtiva. Implantou novos maquinários para geração energética, potencializando sua capacidade de produção.

---

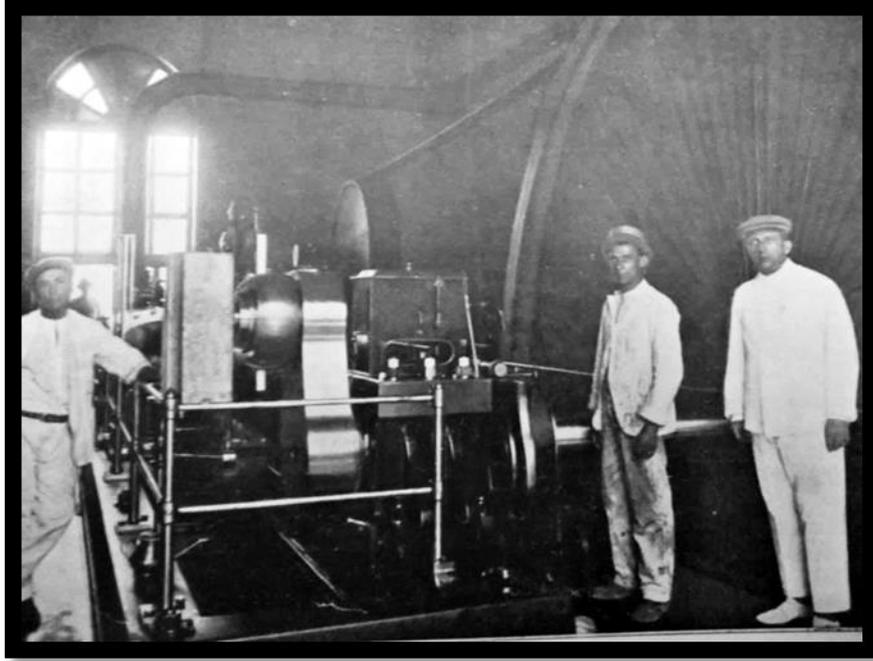
<sup>112</sup> STEIN, 1979, p. 116-117.

<sup>113</sup> Essas lojas, na década de 1940, constituíram posteriormente a denominada rede varejista Casas Pernambucanas, com unidades em diversos estados do Brasil. MASCHIO, Maralice. *Experiências dos trabalhadores das Lojas Pernambucanas no contexto da reestruturação produtiva, 1970-2000*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, PR, 2008.

<sup>114</sup> STEIN, 1979, p. 120.

<sup>115</sup> NERI, Gustavo; SALDANHA, Alberto. A indústria têxtil, o Decreto n.º 19.739 e a legislação trabalhista. In: SALDANHA, Alberto (Org.). *A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2011. p. 14.

Fotografia 5 – Companhia União Mercantil: seção de máquina motora



Fonte: MARROQUIM, 1922/2000. Acervo da Biblioteca do IHGAL.  
Identificando da margem esquerda para a direita, dois operários. Na margem direita, o diretor técnico Antônio Machado.  
Autor e data desconhecidos.

Com a modernização do maquinário aumentando sua capacidade produtiva, tornou-se possível a diversificação de seus produtos, passando a melhor atender às demandas de outros mercados, não somente o local e o nacional. Passou a exportar tecidos para a Europa.

Converteu-se pouco depois numa das maiores de tecidos do país, chegando ao porte de 1000 teares depois da primeira Grande Guerra, quando seu crescimento surpreendeu tanto pela rapidez como solidez da sua estrutura. Ganhou medalha de melhor manufatura na exposição de Turim, Itália, em 1922, quando seu mostruário de toalhas felpudas, morins, bramantes, cambraias e zephires agradou a muitos comerciantes do Velho Continente.<sup>116</sup>

Tratava-se de tecido para produção de lençóis, cobertores, toalhas de banho e roupas finas. Foi momento de expressivos ganhos financeiros, mas também de infortúnios.

A Companhia União Mercantil publicou na edição de 15 de março de 1923 do *Diário Oficial*, seu relatório econômico do ano-exercício de 1922. Relata que, nas primeiras horas da noite de 15 de abril daquele ano, a seção de tecelagem sofreu um incêndio que horas depois foi contido, mas forçou a paralisação da produção. A fábrica era segurada pela *Northern Assurance Company*, que, ao ser mobilizada, pagou indenização cujo capital foi reinvestido

<sup>116</sup> CIPRIANO, 1999, p. 5.

nas instalações, mas que não cobriu os prejuízos daquele ano, sobretudo diante de um desastre ambiental.

Devida as grandes chuvas do inverno passado, no mez de junho, desabaram da fralda da montanha, por onde passa o nosso aqueducto, e o inutilizaram completamente, ficando, por isso, mais uma vez parada a fábrica, enquanto se restabelecia o fornecimento d'água. Foram grandes os prejuízos que nos deixou o fallado desabamento.<sup>117</sup>

A água era necessária na produção. O manancial hídrico, a que se refere, encontra-se na área atrás da fábrica, formando um grande açude que garantia o abastecimento de água para a vila, para a produção de energia a vapor na fábrica, e para uso nas diversas seções da produção. Mesmo diante de todo esse prejuízo e paralização, os investimentos não cessaram. Relatam que adquiriram vários maquinários para o aperfeiçoamento de seus produtos, além da manutenção de antigas máquinas que possuíam, mas que necessitavam constantemente de reparos e conservação. Expressam, ainda, um sentimento positivo em relação ao aumento da produção, que deverá ser alcançada em pouco tempo, compensando as largas somas despendidas. Nesse ano, o lucro declarado nos dividendos foi de 15%, apesar de todos os infortúnios, percentual esse também alcançado em 1924.<sup>118</sup> Declararam ainda que, no fim do ano fiscal de 1922, restou um expressivo fundo de reserva em dinheiro.

Os investimentos em Fernão Velho no ano de 1922 não ocorreram apenas nas seções de produção. “Foram construídas 40 casas para operários, e compradas 10 outras a particulares, além do grande sítio Goiabeiras.”<sup>119</sup> Apesar dos azares sofridos, a produção apresentou lucro e os operários não tiveram suspensos os serviços assistenciais a eles oferecidos.

O setor têxtil alagoano, apesar das sucessivas crises políticas e econômicas nos anos 1920, destacava-se com posicionamento vantajoso. As fábricas e vilas operárias receberam investimentos de seus grupos empresariais, resultando na instalação de novos maquinários, ampliação das seções das fábricas, construção de casas para operários e até mesmo a

---

<sup>117</sup>COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL. Relatório dos negócios sociaes da Companhia União Mercantil, relativos ao anno de 1922, para ser apresentado em Assembléa Geral de Accionistas no dia 15 de março de 1923. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 15 mar. 1923.

<sup>118</sup>\_\_\_\_\_. Relatório dos negócios sociaes da Companhia União Mercantil, relativos ao anno de 1924, para ser apresentado em Assembléa Geral de Accionistas no dia 7 de abril de 1925. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 4 abr. 1925.

<sup>119</sup>COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL, 1923.

construção de complexos fabris.<sup>120</sup> Saúde, bairro de Maceió localizado no litoral norte da cidade, teve instalado uma fábrica com vila operária na década de 1920,<sup>121</sup> denominada Companhia de Fiação e Tecidos Norte de Alagoas. Essa fábrica fazia parte dos empreendimentos dos mesmos gestores da Companhia Fiação e Tecidos de São Miguel no município de São Miguel dos Campos.

Em 1925, correlata à produção fabril-têxtil, foi publicado no Diário Oficial de Alagoas, a relação dos descaroçadores de algodão existentes no estado nesse ano. Esse mapeamento representa a expressividade da produção algodoeira, assim como a preocupação estatal ao fazer funcionar o Serviço do Algodão do Estado de Alagoas. Contabilizou-se um total de 142 empresas de beneficiamento do algodão realizando serviços de descaroçamento. Seis anos antes, esse número era de 79. Os municípios com maior quantidade de registros foram Anadia (10), Palmeira dos Índios (19), Pão de Açúcar (9), Santana do Ipanema (16), Viçosa (18) e Quebrangulo (21).<sup>122</sup> A produção algodoeira e fabril-têxtil estava presente em todo o estado, do litoral e região lagunar ao sertão, passando pelo agreste. Eram fábricas e empresas de beneficiamento do algodão em diversos municípios. Em 1926, relata-se a instalação de fazendas de sementes para o incremento da produção nesse setor,<sup>123</sup> visando, em grande medida, atender às demandas de exportação do produto e das próprias fábricas têxteis do estado. Segundo quadro produzido pelo Serviço do Algodão do Estado de Alagoas informando o consumo e estoque da matéria-prima no estado pelas fábricas têxteis em 1927, a Companhia União Mercantil somente nesse ano consumiu um total de 1.077.343 toneladas de algodão,<sup>124</sup> seguido pela Fábrica Cachoeira, que alcançou número próximo a esse montante no município de Rio Largo.

A alta produtividade exigia das fábricas constantes investimentos. Nesse mesmo ano de 1927, a Companhia União Mercantil adquiriu dois caminhões para o transporte de tecidos e algodão. A linha férrea não era suficiente para atender à demanda de transporte de matéria-prima e escoamento dos tecidos produzidos. Nas informações dos custos empreendidos no ano, informa despesas com ampliação do prédio da Fábrica. Além desses investimentos,

<sup>120</sup> No Diário Oficial de Alagoas, foram publicados diversos relatórios e atas de fábricas têxteis alagoanas no período de 1912 a 1925. Esses documentos trazem relevantes informações sobre os investimentos empreendidos por essas fábricas na constituição de seu parque fabril. No Arquivo Público alagoano, encontram-se disponíveis exemplares do periódico oficial do Estado. Alguns exemplares também se encontram no Instituto Histórico Geográfico de Alagoas.

<sup>121</sup> LESSA, Golbery Luiz. Trama da memória, urdidura do tempo. In: TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: Sebrae, Edufal, 2013a.

<sup>122</sup> ALAGOAS. Serviço do Algodão. Relação dos descaroçadores existentes em 25 de fevereiro de 1925... *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 25 mar. 1925.

<sup>123</sup> SERVIÇO do Algodão. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 22 abr. 1927. p. 25.

<sup>124</sup> ALAGOAS. Serviço do Algodão. Quadro demonstrativo de consumo e stock (em kilos) de algodão nas fábricas de tecidos... Anexo n.º 16-17. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 22 abr. 1928.

propôs-se no relatório o indicativo de construção de cinquenta casas para os operários. A demanda por novos trabalhadores crescia proporcionalmente com a alta produtividade da Fábrica. Os benefícios sociais continuavam sendo ofertados, e até mesmo ampliados. Dois anos depois, foi implantado um gabinete odontológico.<sup>125</sup> A gestão também recebeu novas instalações. No terreno anexo à Fábrica, foi construído o prédio para seu escritório contábil.<sup>126</sup>

Em meio à prosperidade, também ocorreram acontecimentos trágicos. Em 1929, faleceu o diretor Demócrito Gracindo, um dos gestores da Fábrica. Foi substituído por João de Mello Machado.<sup>127</sup> A direção da Fábrica ficara exclusivamente nas mãos da família Machado.

Nesse ano, às 11 horas e 45 minutos do dia 20 de novembro, iniciou-se um incêndio que destruiu as seções de preparo do algodão e fiação, causando danos à tecelagem e outros departamentos,<sup>128</sup> e afetando a produção. A Fábrica foi novamente paralisada. Foi o segundo incidente com fogo durante a gestão dos Machados. No ano seguinte, 1930, as seções atingidas foram recuperadas, usando-se recursos de seguro. O setor de tecelagem foi totalmente reequipado com novos teares vindos da Europa, instalados em um novo salão na Fábrica. “Hoje está a Fábrica trabalhando com 550 teares com eficiência, muito melhor do que antes do incêndio.”<sup>129</sup> Havia ainda previsão de uso de 700 teares até o fim desse ano. De forma concomitante, os investimentos para construção de casas para operários continuaram. A insistência na construção de casas é um indício da crescente demanda produtiva, que, com a modernização dos maquinários, necessitava também da vila operária com casas e dormitórios suficientes para atender à constante chegada de trabalhadores contratados e sua família, fixando-os dentro dos limites de controle patronal sob o operariado.

Na década de 1930, essa ampliação do parque produtivo tomou rumo diferente. Os historiadores Gustavo Neri e Alberto Saldanha<sup>130</sup> sustentam que a situação favorável às indústrias do Nordeste em virtude da facilidade de acesso à matéria-prima e força de trabalho barato provocou reação dos industriais do Sudeste. Estes últimos teriam defendido boicote às importações de novas máquinas em 1928, alegando risco de superprodução. Com a crise de

<sup>125</sup> COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL. Relatório dos negócios sociaes da Companhia União Mercantil, relativos ao anno de 1929, para ser apresentado em Assembléa Geral de Accionistas no dia 17 de março de 1930. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 18 mar. 1930, p. 5-6.

<sup>126</sup> \_\_\_\_\_. Relatório dos negócios sociaes da Companhia União Mercantil, relativos ao anno de 1927, para ser apresentado em Assembléa Geral de Accionistas no dia 01 de março de 1927. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 29 fev. 1928. p. 7-8.

<sup>127</sup> \_\_\_\_\_. Acta da 72.<sup>a</sup> Assembléa Geral Ordinária da Companhia União Mercantil realizada em 1.<sup>o</sup> de março de 1928. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 31 mar. 1928. p. 4-5.

<sup>128</sup> COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL, 1930, p. 5-6.

<sup>129</sup> \_\_\_\_\_. Relatório dos negócios sociaes da Companhia União Mercantil, relativos ao anno de 1930, para ser apresentado em Assembléa Geral de Accionistas no dia 27 de março de 1931. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 26 mar. 1931, p. 5.

<sup>130</sup> NERI; SALDANHA, 2011.

1929, essa disputa parece ter ficado mais evidente prolongando-se na década de 1930 e exigindo intervenção estatal mediante a promulgação do Decreto n.º 19.739 de 7 de março de 1931. O decreto restringia por três anos a importação de novos maquinários, o que favoreceria o parque industrial do Sudeste, já consolidado e com maquinário moderno. Além de estabelecer a restrição, era um instrumento capaz de fomentar maior controle do setor, exigindo no prazo de sessenta dias, contados a partir da promulgação, o envio de inventário de máquinas das fábricas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A importação somente seria permitida mediante a comprovação de que substituiria máquinas danificadas e inoperantes.

As fábricas do Nordeste, que vinham modernizando-se, ou que tivessem essa intenção, viram-se com grandes restrições para a aquisição de novas máquinas, muito embora alguns industriais nordestinos tentassem driblar os efeitos desse decreto intensificando sua produção. A ampliação das horas de trabalho foi uma alternativa dos empresários. Outros se valeram de suas relações políticas e econômicas, nacionalmente, para trazer maquinários modernos, já existentes no Sudeste, para o Nordeste.<sup>131</sup> É o caso de Othon Lynch Bezerra de Mello nas suas fábricas têxteis localizadas em Pernambuco. Ou mesmo a própria Fábrica Paulista dos Lundgren, que com sua rede de lojas espalhadas pelo Nordeste, possibilitaram dar vazão ao consumo de suas mercadorias. A vigência do decreto foi prorrogada até 31 de março de 1937, tornando plausível a prática patrimonialista de poder que pode pressupor a colaboração entre empresários e Estado na resolução de problemas ligados à produção industrial.

Com a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, a tese econômica de superprodução logo foi superada tendo em vista o escoamento do excedente do mercado interno para os países em guerra na Europa. A produção industrial no ramo têxtil novamente se intensificou nesse momento,<sup>132</sup> influenciado também por uma posição mais incisiva do Estado brasileiro no comando sobre o avanço do capitalismo na modalidade de intervenção e regulação econômica.<sup>133</sup> Nesse cenário, foram fomentadas as políticas de incentivo à industrialização, expressando a modernização econômica e produtiva do país. O governo, na liderança de Getúlio Vargas e seguindo uma lógica de controle produtivo e energético, criava conselhos e companhias nacionais; entre as quais, destacam-se a criação do Conselho Nacional de Petróleo, do

<sup>131</sup> MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)*. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>132</sup> SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional; USP, 1973.

<sup>133</sup> DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 37.

Conselho Nacional de Águas e Energias, e ainda estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional. Petróleo, siderurgia e energia elétrica tornavam-se as bases do crescimento industrial nesse período.<sup>134</sup> Além disso, no âmbito do setor têxtil, foi criada a Comissão Executiva Têxtil (Cetex). Tratava-se de um órgão estatal composto por empresários industriais atuantes no país. Esse órgão visava avaliar as condições de exportação e consumo interno da produção têxtil, tornando-se também balizador de políticas voltadas ao setor.<sup>135</sup>

O setor têxtil em Alagoas dividia com a produção açucareira a primazia de principais atividades econômicas no estado, e em algumas situações, disputas. Em 1940, os relatórios contábeis das usinas de açúcar passam a ser mais comuns nas edições do *Diário Oficial* de Alagoas, dividindo espaço com o setor têxtil no âmbito da produção industrial. Nesse cenário, o historiador Golbery Lessa destaca que a indústria têxtil em Alagoas entre a década de 1930 e 1960 dividiu com o setor açucareiro o capital investido, as receitas produzidas e o número de trabalhadores empregados na produção.<sup>136</sup> Atraía, ainda, investimentos de grupos empresariais diversos e interessados no desenvolvimento da produção industrial brasileira e alagoana.

### 1.2.2 A breve gestão do Grupo Leão (1938-1943)

Em 1938, a Companhia União Mercantil em Fernão Velho passou a ser administrada pela família Leão, que ficou à frente da Fábrica por cinco anos. Comparado com a família Machado, esse novo grupo era composto por um grande número de acionistas.<sup>137</sup> Tradicionalmente, possuíam negócios no ramo sucroalcooleiro em Alagoas. Tentou diversificar seus investimentos enveredando pelo setor têxtil. Comprou a Fábrica, mantendo-a sob seus negócios até 1943.

Uma de suas ações foi a mudança do Estatuto da Fábrica, adaptando-o ao Decreto-Lei n.º 2.627 de 26 de setembro de 1940. Este estabelecia regras mais rígidas para o funcionamento das sociedades anônimas ou companhias, exigindo, também, depósito em

<sup>134</sup> Sobre a economia brasileira durante o período Vargas (1930-1945), ver: LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3, p. 241-285.

<sup>135</sup> LOUREIRO, Filipe Pereira. *Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão (1929-1950)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. p. 206-207.

<sup>136</sup> LESSA, 2013a.

<sup>137</sup> COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL. Ata da 85.ª reunião da Assembléia Geral Ordinária. *Diário Oficial de Alagoas*, 23 mar. 1941, p. 8.

dinheiro como garantia financeira para seu funcionamento. O decreto também estabelecia uma centralização do governo federal no tocante às autorizações de funcionamento e fiscalização desses tipos de empresa. O aumento da produtividade relacionava-se com a modernização das formas de gestão das fábricas, acompanhando as tendências de mercado, das sociedades por ações e do mundo do trabalho. Com a reformulação do Estatuto, a Diretoria passou a ser composta por quatro membros, distribuída entre três diretores-gerentes e um diretor secretário, ampliando o corpo diretivo e melhor distribuindo as atribuições na gestão de cada diretor. A razão social da Fábrica foi alterada para Companhia União Mercantil – Fiação e Tecelagem.<sup>138</sup>

A gestão desse grupo buscou uma equipe de estrangeiros para auxiliar no controle dos diversos setores produtivos. Dr. Ernest P. Gillman, inglês, um dos sócios majoritários, que assumiu a direção, trouxe um saber que julgava técnico, visando potencializar a produção de forma a melhor adaptá-la às demandas internacionais e nacionais.

Dr. Ernest Percival Gillman, que assumira a direção da Companhia, inglês de hábitos conservadores, cercou-se de uma equipe de auxiliares do mais alto inglês: Mr. Penn como técnico geral da fábrica. Mr. Mac Brigde como técnico das seções de Caldeiras Motoras e Oficina Mecânica. O suíço Emilio Tannenhauzer, engenheiro eletricitista. Enquanto que o holandês Rempt de Grijo chefiava o Escritório e a Vila Operária. O Dr. Ernest, homem de fisionomia fechada, que não costumava conceder um bom dia espontâneo a ninguém, era entretanto, por dentro, em espírito um cavalheiro, um chefe de empresa dedicado, de coração generoso que sabia reconhecer e prestigiar a boa qualidade dos seus auxiliares.<sup>139</sup>

O saber técnico envolvia conhecimentos de engenharia, elétrica, mecânica, e administração. Somados a esses, a postura conservadora e pragmática que prezava pela eficiência no modelo de gestão utilizado pelo Grupo Leão. O reconhecimento de qualquer funcionário era vinculado às suas qualidades no sistema produtivo da Fábrica. Nesse modelo de gestão, a suposta generosidade do patrão – Dr. Ernest – que Veríssimo Ferreira afirmara existir, consubstanciava-se em apenas reconhecer friamente o prestígio para os que atendessem aos seus critérios de “trabalho produtivo”, exigindo eficiência, produtividade excedente e qualidade. Para o filósofo Karl Marx, “ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar”.<sup>140</sup>

Por outro lado, a frieza conservadora dessa gestão era minimizada nas ações de Dona Lolita Leão, esposa de Dr. Ernest P. Gillman. Ela “cuidava da área social da Vila, da igreja,

<sup>138</sup> COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL. Certidão. *Diário Oficial de Alagoas*, 6 jun. 1941, p. 11.

<sup>139</sup> FERREIRA, 1997, p. 9.

<sup>140</sup> MARX, 1980, v. 2, p. 584.

do colégio e assistência aos idosos, mandou construir uma vila para os velhinhos, cujas casas providas de alimentos, instalação elétrica e hidráulica para eles, e sem pagar aluguel”.<sup>141</sup> Disponibilizava, ainda, balaios cheios de pão para a Igreja distribuir aos pobres em 1942. No Natal, as crianças (cerca de seiscentas) eram presenteadas com brinquedos, segundo relata Veríssimo Ferreira. Porém, essa caridade, ao mesmo tempo, pode ser entendida como reconhecimento das difíceis condições de sobrevivência desse operariado, e as famílias, em consequência dos baixos salários. Tal situação fortalecia a relação de dependência dos operários em relação aos patrões, seja pelo trabalho, seja pelos demais benefícios. Tratava-se de um sistema de gestão do trabalho, que, por meio dos serviços sociais oferecidos, “assistia o trabalhador desde o berço até, literalmente o cemitério, pois em uma fábrica um lugar especial está reservado para aqueles cujos serviços já não estão disponíveis”.<sup>142</sup> Ou mesmo buscava assegurar a disciplina em oposição à indolência dos indóceis em um momento de limitação de direitos sociais institucionalizados.

Entre os benefícios que ofereciam aos operários, essa gestão reformou o ambulatório e nele implantou os setores de emergência e maternidade, assim como construiu uma creche. E no âmbito da produção, modernizou as instalações para o maquinário. “O grupo dos Leões, sob o comando de Dr. Ernest como seu diretor maior, introduziu grandes melhoramentos no prédio da Fábrica e nas casas da Vila Operária, com aproximadamente 8 mil habitantes.”<sup>143</sup>

No cenário econômico e social de Alagoas, a Companhia União Mercantil era apresentada como pioneira na produção têxtil, representando simbolicamente valores de progresso, disciplina e eficiência na gestão empresarial durante os três primeiros grupos que a administraram. Valores esses que, na maioria, tiveram continuidade na gestão seguinte do Grupo Othon e em tempos da Fábrica Carmen.

### **1.3 O empreendimento fabril Companhia União Mercantil**

Nas primeiras décadas do século XX, foram produzidas diversas imagens sobre Alagoas, circulando-as na forma de cartões-postais e almanaques. Nestes era exposta uma diversidade de cenas. Um lembavam os tempos de colônia e império registrando-se engenhos com trabalhadores afrodescendentes, predominantes também na cena das lavadeiras das Alagoas. São representações bucólicas que pareciam querer congelar e imortalizar uma imagem. Lembra a produção açucareira e suas relações sociais, permitindo perceber o lugar

---

<sup>141</sup> FERREIRA, 1997, p. 9.

<sup>142</sup> STEIN, 1979, p. 69.

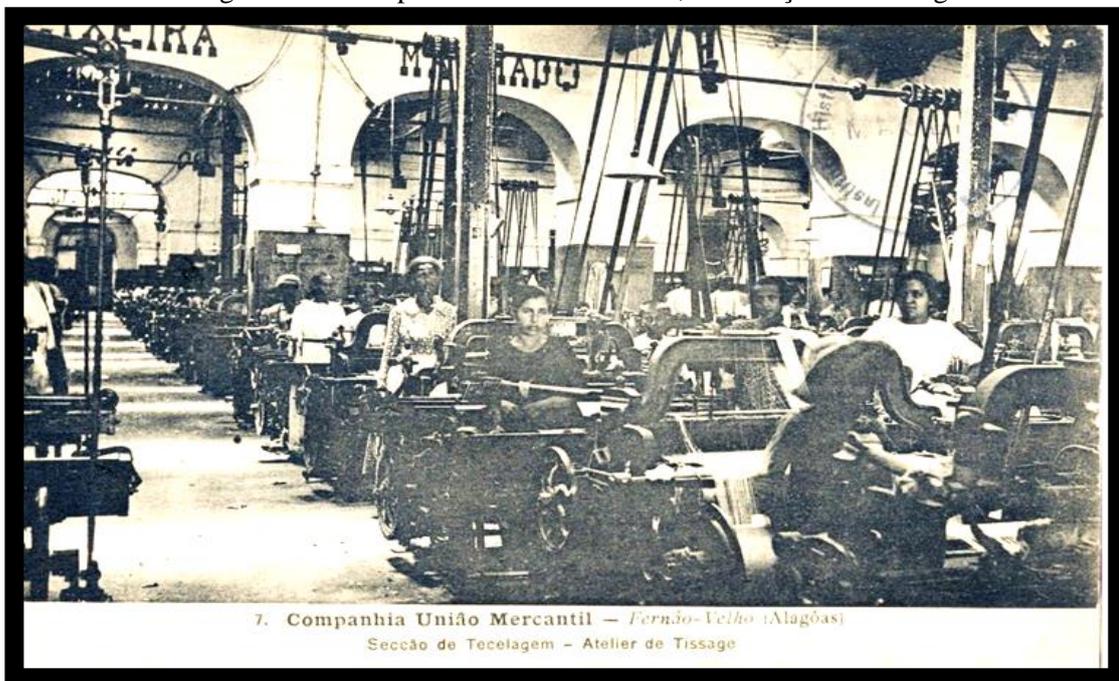
<sup>143</sup> FERREIRA, op. cit., p. 10.

social que os afrodescendentes ocupavam naquele presente. Compunham uma heterogênea classe de trabalhadores, com operários, condutores de pequenos barcos, pescadores, vendedores de cerâmica, tipógrafos, entre outros. Essas imagens também ressaltavam a natureza, sobretudo as lagoas Mundaú e Manguaba.

As cenas urbanas eram dinâmicas e destacavam Maceió com suas ruas, monumentos, e fábricas, todas se tornando representações de um novo tempo. Um tempo marcado pelos efeitos da revolução industrial e do comércio, capazes de promover a aceleração da vida e intensificação da produção capitalista.

Entre esses diferentes cartões-postais, quatro foram produzidos tomando Fernão Velho como representação da industrialização no estado. Embora não tenham informações como autor e data, é possível identificar seu período, nesse caso, os tempos da gestão dos Machados (1891-1938). As legendas que intitulam as cenas são seguidas por traduções em francês, o que torna plausível a intencionalidade de circulação para fora do Brasil. Há ainda o registro de uma numeração, o que leva a crer que fizessem parte de uma coleção ou edição específica. As cenas registraram o açude por detrás da fábrica, a linha férrea, casas de operários, a fábrica e vila, e o interior da fábrica na seção de tecelagem.

Fotografia 6 – Companhia União Mercantil, nova seção de tecelagem

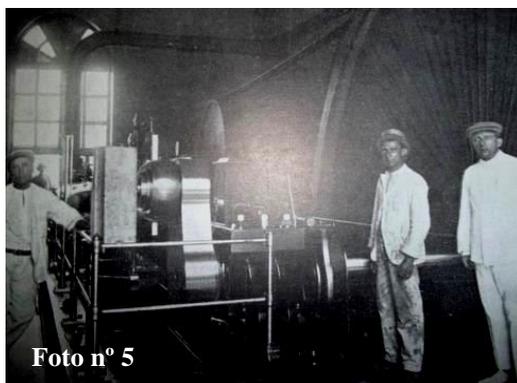


Fonte: Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Pasta 07, Col. Postais de Maceió. Postal n.º 177.

Autor desconhecido, [192?]. Esse registro pode ter sido realizado posterior aos incêndios dos anos 1920.

No início da década de 1920, outro conjunto de imagens foi produzido sobre Fernão Velho, publicado no livro *Terra das Alagoas*.<sup>144</sup> Essa publicação apresenta aspectos históricos, políticos, econômicos, demográficos, e territoriais do estado e seus municípios. Nele ganharam destaque as indústrias, informando suas realizações. Foi exposto um mapeamento das fábricas alagoanas então existentes, em que se utilizaram imagens fotográficas fomentando representações que significavam positivamente o setor têxtil como expressão de progresso e desenvolvimento.

Fotografia 7 – Sequência de fotos publicadas em *Terra das Alagoas*



Fonte: MARROQUIM, 1922/2000, p. 201-204. Acervo da Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas

<sup>144</sup> MARROQUIM, 1922/2000.

A composição das fotos foram publicadas de forma sequenciada nas páginas do livro, enquadrando diferentes situações em Fernão Velho. Essa sequência funcionava como um guia para o leitor, conduzindo-o até a última, que encerra a matéria sobre Fernão Velho. A primeira foto apresenta uma imagem panorâmica do território fabril destacando a vila e a fábrica em funcionamento com sua chaminé emanando fumaça. Ela também circulou em forma de cartão-postal, um dos que compuseram a coleção produzida nas primeiras décadas do século XX. A segunda toma como cena a praça com edificações diversas, algumas poucas pessoas e a igreja ao fundo. A terceira ressalta o Colégio São José<sup>145</sup> como uma das realizações da fábrica, expondo alunos e educadores, além da organização e disciplina na composição da imagem. Na quarta e quinta foto, deu-se prioridade ao interior da fábrica, em especial as seções de tecelagem e de geração de energia. Nesta última, registra-se, por meio de legenda, a presença de Antônio Machado, como diretor técnico, no canto direito. Por fim, a foto da fábrica com os operários.

Nesse sequenciamento de imagens, Fernão Velho tornara-se exemplo de um território privado, de eficientes ações empresariais e atividades econômicas, controladas tecnicamente por práticas e estratégias de poder que visavam atender aos interesses capitalistas. Esse fato ensejava positiva propaganda sobre a Fábrica, o que poderia atrair novos investimentos e sócios, ou até mesmo a venda do território fabril para um novo grupo empresarial, fato esse que ocorreu novamente em 1943. O conjunto de instalações fabris em Fernão Velho foi vendido ao empresário Othon Lynch Bezerra de Mello.

---

<sup>145</sup> Trata-se da fotografia apresentada no segundo capítulo quando narrada a oferta de ensino em Fernão Velho.

## CAPÍTULO 2

### NOS TEMPOS DA FÁBRICA CARMEN

Governam-se coisas. Mas o que significa esta expressão? Não creio que se trate de opor coisas a homens, mas de mostrar que aquilo a que o governo se refere é não um território e sim um conjunto de homens e coisas. Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, mas em suas relações com as coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc.<sup>146</sup>

Na década de 1930, o território fabril de Fernão Velho era apresentado como um promissor empreendimento. Desde que fora criado, a Companhia União Mercantil já havia passado por três diferentes gestões, que gradativamente foi delineando um território como espaço de saber e de poder voltado para a produção têxtil. Sua eficiência produtiva não era representada apenas pela disponibilidade de instalações diversas, recursos naturais e maquinários, mas também pela capacidade de atração e mobilização de um corpo de operários. Fábrica e operários somavam-se como um corpo produtivo.

Produziam-se também, imagens que lembram os valores imagéticos que o filósofo Walter Benjamin distinguiu por “valor de exposição” e “valor de culto” presentes nas múltiplas formas de produções culturais e de arte modernas.<sup>147</sup> Tendo sido realizado em consonância com os interesses dos proprietários da Fábrica e fazendo parte de uma sequência de imagens que circularam por meio de um almanaque publicado com informações gerais sobre Alagoas, reforçava o caráter de “exposição” para Fernão Velho. Possibilitava romper a imobilidade de sua localização física, tornando-se disponível para contemplação em outros espaços e entre distintos expectadores: imprensa, meios políticos e econômicos, leitores diversos, etc.

---

<sup>146</sup> FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985b. p. 282.

<sup>147</sup> BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. (1935-1936). In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 165-196. (Obras Escolhidas, v. 1). p. 172. Disponível em: <[https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin\\_Walter\\_Obras\\_escolhidas\\_1.pdf](https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2015.

Fotografia 8 – Companhia União Mercantil: operários em frente à fábrica



Fonte: MARROQUIM, 1922/2000, p. 204. Acervo da Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas.  
Autor desconhecido.

A composição dessa fotografia contém quatro planos, que não necessariamente são dispostos de forma hierárquica, embora alguns se destaquem mais que os outros.

No primeiro plano, apresenta a mata, um recurso necessário para geração de energia para a produção. Entravam na fábrica cargas e mais cargas de madeira para serem queimadas no setor das caldeiras, permitindo o aquecimento da água até o estado de vapor, transformando-o em energia. No segundo plano, o complexo arquitetônico considerado uma moderna instalação para a época, possibilitando abrigar diferentes seções desde a primeira com o tratamento do algodão, passando pela fabricação de fios e tecidos, e por fim, expedição. Nesses dois primeiros planos, podemos considerar o caráter de exposição. Os planos tornam-se inteligíveis por meio das informações disponíveis nos textos da publicação, informando sobre a produção e destacando as realizações dos antigos fundadores da Fábrica e então proprietários naquele período.

No terceiro plano, ocupando o centro da foto, os operários. Provavelmente posaram para esse registro quando mobilizados por seus gerentes e contramestres a mando da direção

da Fábrica. Fato esse que representava, de certo modo, a força que a disciplina fabril exercia sobre esses trabalhadores.

O último plano, no canto inferior esquerdo, o enquadramento de um detalhe da linha férrea, que passava em frente a essa cena. O trilho representava a presença constante do trem, que deslocava pessoas, matéria-prima e mercadorias. Reduzia a distância entre Fernão Velho e outras localidades. Facilitava o escoamento da produção. Na foto, integravam-se Fábrica e trem como signos representantes da modernidade após a Revolução Industrial.

Simultaneamente, circulavam uma representação de que naquela Fábrica ofereciam boas condições de vida para a população residente, situação essa baseada na oferta de trabalho e benefícios oferecidos pelos industriais, a exemplo da moradia, ambulatório, colégio, diversão, entre outros.

Os operários também ganhavam destaque nessas cenas. Formavam uma categoria social composta por homens e mulheres, sejam jovens, sejam velhos, de diferentes faixas etárias, funções no processo produtivo e posicionamento político. Na fotografia podemos lhes atribuir valor de culto, evidenciando seus corpos e rostos. As crianças não estavam excluídas dessa categoria. Já viviam a cultura fabril, seja por meio de seus pais, na disciplina da escola, da catequese, do escotismo, seja mesmo na obediência e resistência ao que era considerado pelos patrões como bom costume em Fernão Velho. Elas, tão logo completassem 14 anos de idade, poderiam também trabalhar como operários.

Esse contingente de pessoas mobilizadas para a produção constituía um corpo operário, uma população que se tornara residente e dependente desse território fabril, seja do morar, das assistências patronais ali disponíveis, mas, sobretudo, do trabalho. A capacidade produtiva dos industriais não era considerada apenas pela disponibilidade de recursos financeiros de que dispunham para investimentos em maquinários, matéria-prima, ampliação e escoamento da produção, mas também na manutenção e mobilização de um corpo produtivo formado pelos operários que viviam na vila.

O delineamento do território fabril de Fernão Velho ocorreu nas três primeiras gestões de empresários que perduraram até o início da década de 1940, consolidando, assim, o território formado por Fábrica com Vila Operária. Posteriormente, com a administração do Grupo Othon, além da ampliação da capacidade produtiva, a gestão do corpo de operários tornou-se uma questão central para a continuidade da produção. Suas intervenções em Fernão Velho não consistiram apenas em ampliar os meios para produção, mas também em ações que visavam aos operários.

Neste capítulo, além da ampliação do território fabril realizada pelo Grupo Othon, destaco suas estratégias subjetivas de controle e disciplina dos operários. Sua forma de gestão naquela vila operária constituía-se naquilo que o filósofo Michel Foucault designaria como uma espécie de governo, cujas ações destinavam-se não somente para as relações com as coisas (riqueza, recursos, meios de subsistência), mas também nas diversas dimensões da vida que abrangem costumes, formas de agir e pensar, saúde e doença, natalidade, festas entre outras que constituem a vida operária.

## **2.1 A gestão do Grupo Othon (1943-1996) e os tempos da Fábrica Carmen**

O empresário Othon Lynch Bezerra de Mello nasceu em 9 de fevereiro de 1880 em Limoeiro, PE. Era filho do coronel José Clementino Bezerra de Mello e Anna Lynch Bezerra de Mello. Desde jovem, o empresário atuava com negócios da família, nesse caso, o comércio de algodão e tecidos. Essa atuação na juventude foi contemporânea do momento favorável no fim do Império para o desenvolvimento da manufatura nacional quando foi autorizada, por decreto imperial, a instalação de diversas fábricas têxteis, além da expansão das lavouras algodoeiras em 1850. Com o falecimento de seu pai, assumiu os negócios da família. Em 1905, abriu sua primeira loja de tecidos em Recife. Durante a Primeira República, destacou-se no cenário político nacional e pernambucano, atuando em diversas missões comerciais e industriais. Ainda nos anos 1920, foi proprietário de quatro fábricas, todas no estado de Pernambuco. Tratavam-se da Fábrica de Tecidos Apipucos (também conhecida como Fábrica da Macaxeira) transformando-a em Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A., Fábrica Maria Amália, e Fábrica Anita, todas integrantes da companhia de denominação “Companhia de Tecido Bezerra de Mello”. Esse empresário já se destacava no ramo empresarial têxtil brasileiro.<sup>148</sup>

Nos anos 1930 e 1940, expandiu seus negócios, adquirindo novas fábricas no município de Magé no estado do Rio de Janeiro (Fábrica Companhia Agrícola e Industrial Magalhães, posteriormente rebatizada de Fábrica Esther), e no município de Curvelo, Minas Gerais, instalando a Fábrica de Tecidos Maria Amália. Esta teria sido uma de suas fábricas mais modernas, talvez até na América do Sul segundo destacava uma reportagem publicada

---

<sup>148</sup> Sobre a trajetória empresarial de Othon Lynch Bezerra de Mello, sugere-se o trabalho de MELLO, 2012, p. 24, no qual a autora evidencia “as estreitas relações entre industrialização, trabalho, política e sociedade, utilizando como um dos recursos elucidar e interpretar aspectos dos modos de vida e visões de mundo dos trabalhadores e do empresário, em suas formas autônomas e institucionalizadas, verificando-se em um período considerável de tempo as mediações entre sua experiência cotidiana e a presença como classe na cena política nacional”.

na revista *O Cruzeiro*.<sup>149</sup> Importou maquinários novos adquiridos nos Estados Unidos. A Companhia União Mercantil em Alagoas foi a última a ser adquirida por esse empresário. Nesse estado, foi criada, para administrar seu último empreendimento fabril, a Sociedade Anônima Othon Bezerra de Mello, Fiação e Tecelagem. As fábricas incorporadas ao seu grupo tinham em comum a existência de uma tradição vinculada ao trabalho fabril.<sup>150</sup>

Othon Lynch Bezerra de Mello ampliou seus empreendimentos, acumulando capitais por meio da produção industrial no ramo têxtil e diversificando seus negócios. Investiu em setores econômicos apresentados como promissores à época, tais como usinas de açúcar, produção de energia, agropecuária e seguros. Preconizava uma concepção de modernização e progresso pautada no liberalismo e, ao mesmo tempo, manutenção de certas tradições constituídas anteriormente aos anos 1940, como o próprio patriarcalismo nas relações sociais.

A conjugação de diversos elementos, entre os quais, a herança cultural de concepções da aristocracia agrária e mercantil da qual descendia, o contato com os grandes centros de comércio e indústria do exterior, as estreitas relações com intelectuais e políticos de seu tempo, contribuiu na formulação e aplicação de uma ideologia em que o paternalismo industrial correlacionado à noção de ‘família fabril’ fundamentou as relações sociais entre os próprios trabalhadores e destes com seus patrões.<sup>151</sup>

Nesse cenário, estabeleceu uma rede política que o favorecesse, considerando-se um “homem de espírito público”.<sup>152</sup> Foi conselheiro municipal de Recife e, em 1926, eleito deputado estadual em Pernambuco. Publicou reportagens econômicas e financeiras sobre o Brasil nos jornais *Diário de Pernambuco*, no *O Jornal*, Rio de Janeiro, e diversos outros jornais da Rede Diários Associados. Fez parte da Missão Econômica Brasileira realizada em 1940, participou da Campanha Nacional da Aviação liderada por Assis Chateaubriand. Mantinha contato com intelectuais como Gilberto Freyre e relações com políticos influentes nacionalmente como Lindolfo Collor e Agamenon Magalhães, que exerceram o cargo de Ministro da Indústria, Comércio e Trabalho durante o governo Vargas. Nos estados, estreitou laços políticos com governadores.<sup>153</sup>

A análise de passagens da trajetória desse empresário e seus herdeiros na gestão de seu grupo nos permite evidenciar, além das suas relações com os trabalhadores, as intersecções de

<sup>149</sup> AS GRANDES organizações fabris Othon Bezerra de Mello. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 25 set. 1941, p. 64.

<sup>150</sup> MELLO, 2012, p. 16.

<sup>151</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>152</sup> AS GRANDES..., 1941, p. 63.

<sup>153</sup> OLIVEIRA, Gladson Macedo de. *A Fábrica Maria Amália e sua inserção na cidade de Curvelo: os caminhos do desenvolvimento de uma indústria têxtil no interior de Minas Gerais, 1941-1992*. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 76.

Fernão Velho com o universo fabril no Brasil. Ou ainda, um olhar mais amplo sobre as relações sociais do trabalho e a industrialização como um processo histórico marcado por múltiplas experiências e protagonistas – trabalhadores e patrões – vinculada a uma diversidade de fatores sociais e culturais, econômicos e políticos.

Com o Grupo Othon, a razão social da Companhia União Mercantil passou a ser denominada Othon Bezerra de Mello, Fiação e Tecelagem S/A. Othon Lynch Bezerra de Mello, preocupado com a continuidade e eficiência de seus negócios, fomentou a formação acadêmica de seus filhos. Alberto Brito Bezerra de Mello era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, além de ter realizado estágios na Inglaterra, França, Alemanha e Itália. Já Luiz Bezerra de Mello, possuía curso de especialização em indústria têxtil em Manchester, um dos maiores centros industriais mundiais naquele momento.<sup>154</sup> Alberto passou a ser o principal diretor da Fábrica Carmen, tornando-se responsável pela gestão dessa unidade fabril, na qual seguiria as orientações e formação herdada de seu pai.<sup>155</sup> Além dessa mudança na identidade do empreendimento, nessa nova gestão, “a Fábrica recebera o nome de Carmen, porque o Dr. Alberto, um dos diretores da fábrica, tinha uma irmã que se chamava Carmen”.<sup>156</sup>

Inaugurava-se em Fernão Velho outra forma de gestão do trabalho, fundada na promoção de um pacto social mobilizando princípios de reciprocidade e lealdade entre patrões e empregados, como se todos fossem membros de uma mesma grande família, pautados, inclusive, em valores cristãos e reforçado pela permanente presença de padres e religiosos. Pacto esse investido pelos Othon como importante estratégia de poder, pautado também em valores patrimonialistas,<sup>157</sup> os quais o historiador Antonio Jorge Siqueira destaca que “no Brasil e, particularmente no Nordeste, tanto a estrutura de produção econômica quanto a organização social e conseqüente relação de poder político estão ligados intimamente entre si

<sup>154</sup> AS GRANDES..., 1941, p. 63.

<sup>155</sup> A historiadora Jussara Mello sugere que os empreendimentos de Othon Lynch Bezerra de Mello tinham um caráter familiar. As ações das fábricas eram divididas entre os próprios membros da família, inclusive distribuídas entre os menores de idade e esposa, que eram representados nas assembleias por Othon, o pai. Com a maturidade e dado que se apresentavam preparados para os negócios, os filhos passaram a assumir posições nas gestões dos empreendimentos, inclusive tornando-se responsáveis pela administração. Como exemplo dessa situação, citamos o caso de Alberto Brito Bezerra de Mello à frente da Fábrica Carmen. Ver: MELLO, 2012, p. 52.

<sup>156</sup> FERREIRA, 1997, p. 4.

<sup>157</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 15. ed. São Paulo: Globo, 2000. 2 v. Nessa obra, o autor analisa historicamente o exercício do poder político no Brasil por meio de uma estrutura administrativa dominada por classes dirigentes detentoras do poder econômico, configurando, assim, um Estado em favor dos próprios interesses. Na complexidade dessa prática patrimonialista, identificam-se usos do clientelismo, do patriarcalismo e do mandonismo local, além da preponderância de recursos econômicos na reprodução de sistema de dominação política e social. Trata-se da formação do que o autor designa como patronato político brasileiro, ou em outras palavras, um Estado patrimonial.

pelos laços familiares”.<sup>158</sup> Essa era sempre lembrada nos espaços de intimidade, nas ruas, e produção em Fernão Velho. A então Companhia União Mercantil, ao ser renomeada Fábrica Carmen, promove personificação e carisma ao espaço fabril, subtraindo o termo “Companhia”, cujo sentido lembra prioritariamente a frieza de uma empresa e negócio, e soma-se à singeleza da imagem feminina “Carmen”, materna, e irmã, um membro da família Othon como membro das famílias de todos nesse território fabril.

Além do que a personificação expressava também a permanente presença simbólica dos Othon, que representava o patronato local entre os operários. Presença que também se fazia de forma direta, seja com Othon Lynch Bezerra de Mello, seja seus filhos e parentela sucessores na gestão dos negócios fabris na medida em que prevalece “uma estrutura de poder familiar/pessoal que, em última instância, reforçará o poder privado, explicitando o seu peso e importância política na história do poder no país”.<sup>159</sup>

Esses empresários, quando circulavam na Vila Operária, conversavam com seus funcionários, eles mantinham sua casa – que se assemelhava a uma casa grande – próxima à Fábrica, e se faziam sempre presentes naquele território. Trata-se do que o antropólogo José Sérgio Leite Lopes designa como uma “teatralização da dominação, cujo enredo é a própria presença do patrão, dando ordens, alocando ao trabalho segundo exame das mãos, dos olhos e algumas perguntas à família, encenando uma moral do trabalho e o seu próprio poder”.<sup>160</sup> Teatralização que encenava o jogo patrimonialista e de poder, usando-se inúmeras estratégias de disciplina e pedagogia moral, assim como os benefícios ofertados aos operários.

Nos relatos de memória de Antônio Cardoso, que trabalhou como motorista e outras funções na Fábrica, lembrou a forma como era tratado pelo patrão quando trabalhava.

Eu estava aqui na minha casa e chegava o vigilante uma hora da manhã e dizia: ‘Seu Cardoso, Dr. Alberto quer viajar agora de 4 horas e disse que só vai com o senhor’. Eu era um profissional habilitado, chegava na casa grande e na cigarra, descia o velho que dizia: ‘E o Sr. como vai? Dormiu bem?’ Respondia: ‘Vou bem.’ Depois do cara me acordar naquela hora! Vamos agora para Barreiro. Era uma Usina. Essa Usina era de Othon. Usina Barreiro. 500 metros ao lado, tinha outra usina de Othon. Usina... Ele tinha três usinas aqui. E saía para lá, chegando seis horas para sete, ele no porteiro

<sup>158</sup> SIQUEIRA, Antônio Jorge. Poder patrimonialista no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Labirintos da modernidade*. Memória, narrativa e sociabilidades. Recife: Ed. da UFPE, 2014b. p. 254.

<sup>159</sup> Ibid.

<sup>160</sup> LOPES, 1988, p. 52. O autor, ao analisar o complexo fabril da Companhia de Tecidos Paulista em Pernambuco, destaca a preponderância dos proprietários fabris na gestão do trabalho e da cidade operária como coronéis, cuja prática do patronato é evidenciada nas formas de aliciamento de trabalhadores, no uso da moradia e benefícios sociais como atrativos a novos operários, na sua presença cotidiana nesses territórios, no uso da violência pelos patrões acompanhados por seus capangas, nos acordos iniciais tecidos verbalmente entre patrão e empregado, entre outras formas. Cf. LOPES, 1988, cap. 1, 2, 3 e 4.

avisava. ‘Esse aqui é de Maceió. Ele vai dormir e não acorde ele não. Quando ele acordar, viaja!’ (Relato de Antonio Cardoso, 2015).<sup>161</sup>

Seu relato nos permite identificar uma ambígua relação entre disciplina e oferta de benefícios oferecidos pelos Othon, fortalecendo inclusive a dominação dos patrões. Os trabalhadores, mesmo quando se demonstravam descontentes com a intransigência dos horários e ordens, dissimulava estar bem. Como o morar era provido pelo patrão, este sujeitava o tempo dos trabalhadores às suas necessidades produtivas.

Dr. Alberto era filho de Othon Lynch. Sucedeu seu pai na administração da Fábrica em Fernão Velho. Possuía negócios em outras cidades próximas a Maceió e Recife. Antônio Cardoso, ao relatar os caminhos percorridos pelo Dr. Alberto, recupera também as tentativas do filho do empresário em acompanhar os negócios da família. Antônio Cardoso relata: “Chegava outro diretor, o filho de Dr. Alberto, o Carlos Alberto, ‘quero viajar com seu Cardoso’. Vamos para onde agora? ‘Usina Santana’. Não era mais Recife. Era mais para o Norte.”

Embora Antônio Cardoso, como motorista, ficasse à disposição dos Othon, que poderiam chamá-lo a qualquer hora, aponta também que os patrões tinham certo cuidado consigo durante as viagens de automóvel. O que não representa necessariamente uma benevolência. Talvez uma preocupação maior dos patrões com suas próprias vidas, na medida em que estas, na estrada, estavam nas mãos do motorista. Muito embora, Antônio Cardoso soube tirar proveito dessa situação.

E minha vida foi tranquila, nunca me faltou o meu suficiente, nunca me faltou, eu não comia em canto nenhum para apresentar nota. Não apresentava a nota. Dr. Alberto dizia, tome esse dinheiro aqui para se alimentar e o que for. E nem prestava conta e coisa nenhuma. Nessas viagens só levava patrão, era motorista. Era carro da empresa. [...] Todo esse trabalho, fora do salário, tinha uma gratificação e as diárias pagas por eles. Chegava num hotel em Boa Viagem e recebia. Usina Barreiro, Rio Una, tudo em Pernambuco. Tinha no Brasil 21 hotéis. O mais fraco era aqui em Maceió. Trabalhei no Hotel Maceió. Tinha o direito de pegar empregada para pegar para o supermercado para comprar manutenção para tudo. Já tinha o meu separado!

Mesmo sob o mando do patrão e a presença do vigia, Antônio Cardoso admirava a imagem dos Othons, o que pode ser resultado da eficiência da disciplina e teatralização da dominação praticada na gestão desse grupo empresarial:

---

<sup>161</sup> Entrevista de Antônio Cardoso realizada em Maceió, Alagoas, 15 de julho de 2015.

Como empregado fui bem favorecido. Trabalhei aqui em primeiro lugar, na manutenção da sala de pano. A Fábrica me deu casa para morar, na Major Prado. Era antigamente, a Rua da Linha. Solteiro com meus pais, a Fábrica me deu a casa. Passei e fui encarregado da manutenção. Tinha como cobrar do Sr. o que era necessário. Daí, me tiraram de lá e colocaram na Lapinha, em frente à entrada da Fábrica, número 69. Trabalhei, trabalhei, trabalhei... E fui encarregado dos vigias, hoje segurança. [...] Depois fui encarregado da garagem. Na garagem tomei conta de 11 carros e 22 homens. E foi quando a companhia me deu essa casa para morar. A cada função que subia, tinha direito a uma moradia melhor. Era um caba estruturado e preparado. Aproveitei tudo que a empresa me deu.

A gestão de todo esse território fabril tornou-se, o que podemos denominar, uma forma de biopolítica capaz de lidar com a população como problema político, científico e de poder. Possibilita regulamentar a vida e a morte, instituindo desde a vigia até a alimentação. O território fabril formado pela Fábrica com Vila Operária é uma forma de biopoder<sup>162</sup> capaz de regulamentar a produção, os corpos e os comportamentos, mesclando-se mecanismos disciplinadores e regulamentadores.

Em suas diversas fábricas, os Othons promoviam a higiene, alimentação, saúde, escolarização básica, distribuição de leite e medicamentos, roupa e/ou tecidos para vestimenta, manutenção das casas operárias, festas e, em alguns casos, até enxoval de casamento e bebê de operários. Preocupavam-se também com a orientação espiritual, fomentando a catequese e outras formas de ensino religioso católico entre seu operariado.<sup>163</sup> Mantinham também um corpo de vigias armados como seguranças de suas instalações.

A Fábrica Carmen, embora fosse propriedade privada, usava como estratégia, demonstrar ser parte da família operária, e que por esta família deveria ser cuidada. Quase todos que viviam em Fernão Velho nela trabalhavam, dela dependiam para sobreviver e morar. Esse modelo de gestão promoveu o desencadeamento de novas relações sociais entre os trabalhadores e seus patrões. O Grupo Othon continuou a se utilizar da oferta de benefícios para os operários já implantados desde outras gestões, além de ser uma prática nas outras fábricas de seu grupo. Ressaltavam valores cristãos em todas as suas atividades, seja nas

---

<sup>162</sup> Segundo Michel Foucault, o biopoder ou biopolítica “trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc.” Trata-se de uma porção de problemas políticos e econômicos passíveis de objetos de saber, tornando-se alvo de controle da biopolítica, lançando mão de estudos estatísticos sobre a população, sobre a demografia, a doença e epidemias, entre outros. FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: M. Fontes, 2000a. p. 288-289.

<sup>163</sup> AS GRANDES..., 1941, p. 67.

habitações e famílias operárias, na escola, ambulatórios, recreio operário, “tudo, enfim que possa aproximar o operário da Fábrica, conferindo-lhe bem estar e conforto”.<sup>164</sup>

Esse apelo à família e o uso de estratégias patrimonialistas era também prática do Estado Novo (1937-1945) no Brasil, cujo sentido democrático deveria ir em direção ao trabalhador. Além do que, o pós-Revolução de 1930 produzia sentimentos múltiplos em meio aos grupos empresariais e políticos, sobretudo diante de um cenário que o historiador Jorge Siqueira destaca como de “insegurança na ruptura com o passado da velha republicanidade e a incerteza no futuro da modernidade burguesa nacional”,<sup>165</sup> o que suscita, consideravelmente, a plausibilidade do fortalecimento do patrimonialismo na cultura política brasileira.<sup>166</sup> Olhar que coaduna com a análise da historiadora Dulce Chaves Pandolfi ao situar as incertezas acerca dos processos políticos que culminaram no Estado Novo.<sup>167</sup> Ao mesmo tempo, reconhecia-se no âmbito governamental que a questão social pós-1930 era um problema cuja solução necessariamente exigia intervenção estatal,<sup>168</sup> fomentando uma forma de democracia social supostamente capaz de atender às demandas dos trabalhadores, mas também a promoção do processo de industrialização no Brasil.

Instituíam-se também, a valorização de um tipo de trabalhador-cidadão pautado na promoção da relação de reciprocidade entre este, o Estado e a sociedade industrial. Estabelecia-se uma rede de compromissos entre Estado e trabalhador-cidadão compactuando o que a historiadora Angela de Castro Gomes designa como “ideologia da outorga”. O Estado se antecipava às demandas sociais, institucionalizando direitos, e, em contrapartida, esperava o comprometimento dos trabalhadores com seu projeto político.

<sup>164</sup> AS GRANDES..., 1941, p. 65.

<sup>165</sup> SIQUEIRA, Antônio Jorge. São Bernardo e os labirintos da cultura patrimonial. In: \_\_\_\_\_. *Labirintos da modernidade*. Memória, narrativa e sociabilidades. Recife: Editora UFPE, 2014c. p. 208.

<sup>166</sup> Compreendo como cultura política, os múltiplos e entrecruzados fatores que configuram circunstâncias históricas e sociais particulares, contribuindo para a definição de contornos políticos e administrativos no âmbito do Estado, que permeiam as disputas por poder entre diferentes grupos sociais, ou mesmo possibilitam a compreensão de práticas políticas que, no cotidiano, são mediadas por ideologias, interesses, projetos de sociedade ou mesmo são práticas comuns em uma sociedade em certo tempo e espaço. Para melhor compreensão sobre a categoria Cultura Política, destaco: KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*, n. 13, p. 227-250, dez. 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100/1239>>. Acesso em: 18 jul. 2014. RÉMOND, René. Por que a história política? Apresentação de Maria Yedda Linhares. *Revista Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 7-20, jul. 1994. Transcrição da conferência pronunciada por René Rémond. Tradução de Anne-Marie Milon Oliveira. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1969/1108>>. Acesso em: 18 jul. 2014. BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29-46.

<sup>167</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3, p. 13-37.

<sup>168</sup> GOMES, 2005, p. 197-198.

Os benefícios sociais teriam sido apresentados à classe trabalhadora no pós-40 como um presente outorgado pelo Estado. A classe trabalhadora, mesmo antes de demandar, teria sido atendida por uma autoridade benevolente, cuja imagem mais recorrente é a autoridade paternal.<sup>169</sup>

Nesse ensejo, o Grupo Othon entendia que a modernização da sociedade necessitava de atuação mais incisiva e sensível do patronato com a questão social. Visavam harmonizar conflitos na promoção do desenvolvimento industrial, porém sem esquecer seu lugar nessa relação política personalista,<sup>170</sup> que definia as fronteiras entre os que mandavam e os que deveriam obedecer disciplinarmente, fortalecendo as hierarquias sociais em Fernão Velho.

Era uma relação ambígua, firmando pactos com vista ao atendimento de ambas as expectativas, o do patrão pela produtividade e passividade de seus operários que, por sua vez, visavam à sobrevivência por meio de seus salários e benefícios. Esses pactos nem sempre eram duradouros. Por vezes, atendiam melhor aos interesses individuais. Não havia conciliações coletivas, mas negociações entre interesses distintos, fomentando acordos provisórios e dissídios passíveis de revisões.

Sob uma dimensão patrimonialista, fortalecia “a relação de dependência e de lealdade a uma só pessoa”,<sup>171</sup> que, nesse caso, poderia ser o próprio Grupo Othon e seus gestores personificados na imagem da Fábrica Carmen. Esta ofertou serviços e ações que beneficiavam os trabalhadores como forma de controlar suas demandas sociais, disciplinando-os na busca de um operário modelo que cooperasse com a produtividade, fortalecendo, também, os laços de identidade com a Fábrica.

Essa relação era promovida no trabalho e fora dele, a exemplo da manutenção de um time de futebol de nome Othon, mantido pela Fábrica, formado por operários e/ou jogadores residentes em Fernão Velho. Ali treinavam regularmente e disputavam o campeonato alagoano de futebol. Nos jogos, contavam com o apoio dos operários, que torciam pelo time e suas referências operárias, mas ao mesmo tempo pelo nome Othon.

O patrão, desse modo, reinvestia-se de sentido de grande pai, transmitindo seus valores e servindo de exemplo, sentindo-se responsável pela conduta de seus operários.<sup>172</sup> O apelo aos valores fraternos da família era um sutil caminho para disciplinar comportamentos, influenciando na moral familiar dos operários e promovendo os interesses patronais. Segundo

<sup>169</sup> GOMES, 2005, p. 181.

<sup>170</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>171</sup> SIQUEIRA, 2014c, p. 213.

<sup>172</sup> MELLO, 2012, p. 40-41.

a historiadora Margareth Rago, “trata-se de um projeto de integração do proletariado e de suas famílias ao universo dos valores burgueses”.<sup>173</sup>

Nesse sentido, o trabalhador era disciplinado com mecanismos de controle e vigilância que o perseguia em todos os momentos de sua vida, de modo que, “quanto mais forças de trabalho houvesse, mais plena e corretamente o sistema da produção capitalista poderia funcionar”.<sup>174</sup> Uma forma de gestão que pode atuar nos mecanismos de exclusão e aparelhagens de controle por meio da vigilância, da medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, da produtividade capitalista, o que remete a uma análise da micromecânica do poder. Segundo o filósofo Michel Foucault,<sup>175</sup> no século XVIII surgiu na Europa uma nova mecânica do poder, que não residia mais na questão da soberania do Estado, mas no controle sobre os corpos, sendo estes sujeitados por relações de força e dispositivos<sup>176</sup> de saber. Enquanto o poder-soberania atua sobre a terra e seus produtos, o poder disciplinador atua sobre o controle dos corpos, corpos produtivos regidos pela necessidade da produção. Seus efeitos são os mais diversos, porém cabe destacar que a efetividade de sua força reside na subjetivação do sujeito;<sup>177</sup> ou seja, o sujeito é também produzido pelos efeitos de poder, o qual o modela em cada época por discursos e dispositivos, pelas relações capazes de delinear – ampliando ou limitando – sua liberdade, constituindo-o como sujeito disciplinado e docilizado conforme as regras de seu tempo. São inscritas nele as marcas do poder.

Mesmo hoje, no início do século XXI, os relatos de memória de operários de Fernão Velho elaboram também uma visão positiva e de gratidão à Fábrica dado que ela também ofertou emprego a diversas gerações de trabalhadores e seus filhos. Reforçando esse sentimento, muitos deles ainda vivem na casa que antes pertencia à Fábrica, embora estas tenham sido conquistadas mediante o trabalho ou indenização trabalhista, o que de certo modo contradiz a existência de benevolência por parte dos patrões.

A existência momentânea de pactos é uma situação paradoxal e ambígua nas relações e práticas de trabalho, permitindo conquistas parciais dos trabalhadores, mas também a relativa eficiência dos patrões na gestão do trabalho e seus interesses produtivos. O que não os

---

<sup>173</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>174</sup> FOUCAULT, Michel. Aula de 14 de janeiro de 1976. In: \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: M. Fontes, 2000b. p. 37.

<sup>175</sup> Ibid.

<sup>176</sup> AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: \_\_\_\_\_. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009. p. 25-51.

<sup>177</sup> VEYNE, Paul. Uma história sociológica das verdades: saber, poder, dispositivo. In: \_\_\_\_\_. *Foucault*. Seu pensamento, sua pessoa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. p. 164-192.

eximem de confrontos. Nos movimentos reivindicatórios por direitos trabalhistas é que os operários e patrões aderem às tensões sociais.

Os discursos de gratidão no tempo presente dos registros de memórias sugerem heranças culturais dos tempos da produção fabril, sendo os antigos trabalhadores constituídos como sujeitos dóceis e disciplinados. O poder disciplinador, desse modo, afirma-se positivamente por seus múltiplos dispositivos, incorporando os valores burgueses desejados a seus subalternos. A manutenção da produção tornava-se interesse não somente para os proprietários da Fábrica que desejavam o lucro, mas também para aqueles que produziam, sendo essa produção uma garantia da sobrevivência de operários e de sua família.

Os tempos da Fábrica Carmen e da gestão do Grupo Othon representam nos relatos de memória o período áureo da produção em Alagoas. Além de que foram 53 anos de gestão integrando o território fabril de Fernão Velho e os múltiplos cenários industriais alagoanos ao cenário de industrialização nacional. A Fábrica Carmen estava integrada a um grande conglomerado fabril que abrangia os estados de Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro, totalizando sete fábricas. O capital produzido nessa produção no ramo têxtil, em grande medida, foi reinvestido em outros setores, em especial, o setor hoteleiro. O Grupo Othon tornou-se nacionalmente conhecido por sua rede hoteleira espalhada por todo o País.

Em Alagoas, os Othon mantinham estreita relação com o governo do Estado, cujo caráter era patrimonialista. Este possibilitava reforçar o papel dos empresários fabris quando estabeleciam pactos capazes de favorecer mutuamente o Estado e a Fábrica, assim como situar sua posição na correlação de forças políticas locais. Durante o governo de Silvestre Péricles (1947-1951) em Alagoas, os Othon doaram ao estado uma área de aproximadamente 420 hectares para implantação de um Parque de Abastecimento de Água para Maceió. Hoje, esse parque abrange também a Área de Proteção Ambiental do Catolé, cuja relevância ambiental se dá pela existência de manancial hídrico e remanescente de floresta nativa de mata atlântica. Cedeu ainda uma área natural para implantação de espaço de lazer para servidores públicos do estado, nesse caso, o Balneário do Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado de Alagoas-IPASEAL, onde hoje funciona a sede do Batalhão da Polícia Ambiental da Polícia Militar de Alagoas. Os atuais bairros Santos Dumont e Clima Bom em Maceió também eram propriedades do Grupo Othon, cedidos à prefeitura da cidade.

Suas realizações no parque fabril foram diversas. Entre as mais expressivas, remodelou a fachada da Fábrica Carmen. Construíram o Recreio Operário, fomentando um lazer disciplinado e sadio à saúde e moral de seus operários. Esse tipo de intervenção era uma das práticas desse grupo empresarial. Consiste em demarcar um novo tempo de produção e

gestão nas fábricas, instituindo valores e tradições promovidas pelos interesses de Othon Lynch Bezerra de Mello, e posteriormente seus sucessores, a exemplo de seu filho, Alberto Brito Bezerra de Mello à frente da Fábrica Carmen. Além de que, alterar a fisionomia dos prédios do complexo fabril, funcionava para demarcar nova identidade às fábricas desse grupo, afirmando a presença e ações dos Othons.<sup>178</sup>

Essa produção de vilas operárias com um complexo território fabril constituindo o espaço urbano não era prática exclusiva do Grupo Othon. Em Alagoas, desde os tempos do Barão de Jaraguá, passando pelas gestões dos Machados e Leão, o território fabril de Fernão Velho gradativamente foi sendo constituído como um território fabril formado por fábrica com vila operária.

## 2.2 Fernão Velho: território fabril e disciplinar

Desde os fins de 1920, Fernão Velho já se configurava como um complexo produtivo formado por Fábrica com Vila Operária. Além das instalações destinadas à produção fabril no ramo têxtil, era composta por um amplo conjunto arquitetônico com diversas instalações destinadas à oferta de serviços diversos para as pessoas que ali residiam e trabalhavam.

Sua população, nas primeiras décadas de funcionamento, era, expressivamente, oriunda de outros municípios alagoanos. Essa migração ocorria por diversas razões, seja pela busca de melhores oportunidades na vida, seja mesmo para fugir do poder dos latifundiários que se instituíam da prática do coronelismo<sup>179</sup> e reproduziam relações de poder, trabalho e controle que lembrava os tempos de escravidão. Expressava um rito de passagem, podendo representar a superação da pobreza que viviam.<sup>180</sup>

Esse trabalhador que saía do campo e chegava a Fernão Velho tinha sua vida transformada não somente pela migração, mas também por sua nova experiência operária e de cidadania quando passaria a ter direitos trabalhistas ao trabalhar na fábrica. Na sua aventura

---

<sup>178</sup> Em Pernambuco, essa intervenção foi bastante expressiva na Fábrica de Apipucos, sendo investidos na remodelação do prédio e maquinário da fábrica, na implantação de infraestrutura para os operários como parte de sua política de benefícios sociais. Construíram casas, grupo escolar, posto médico, loja e armazém, além de área para lazer de seus operários. MELLO, 2012, p. 46.

<sup>179</sup> Segundo Vitor Nunes Leal, o coronelismo apresenta-se como uma forma de rarefação do poder público, por meio do qual, o poder privado realiza incursões no domínio político. Diante da fragilidade do poder privado na Primeira República, sua conservação ocorrerá na esfera política. Ou ainda, o coronelismo é um “sistema político dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido”. LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 276.

<sup>180</sup> CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo. In: BURITY, Joanildo (Org.). *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 143-158.

da vida urbana e industrial, produzia-se uma desterritorialização simultânea à sua recente reterritorialização. Colocava-se em simbiose seu mundo anterior marcado pelo trabalho rural com sua nova experiência fabril, ressignificando seu passado e idealizando expectativas, desnudando outro universo social, do qual passa a fazer parte.

O que também contrastava com o tipo de operário formado na região sul e sudeste, que de origem europeia, muitas vezes já trazia consigo alguma experiência no trabalho fabril. Ou mesmo desconstrói, conforme destaca o historiador Cláudio Batalha, a imagem de um operariado branco, imigrante, e do sexo masculino<sup>181</sup>. Ao contrário, o operariado desde a Primeira República já podia ser também reconhecido, sobretudo na região Nordeste, como sendo também negro, mulato, e composto por expressiva parcela de mulheres.

A procura de emprego nas cidades nessas primeiras décadas do século XX era o que o historiador Sérgio Leite Lopes<sup>182</sup> considera um procedimento permanente, cuja entrada de novos trabalhadores nas fábricas pressupunha o estabelecimento de um contrato de trabalho e pacto de compromissos. Nas fábricas, esses trabalhadores eram empregados como operários, recebiam tecidos para roupas, instrução educacional para os filhos, teto para moradia, água encanada e energia elétrica, serviços de saúde, lazer, entre outros atrativos que faziam parte das políticas de gestão do trabalho dos empresários fabris.

Ademais, conforme destacara a socióloga Eva Alterman Blay,<sup>183</sup> entre esses diversos atrativos, a moradia parecia ser um dos mais preponderantes. Essas casas construídas pelos industriais eram alugadas aos seus operários, mesmo por valor simbólico. Era uma época em que a construção civil era incipiente, e a casa para o operário tornava-se uma oportunidade singular de melhores condições de vida, mesmo tornando-o um inquilino do próprio patrão.

<sup>181</sup> BATALHA, Claudio H. M.. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 161-190.

<sup>182</sup> Sobre esse desnudamento e processo de migração de trabalhadores para territórios fabris, ver: LOPES, José Sérgio Leite. O aliciamento de trabalhadores pela companhia: a incorporação “modelar da força de trabalho na vila operária”. In: \_\_\_\_\_. *A tecelagem do conflito de classes na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB, 1988. p. 39-58. Lopes analisa os processos de aliciamento de trabalhadores rurais para serem incorporados como força de trabalho na Companhia de Tecidos Paulista em Pernambuco. Destaca que o aliciamento ocorria por iniciativa da fábrica, fomentando a composição de seu corpo produtivo, que uma vez fixada na vila operária, possibilitaria a formação de uma cultura fabril-operária e permanentemente estaria disponível para o trabalho. Por outro lado, não descarta as situações em que os próprios trabalhadores migrantes tenham procurado a fábrica. No caso de Fernão Velho, nos relatos de memória de operários não foi possível identificar práticas de aliciamento de trabalhadores pelos gestores, seja nos tempos da Companhia União Mercantil, seja da Fábrica Carmen, muito embora alguns tenham relatado sobre sua chegada em Maceió e Fernão Velho como se tivesse sido uma decisão da família, o que não se descarta a plausibilidade de aliciamento por parte dos empresários fabris.

<sup>183</sup> BLAY, Eva Alterman. Habitação: a política e o habitante. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. p. 75-86.

Essa condição de moradia, por sua vez, era uma estratégia patronal para enraizar seu operário, exercendo “um duplo mecanismo de dominação sobre o inquilino-operário”.<sup>184</sup>

O mundo anterior desse trabalhador outrora migrante e rural era transformado pela vida na indústria, tornando-se operário e fixando-se no território fabril. Nesse sentido, as casas e o morar funcionavam também como dispositivo disciplinar e pedagógico, coagindo os operários. Essa situação, em grande medida, é posta pela insegurança habitacional que eles viviam quando desprovidos de moradia própria. Tornavam-se dependentes do morar “concedido como assistência social” pela fábrica mediante desconto de valor nos salários referente ao aluguel. Para além do desconto, no intuito de assegurar a moradia, os operários hipotecavam sonhos e a busca por tranquilidade na disciplina ao trabalho e moral instituída pela empresa.

Esses trabalhadores urbanos – alguns outrora foram rurais –, em caso de demissão, tinham dificuldades para retornar ao seu antigo local de trabalho e moradia, pois a migração e fixação nas vilas operárias também provocava um distanciamento com seu universo cultural e social anterior: o campo. O retorno ao trabalho rural seria um retrocesso, porque teriam de se submeter às condições do mando e do poder de latifundiários, podendo também perder direitos, porquanto a legislação trabalhista regulamentada no Estado Novo priorizava juridicamente o universo urbano.<sup>185</sup> Essa astuta estratégia minava o desejo dos trabalhadores migrantes de retorno a uma vida rural.

A trajetória da família de José Acioly Neto, operário conhecido em Fernão Velho como Zequinha Moura, é exemplar dessa situação. Nasceu em 20 de abril de 1936 em Fernão Velho. Julgava-se, no dia do registro de suas memórias em 2014, o mais antigo vivo nascido nessa vila operária. Seu pai, Gaudêncio Silva, era natural do município de Pilar, e sua mãe – Maria José Moura –, de Murici, ambos em Alagoas. Ele relata que seus pais foram para Fernão Velho em busca de trabalho durante a administração do Grupo Machado (1891-1938).

O futuro dos operários e de sua família era bastante associado à permanência na Fábrica, o que incidia sobre outros aspectos da vida, gerando também incertezas diante da possível perda do trabalho, o que provocaria possivelmente a perda da moradia. “Se saísse daqui iria trabalhar onde? Tinha que ir para o Rio de Janeiro.” (Relato de Zequinha Moura, 2014)<sup>186</sup>. Contra essa possibilidade, muitas famílias operárias tentavam iniciar os filhos e as filhas no labor fabril logo aos 14 anos de idade, ou mesmo antes quando já tinham condições

<sup>184</sup> BLAY, 1979, p.15.

<sup>185</sup> GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

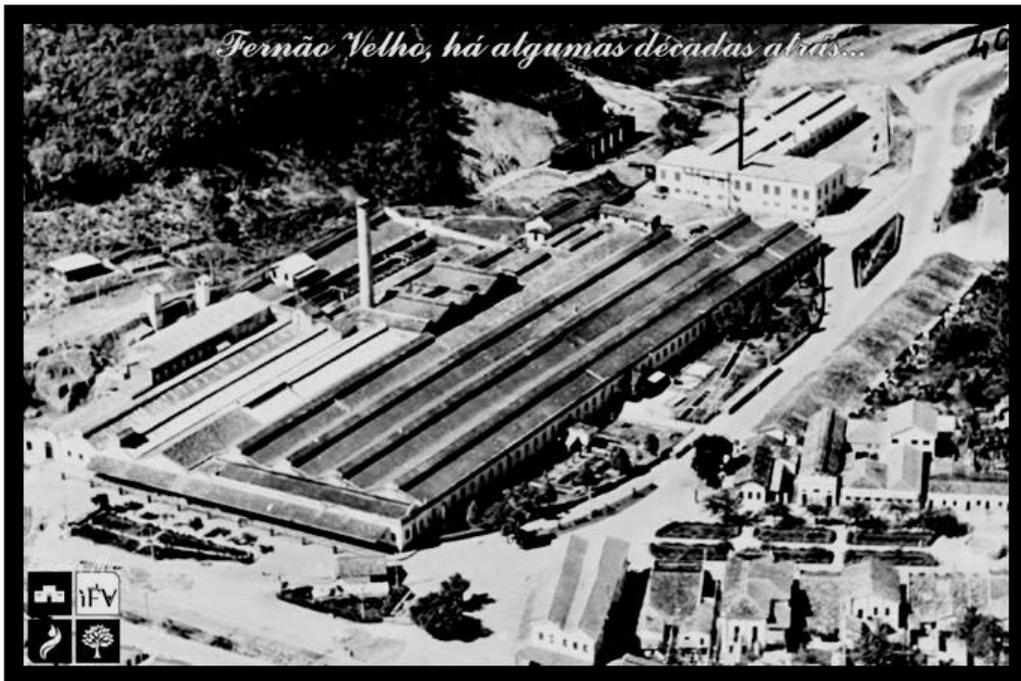
<sup>186</sup> José Acioly Neto (Zequinha de Moura) em entrevista concedida ao pesquisador, em Maceió, AL, 23 de janeiro de 2014.

físicas de trabalhar. Os pais de Zequinha Moura encontraram emprego e moradia em Fernão Velho. Ele próprio trabalhou em diversos setores da fábrica, mantendo os pais morando consigo quando eles não mais trabalhavam. Ambos, Zequinha e seu pai, se aposentaram pela fábrica.

Encarando o mundo do trabalho urbano e fabril, apropriavam-se dele, tornando-os seu,<sup>187</sup> inclusive nos diferentes usos, seja da sobrevivência, seja da rememoração. O que nos remete à ideia de não lugar,<sup>188</sup> de um território transformado no tempo, de uma existência que se esvai e torna outra. Fernão Velho torna-se outro na relação entre o passado, presente e futuro.

Um território fabril cujo passado existe como representação por meio de operações da memória e das narrativas historiográficas que as costuram, produzindo e atribuindo-lhe múltiplos sentidos. Fernão Velho é lócus de memórias, permitindo-nos percorrê-la, atribuindo-lhe inteligibilidade às suas representações e imagens.

Fotografia 9 – Vista aérea da Fábrica Carmen e edificações vizinhas



Fonte disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=450969481728885&set=a.105901632902340.14097.100004475112440&type=1&theater>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

Autor desconhecido, [19--?].

<sup>187</sup> MACIEL, 2009, p. 86.

<sup>188</sup> AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papius, 1994.

Essa fotografia, provavelmente, foi registrada durante a administração do Grupo Machado (1891-1938) ou Leão (1938-1943). É provável que seja de 1940 quando a Fábrica Carmen ainda era denominada Companhia União Mercantil. Nesse ano, foi realizada a primeira exibição do Foto Clube em Maceió. Tratava-se de um evento que expôs um conjunto de fotografias aéreas registradas durante o sobrevoo de um hidroavião por Maceió. Foi também registrada na fotografia outra feição das instalações da fábrica, provavelmente anterior aos tempos da Fábrica Carmen. Com a administração dos Othon, houve intervenções com obras, a exemplo da construção de um novo prédio onde passaria a funcionar o escritório administrativo.

Nesse registro, além de uma escrita incluindo conteúdo de intenção memorialista,<sup>189</sup> é possível visualizar em Fernão Velho outros espaços e edificações compondo seu conjunto arquitetônico. Nas instalações da fábrica, próximo à área da mata, provavelmente moravam os primeiros gestores. “Diziam os mais antigos que o Barão de Jaraguá residia numa casa grande atrás da fábrica.”<sup>190</sup> Há ainda a presença de uma chaminé em funcionamento,<sup>191</sup> oriunda da seção das caldeiras, as quais propiciavam a produção de energia a vapor. Nos fundos, uma expressiva edificação na cor branca, com dois pavimentos. Era o prédio da antiga administração. Esse prédio também é localizado estrategicamente de forma paralela à Rua Dr. Manoel Machado que se estendia à antiga “Ladeira de Pedra”, então a principal via de acesso e saída de Fernão Velho, que segue até o canto superior direito da fotografia, rumo ao que Veríssimo Ferreira chamava “Morro Bela Vista”.

Descendo paralelamente essa rua, no centro da fotografia, a maior edificação. Um enorme galpão com divisões onde eram distribuídas suas diferentes seções e respectivos maquinários para a produção de fios e tecidos. No lado direito da rua, e de forma paralela à fábrica, um telhado contínuo. Ali, fora, e ainda é, um conjunto de habitações para operários. A aproximação com o prédio que abrigava o maquinário fazia com que o barulho da produção adentrasse as residências operárias, assegurando a comunicação constante do sentido daquela localidade. As casas eram construídas de forma perfilada, uma ao lado da outra, com sua

---

<sup>189</sup> Essa intervenção na fotografia, incluindo “Fernão Velho, há algumas décadas atrás” evidencia a ressignificação memorialista atribuída à foto: o lembrar. Essa fotografia é veiculada nas redes sociais, em especial, uma página eletrônica do *facebook* intitulada “Fernão Velho”.

<sup>190</sup> FERREIRA, 1997, p. 5.

<sup>191</sup> As instalações da fábrica para produção representadas nessa fotografia são muito semelhantes ao que se pode visualizar hoje nas imagens de satélite, pelo aplicativo Google Earth. Não há alterações significativas no conjunto de prédios da fábrica. Em 2014, não há mais a presença da chaminé. Na lateral direita da fábrica, paralela à antiga rua de acesso à vila, construíram um prédio conjugado ao restante das edificações, durante a administração dos Othon. A construção desse prédio, segundo relatos, foi para abrigar o escritório da fábrica. Na sua fachada, foi circunscrita o nome Carmen e o ano de 1952 em alusão a essa administração.

fachada padronizada, igualando a condição de todos como operários. Essa concepção de habitação e arquitetura era expressiva em toda a vila.

Quase no fim dessa rua, entrando à direita, inicia-se a Praça São José. Ao seu redor, pode-se visualizar um pequeno conjunto de edificações com arquitetura diferenciada que destoa das suas vizinhas, na estética e uso, em frente à fábrica na Rua Dr. Manoel Machado.

Esse conjunto circunda a principal praça de Fernão Velho.

Fotografia 10 – Vista aérea da Fábrica Carmen e edificações vizinhas: enquadramento da Praça São José.



Fonte: Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=450969481728885&set=a.105901632902340.14097.100004475112440&type=1&theater>>. Acesso em: 4 mar. 2015.  
Autor desconhecido, [19--?].

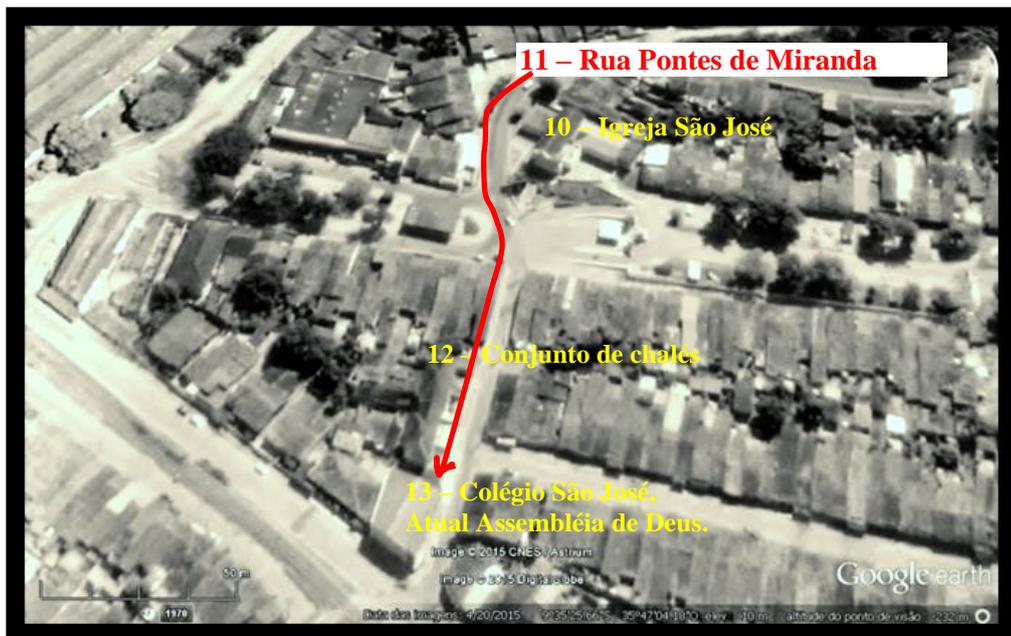
Logo na primeira esquina, uma casa de proporção maior (1). Era cedida ao pároco da Igreja São José. No lado direito desta, seguem-se o cineteatro (2) e o ambulatório (3) composto por farmácia, gabinete odontológico e, posteriormente, onde fora implantada uma maternidade na gestão dos Othon. Na mesma lateral, seguiam ainda algumas casas (4) para os contramestres e gerentes de seção. Embora as habitações operárias fossem padronizadas, algumas reproduziam a hierarquia de funções na fábrica e viventes daquela localidade, sejam operários comuns, sejam contramestres responsáveis por seções, gerentes, diretores e os proprietários que ali mantinham uma de suas residências. Segundo o relato de Zequinha Moura, seu pai, que fora um contramestre de tecelagem, viveu em uma dessas casas durante os tempos dos Machados.

No outro lado da praça, na margem inferior da fotografia, as edificações em sua maior parte eram sobrados. Destinavam-se à moradia de diretores (6), creche (7), hospedaria para visitantes ilustres (8), e empório (9), onde eram vendidos víveres e produtos de consumo diversos.

A praça era composta por um conjunto de seis jardins padronizados, o que torna plausível a intervenção paisagística como parte das ações higienistas da fábrica, além de um coreto (5), que permitia contemplar a praça e visualizar a fábrica. Esse equipamento urbano, comum nas cidades brasileiras do século XIX e início do século XX, era local de reunião da população para conversar, apresentar bandas e realizar festejos.

A limpeza das ruas, a poda dos jardins, a conservação das praças, tudo para atender às próprias necessidades fabris, tornando um lugar aprazível para todos. Nas memórias de Dona Emília (2014)<sup>192</sup>, “Fernão velho era um lugar limpo, bonito, aquela praça cheia de flores. Era cheio de flores. A igreja não comprava flores. Todos os dias iam flores para a igreja”. A operária se referia à Igreja São José (10) no cruzamento do fim da praça no seu lado direito, com a atual ladeira que dá acesso a Fernão Velho, denominada Rua Pontes de Miranda.

Fotografia 11 – Imagem de satélite com quadrante para abrangência aproximada da Praça São José com cruzamento para a Igreja Católica São José e extensão da Rua Dr. Pontes de Miranda.



Fonte: Aplicativo Google Earth, 2015.

<sup>192</sup> Informação concedida por Dona Emília ao pesquisador, realizada em Fernão Velho, Maceió, dia 30 de setembro de 2014. Seu pai era de Atalaia, município alagoano, e mãe de Canhotinho, PE. Nasceu em Fernão Velho. Seus avós e pais foram operários, trabalharam na fábrica, e ela também. No momento do registro de suas memórias, residia na Rua da Praia.

Seguindo essa rua abaixo, passando pela praça à direita, há um conjunto de chalés (12), construídos para a moradia de diretores e técnicos. No fim desta, saindo em frente aos trilhos da ferrovia, localizava-se na esquina o Colégio São José, onde hoje é a Igreja Evangélica Assembleia de Deus (13).

Fotografia 12 – Vista da Vila Operária em Fernão Velho: rua com chalés para antigos diretores e técnicos, e atual Assembleia de Deus no local da antiga Escola São José



Autor: Marcelo Góes Tavares, 2014.  
Acervo pessoal.

As casas, desse modo, também representavam simbolicamente a diferenciação de posições entre os que geriam e eram geridos, reproduzindo as hierarquias dos papéis desempenhados na produção nos demais espaços de Fernão Velho. O tamanho das casas dos gestores, com suas fachadas, e a própria rua onde moravam, mais distante do barulho das máquinas ou nas proximidades da Praça São José, atestavam seu lugar social privilegiado nesse território e sistema de produção fabril.

Saindo da Rua Dr. Pontes de Miranda, encontrava-se com a Av. Teixeira Machado, renomeada de Dr. Alberto nos tempos da Fábrica Carmen. À esquerda, avistava-se o Recreio Operário construído pelos Othon para sediar festividades e atividades comunitárias para seu operariado. Seguindo essa mesma direção da avenida, tinha-se acesso à região denominada Goiabeiras, onde se concentravam diversos sítios. No lado oposto, à direita, seguia-se

paralelamente os trilhos do trem, passando pela frente do Colégio São José, casas operárias nas duas margens da avenida, os fundos do empório, o cruzamento de acesso à Rua Dr. Manoel Machado, uma segunda praça e coreto menores que a São José, a faixa principal da Fábrica, e logo após, a estação de trem.

Relata-se ainda, que o segundo andar da edificação que serviu de empório já foi sede de residência dos proprietários da Companhia União Mercantil durante a gestão do Grupo Leão (1938-1943). Destacava-se por sua proximidade estratégica com as demais instalações da companhia, possibilitando constante permanência e vigia nos negócios, bem como o trato com diretores e operários. A delegacia de Fernão Velho também funcionava nessas proximidades.

Além da moradia, os diversos serviços oferecidos aos operários visavam atender às demandas daquela população local que ali residia e trabalhava. Na Vila Operária, havia água encanada, energia elétrica, rede de esgotos e sistema de coleta de lixo. Em entrevista, Zequinha Moura (2014) relatou:

A prefeitura nem pisava, não botava nada. Aqui em Fernão Velho, nessa época, andava os garis com os espetinhos. Onde caía uma folha, eles apanhavam. [...] Tinha saneamento. Isso foi de 1940, 1945 em diante... 1947, 1948 quando começou o saneamento em Fernão Velho. Calçaram a vila toda. Isso no tempo dos Othon, e foi a companhia. Calçaram Fernão Velho todo.

Nos tempos da Fábrica Carmen, os Othon também realizavam a pintura e manutenção de seus prédios e casas onde os operários viviam, conforme complementou Zequinha Moura:

Tinha a carpintaria. Eletricidade. Todos eles tinham seus encarregados. Na carpintaria, faziam muitas coisas para dentro da fábrica, para a manutenção da fábrica e da vila. O povo que precisava... Tudo era da fábrica. A fábrica mantinha as casas. Tudo aqui era da fábrica. Uma porta da casa do operário precisava ser trocada, eles mandavam trocar. Tudo era pela fábrica. Isso não era descontado em nada. Era pela fábrica.

Disponibilizava um ambulatório onde ofertava diversos serviços de saúde. Havia médicos que se alternavam em alguns dias no atendimento a essa população operária. Os serviços odontológicos foram oferecidos a partir da gestão dos Othon. A permanência maior de profissional de saúde era de enfermeiras, inclusive realizando procedimentos emergenciais como em caso de acidentes de trabalho, ou em outra circunstância nos limites territoriais dessa população fabril. No ambulatório, havia ainda uma farmácia que disponibilizava aos operários os medicamentos de que precisassem.

Após a Estação Ferroviária, localizavam-se a Sede Operária, onde realizavam bailes, e uma quadra de esportes, onde eram praticadas modalidades diversas, sobretudo futebol e basquete. Cruzando o trilho de trem próximo à estação, seguindo abaixo a Rua Dr. Manoel Machado em direção à praia lagunar, havia ainda outras instalações e casas operárias. Na Rua Barão de Jaraguá, destacam-se um antigo armazém de algodão, onde atualmente há a escola de ensino fundamental Hermínio Cardoso, a Delegacia, as sedes do Sindicato e Caixa Beneficente. Na Rua da Praia, funcionava uma feira livre e a garagem dos veículos da Fábrica. Dessa rua, seguia-se para a Vila ABC, onde construíram casas para operários e a Escola Maria Amália.

A profilaxia desse território era frequente, visando à manutenção do corpo produtivo de sua população, seja por meio de um ambiente aprazível fora da fábrica, seja mediante os diversos serviços disponibilizados. A especificidade desse território em meio às suas particularidades geográficas e econômicas sugere que sua configuração – espacial e social – possibilitava uma prática de confinamento e controle dos operários nos domínios da Fábrica.

A situação geográfica e oferta de serviços diversos constituíam saberes que produziam efeitos que tanto favorecia o confinamento como instituía técnica disciplinadora que arregimentava, controlava e, com uso de outras, higienizava os operários. Permitia a gestão do trabalho e da vida social, assim como o tempo dos operários que, ao morar nas cercanias das instalações fabris, encontravam-se sempre disponíveis para a produção, evitando-se atrasos, facilitando a substituição de faltosos, integrando a vida no trabalho à vida íntima e privada. Mais do que um mapeamento e descrição, os territórios fabris tornam-se dizíveis e inteligíveis a partir da análise de sua situação de cálculos econômicos, jurídicos, morais, estéticos, gerenciais e de resistência operária. Circunstâncias que, historicamente, podem ser reconfiguradas pelas forças e relações de poder que as engendram.

As vilas operárias no Brasil como integrantes de um núcleo fabril produzem uma condição social ambígua. Ao mesmo tempo, provém a sobrevivência dos trabalhadores com oferta de trabalho na fábrica; a assistência patronal com prestação de serviços sociais diversos, considerados básicos pelo patrão para a sobrevivência, também se constituem como tecnologia de controle, dominação e exploração. Na disciplina de corpos e comportamentos, promovia-se uma relação de solidariedade e colaboração como forma de gestão do trabalho e vida operária, a exemplo do que foi idealizado e praticado pelo Grupo Othon. Desse modo, percebe-se que os sentidos desse território implicam uma visualização geográfica circunstancial, marcada por inúmeras situações e acontecimentos de sobrevivência,

solidariedade e negociação, mas também de reapropriações e enfrentamentos presentes nas histórias das lutas sociais.

O território fabril era configurado como um complexo produtivo, um núcleo fabril composto por fábrica e vila operária, atendendo à produção capitalista. Para assegurar esse desígnio, instituiu em seu cotidiano um regime disciplinar por meio de diversos dispositivos, sendo estes quaisquer coisas capazes de capturar, orientar, determinar, modelar, interceptar, assegurar gestos e condutas, e instituir opiniões e discursos dos seres viventes.

Na gestão do trabalho, foram fomentadas diversas tecnologias de poder, como as casas para moradia dos operários, ampliação das instalações da fábrica, implantação de maquinários a exemplo dos teares, ambulatório médico e odontológico, construção de escola e cineteatro, criação de grupo de escoteiros e times de futebol, manutenção de uma banda marcial, edificação do Recreio Operário e quadra de futebol, permissão para funcionamento de uma feira livre, entre outras ações que interferiram na produção têxtil e vida privada dos trabalhadores ali residentes. Desse modo, os operários eram submetidos ao controle, e até repressão em momentos julgados pelos gestores como necessária à restituição da normalidade social disciplinada. Os Othon mantinham um corpo de vigias como se fosse uma pequena milícia privada.

Eram quatorze homens, analfabetos, que andavam armados. Andava nos pontos determinados. Não era na rua não. Por exemplo: o cruzeiro lá em cima tinha um guarda armado. De lá estava vendo tudo. Quando era meio-dia, subia um com a comida, dava para o cara e voltava. Outro aqui na Lapinha. Tem dois açudes grandes. Tinha que ter dois vigias. Tinha outro na Mata do Catolé. Antigamente era da fábrica. Hoje o Estado tomou conta. Sei que trabalhava com dezesseis equipes de homens analfabetos. Usavam 38, muitas vezes dava o revólver sem munição. Mas dentro da fábrica davam seis bonitinhos, completo, carregado, que só dava para vigias de oportunidade! Escritório, entrada... Mas comi uma lenha da peste no trato com esses homens analfabetos. (Relato de Antônio Cardoso, 2015)

Para a arquiteta e urbanista Telma de Barros Correia,<sup>193</sup> o núcleo fabril era um equipamento de arregimentação e higienização do trabalhador, permitindo controlar seu trabalho e a vida social, priorizando a segurança da propriedade contra os que eram considerados subversivos e perturbadores da ordem produtiva, assegurando sua fixação no local de trabalho, aumentando a produtividade no trabalho e higienizando a vila ou espaços da produção. Conforme o historiador Sérgio Leite Lopes,<sup>194</sup> o complexo de Fábrica com Vila Operária configurava um território industrial gerido por um sistema de dominação que imobilizava o trabalhador, fixando-o nas vilas, resguardando seu tempo de modo a manter sua

---

<sup>193</sup> CORREIA, 1998.

<sup>194</sup> LOPES, 1988.

disponibilidade ao trabalho. Tratava-se de um território resultante de estruturas e práticas de poder com distintos níveis.<sup>195</sup> Sua criação resultou do esforço das elites industriais brasileiras em diálogo com esferas do Estado na organização empreendedora de uma sociedade industrializada adequada ao capitalismo internacional. Ao mesmo tempo, reconheciam a expressiva população urbana que se convertia em operariado como necessária na execução desse projeto político-econômico.

Desse modo, as vilas operárias no Brasil foram concebidas como uma forma de gestão do trabalho urbano. Esta ocorre mediante tecnologias simultâneas, como a oferta de limitados benefícios sociais para manter o interesse do trabalhador em sua função laboral, o cuidado com a saúde do trabalhador com atendimento ambulatorial para manter seu corpo produtivo, a promoção da vida cultural durante os momentos de descanso fora da fábrica de modo a ocupar o tempo livre, evitando-se o ócio, e uso de casas cedidas aos operários para moradia, assegurando estratégia para a fixação deles no local de trabalho.

Havia uma fluida fronteira entre os espaços do trabalho e da intimidade fora da fábrica, com intersecção do labor fabril e ambiente familiar,<sup>196</sup> marcada com a interferência da Fábrica Carmen na vida privada de seus operários. Por um lado: “A vida operária era um misto de superexploração na fábrica, repressão por vigias e polícia nos momentos decisivos e controle social. O proletariado era concebido pelas classes dominantes e pelo Estado como pura força de trabalho.”<sup>197</sup> Por outro, era também espaço de negociação diante de múltiplos interesses, do patrão e do empregado, a exemplo do uso da prática de oferta da assistência social tendo a casa/moradia como estratégia de produção da reciprocidade do operário.

O apelo aos valores familiares não residia apenas na institucionalização de uma moral, evitando-se comportamentos passíveis de serem considerados subversivos ou mesmo inconvenientes ao trabalho. Pelo trabalhador, também expressava sua apropriação de tais mecanismos como forma de atender aos seus interesses e de sua família, como a conquista da estabilidade, de melhor condição para constituição de matrimônio, da oferta de emprego para os filhos e manutenção da casa para sua moradia. Promovia-se mutuamente um jogo de

---

<sup>195</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.

<sup>196</sup> MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Roteiro: Regina Coeli. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 1 DVD (20 min), son., color. Documentário. Esse documento constitui uma imprescindível e rara fonte histórica e etnográfica sobre o trabalho operário em Alagoas. Gravado inicialmente em VHS, foi digitalizado e transformado para o formato DVD. O vídeo tem aproximadamente 20 minutos, gravado em cores. Prioriza como cenário principal, o território fabril de Fernão Velho, além de abordar outros territórios fabris em Alagoas. Evidencia diversas formas pelas quais a Fábrica Carmen disciplinava os trabalhadores. Traz à tona imagens em movimento e entrecruzamento de temporalidades, constituindo tramas sociais em diálogo com narrativas e memória de trabalhadores.

<sup>197</sup> FOOT, 1982, p. 192.

compromissos e lealdade pela valorização da família e confiança, seja no operário e sua família pelos empresários, seja a fábrica pelo operário<sup>198</sup> quando ele fosse considerado merecedor ou exemplo de conduta digna e disciplinada. A política de gestão do trabalho tornava-se também uma via de mão dupla. Dominava e reprimia o trabalhador, mas também buscava o consenso com ele, mantendo aberto o canal de diálogo e negociação.

Além disso, tratava-se de uma relação sempre lembrada a todos pela permanente presença dos patrões personificados também nos logradouros das ruas.

As ruas recebiam os nomes de pessoas da família assim como: Rua Coronel João Machado (rua do cajueiro), Rua Dr. Manoel Machado (rua nova), Rua Dr. Artur Machado (antigo beco do colégio). Todas essas ruas, apesar de seculares, ainda existem.<sup>199</sup>

À proporção que as ruas inscreviam o caráter privado e patrimonialista desse território, tentava-se evitar, por meio da padronização da estética das casas e nome dos logradouros, qualquer personalização realizada pelos operários a exemplo da “rua do cajueiro”, “rua do beco do colégio”, “rua nova”, entre tantas outras. Mesmo na extensão mais recente para o ABC, atual Vila Pedreiras, a disciplina se fazia presente. “Por que Vila ABC? Por que eram 25 casas representando as letras do nosso alfabeto, de A a Z. Aquelas casas não tinham números e sim letras [...]. Por isso ficou conhecido como rua ABC.”<sup>200</sup> Desse modo, o “cabresto do dono” era o guia nesse território, nas rotinas do trabalho, no tempo livre e também na simbólica presença e vigia dos proprietários com seu nome no endereço dos operários, devendo ser tudo respeitado pelos viventes fabris.

O que me remete ao ideal urbanístico francês de Hausmann, que o filósofo Walter Benjamin atribuiu ter sido defensor da ideia de que “as instituições do poder laico e espiritual da burguesia deveriam encontrar sua apoteose no enquadramento das avenidas”.<sup>201</sup> A cidade deveria favorecer o capital financeiro e um “embelezamento estratégico” com capacidade para assegurar a própria defesa em momentos de tensão social e guerra.

---

<sup>198</sup> MELLO, 2012, p. 17.

<sup>199</sup> FERREIRA, 1997, p. 6.

<sup>200</sup> Ibid., p. 6.

<sup>201</sup> BENJAMIN, 2006, p. 49.

### **2.3 Em meio à fantasmagoria, possibilidades para uma história em aberto**

Nesse território fabril havia a teatralização do poder dos empresários,<sup>202</sup> encenando situações que poderiam ser mais favoráveis ao operário, embora reproduzisse ali os próprios interesses em diversos cenários, quer na fábrica, nas ruas da vila operária, quer nas próprias moradias. A disciplina industrial atuava no interior da produção, mas também fora dela. Abrangia todos os aspectos da vida cotidiana, vigiando e punindo para assegurar a produção; inclusive, nas horas de lazer, quando buscavam moldar formas de pensar, sentir, agir e colaborar, erradicando práticas e hábitos considerados perniciosos e prejudiciais aos interesses patronais. A manutenção do corpo produtivo ocorria não somente nas condições físicas do trabalhador, mas também ao produzir um sentimento de colaboração, a exemplo da gestão do Grupo Othon ao instituir uma moral com apelo aos valores familiares.

Nas diversas administrações dos grupos empresariais que detiveram a propriedade jurídica da fábrica, paulatinamente foram ampliadas suas teias no controle da produção e disciplina do trabalho. Foi sendo constituída, ainda no tempo da Companhia União Mercantil, uma vila operária associada à fábrica. Com o passar do tempo, gestões e crescimento demográfico, esse território, já nos tempos da administração Othon e Fábrica Carmen, Fernão Velho tornava-se um consolidado território fabril formado por fábrica com vila operária. Nesta, todo um cotidiano, dentro e fora da fábrica, era praticado, expressando múltiplas sociabilidades do fazer-se operário, sobretudo na sua resistência à disciplina, nas lutas políticas e cotidianas que se sucederiam, configurando os embates contra as máquinas, patrões, polícia, governos, entre outros que tentassem subjugar-los.

À medida que a disciplina dos corpos e comportamentos sacralizava um ideal de trabalhador, a resistência contra as precárias condições de vida e trabalho expressava a profanação desse território idealizado pelos industriais. Os cenários de lutas e tensões imersas nesse território emergem com diversas cenas de embates em torno da cidadania e direitos sociais no Brasil entre as décadas de 1940 e 1960, reconfigurando esse território fabril, como também febril.

São experiências e tempos que se abrem para a compreensão e explicação no campo da história, possibilitando inúmeras incursões e deslocamentos, mobilizando as memórias produzidas sobre os operários, o vivido, o trabalho, a fábrica; que possibilitam explorá-las na

---

<sup>202</sup> LOPES, 1988, p. 51.

tessitura narrativa de múltiplos e simultâneos tempos e espaços, do constituir-se operário como experiência histórica, do sonhar sobre uma nova época.

No dia 5 de agosto de 1997, às 7h45, soou novamente a sirene da Fábrica. Foi um toque longo e estridente, mais do que era costume. Sinalizava o retorno do funcionamento da produção. Em frente aos portões, os operários e sua família, diretores e gerentes, e antigos funcionários aposentados comemoravam. “Foi uma verdadeira festa onde a euforia e a emoção, traduziam um enorme contentamento nos semblantes alegres do povo com abraços, muitos fogos de artifícios e finalmente lágrimas rolando sobre as faces, mas de alegria e felicidade.”<sup>203</sup>

Plausivelmente celebravam a continuidade do trabalho como atividade essencial para manutenção da vida – biológica e material – humana, produtora de um mundo artificial que nos circunda e que consumimos,<sup>204</sup> um processo de transformação da natureza e do próprio humano em si mesmo. Afinal, o trabalho operário e a fábrica serviam como referência de pertencimento de todos naquele lugar, suscitando rememorar o passado e sua continuidade no presente quando posto em suspenso na paralisação da produção em 1996. Também, como poderia sugerir o filósofo Walter Benjamin, demarcavam o despertar do sonho de uma nova época, que mesmo após uma economia de mercado que ensejou sua paralisação, tornava ainda possível a continuidade da experiência fabril e operária, mantendo a história em aberto.

Narrar o passado, em conjunto com um trabalho de reminiscência, torna-se um ato de luta contra a possível perda de pertencimento ao presente. Desse modo, poderíamos, de alguma maneira, despertar a possibilidade de uma existência futura que não seja apenas as ruínas fantasmagóricas dos monumentos da burguesia, mas também da atualização histórica da experiência operária.

---

<sup>203</sup> FERREIRA, 1997, p. 17.

<sup>204</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

## **PARTE 2**

### **FERNÃO VELHO, VILA OPERÁRIA: CULTURA, SOCIABILIDADES E TRABALHO**

### CAPÍTULO 3

#### NO FRENESI DE UMA VILA OPERÁRIA

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um de seus momentos. E cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordre du jour* – e esse dia é justamente o do juízo final.<sup>205</sup>

As experiências decorrentes dos tempos da administração dos Othon, que perdurou ao longo de cinquenta e três anos, mobilizando diferentes gerações de trabalhadores, é o período mais rememorado por todos que ainda vivem em Fernão Velho. Temporalidade essa que, dada sua amplitude, exige-me um recorte para a construção dessa narrativa. Nesse caso, limito-me à década que antecedeu essa gestão, e aos anos 1950 e 1960, muito embora reconheça que, na atividade de reminiscência entre o lembrar e o esquecer, as memórias são passíveis de deslocamentos para outras temporalidades e experiências.

Torna-se, então, necessário o rastreamento das práticas sociais e culturais, das formas como sujeitos são mediados por distintas instâncias, propiciando a produção e o compartilhamento de valores éticos e conjunto de costumes e sociabilidades, formas de viver e habitar um território cujo conteúdo pretende-se tornar crível nesta narrativa historiográfica.

Não se trata de uma escrita como destino depositário de tradições ou conjunto de esquemas capazes de compreender a cultura somente como um código comum entre os membros da sociedade. Ao contrário, uma construção narrativa historiográfica na qual penso as práticas culturais de forma dinâmica, em diferentes níveis e relações, com correspondência entre práticas individuais e condições sociais de existência, uma subjetividade socializada. Em grande parte, essas práticas culturais e sociais decorrem de experiências que se constituem como um saber não sabido que não pertence a ninguém,<sup>206</sup> mas, ao mesmo tempo, a todos que as compartilharam e praticaram.

---

<sup>205</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história (1940). In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232. (Obras Escolhidas, v. 1). p. 223. Disponível em: <[https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin\\_Walter\\_Obras\\_escolhidas\\_1.pdf](https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2015.

<sup>206</sup> CERTEAU, Michel. As artes de fazer. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. v. 1, p. 134.

Um saber que circula entre as memórias e histórias dos seus praticantes, entrecruzado com outras fontes. Mobilizando as memórias desses sujeitos – protagonistas (operários e operárias) –, coloco-me a narrar experiências cotidianas e históricas em Fernão Velho por um movimento como o de um pedestre, que transita esse território de outrora, perdendo-se e se reencontrando. Nesse “transitar”<sup>207</sup> por Fernão Velho, é possível explorar seu território fabril, identificar pontos de sequenciamento de espaços-cenários como se fossem lugares de memórias.<sup>208</sup>

Não se trata de “falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos[...]” como desejava Kublai Khan na cidade de Zaíra. Contrariando-o, Marco Polo, que contava para Kublai as histórias de suas viagens e cidades visitadas, afirmava que a cidade não é feita somente dessa materialidade que torna a existência humana invisível.

A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: [...] os rasgos nas redes de pesca e os três velhos remendando as redes que, sentados no molhe, contam pela milésima vez a história da canhoneira do usurpador... [...] A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, *cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras*.<sup>209</sup>

Kublai Khan e Marco Polo, assim como múltiplas cidades, são todos personagens do escritor Ítalo Calvino em seu romance *As cidades invisíveis*. Com esse diálogo, o romancista nos enseja outras trilhas a seguir: a evidência das memórias dos velhos contadores de histórias sobre a cidade, as relações entre as medidas do espaço e seus acontecimentos do passado, ambos constitutivos de memórias marcadas por rastros e experiências do passado, como os segmentos destacados por Marco Polo, um viajante-narrador exemplar.

<sup>207</sup> A ideia de trânsito decorre da noção de trajetória utilizada por Michel Certeau em *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Nessa obra, opera a trajetória como um trajeto de pessoas em uma cidade. Ao aventurar-se no delineamento de um trajeto, é possível desvelar espaços, experiências e sensações. Essa categoria não deve ser confundida com o conceito de “trajetória” usado para designar um tipo de trabalho historiográfico que se dedica a narrar, analisar e compreender o processo de constituição social e histórico de sujeitos, de personagens singulares cujos estudos de sua vida permitem também a compreensão de seu mundo.

<sup>208</sup> Segundo Pollak, os lugares de memória vinculam a datas, tradições, costumes, regras sociais, formas de socialização e interação, entre outras. São referências indiciárias de memórias compartilhadas socialmente, possibilitando reconhecê-las em um grupo social, como os operários da indústria têxtil em Fernão Velho. POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

<sup>209</sup> CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 14-15, grifo nosso.

Porém, no âmbito da narrativa, o desvelar é seletivo e produz outras invisibilidades nas tensões, disputas e negociações entre memórias. O esquecimento em nossa relação com o tempo, portanto, é também uma dimensão em que se produz o invisível. O esquecimento, além de possibilitar a invisibilidade da cidade com seus acontecimentos e relações, torna também plausível a perenidade da existência humana e de seus legados capazes de nos proporcionar ensinamentos sobre a vida.

A cidade humana – que, em alusão ao romancista Ítalo Calvino, é composta por memórias, histórias, segmentos riscados e espaços múltiplos – torna-se visível na medida em que reconhecemos nela suas tramas e outras histórias a serem descortinadas, tornando-se críveis por meio da narrativa. Conta-se, desse modo, uma história de existência humana da qual a cidade faz parte. Existência passível de reconhecimento como lugares de pertencimento e experiências, de transformações e expectativas, como Fernão Velho, um território que pulsa com a vida de seus operários em diferentes temporalidades.

Trata-se de um movimento de ir e vir através de um tempo móvel e entrecruzado, mergulhando no trabalho de compreensão de experiências e tempos em aberto. Ou ainda, como sugere a historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto, operar um tempo plural e passível de múltiplas leituras, “considerando a importância das recordações para salvar as ações humanas do esquecimento”.<sup>210</sup>

Desse modo, pretendo em minha narrativa, neste capítulo, estreitar o diálogo com o relato de operários e operárias, os quais carregam, em sua memória, as marcas do passado, com diversos indícios de sociabilidades e práticas culturais, assim como interpretações de mundo. São relatos de experiências sem sequenciamento linear, constituindo histórias narradas.<sup>211</sup> Resultam de memórias compostas por lembranças que se apresentam de forma fragmentária, e evidenciam acontecimentos que muitas vezes não existem entre os registros escritos que pesquisei, e, quando existem, possibilitando o cruzamento entre fontes, têm outras representações. Sobre determinadas questões, quando formuladas nas entrevistas realizadas para o registro desses relatos, houve silêncio, o que pode ser representação de esquecimentos. Nesses casos, entendo que esquecer não representa o vazio de memória, mas um tipo de memória que opera espontaneamente e no inconsciente na ordem do involuntário; daí seu distanciamento da lembrança.<sup>212</sup>

---

<sup>210</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 54.

<sup>211</sup> *Ibid.*, p. 59.

<sup>212</sup> RICOEUR, Paul. O esquecimento. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007b.

Nesse ensejo, resistir contra as possibilidades permanentes de esquecimento, as lembranças dos operários remetem às múltiplas histórias de acontecimentos, “sem distinguir os grandes e os pequenos”, e considero, em diálogo com Walter Benjamin, que no trabalho de história não podem ser desconsiderados, apropriando-se assim totalmente desse passado lembrado e esquecido, tornando-o citável como integrantes de narrativas historiográficas. Dessa forma possibilita recuperar a riqueza da experiência operária e seu legado como ensinamento sobre a vida que pulsava em toda sua intensidade em Fernão Velho.

### **3.1 Nos labirintos da memória: cenas febris**

Era um dia qualquer da semana nos idos de 1940. O sol acabara de nascer. O movimento da natureza se permitia registrar no conjunto de sensações e sensibilidades em Fernão Velho. Ouviam-se os grunhidos e cantos das aves que vinham da mata e por ali sobrevoavam. As pequenas ondas das águas do Mundaú rebatiam seguidas e infinitas vezes na orla lagunar. Vinham também os ventos que sem uma barreira de edificações na orla, na Rua da Praia, adentrava as outras ruas, arejando o ambiente e refrescando as pessoas. Formava-se uma paisagem idílica, reforçando um significado de lugar apazível entre seus viventes.

Com o calor do dia, acelerava-se o movimento cotidiano, desacelerado no descanso da noite para a maioria dos viventes daquele território fabril. Enquanto dormiam repondo suas energias para o dia seguinte, alguns continuavam na incessante produção da Fábrica à noite. Esses operários noturnos também ansiavam pelo momento de descanso, recuperação de seu “corpo produtivo”, sobretudo tendo em vista que era um dos horários em que muitos recebiam por produtividade.

Ao longo do dia, diversos outros sons em Fernão Velho expressavam esse lugar que pulsava por meio das realizações e dos movimentos das pessoas entre seus múltiplos espaços. Os apitos do trem, as badaladas do sino da igreja anunciando a missa, o burburinho e as conversas das pessoas nas praças, as gargalhadas das crianças nas ruas quando brincavam ou seguiam para o colégio, os ensaios da Banda Othon, as feiras e as diversas atividades na Laguna Mundaú.

Um frenesi de sons, pessoas, movimentos...

Esse território fabril que pulsava mediante as experiências operárias então praticadas, abrindo-se, também, aos acontecimentos diversos, simultâneos e imprevisíveis. A contrapelo

das tentativas de controle da fábrica,<sup>213</sup> a vila operária tornava-se febril com toda a sua intensidade em sons e movimentos. Fervilhava no pulsar de suas sociabilidades, mas também nas (re)apropriações de múltiplos personagens que se constituíam operários em cada cena.

Concomitantemente à produção têxtil e cumprimento de funções laborais, operários viviam sua vida nua, permitindo-se permear pela política, pela disciplinarização de seu corpo e comportamentos, mas também se apropriando da gestão de trabalho na realização de suas táticas cotidianas. Outras cenas simultaneamente se descortinavam nos cenários em Fernão Velho. A vida operária era encenada em suas múltiplas formas de serem qualificadas e significadas, permitindo histórias críveis.

### 3.1.1 Do Colégio São José às escolas da vida: aprendizagens

Logo cedo pela manhã e a caminho do colégio, crianças, filhos e filhas de operários percorriam as ruas de Fernão Velho. Algumas mal passavam da altura da cintura de um adulto e, apesar da tranquilidade nas ruas, muitas vezes iam acompanhados por alguém mais velho. Como pequeninos, iam com sono, outros tagarelando, e às vezes até chorando, querendo ficar em casa. Andavam de mãos dadas com seu acompanhante, ou não, quando tinha mais autonomia. Já outros, com idade que se aproximava do início da adolescência, juntavam-se em uma turminha fazendo aquela algazarra. Alguns passavam pela Praça São José com seu coreto e jardim de flores vistosas.

Destinavam-se todos ao Colégio São José, que fora construído pela Fábrica ainda nos tempos dos Machados (1891-1938) e nos tempos dos Othon (1943-1996) continuou funcionando. Eram ofertadas a alfabetização e as séries iniciais do ensino primário.

Para lá, os operários, outrora estudantes, relatam que caminhavam levando seu material escolar composto por livro, caderno e lápis. Alguns carregavam um lanche preparado pelos pais, mas nem sempre.

Todos vestiam o fardamento da escola. Isso era regra. A Fábrica preocupava-se em identificar as alunas e alunos. “Na escola era 100 por cento vestido e com farda completa e composta”, afirmou Antônio Cardoso. Para todas as crianças era entregue o fardamento que deveria ser usado, geralmente feito de tecido branco, mas também usavam calça e saia azul. A padronização facilitava a fiscalização da higiene e permitia distinguir meninos e meninas. Mas ao mesmo tempo, igualava-os na condição de acesso um direito social: a educação.

---

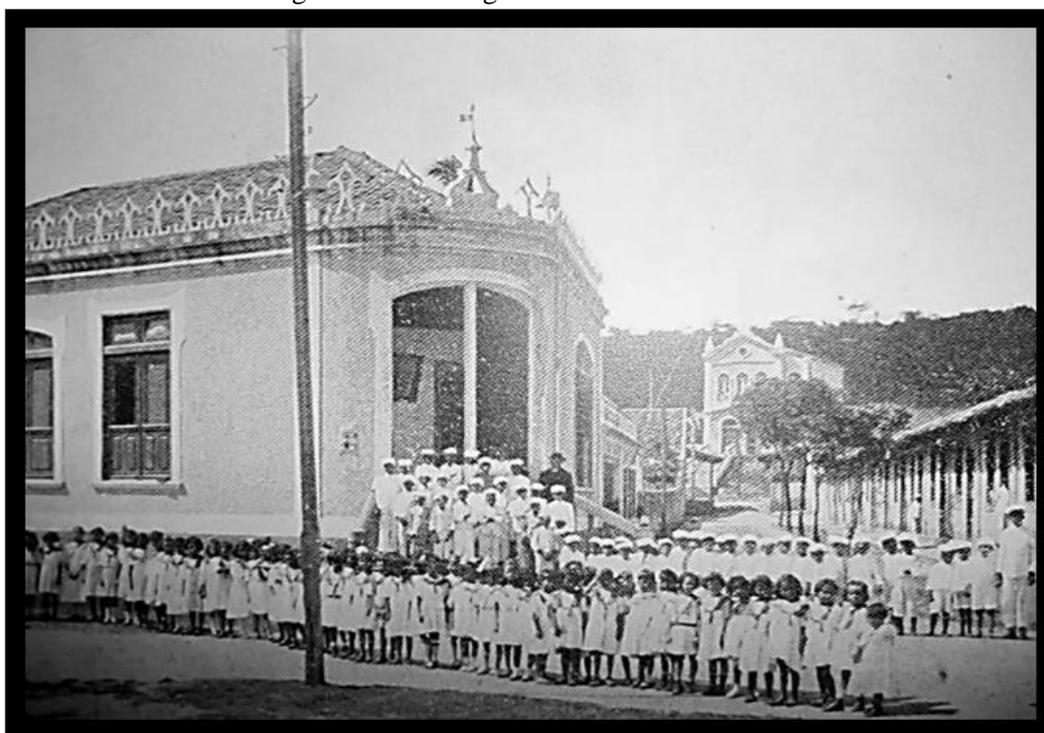
<sup>213</sup> Essa tentativa de controle é o que podemos entender como uma forma de biopoder. FOUCAULT, 2000a.

Os meninos, nas memórias de Antônio Cardoso, usavam “calça curta e tamanco para ir para a escola e igreja. [...] O tamanco era muito duro. E durava. Muitas das vezes, eu tinha um cinto velho e cortava as tiras para aproveitar o tamanco”. Já as meninas, lembrava que “era uma percatinha baixa, a saia bem comprida, a blusa bem bonita e penteada”. Um fardamento que, embora identificasse os alunos, não oferecia conforto. Sobretudo para os meninos. Segundo Zequinha Moura, o tamanco era “duro, de pneu, para não se gastar”. O tipo de material usado na confecção do fardamento não era desprovido de uma preocupação empresarial com os custos. O duro para não gastar, permitia um uso duradouro, e mesmo quando apresentava sinais de desgaste, era reaproveitado, prolongando sua vida útil.

O colégio parecia ser modesto, com poucas salas de aula, porém suficiente. Era de esquina, bem próximo da igreja e da praça central de Fernão Velho. Possuía janelas grandes que ajudava na iluminação e arejamento. Os professores geralmente eram mulheres, havendo homens em menor número. Contavam ainda com o padre Cabral, que era o diretor. As irmãs do padre também foram professoras, lembrou Antônio Cardoso.

Logo ao chegar ao colégio, a criançada toda se concentrava em frente à escadaria de acesso, sem poder ainda entrar.

Fotografia 13 – Colégio São José em Fernão Velho



Fonte: MARROQUIM, 1922. Acervo da Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas.

Autor e data desconhecidos.

Aguardavam do lado de fora o horário para o cumprimento das obrigações cívicas como parte do aprendizado. Meninos e meninas ficavam em pé organizados em fileiras, e com as professoras e professores de sua turma e demais presentes, cantavam o Hino Nacional, o da Bandeira e, por vezes, o de Alagoas. Formavam um coro com as vozes infantis misturadas às vozes dos adultos educadores na realização daquele ato pedagógico. Quem passava pela rua em frente presenciava tal ato, e, de repente, até poderia juntar-se, ou mesmo lembrar seu tempo de escola. Na entrevista, Zequinha Moura relatou que todos, adultos e crianças, sabiam os hinos, e lamentou que hoje essa prática não é mais tão comum nas escolas.

Depois, poderiam seguir para a respectiva sala de aula. Segundo relato de Antônio Cardoso: “A aula começava às 8 horas até a 1 da tarde.” As lições abordavam conteúdo de humanidades, ciências e língua pátria. As crianças aprendiam Geografia, História, Matemática e Português. As meninas, segundo relatou a entrevistada Dona Emília, também aprendiam bordado, crochê, e ponto de cruz. Tais saberes eram opcionais aos meninos, embora importante. Ajudava a desenvolver habilidades manuais que posteriormente poderiam ser úteis aos futuros operários, em especial às mulheres. Dona Emília logo que começou a trabalhar ainda quando era menor de idade, foi transferida para a seção de urdideira, onde exerceu habilidades aprendidas quando criança na escola.

A educação física também era praticada no colégio. Veríssimo Ferreira relatou que havia um campo por trás do Colégio, onde hoje existem algumas casas.<sup>214</sup> O professor era Franz Gaspar, oriundo da antiga Tchecoslováquia. Ele morava em Fernão Velho em uma casa na Praça São José. No campo, Veríssimo Ferreira praticou salto em altura, chegando até a se sagrar campeão em uma competição local.

Além das habilidades manuais e físicas, a didática utilizada no ensino de conhecimentos propedêuticos estimulava a memorização, o raciocínio lógico e a perspicácia na mobilização dos saberes. Era uma prática que Zequinha Moura, ao ser entrevistado, destacara como “argumentos”, envolvendo, sobretudo, o ensino da Matemática e do Português. “Não gostava! Era assim: três vezes oito? Se não sabia, dava a palmatória. Era o ‘argumento’.” Exercícios com tabuada e ditado eram frequentes. Os alunos e as alunas, ao serem inquiridos, deveriam responder prontamente e de forma correta. Do contrário, a sanção pedagógica viria em forma de castigos, sobretudo em momentos em que havia bagunça que

---

<sup>214</sup> FERREIRA, 1997. Embora Veríssimo Ferreira não especifique o período em que esse campo tenha sido usado, analisando as fotografias de Fernão Velho, tudo indica que tenho sido nos tempos da Companhia União Mercantil. Todas as fotografias a que tive acesso não evidenciam esse campo. Muito embora, nos diversos relatos dos trabalhadores, são contadas histórias de jogos de futebol e basquete, ambos em espaços construídos pela própria Fábrica para práticas desportivas.

poderia atrapalhar a aula ou mesmo danificar o que a fábrica disponibilizava para a educação. “Tinha uma professora que tirava o tamanco e batia. Pá, pá, pá... Levanta os pés! E falava para levantar os pés. A preocupação não era com acabar com os tamancos, mas com o piso”, lembrou Antônio Cardoso. Ao levantarem os pés, os estudantes tornavam-se momentaneamente imóveis em seu lugar, evitando deslocar-se na sala de aula, mantendo-se em sua cadeira perfilada para maior controle e circulação dos educadores entre os educandos.

Visava-se à eficiência do aprendizado e disciplina no comportamento, assim como seria exigido na produção fabril.

Segundo o entrevistado Zequinha Moura, embora fosse ofertado a alfabetização, o colégio e os educadores tinham limites na disponibilidade de recursos pedagógicos: “A leitura... dava um livro naquele ano e no outro você ia recordar o livro. Passava dois anos com o mesmo livro.” Por outro lado, esses impactos eram minimizados tentando despertar nos alunos a curiosidade e vontade em aprender, superando suas dificuldades na escola com jogos e brincadeiras que se tornavam também parte do cotidiano fora desse cenário instrucional. Sobre essas práticas, Zequinha Moura complementou:

Minha vida fora do colégio era estudar vocabulário. Eu gostava de charada, de impugna, de palavras cruzadas, essas coisas... Eu gostava muito. Quando saía do colégio, sentava com uma turma e ia para o impugna. Uma palavra e outra, a turma gostava! A charada então... As brincadeiras eram essas.

Pressupunha-se que a educação em Fernão Velho não deveria apenas formar sujeitos dotados de conhecimentos propedêuticos. Nas memórias de Veríssimo Ferreira, a irmã Maria José, uma freira, ensinava com seriedade e entusiasmo, tentando despertar nas crianças sentimentos de civismo e amor ao próximo. Porém, “esse amor ao próximo” reforçava o caráter de coletividade entre os operários e as obrigações que deveriam cumprir desde cedo, quando criança. Seja com as obrigações escolares, seja na igreja, entre outras, e posteriormente como operários, a educação propiciava uma formação moral extremamente disciplinadora. Qualquer comportamento considerado desviante, desde a infância, era reforçado por uma moral cristã que enaltecia a culpa passível de sanção.

A presença do padre e outros religiosos no colégio reforça esse aspecto da educação operária, tornando plausível a prática do ensino religioso entre as crianças, provavelmente

com conteúdos que adentravam as aulas e/ou a rotina dessas crianças.<sup>215</sup> Era uma importante estratégia para difusão de uma ética capitalista que determinava o lugar social dos operários, ou seja, o do trabalho e da produção. Além disso, permitia que a docilização moral e dos comportamentos dos infantes fosse ampliada pela catequese, visando também um encaminhamento na fé católica. A própria instituição escolar era nomeada com o nome de um santo católico, São José, também conhecido como santo dos operários. Além desse aspecto subjetivo, a própria igreja localizava-se bem próxima do colégio, ao fundo da rua cruzando a Praça São José<sup>216</sup>. As ações pedagógicas do padre Cabral com as crianças quase se confundiam nesses dois cenários. Fomentava-se uma simbiose de ensinamentos que deveriam ser levados para a vida e o bem viver como operário.

Alguns alunos, em sua rotina, permaneciam sob a tutela educacional, moral e religiosa do padre Cabral. Veríssimo Ferreira, quando criança, foi coroinha. Alternava suas atividades escolares e familiares com a igreja.

Além dessa atuação, foi membro do grupo de escoteiros mantido pela Fábrica. Esse grupo foi criado em 1939 quando os Leões ainda a administrava. Com os Othons, continuou funcionando. Veríssimo Ferreira foi Guia de Tropa. Ajudava as pessoas prestando serviços diversos àquela população fabril. O grupo chegou a ter um efetivo de 50 escoteiros. “Ao ingressar no escotismo, o escoteiro era obrigado a fazer a seguinte promessa: ‘Prometo pela minha honra, cumprir os meus deveres para com Deus e minha Pátria, ajudar o próximo em toda e qualquer ocasião e obedecer a lei do escoteiro’.”<sup>217</sup>

Como escoteiro e coroinha, Veríssimo Ferreira construía como representação e exemplo de bom comportamento, sujeito de boas ações, de uma “ovelha” fiel à sua fé e seguidor do pastoreio do padre, capaz de se afastar de “certas ideologias”, passíveis de criminalização e perseguição política.

---

<sup>215</sup> Com prática semelhante em um território fabril em Alagoas, podemos citar o bairro do Bom Parto, onde se localizava a Fábrica Alexandria. Nesse bairro havia o Grupo Escolar Cincinato Pinto, mantido pela prefeitura da cidade. Nessa instituição, era prática comum a realização de aulas de catequismo. BRITO, Leide Daiane de Melo. Revisitando a memória escolar de Alagoas dos anos 30 e 40 do século XX. In: EPAL, 2010, Maceió. *Anais...* Maceió, 2010. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/REVISITANDO-A-MEMORIA-ESCOLAR-DE-ALAGOAS-DOS-ANOS-30-E-40-DO-SECULO-XX.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.

<sup>216</sup> Sobre essa localização, ver fotografia nº 11.

<sup>217</sup> FERREIRA, 1997, p. 12.

Tratava-se do comunismo interpretado como subversivo pelos patrões e por membros da igreja católica.<sup>218</sup> Em Fernão Velho, o padre Cabral, que atuou da década de 1940 até final dos anos 1950, até advertia, repudiando aqueles que, de algum modo, seja por folia, seja por consciência política, frequentavam tais atos. Nas memórias de Dona Emília, sua irmã, quando garota, por vezes frequentou alguns comícios comunistas e até mesmo conheceu alguns que andaram professando essa ideologia por Fernão Velho, e o padre Cabral indagava negativamente: “Você estava com os comunistas?!?!”. Conforme a operária, o pároco não gostava dos comunistas, não se dava com eles. Sua política era a Igreja. “Ele tomava conta da igreja e das suas ovelhas!”

Veríssimo Ferreira parece ter sido uma dessas “ovelhas”. Sua formação na infância e juventude, por meio da escola, da igreja e do grupo de escoteiros, repercutiu na sua imagem como operário e posição que ocupou na Fábrica. Foi considerado um operário exemplar pelos patrões, mesmo que se envolvesse com questões políticas. Foi eleito para órgãos de representação de classe representando os trabalhadores, além de ser produzido na memória de vários operários como um personagem de imagem e conduta exemplar, atuando de forma pacífica e ordeira, pondo-se disponível ao diálogo. Julgava-se livre de ideologias. Soube aproveitar-se dessa imagem para ascender na fábrica, o que lhe rendeu uma vaga no escritório.

Na década de 1950, os Othon construíram uma nova escola. Nomearam-na Maria Amália em homenagem à esposa do velho Othon Lynch Bezerra de Mello. Localiza-se na Vila ABC, que também foi construída nesse mesmo período quando se ampliava o número de casas para o crescente operariado absorvido pela Fábrica Carmen. A creche, que antes funcionava onde hoje há o prédio do escritório na própria Fábrica, foi transferida para outro local, mas continuou sendo ofertada. Na Escola São José, as crianças permaneciam, no máximo, até a idade de 14 anos, ou pouco antes, quando geralmente concluíam o primário. Em Fernão Velho, a Fábrica não ofertava os ensinamentos ginásial e colegial, segundo e terceiro ciclos de formação educacional respectivamente.<sup>219</sup>

---

<sup>218</sup> Sobre produção social do medo do comunismo na experiência política e autoritária brasileira durante o Período Democrático (1945-1964), são relevantes os estudos dos historiadores: PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução*: Pernambuco, 1959-1964. Recife: EdUFPE, 2009. RODEGUERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho*: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964. Passo Fundo, RJ: Editora Universitária UPF, 2003. CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. *Relatos do medo*: a ameaça comunista em Pernambuco, Garanhuns 1958/1964. Recife: Ed. da UFPE, 2010. Alguns efeitos dessa produção social do medo do comunismo em Fernão Velho serão explorados no capítulo seguinte.

<sup>219</sup> Na legislação educacional brasileira do fim do século XX, o ensino ginásial correspondia aos quatro últimos do que se nomeia como Ensino Fundamental, enquanto o colegial, ao Ensino Médio.

A ausência da oferta desses ciclos não era um problema apenas naquela vila operária. Era uma situação comum em Maceió, dada a escassez de instituições educacionais e professores para as séries mais avançadas nos idos da década de 1940 e de 1950. Tratava-se de uma educação consideravelmente restritiva, oferecendo escolas isoladas à população, um total de cinco grupos escolares, além do Liceu Alagoano e a Escola Normal,<sup>220</sup> todas mantidas pelo governo estadual.

Além dessas, havia o Liceu Industrial de Alagoas, antiga Escola de Aprendizes e Artífices, que integrava a rede nacional de ensino profissionalizante criada pelo presidente Nilo Peçanha em 1909.<sup>221</sup> Seu funcionamento iniciou no bairro do Centro em Maceió em 1910.<sup>222</sup> Nessa instituição era ofertado gratuitamente o ensino de ofícios como sapataria, marcenaria, funilaria, carpintaria, ferraria e serralharia. Os estudantes matriculados, na maior parte, eram pobres, negros e mestiços.<sup>223</sup> A instituição educacional tinha como função social o preparo intelectual e técnico dos desafortunados, de modo a “fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastaria da ociosidade, escola do vício e do crime”.<sup>224</sup> Premissa que, de certa forma, também pode ser percebida em escolas mantidas por industriais em suas vilas operárias, ocupando os menores com a instrução e galgando adultos com hábitos do trabalho. Posteriormente, esse tipo de ensino profissionalizante criado no governo Nilo Peçanha foi ressignificado nos governos Vargas (1930-1945; 1951-1955), de modo que a educação profissionalizante deveria contribuir para o desenvolvimento industrial brasileiro, fomentando a especialização técnica de trabalhadores urbanos que pudessem ser absorvidos pelas fábricas.<sup>225</sup> É nesse cenário que a então Escola de Aprendizes e Artífices tornou-se Liceu Industrial de Alagoas. Embora esse tipo de ensino pudesse, em grande medida, alinhar-se aos interesses dos industriais, no caso de Fernão Velho, não se identificou nenhum operário que, entre as décadas de 1940 e 1960, tivesse estudado na unidade dessa rede em Maceió.

<sup>220</sup> VERÇOSA, Élcio de Gusmão. *Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias*. 3. ed. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 2001.

<sup>221</sup> BRASIL. Decreto-Lei n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados das Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 26 set. 1909, Seção 1, p. 6.975 Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em: 26 maio 2015.

<sup>222</sup> ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE ALAGOAS. *75 anos de ensino profissionalizante*. Maceió: ETFAL, 1984. Mimeografado.

<sup>223</sup> BONAN, Irene. Ensino profissionalizante: um capítulo dessa história nem sempre bem sucedida em Alagoas. In: VERÇOSA, Élcio de Gusmão (Org.). *Caminhos da educação em Alagoas: da colônia aos tempos atuais*. Maceió: Catavento, 2001.

<sup>224</sup> BRASIL, 1909.

<sup>225</sup> BRASIL. Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 15 jan. 1937, Seção 1, p. 1.210. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_n\\_378\\_de\\_13\\_de\\_janeiro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf)>. Acesso em: 26 maio 2015.

As demais escolas com turmas dos segundo e terceiro ciclo de ensino possuíam um ingresso bem concorrido em virtude das poucas vagas que ofertavam. Localizadas em bairros como o Centro e Farol, restringia o acesso para alunos que morassem mais distante. Sobretudo quando atendiam alunos que já se encontravam em idade para o trabalho, fator que dificultava sua assiduidade na frequência escolar.

O ensino voltado à formação de trabalhadores para a indústria não ocorria unicamente no Liceu Industrial de Alagoas, cujo modelo de ensino era mais lento na formação do trabalhador. Ao contrário do que ocorria no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), cujo resultado na formação técnica dos operários parecia ser mais imediata. Nesse sentido, relatou o entrevistado Antônio Cardoso:

Fui para a seção de encarregado de manutenção. Foi no começo. Só que nesse período que trabalhei na empresa, tive o interesse. A empresa dava curso, o Senai, aí a empresa me dava tudo isso e aproveitava. Foi tanto que aproveitei que fui bom. Cheguei na Escola Técnica do Recife... Não era o mandante, mas era o encarregado de seis, era o primeiro lugar. Fui lá e era bem tratado na Escola Técnica do Recife. No Senai era do mesmo jeito. E aqui no Senai cheguei a administrar doze homens. Tinha o professor Wilton e ele dizia que parece que sei mais que ele. Guarde a oficina e o que você pedir para ele fazer, ele faz. Fui um cara preparado na minha estrutura no que pude. E nunca cortei olho.

Antônio Cardoso soube articular seus interesses com os da Fábrica. Nessa situação, jogou no terreno de captura, mostrando-se disponível para ocupar e realizar o que interessava para a produção. Aproveitou as oportunidades que lhe foram oferecidas, cursos na Escola Técnica do Recife e no Senai. Demonstrou interesse e aperfeiçoamento, tornando-se o primeiro da turma e ajudando o professor a comandar outros alunos. Criou brechas no regime disciplinar da fábrica, o que lhe rendeu confiança entre os patrões, possibilitando ascensão na Fábrica. Tornou-se encarregado em diversas seções.

Zequinha Moura foi outro personagem entrevistado que soube aproveitar-se das oportunidades que lhe surgiram. Já com 14 anos de idade, finalizou seu primeiro ciclo escolar no Colégio São José, porém não cessou sua formação, buscou formas alternativas de acesso ao conhecimento, inclusive nos momentos de diversão.

O entretenimento com recursos tecnológicos e de comunicação em massa, com televisão e rádio eram limitados. Nas residências das famílias operárias não era comum a existência desses equipamentos nos idos dos anos 1950. Porém, outras formas de distração e diversão dos operários eram praticadas, usando folhetos de histórias que remetiam à tradição oral, a exemplo da literatura de cordel que chegava a Fernão Velho nos dias de feira realizada

em área próxima à praia lagunar. Esse tipo de literatura abordava temas do cotidiano, histórias diversas que oscilavam entre lendas, causos políticos, pelepas de heróis e anti-heróis, contos que lembravam cenários rurais, entre tantas outras. Tudo em uma linguagem fácil e acessível para todos. Tanto para os que tinham menores níveis de escolarização e letramento como os que possuíam leitura avançada, ou mesmo os analfabetos que participavam ouvindo. Realizavam-se sessões de leitura de histórias capazes de entreter, de tirar risos e gargalhadas, de fazer viajar por meio da imaginação, mas também de ensinar e aprender nos caminhos da informalidade e espontaneidade. Sobre a literatura de cordel, o entrevistado Zequinha Moura considerou:

Eu mesmo ouvia muita história de cordel. Sempre aparecia, de fora, nas feiras daqui. E tinha gente para ler à noite nas casas. Não tinha televisão naquela época, rádio era difícil. Então traziam aqueles livros de cordel e começava a falar, ler. E o passatempo era esse.

Mesmo nesse entreter-se no passatempo das horas livres, Zequinha Moura taticamente transformava essas práticas em oportunidade de aprendizado com a leitura. Desde criança, gostava de praticar seu vocabulário com jogos e palavras cruzadas. Gosto que possivelmente aprendera na escola, entre o querer aprender e a dor da palmatória. Nas brincadeiras e passatempos, ampliava seu conhecimento.

Ainda sem concluir sua instrução educacional formal, já carregava consigo uma formação diferenciada, além de sensibilidade para realizar leituras sobre a situação social de sua família. Na década de 1950, seu pai, Gaudêncio, já era um homem velho e tivera nove filhos, o que dificultava a sobrevivência da sua família. Zequinha Moura, por sua vez, tentava ajudar como podia, pegando um peixe, um siri, o que fosse possível pescar no Mundaú. O que pescava levava para casa, ou por vezes vendia aos passageiros do trem. Com a venda, o pouco dinheiro somava-se na aquisição dos víveres necessários na alimentação, mas também lhe servia para pagar a entrada do cinema, onde se divertia assistindo a filmes.

Nessa época, a Fábrica Carmen já contratava jovens com 14 anos de idade. A entrevistada Dona Emília já havia concluído o 4.º ano primário, e sem grandes expectativas depois disso, logo iniciou sua vida no trabalho com 14 anos e meio. Em fevereiro de 1951, foi contratada pela Fábrica Carmen. Teve a carteira assinada, o que ela chama carteira de menor. Ganhava metade do salário dos adultos embora exercesse as mesmas atividades.

Zequinha Moura, mais ou menos com a mesma idade, já nutria o interesse em se tornar operário, até mesmo para ajudar sua família diante da situação que viviam. Seu pai não

deixou. Fazia questão de incentivar o estudo dos filhos. Considerava essa idade o tempo para estudar, mas aos 17 anos procurou o gerente, Seu Carlos, um italiano, para pedir emprego:

Queria trabalhar e fui. O gerente ficava ali dentro no escritório. Passava aqui na porta e me conhecia. Daí eu o procurei. Ele disse: ‘o que queres?’. Respondi: ‘Seu Carlos, quero trabalhar’. Seu Carlos: ‘Por que queres trabalhar?’ Disse: ‘Porque quero ajudar meu pai!’ [...] Daí o gerente pegou um pedaço de jornal e disse: ‘Leia aí!’ Li o jornal e ele disse: ‘Traga o seu registro.’ Foi quando tirei o registro e fui trabalhar. Fui trabalhar na Fábrica no dia 12 de fevereiro de 1953. Fui para a tecelagem.

No seu relato, destaca que foi no momento em que conseguiu seu primeiro emprego que “tirou registro”. Podemos perceber quanto era representativa a relação entre trabalho e cidadania. O registro a que se refere é o da Certidão de Nascimento e Carteira de Trabalho. Com esses documentos e a formalização de um emprego, o operário passava a ser beneficiário das leis do trabalho como um direito social. A cidadania para esses trabalhadores pautava-se, bastante, no usufruto do que essas leis poderiam oferecer a eles, como previdência e assistência social, férias, e posteriormente o 13.º salário, entre outros. Em relação à empresa, também passava a usufruir melhor condição de vida, não somente pelo salário que se somaria à renda de sua família, mas à assistência patronal por meio de serviços diversos.

Na tecelagem, não ficou por muito tempo. Embora muito jovem, e até mesmo inexperiente na produção fabril, chamara a atenção de seu gerente de seção e até mesmo de outros chefes na hierarquia da produção. Não era comum a existência de operários com o nível de letramento de Zequinha Moura, o que lhe rendeu destaque entre os demais colegas de labuta, conforme relatou:

Trabalhei um ano e mais ou menos cinco meses na tecelagem. Daí num dia de sábado chegou um encarregado. Eu estava com um saco com as tramas de tecido e caneias cheia de linha para abastecer e fazer os tecidos. Eu abastecia aquilo ali para não faltar. Abastecia todos. E tinha um saco cheio num carrinho. Daí chegou o encarregado e me chamou. ‘Deixe esse carro e venha cá. Pegue o saco e entregue a alguém.’ E eu... ‘Oxente, deixa eu trabalhar!’. E ele: ‘Não! Pode entregar. Venha cá!’

O então jovem operário, todo desconfiado com aquela situação, foi ao encarregado sem saber o porquê do chamado. O encarregado lhe ordenou que o acompanhasse, e assim o fez, porém, angustiado com o incógnito desenrolar daquela situação para si. A cada seção pela qual passava em direção ao escritório, sua angústia aumentava. Especulava em seu íntimo o que se sucederia então: “Oxe, o que está havendo?! Será que vou ser indenizado?” A indenização representaria a demissão, o que repercutiria na renda de sua família. Além da

possível vergonha por ser um adolescente letrado, capaz e tão cedo dispensado! O que o forçaria a sair dali em busca de trabalho. Subiram então até o escritório.

Lá dentro estava o chefe do escritório. Aí o encarregado disse: ‘Pronto seu Orlando, o rapaz é este!’ Fiquei cismado. E ele disse ao encarregado que podia ir. Fiquei lá. Ele perguntou: ‘É o senhor que é seu Zequinha?’ Assim mesmo! (Relato de Zequinha Moura, 2014)

Era manhã de um dia de sábado! Já passavam das 10 horas. Zequinha Moura tinha entrado no turno das 6 horas, que durava até às 10 horas, porém, Orlando, o gerente, chamou outro contínuo, ordenando-o que ensinasse a Zequinha Moura sobre todos os setores da fábrica. Assim sucedeu.

Quando chegou ao setor de tecelagem, onde fora chamado para se apresentar ao no escritório momentos antes, Zequinha foi visto com livros debaixo do braço, provavelmente para registro de produção dos operários e protocolo de documentos. Os operários tecelões, que nesse momento já estavam curiosos com a razão da súbita e intransigente convocação do jovem para o escritório, indagaram: “O que é isso?” Zequinha respondera: “Foi lá em cima! Tô lá em cima agora!”, e sorriu.

Contou aos colegas de seção o que sucedera. Chegando ao escritório e tendo sido apresentado a Orlando, este afirmara: “Tenho boas informações suas, viu?!” Mesmo assim, sua angústia e desconfiança nesse momento não havia sido desfeita. Questionava-se se ficaria por ali mesmo, assim, com indenização. Não estava claro ainda para Zequinha o que se passava. Até que Orlando afirmara: “Você vai ficar trabalhando aqui, como *office boy*, contínuo.”

Tinha sido promovido, apesar de tão pouco tempo e ainda inexperiente como um operário na função de tecelão. Nem sequer conhecia, na prática, todas as rotinas e seções da Fábrica. Apenas de ouvir falar. À medida que acompanhava o encarregado designado a ensiná-lo, a cada seção que chegava, era apresentado a todos: “Olhe, esse rapaz aqui é *office boy* agora.” Na sua nova função, tinha de assinar e despachar logo, sem poder demorar em seção alguma.

O jovem operário, então exemplar nos estudos, construiu-se como sujeito letrado e instruído. Em proveito próprio, transformou taticamente a disciplina escolar e comportamental em oportunidade, que soube aproveitar. Tornara-se um funcionário do escritório, conquistando a confiança dos gestores que administravam a fábrica.

Enquanto isso, já passara, em muito, das 10 horas. Sua mãe em casa o esperava angustiada por sua chegada. Talvez se perguntando por onde esse jovem andava depois do

trabalho, se tinha ido para o distante manancial hídrico conhecido como Catolé para tomar banho. Zequinha relatou que tinha esse costume. “Saía da Fábrica com os colegas, passava em casa, dizia que ia ali e voltava já, e ia para o Catolé tomar banho. Olha a distância... Tomava banho e voltava para almoçar e trabalhar de novo.” Contudo, naquele sábado, nada de Zequinha chegar; nem sequer tinha avisado para onde teria ido, aliviando, assim, o coração de sua mãe diante da espera, mas esse aviso não poderia ter sido entregue ou dito, já que estava ocupado em aprender sua nova função laboral.

Chegou em casa por volta das 12 horas e pouco. Já era o horário do almoço. E sua mãe: “Onde estava?” Foi então que Zequinha lhe contou o que se sucedera. Não estava no Catolé, ainda estava trabalhando porque o tinham promovido para atuar no escritório. Nem seu pai, que já era um contramestre de tecelagem, homem velho, experiente e com cargo de confiança dos gestores, tinha conseguido esse feito: trabalhar para o escritório da Fábrica! E sua mãe se pôs a chorar de emoção. “Ela chorou que só!”, relatou Zequinha Moura.

Nessa mesma tarde do sábado, Zequinha foi ao empório mantido pela Fábrica. Lá havia uma despensa onde eram vendidos tecidos, calçados, além de alimentos e outros produtos. Nesse local, já haviam comunicado que o jovem operário, ex-tecelão e agora *office boy*, passaria por lá. A ele deveriam ser entregues tecidos e dois pares de botas. De lá, foi à alfaiataria, onde foram tomadas todas as medidas de seu corpo para confecção da vestimenta que o destacaria entre os demais trabalhadores. Na segunda-feira seguinte, já vestindo a nova roupa, foi trabalhar.

Depois de certo tempo, conseguiu liberação da Fábrica para continuar os estudos, provavelmente em 1958,<sup>226</sup> quando o Ginásio Santa Luzia na região do Tabuleiro dos Martins foi aberto, bairro localizado nas proximidades de Fernão Velho. Era uma escola municipal inaugurada durante o mandato do prefeito Abelardo Pontes Lima.

O ginásio funcionava no turno da noite e em condições precárias, à luz de velas e lampiões. O prefeito não tinha instalado a luz elétrica no prédio, “o que não motivou desânimo aos educandos,” segundo o jornal *Correio da Manhã*.<sup>227</sup> Na notícia sobre tais condições de ensino, foram também feitas críticas à gestão da Fábrica Carmen, que, pela proximidade com o ginásio que atenderia seus operários, mesmo assim, não cooperou investindo em uma rede elétrica que levasse energia para iluminação do ginásio. Zequinha

---

<sup>226</sup> A abertura do Ginásio Santa Luzia foi noticiada no jornal *Correio da Manhã*, edição de domingo, 16 de março de 1958. ENSINO. *Correio da Manhã*, Maceió, 16 mar. 1958. 2.º caderno, p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 25 jun. 2015. Acervo da Biblioteca Nacional. *Correio da Manhã*, 1940-1949. PR\_SPR\_00130\_089842.

<sup>227</sup> ENSINO..., 1958, p. 7.

Moura teve o apoio de um dos padres que atuaram em Fernão Velho, nos estudos para prova de admissão ao ginásio.<sup>228</sup>

Fotografia 14 – Prova para admissão ao Ginásio Santa Luzia



Fonte: ENSINO..., 1958, p. 7. Acervo da Biblioteca Nacional, Correio da Manhã, 1940-1949.

Autor desconhecido, 1958.

Nessa instituição, Zequinha Moura deu prosseguimento aos seus estudos escolares, complementando seu saber com suas práticas cotidianas fora do ginásio. Após dois anos, deixou a função de *office boy* para trabalhar no setor de pessoal. Neste, além da melhoria de salário, fora-lhe subjetivamente exigido maior comprometimento com os interesses da fábrica.

Dona Emília, após iniciar suas atividades na Fábrica, relatou que passou a nutrir algumas expectativas. Foi transferida para a seção de urdideira,<sup>229</sup> onde seu salário passou a ser pago de acordo com sua produção, o que era vantajoso para ela por ser menor de idade. Seu ganho era maior do que o salário fixo de menor, nesse caso, a metade de um adulto.

<sup>228</sup> Zequinha, ao mobilizar suas memórias sobre sua experiência no Ginásio Santa Luzia, não deixou claro o ano em que lá ingressou. No seu relato, em um primeiro momento, afirma ter procurado o padre Cabral, e em outro momento, o padre Salomão foi designado pela Fábrica para ajudá-lo. Sobre esse colégio, não foi possível identificar mais informações sobre o tipo de ensino lá ofertado. Nas atas do sindicato, o padre Salomão somente aparece em 1960 quando participa de uma reunião para informar os operários sobre a possibilidade de cobrança de valor a ser descontado nos salários dos operários para custear a compra de livros e cadernos para os alunos do ginásio, fato esse que gerou descontentamento entre os operários. Antes de 1960, era frequente a participação do padre Cabral em diversas reuniões e cerimônias do sindicato.

<sup>229</sup> Tratava-se de uma atividade de preparação para a tecelagem. Os operários realizavam o abastecimento de fios nas máquinas, observando-se a relação entre quantidade de fios e tipo de tecido que seria produzido. Tratava-se de uma atividade de preparação para a tecelagem.

Como ajudante de urdideira, fazia as emendas entre um fio e outro, e por aí seguia trabalhando. Logo começou a se destacar na produção. Lembrou que era uma garota alta, magra e esguia. Tinha excelente trato com a manipulação dos fios de algodão. Segundo sua avaliação, foi a melhor nessa seção, ganhando vários prêmios por produção. Prêmios como fogão e outros utensílios que contribuía para maior conforto em sua casa. Dos chefes aos donos, era reconhecida por todos, até pelos patrões. Othon Lynch Bezerra de Mello, o pai, ou seu filho, Dr. Alberto, sempre falavam pessoalmente com ela. Tornara-se exemplo não somente para os colegas em Fernão Velho, mas também para outros operários na rede fabril-textil do Grupo Othon. Havia até uma foto sua exposta na Fábrica da Macaxeira em Recife. Isso era o que dizia Dr. Alberto, relatou a entrevistada Emília.

Se, por um lado, a pedagogia do Colégio São José contribuía para a formação das crianças de modo a fomentar, desde cedo, a preparação de seu corpo e comportamento como futuros operários, por outro, alguns entre essas mesmas crianças, quando se tornaram operários e operárias, souberam tirar proveito do que lhes disciplinaram.

### 3.1.2 A profilaxia dos desejos, a constituição das famílias operárias e a questão da natalidade

Em Fernão Velho, a constituição de famílias operárias também era submetida aos cálculos de poder, capaz de sujeitá-las a um regime de controle de corpos e comportamentos por parte dos patrões, os quais levavam em consideração princípios de moralidade e ideal de um modelo nuclear e patriarcal de família. O corpo, portanto, não era reconhecido nessa dimensão de poder como singularidade biológica, mas como corpo múltiplo, espaço ambíguo que se convertia em população. Gerir a população implicaria o controle demográfico, muitas vezes com práticas sutis, ou mesmo abertas, todos presentes no cotidiano desse território fabril desde os tempos da Companhia União Mercantil.

Os Machado preservaram algumas coisas típicas para seus operários e dependentes naqueles tempos... Uma bica que se chamava 'Paciência'. Naquela bica só tomava banho quem fosse do sexo feminino. Uma outra bica tinha o nome de 'Rebojo'. Do mesmo modo, ali só tomava banho quem fosse do sexo masculino. Havia ainda o melhor, que era o 'Rio Sangrador'. Naquele rio, mulher... nem ver. Tinha que ficar distante, bem distante. Por que era exclusivamente para homens. Todos aqueles banhos ficavam por trás da Fábrica.<sup>230</sup>

---

<sup>230</sup> FERREIRA, 1997, p. 8.

A separação de corpos por sexos como preocupação na gestão dos Machados (1891-1938) também ocorria nos serviços escolares ofertados aos filhos dos operários. A própria Fábrica nos tempos de Companhia União Mercantil declarou, em seu relatório publicado no *Diário Oficial* do Estado em 1928, a existência de duas escolas. Uma para cada sexo. Buscava-se evitar a mistura entre moças e rapazes, meninos e meninas no ambiente destinado à formação educacional e moral. Situação que lembra o que o filósofo Michel Foucault designava como biopoder, ou seja: “um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc.”<sup>231</sup> Estes se consubstanciam com a gestão da fábrica na medida em que a sexualidade, natalidade, mortalidade, doenças, reprodução, entre outros aspectos que se referem à vida e à morte podem interferir na produção. O que a torna objeto de saber, como algo passível de controle da biopolítica, lançando mão de estudos estatísticos, econômicos e políticos sobre a população, sobre a demografia, a saúde, educação, entre outros.

Durante os tempos da Fábrica Carmen, essa prática escolar de separação dos estudantes por sexo não são evidenciadas nos relatos de memória dos operários, muito embora seja plausível reconhecer que essa pedagogia produziu práticas endossadas entre os operários e a própria gestão dos Othon no período da década de 1940 a 1960, a exemplo dos banhos nas bicas d’água.

Trata-se da atualização de estratégias capazes de produzirem efeitos disciplinares no controle da população. Uma pedagogia moral e dos corpos, cuja força era exercida além da biopolítica ensejada pela Fábrica cuja força residia na sujeição dos operários, em suas práticas culturais e sentimentos de respeito. Também deixava brechas para a apropriação dos operários e operárias na forma de se constituírem e gerirem sua vida e família.

Zequinha Moura, então com 26 anos de idade, tinha organizado uma escola de samba que cresceu e começou a ficar conhecida. Recebia convites para se apresentar fora de Fernão Velho, em municípios próximos de Maceió. Deslocava-se de trem, ou mesmo de ônibus para tocar durante festejos, como o carnaval. Nesse período do ano, a sonoridade das músicas tocadas é propícia ao balancê dos corpos, cujas formas e ritmos são capazes de provocar os desejos contidos pela formação cristã. Quando a escola de samba voltava do município de Murici após se apresentarem no início dos anos 1960, a preocupação de Zequinha Moura representava o efeito de sua formação moral desde os tempos do Colégio São José, conforme expôs na entrevista. “Quando cheguei aqui, coloquei cada um em sua casa, as mocinhas eu

---

<sup>231</sup> FOUCAULT, 2000a, p. 288-289.

entregava aos pais logo, Até isso existia naquela época... tinha de entregar uma por uma em sua casa.”

Tal ato, para além dos cuidados e respeito com as mocinhas, expressava uma preocupação da fábrica e da Igreja com a profilaxia dos desejos, do controle dos corpos no intuito de evitar a promiscuidade, contribuindo para o cálculo da natalidade. O descuido com a sexualidade poderia implicar uma gravidez inesperada e a constituição de uma nova família sem nenhum planejamento. Para os industriais e os pais dos jovens operários, era uma preocupação relevante diante dos transtornos que uma gravidez sem planejamento poderia causar. O morar era limitado pela disponibilidade de casas e a quantidade de cômodos que estas possuíam.

Em outras situações, uma nova família poderia ser constituída mantendo-se na casa onde um operário ou operária, então na ativa na Fábrica, já vivia no casamento anterior. Seu Idelbrando, operário aposentado, ficou viúvo quando ainda era moço. Afirmou ter casado novamente com outra mulher, filha de operário. Não havia restrição para essa situação, uma vez que não implicava prejuízo para os patrões.<sup>232</sup>

Era comum um novo casal, independentemente das circunstâncias da união matrimonial, continuar vinculado à casa de seus pais, habitando todos juntos a mesma residência. Tal fato poderia gerar transtornos para os demais membros, irmãos, irmãs, avós. As habitações eram pequenas e, de certa forma, desconfortáveis para uma família numerosa, o que precarizava a condição de moradia.

Nesse sentido, a felicidade carnal-amorosa dos jovens viventes, que em grande medida expressariam as sensações de seus corpos como singularidade biológica e psíquica, tornavam-se também objeto de disciplina moral também pelos próprios pais e família. O que coadunava com a sujeição aos valores familiares preconizados pela Igreja e sua educação religiosa, mas, sobretudo, pela própria gestão dos Othon no exercício de seu biopoder. Trata-se de mecanismo regulador da fecundidade e procriação, que implicaria também o cuidado com a “higiene das famílias; os cuidados dispensados às crianças; a escolaridade”, entre outras que induzem comportamentos vinculados ao habitat desse território fabril.<sup>233</sup>

Por outro lado, toda disciplina ou todo mecanismo regulador deixa suas brechas. Os jovens operários não se furtavam de suas experiências amorosas e prazeres do corpo. Taticamente as transformavam em romance cujas lembranças do passado são relatadas de

---

<sup>232</sup> Informação prestada por Idelbrando em entrevista para esta pesquisa, realizada em Maceió, Alagoas, em 18 de janeiro de 2014.

<sup>233</sup> FOUCAULT, 2000a, p. 300.

forma idealizada e, ao mesmo tempo, permitem lições para o presente. O entrevistado Zequinha Moura lembrou:

Tinha muito namoro. Hoje, acho essas músicas, à minha maneira, é poluição sonora. Não tem poesia. É só pei, pei, pei... Não gosto mesmo! Tem música bonita hoje, com sentimento, poesia, história bonita. Naquela época você namorava com amor. Existia muita música bonita.

Ao contrário do “pei, pei, pei” que dita o ritmo de muitas músicas consideradas ensejadoras da poluição sonora e cujas letras podem sugerir a promiscuidade e degenerescência, tentava-se, àquela época, atribuir às relações amorosas significados poéticos. Estes eram embalados por músicas como aquelas cantadas por Dalva de Oliveira,<sup>234</sup> muito ouvidas por alguns operários da geração de Zequinha Moura.

A poética das músicas que ouviam sugeriam a felicidade e a plenitude na união entre dois amantes. A constituição de novas famílias ocorria por meio de práticas reconhecidas por todos como respeitosa.

Acontece que ela sempre ia olhar a escola e eu não a conhecia. Quando eu pegava o ônibus aqui para ir para o ginásio, ela descia de casa e ia me ver. Ela já me paquerava e eu sem saber. E ela sempre ia olhar a escola de samba e eu não conhecia. Aí quando é um dia que vou para Murici com a escola de samba, e volto, na sede Othon perto da estação tinha um baile de carnaval. Aí fui! [...] Fui para a sede, tava todo mundo brincando e quando cheguei lá, olhei para ela e me despertou a atenção. Aí a colega dela, que estava mais ela falou: ‘que vir para aqui?’. Aí digo, pera aí... tímido, fui por traz do bar, pedi uma dose de conhaque. Tomei, dei três passadas e aí fui. E sai namorando. Até hoje! Maria Quinô Nazário Acioli. Dezembro agora vou fazer 49 anos de casado. 31 de dezembro de 1965 nos casamos. (Relato de Zequinha Moura, 2014)

Na realização do matrimônio, eram atribuídos sentidos de encantamento, com práticas de conquista sem promiscuidade, de realização das expectativas diante de um amor talvez platônico, aliados a algumas dosagens de timidez e romantismo. Buscava-se afastar a imagem de uma relação voltada ao saciamento dos desejos do corpo e da pele como território do prazer, embora este também pudesse cotidianamente estar presente nas alegrias das núpcias e entre as paredes íntimas do quarto dos casais que sucediam com seu casamento.

---

<sup>234</sup> “Quando dois corações, se amam de verdade/ Não pode haver no mundo maior felicidade/ Tudo é alegria, tudo é esplendor!” MARTINS, Herivelto; GOMES, Valdemar. Intérprete: Dalva de Oliveira. In: Dalva de Oliveira, Série Super Divas (duplo). Rio de Janeiro: Emi Music, [s. d.]. 1 CD duplo, álbum 1, faixa 15.

Todos esses sentimentos, tanto os mais castos, quanto os libertinos, são constituintes da formação das famílias operárias. São nutrientes de uma relação amorosamente febril, cujo amor é aquecido por toda a vida, ou mesmo torna possível a transformação do operário em um corpo produtivo disciplinado na realização dos interesses da fábrica, seja na produção, no controle da natalidade e nos valores familiares.

Do matrimônio de Zequinha Moura, nasceram oito crianças, quatro homens e quatro mulheres. Entre esses, três trabalharam na Fábrica, dois como tecelão e uma como liçadora. Os oito nasceram em hospital localizado em outros bairros de Maceió. Ao relatar as circunstâncias em que seus filhos vieram ao mundo, Zequinha Moura contrapõe as condições de saúde em Fernão Velho. Sua mãe, Maria José Moura, pariu na própria casa que morava com a ajuda de uma parteira. Era o tempo da Companhia União Mercantil. No tempo da Fábrica Carmen, essa prática continuou até provavelmente o fim da década de 1950.

Sobre esse tempo, Dona Emília, em entrevista, lembrou que teve seu filho de parto normal. Foi assistida por uma profissional, uma parteira que ela julgava “formada”, que era mantida pelos Othon para dar assistência às mulheres gestantes e em trabalho de parto. Caso se complicasse e fosse necessária uma cesárea, a mãe seria transferida para um hospital de Maceió. Do contrário, o serviço seria em casa ou no ambulatório mantido pela Fábrica. Posteriormente, os Othon construíram um setor de maternidade.

Mesmo com toda essa assistência patronal, fato que permite uma imagem de humanização e de benfeitor aos patrões, a gravidez e o parto não eram necessariamente livres de possíveis traumas. As operárias grávidas trabalhavam até o tempo da lei e do parto, e somente, então, no limite de suas condições físicas, eram afastadas de suas atividades na Fábrica.

Dona Emília ressaltou que estava trabalhando quando entrou em trabalho de parto. Seu bebê veio antes do tempo normal previsto, chegando prematuro aos sete meses de gravidez. Quando sua bolsa estourou, procurou o gerente de sua seção para informar o que ocorrera, deixando evidente a emergência em ser atendida pelos serviços de saúde. No entanto, ele respondeu: “Olhe, está faltando só três rolos. Só sai quando terminar!” Dona Emília finalizou seus três rolos restantes e correu para o parto. Quase deu à luz em pleno rés do chão da Fábrica. No dia seguinte, uma enfermeira foi à sua casa para avaliar e acompanhar suas condições de saúde e do bebê. Ficou afasta por sete semanas, quase dois meses de licença-maternidade.

Esse benefício previsto na legislação trabalhista brasileira nem sempre era respeitado, levando operárias e a Fábrica à Justiça do Trabalho. Os patrões culpavam as próprias

operárias quando erravam na contagem do tempo de sua gravidez, o que, por muitas vezes, incidia em quase ter o bebê na própria Fábrica, ou trabalhar praticamente até entrar em trabalho de parto após o sétimo mês, como sucedera com Dona Emília. Tal situação foi objeto de litígio, conforme o Processo trabalhista de n.º 35/58.<sup>235</sup>

No dia 21 de fevereiro de 1958, Adalgiza Roberto da Silva e mais outras 14 operárias, representadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, formalizaram uma reclamação trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ)/Maceió – 6.ª Região, que se localizava no bairro do Centro de Maceió. Solicitavam o cumprimento de licença-maternidade conforme o artigo n.º 392 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),<sup>236</sup> no prazo legal para benefício e/ou pagamento de vencimentos relativos ao período em que deveriam estar usufruindo esse direito.

Adalgiza deu à luz em 3 de junho de 1957, ausentou-se do serviço no dia 1.º desse mês e voltou ao trabalho no dia 8 de agosto do mesmo ano. Reclamava o pagamento de cinco semanas posteriores e cinco dias antes do parto como benefício não pago da sua licença. Amália Antônia deu à luz em 22 de abril de 1957, ausentou-se do trabalho em 8 de abril de 1957 e retornou às suas atividades em 29 de junho do mesmo ano. Reclamava pagamento de quatro semanas antes do parto.

Luzinete da Conceição, assim como Adalgiza, trabalhou até poucos dias antes de dar à luz, nesse caso, oito dias. No processo, não foi informado seu retorno ao trabalho, possivelmente quatro semanas depois do parto, conforme descrição a que se refere ao pagamento que reclamam. Do mesmo modo, assim ocorreu com as demais operárias no processo. Izabel Arestides, Antônia Honorato, Enaura Cândida, Izabel Francisca, Maria Bernardo, Maria Julieta, Maria Pastora, Nadir Maria, Carolina Oliveira, Iraci Ferreira, e Maria José dos Santos. Todas reclamavam pagamentos referentes à licença-maternidade, que se supõe não terem sido devidamente cumpridas e pagas pela Fábrica Carmen. Contudo, o

---

<sup>235</sup> Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região. Disponível no Acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>236</sup> A CLT/1943 embora estabeleça condições de igualdade de direitos em relação ao trabalho masculino e feminino, atribui um capítulo inteiro à proteção do trabalho da mulher, excluindo deste apenas a condição de trabalhadora em atividades e oficinas de característica familiar. No artigo n.º 391, a condição de gravidez e haver contraído matrimônio não constituem como motivos justos para a rescisão contratual de trabalho. Já o artigo n.º 392, regulamenta o tempo de trabalho na condição de gravidez e lactante, proibindo o trabalho da mulher grávida no período de seis semanas, antes e depois do parto, mediante atestado médico. Esse período pode ser maior em casos excepcionais de necessária ampliação do repouso, sendo acrescidas duas semanas antes e depois do parto. BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo. Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 26 nov. 2015.

período em que cada uma ficou licenciada variava, seja no afastamento prévio antes do parto, seja referente ao período posterior ao nascimento do bebê conforme o artigo 392 da CLT/1943.

Entre elas, algumas situações chamam a atenção, inclusive lembrando a experiência de Dona Emília e a intransigência do gerente que, preocupado com os rolos restantes, quase “enrolou” o nascimento do bebê. Nadir Maria trabalhou até dois dias antes de ter o bebê. Já Carolina Oliveira, ficou afastada por quatro dias e por força de concessão da médica Dra. Vitória Pontes de Miranda. Iraci Ferreira ausentou-se do trabalho apenas no dia em que deu à luz, retornando ao trabalho no dia seguinte. Maria José dos Santos deu à luz no dia 18 de maio de 1957, tendo-se afastado apenas no dia 27 do mesmo mês. Possivelmente, continuou trabalhando mesmo após ter dado à luz, quando poderia, segundo a legislação trabalhista então vigente, gozar do prazo de seis semanas distribuídas entre o período anterior e posterior ao parto.

As operárias foram defendidas por Paulo Valente Jucá, advogado contratado do Sindicato. Na solicitação de deferimento assinada pelas operárias, foi indicada a sede do Sindicato como endereço para correspondência, e não a residência delas. A Fábrica foi representada pelo advogado Humberto Tavares da Costa. A primeira audiência foi agendada para o dia 11 de abril de 1958. O juiz Presidente da Junta, Paulo Duarte Quintella Cavalcanti determinou, para esse mesmo dia, uma diligência nas instalações da Fábrica Carmen de modo a realizar exames periciais nas operárias, devendo elas comparecerem à Fábrica. Talvez para comprovar a gravidez das operárias ou o nascimento dos bebês. Foi agendada nova audiência, posteriormente adiada a pedido do Sindicato. Por fim, realizou-se em 10 de junho de 1958.

Nesse ínterim, outros documentos foram anexados ao processo.

Uma das operárias, Maria Juliete, firmou acordo com a Fábrica Carmen. Anexou uma declaração de desistência, informando suas razões. O entrevistado Zequinha Moura, em seu relato, já destacava que muitos operários resolviam suas questões na própria Fábrica, com os advogados desta:

Qualquer coisa resolvia aqui mesmo. Tinha um advogado da firma, eles botavam para o advogado e faziam um acordo. Tiveram vários. Um deles foi Dr. Manoel Jarbas. Foi um dos advogados da firma. Cheguei até trabalhar com ele. Sempre terminava em acordo. Colocava para você falar com o advogado tal dia. Chegava, e a indenização assim, assado... vc concorda com isso? Terminava o caba concordando.(Relato de Zequinha Moura, 2014)

Outras operárias optaram pela continuidade do litígio, negando um possível acordo que também tenha sido oferecido a elas. Anexaram a certidão de nascimento de seus filhos e filhas ao processo, talvez como resultado da diligência determinada pelo juiz. São documentos que trazem informações relevantes sobre aspectos da constituição das famílias operárias e seus laços de amizade que constam na identificação das testemunhas que assinavam os registros.<sup>237</sup>

Havia operárias casadas com pescadores, embora fossem predominantes os operários entre os maridos. Essas famílias moravam não somente nas principais ruas da vila operária, próximo à fábrica, ou até mesmo em casa construída para eles. Também viviam em locais como a Vila Pedreiras, Goiabeiras e sítios da região nos arredores de Fernão Velho. Sobre o local de nascimento das crianças, revela-se que nem sempre os serviços médicos e ambulatoriais ofertados pela fábrica eram usados pelos operários. Os nascimentos ocorreram em casa ou em localidades como o Tabuleiro e outros bairros de Maceió.

Algumas certidões de nascimento não traziam informações sobre o pai da criança, o que torna plausível outras formas de constituição familiar e relações amorosas, diferentemente do que sucedera com Zequinha Moura ou do ideal de família nuclear e patriarcal estimulada pela Igreja. Nesse caso, chamo a atenção para uma certidão em que o escrivão fez questão de ressaltar que a criança registrada era um filho ilegítimo de um pescador. Em outra certidão, o mesmo escrivão positivou a legitimidade da filiação, sendo esse um filho de operários,<sup>238</sup> identificando, inclusive, o pai.

Em 15 de julho de 1958, o juiz determinou o arquivamento do processo. Alegou que as operárias, autoras do litígio, não compareceram à audiência agendada, apesar de todas terem sido regularmente notificadas. O endereço indicado no processo para serem notificadas tinha sido a sede do Sindicato. Deixava-se em aberto as razões da desistência de 13 operárias, que aparentemente sem fazer acordo, poucos dias antes, haviam anexado a certidão de nascimento de suas crianças ao processo; possivelmente, desejosas do prosseguimento da reclamação. Teriam sido, de fato, notificadas sobre a audiência? A elas foi imputado o

---

<sup>237</sup> Em uma das certidões de nascimento apresentadas no processo, Veríssimo Ferreira assina como uma das testemunhas. São detalhes que fortalecem os indícios sobre as amplas relações de sujeitos como ele, conhecido e respeitado por todos em Fernão Velho.

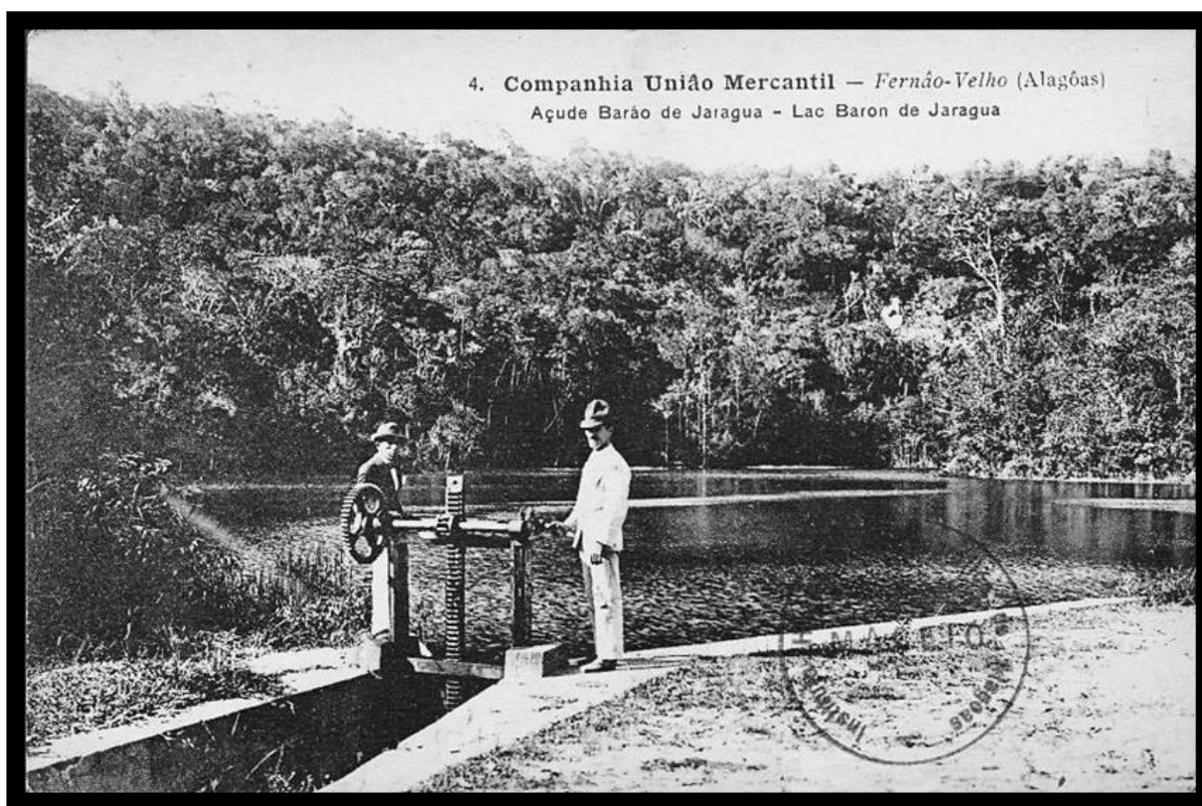
<sup>238</sup> Essa evidência suscita a possibilidade de se inquirir sobre as práticas cartoriais no cuidado com seus registros. Não somente pelo tipo de informação pública que elabora e confere legitimidade, mas também no cuidado com os tipos de nomeações e significados que estes possam imprimir ao registro, podendo este ser passível de preconceitos, ideais, ou qualquer outra mentalidade e sentimento que possa interferir na qualificação das informações registradas. Do mesmo modo, do ponto de vista estético e material, a preocupação com a clareza das informações. Algumas certidões apresentavam maior cuidado com o preenchimento, inclusive com melhor legibilidade da letra do escrivão.

pagamento das custas processuais. Como se não bastasse todo o drama que cada uma delas passou durante a gestação, mesmo após ter tido sua criança, não receberam seus direitos de licença- maternidade. Entre elas, havia, inclusive, quem tenha retornado ao trabalho no dia seguinte ao dar à luz. Talvez pelo receio de ficar sem seus proventos quando se afastasse, pois era incerto o pagamento do direito de licença-maternidade.

### 3.1.3 Nas águas da Vila: abastecimento, banhos e pesca

Nos tempos da Companhia União Mercantil, havia um açude por trás da Fábrica que era utilizado de forma estratégica na produção da Fábrica. Na própria escolha do local de implantação das instalações fabris, pode ter sido levado em consideração esse potencial hídrico, ainda quando os gestores eram o Barão de Jaraguá e o comerciante Tibúrcio Alves de Carvalho. Este é preenchido com água advinda de nascentes da mata que margeiam esse território. Uma paisagem que se tornara objeto de cartão-postal da cidade.

Fotografia 15 – Companhia União Mercantil: Açude Barão de Jaraguá



Fonte: Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Pasta 07. Col. Postais de Maceió, Postal n.º 14.

Autor desconhecido, [19--?].

Do açude, era retirada toda a água necessária para a Fábrica. Nas caldeiras, era utilizada para produção de energia quando ainda não havia sido instalada a rede elétrica. Esse mesmo açude também abastecia as casas operárias, dispondo toda a vila de água encanada. No Catolé, encontrava-se a maior reserva de água doce. A capacidade hídrica e sua vazão eram quase imensuráveis, maior que toda a demanda necessária da vila. Foi cedida à prefeitura de Maceió. Tornou-se, e ainda hoje é, a fonte aquífera que abastece toda a capital. As largas tubulações que transportam sua água passam paralelamente entre Fernão Velho e a mata em sua encosta. Atualmente, esse manancial é juridicamente reconhecido como uma área de proteção ambiental,<sup>239</sup> dada sua relevância ambiental e social.

Nos tempos dos Othon, o Catolé era também um local de banhos e diversão dos jovens. Somava-se a outros locais com rios e bicas, todos dentro dos limites do território da Fábrica Carmen. Nesses mananciais, os banhos e as diversões eram práticas entre aqueles que viviam em Fernão Velho.

A Laguna Mundaú também constituía esse cenário natural e de práticas culturais. Logo ao nascer do sol, pescadores adentravam com suas canoas, geralmente produzidas de um único tronco de madeira, ou pequenas jangadas de tábuas. Navegavam entre canais e águas rasas cujas profundidades variam entre 2 e 7 metros, aproximando-se dos mangues ou parando nos bancos de areia e lama em meio à laguna.

Ao retornarem, traziam consigo o resultado de seu trabalho na atividade da pesca e coleta de moluscos e crustáceos. Na laguna, pescava-se peixe, catava sururu, pegava siri, quem sabe, camarão. As técnicas eram diversas e passadas de pai para filho. Os instrumentos usados eram rudimentares, produzidos pelos próprios pescadores com materiais disponíveis na região, ou eram comprados na feira ou mercado. “Era fantástica”, relatava Zequinha Moura. O resultado desse trabalho era para próprio consumo ou comercializado nas feiras livres, no mercado, e na própria praia lagunar.

---

<sup>239</sup> A Área de Proteção Ambiental do Catolé foi por meio da Lei Estadual n.º 5.347 de 27 de maio de 1992. Os limites dessa unidade de conservação ambiental abrangem os municípios de Maceió e Satuba, perfazendo uma área total de 5.415 hectares.

Fotografia 16 – Catadores e vendedores de sururu



---

Fonte: ALMEIDA, 2015.  
Autor: Japson Almeida, [19??].

---

O que se catava em grande quantidade era o sururu; esse sim, era tirado às latas da laguna, e na praia, enxia os cestos. A panela estava sempre a postos para ser usada, cozinhar o sururu e tirar seu filé. Poderia ser vendido o filé e o *in natura* ainda com casca, conhecido como “sururu de capote”. Tratava-se de uma atividade presente em todo o complexo lagunar Mundaú-Manguaba, oferecendo facilmente o acesso ao alimento.

O acesso à laguna era livre. “Não tinha casa na beira da lagoa. A fábrica não queria. A lagoa era limpa e tinha acesso para todo mundo,” narrou o entrevistado Zequinha Moura. Até hoje, um dos principais logradouros de Fernão Velho denominara-se “Rua da Praia”, em alusão a essa condição.

Fotografia 17 – Catadores de sururu



Fonte: Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, CD 02, Pasta 06, Col. João Azevedo Filho “Arquivo Fotográfico”, Foto n.º 61.  
Autor: João Azevedo Filho, 1965.

Catar sururu era uma atividade que muitas vezes mobilizava toda a família do operário ou do pescador, sem distinção de sexo ou idade, desde que tivesse condições de participar da pesca ou coleta de moluscos e crustáceos. Zequinha Moura comentou sua participação:

Eu mesmo, em minha infância, com 10, 12 anos, saía daqui e chegava na lagoa. Entrava três passos e encontrava sururu e siri. Se o siri era gordo ficava, se era magro soltava. E o sururu tirava, eu e meus colegas, cozinhava na beira da lagoa mesmo, e daí ia para o trem com uma amarrada de siri e saco de sururu.

A pesca era, ao mesmo tempo, parte da dieta alimentar, era fonte complementar; e o molusco, que dava a três passos, com a água abaixo da canela, era até levado para fora, transportado de trem. “Carros e mais carros, superlotado de sururu. Ia para o interior e até para Pernambuco. Carro de trem cheio de saco de sururu”, lembrava Zequinha Moura. Uma natureza que, como mãe, permitia um melhor viver em Fernão Velho. Todos podiam ir e desfrutá-la.

### 3.1.4 O cinema, os festejos e outras práticas...

Nos tempos dos Othon, “Fernão Velho só vivia de festa”, lembrava Dona Emília. Comemorava-se de tudo ao longo do ano: Carnaval, São João, Natal, padroeiro, etc. Sentimentos cívicos, de profanação e danação,<sup>240</sup> esportivos, e sagrados, entre outros eram celebrados. Estes muitas vezes, imbricavam-se um no outro, ocorrendo simultaneamente. Em um mesmo festejo, que mobilizava os operários, a Fábrica e até pessoas de fora, havia espaço para todas as formas de sentimentos e seus efeitos. Era também um lugar de muitos banhos, porque esse território dispunha de diversos mananciais hídricos. Havia tempo para tudo, tempo para educação, produção, descanso, alegria, festas e fé.<sup>241</sup>

Além dos mananciais hídricos que também serviam como diversão, o Cineteatro era cenário bastante presente na memória dos operários de Fernão Velho. Em Maceió, havia o Teatro Deodoro<sup>242</sup> e os cinemas Rex, Plaza, Ideal, Lux, e o Cinearte.<sup>243</sup> Este último funcionou até 1957, e, em 1959, reabriu como Cine São Luiz após reformas, exibindo o filme com o sugestivo título de “Tarde demais para esquecer.”

Em Fernão velho, as exibições predominantes eram de filmes hollywoodianos, muitos de grande sucesso de público naquele tempo. A apresentação de grupos teatrais não apareceu nos relatos de memórias de operários, o que não descarta sua realização.

Nesses relatos, sobretudo de homens, ressalta-se a frequência ao Cineteatro, constituindo uma prática cultural. Zequinha Moura era um frequentador assíduo:

O cinema era ali. Todo dia fazia isso quando vinha da escola. Assistia cowboy. [...] Às vezes tô aqui e ainda passa um filme daquela época e gosto de ver. Gosto é do banguê-banguê, daquela época. [...] Passava também os românticos, Romeu e Julieta, E o Vento Levou. Todo dia tinha sessão. E

<sup>240</sup> Ato ou efeito motivado por fúria, raiva, oposição e negação do que é sagrado, tornando-se passível de condenação moral e espiritual.

<sup>241</sup> Segundo o historiador Pierre Mayol, são minúsculos fatos sociais, difíceis de analisar em sua banalidade, cuja memória tende a apagar-se, mas indiciárias da extraordinária acumulação do desejo de vivenciar a cidade. CERTEAU, Michel. Morar, cozinhar. In: *A invenção do cotidiano*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. v. 2, p. 151.

<sup>242</sup> O Teatro Deodoro foi inaugurado em 1910. Sobre este teatro, ver: A MALDIÇÃO do Teatro Deodoro. *História de Alagoas*, 2015. Disponível em: <<http://www.historiadealagoas.com.br/a-maldicao-do-teatro-deodoro.html>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

<sup>243</sup> Esse cinema funcionou na Rua do Comércio desde os anos 1920, no bairro do Centro, Maceió. Foi um cinema pioneiro na cidade. Foi conhecido como Cine Floriano e Capitólio. Como Cinearte, funcionou até 1957. Era o principal cinema recebendo grande número de público. Funcionou até 1996. O último filme nele exibido foi O Preço de um Resgate. Sucumbiu à concorrência das modernas salas de cinemas que abriam nos shopping centers da cidade, sendo agregados a esse entretenimento, outros serviços oferecidos como o comércio, estacionamento, segurança, e alimentação, todos disponíveis nos shopping centers. Ver: CINE São Luiz, o velho cinearte. *História de Alagoas*, 7 maio 2015. Disponível em: <<http://www.historiadealagoas.com.br/cine-sao-luiz.html>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

domingo era três vezes: matinal, matinê e soirée. Tinha três vezes. Na semana não, era só soirée. A gente pagava o ingresso. Poucos centavos. Era baratinho. Dava para todo mundo ir ao cinema todos os dias.

Foi pelo hábito de frequentar as sessões de filmes no cineteatro da Vila Operária que Zequinha Moura nutria o gosto por filmes de *western* e lembra a admiração que tinha pelos atores norte-americanos protagonistas nos filmes de seu tempo de infância e juventude. Aliás, tempo esse marcado por memórias que lembram a aventura humana, tornada ficção verossímil na linguagem narrativa da sétima arte. Os temas e tramas presentes nos filmes invadiam a imaginação dos frequentadores do Cineteatro, rendendo assunto nas rodas de conversa.

Fotografia 18 – Cineteatro São José em Fernão Velho



Fonte: OLIVEIRA JÚNIOR, 2013, slide 9.  
Autor desconhecido, [198-?].

O Cineteatro era um local de entretenimento, mas seu uso e função iam além da diversão dos operários. Possibilitava circular em Fernão Velho, práticas e ideias presentes culturalmente em Maceió e no Brasil. Entretenimento que ocupava crianças, jovens e adultos, evitando-se, nos tempos livres do trabalho, comportamentos que pudessem subverter os bons costumes e convivência entre todos. A ida ao Cineteatro representava momento de sociabilidade, de passeio na arborizada Praça São José, de reencontro entre amigos e companheiros de trabalho e estudo. Permitia o cuidado do estado mental dos operários, que, alegres pelo entretenimento, poderiam sentir-se mais satisfeitos com o morar nos limites da Fábrica e seu regime de trabalho.

Ao mesmo tempo, a presença da sétima arte também expressava o processo de modernização que os Othon estavam implantando em Fernão Velho, seja na Fábrica, seja no

conjunto de suas intervenções construtivas na Vila Operária, ou mesmo as transformações que a própria cidade de Maceió vivenciava a partir da década de 1940.

A modernidade na capital alagoana era expressiva não somente pela presença das fábricas têxteis, mas também nos costumes e no sistema de transporte ferroviário que permitia interligar a cidade e suas vilas operárias com o mundo.

O trem chegava a Fernão Velho em horários determinados, e sempre apitava avisando sua presença. Percorria vagorosamente os trilhos que passavam pela Avenida Teixeira Machado, uma das principais na Vila Operária. Do trem, já se avistava um dos conjuntos de casas operárias, todas dispostas uma ao lado da outra, com tamanho padronizado, queda d'água do telhado para a rua e uma fachada com uma janela e uma porta. Não eram casas muito espaçosas, mas atendiam às necessidades de uma pequena família. Muitas se localizavam paralelamente aos trilhos do trem.

Fotografia 19 – Companhia União Mercantil: Avenida Teixeira Machado, linha férrea e conjunto de casas operárias



Fonte: Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Pasta 07, Col. Postais de Maceió, Postal n.º 15.  
Autor desconhecido, [193-?].

Logo, o trem parava na estação localizada em frente à Fábrica. Em muitos vagões, carregava-se algodão de qualidades diversas. Eram fardos e mais fardos dessa matéria-prima. Esse era um trem com mais cargas que pessoas. Vinham de Pernambuco e por aí afora. Geralmente saía da capital, Recife, às seis horas. De Maceió para lá, o mesmo horário, mas havia os trens com mais pessoas que cargas, e eles provocavam grande movimentação de pessoas. As crianças, filhos de operários, que gostavam da pesca na laguna, quando avistavam o trem, já saíam correndo para a estação levavam cordas de siri, peixes e sacos de sururu para vender aos que vinham e seguiam no trem. O sururu era uma carga muito transportada, chegando até a ocupar vagões inteiros.

Na estação, o trem permanecia por pouco tempo, pois seguiria adiante para outras estações. Era quando o apito tocava novamente. Agora avisava sua saída. Novamente, o frenesi de pessoas entrando e acomodando-se nos seus lugares. As crianças ainda vendendo seus produtos, recebendo e passando troco. Acelerava-se a finalização da disposição das cargas. Então, o trem, sob o comando do maquinista, movimentava-se e misturava o barulho de seu corpo metálico com o atrito de suas rodas nos trilhos, que as guiavam, somando sua presença à miscelânea de sons e movimentos daquela Vila Operária.

Dali de Fernão Velho, passaria, ainda, pelo Rio Novo e partiria para outras cidades, a exemplo de Rio Largo, que também possuía fábrica e vila operária. Ou, caso estivesse indo em direção a Maceió, findaria seu trajeto na Estação Central ou na Estação do Porto, passando por outras estações localizadas em diferentes localidades da cidade como Goiabeira, Bebedouro, Bom Parto, Mercado. Transportava constantemente pessoas e cargas diversas, tanto em Alagoas quanto para fora do estado. Contribuía para quebrar a sensação de isolamento dado pelas dificuldades de acesso e saída daquele território fabril.

Trem que, nessas memórias de Zequinha Moura, possibilitava aproximar Fernão Velho ao mundo. Em uma de suas lembranças, relata que, por volta de 1944 e 1945, o trem passou por Fernão Velho cheio de soldados. Eram os chamados “praças” que foram mobilizados em diversos municípios alagoanos e se concentraram em Maceió. No trem, deslocaram-se para Recife, de onde partiriam para lutar na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Cá, ficava o choro de quem se despedia para talvez nunca mais revê-los em vida.

Como uma expressiva indústria, ampla em suas instalações e incrustada em uma região costeira, temia-se que a Fábrica Carmen pudesse ser alvo de bombardeio durante o conflito bélico. Necessitava proteger-se desse perigo. Alterou sua rotina, impôs comportamentos defensivos. Alterou até o som que demarcava as alternâncias de seus turnos de produção. O entrevistado Zequinha Moura rememorou:

Tinha sirene para controlar o povo na hora de trabalhar. Quando faltava dez minutos a sirene, uuuuuuuu. E todo mundo ficava sabendo, dez minutos. Aí entrava. Tocava de novo, era para o pessoal largar. Na época da Guerra essa sirene não funcionou. O que funcionava ali na porta da fábrica era um trilho grande. Ainda me lembro disso, 1944, 1945. Era um trilho grande. Bennnng!!!! Bennnng!!! Depois da Guerra voltou a sirene. Isso aí era uma prevenção.

Provisoriamente, durante a guerra, a sirene fora substituída. A alternância de turmas e horário de operários passou a ser demarcada com marteladas em um trilho em frente à Fábrica. Soava de forma mais discreta, ao contrário do estridente apito que de longe era ouvido.

O grupo de escoteiros ajudava nesse esforço de prevenção. Orientava a população para evitar qualquer iluminação externa à noite. Saíam às 21 horas procurando os menores de 18 anos e os levavam de volta para sua residência. Era uma lei! E o chefe dessa operação era o irmão do padre Cabral, nesse caso, Pedro Cabral conhecido como Pedrinho.<sup>244</sup> Dona Emília também se lembra desse período, das pessoas que se reuniam à noite a contragosto da Fábrica. Ela relata que “reclamaram que tinha gente que ficava ali e fumava, daí ficava a claridade. Dizia que não queria que ninguém fizesse claridade. Tinha de ficar tudo escuro”.

São ações que faziam parte do esforço de guerra em Alagoas desde 1942, sobretudo tendo em vista a ocorrência de ataques a navios mercantes na costa do Nordeste. No litoral alagoano, o Navio Itapagé foi bombardeado e afundado por um submarino alemão, tendo sua tripulação sobrevivente resgatada por pescadores.<sup>245</sup> No estado, existia apenas o 20.º Batalhão de Caçadores do Exército, com um efetivo de aproximadamente 500 homens. Com a guerra, esse efetivo aumentou para 2 mil homens. Além disso, foi transferido um contingente de artilharia vinda do estado de São Paulo, instalando-se no prédio da antiga fábrica têxtil Santa Margarida no bairro do Jaraguá em Maceió. Foram construídos por americanos, nas margens da Laguna Mundaú, alguns galpões que serviram de base para o 20.º Batalhão. Foram ainda instalados núcleos e guarnições menores em outros municípios ao longo do litoral alagoano. A sociedade civil também participava, sendo suas atividades coordenadas pela Defesa Passiva

---

<sup>244</sup> FERREIRA, 1997.

<sup>245</sup> Sobre o Esforço de Guerra em Alagoas no período de 1942 a 1945, ver: O AFUNDAMENTO do Itapagé: Alagoas na 2.ª Guerra Mundial. *História de Alagoas*, 3 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.historiadealagoas.com.br/o-afundamento-do-itapage-alagoas-na-2a-guerra-mundial.html>> e A DEFESA de Alagoas na 2.ª Guerra Mundial. *História de Alagoas*, 4 jul. 2015. Disponível em <<http://www.historiadealagoas.com.br/a-defesa-de-alagoas-na-2a-guerra-mundial.html>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

Antiaérea, vinculada ao Ministério da Justiça, que visava preparar a população para possíveis ataques aéreos.

Essa prevenção noturna também era realizada nos espaços privados das famílias operárias, modificando sua rotina.<sup>246</sup> A quantidade de lâmpadas em cada casa foi reduzida. Permitiam-se apenas duas lâmpadas. Geralmente usavam lâmpadas de 60 velas, que foram substituídas por lâmpadas de 15 velas. Deixavam uma na sala e outra na cozinha. Dos demais cômodos, geralmente dois quartos e um banheiro, foram retiradas. Sob as novas lâmpadas, foi ainda instalado um tipo de abajur, uma cúpula grande feita de palha. Direccionava o raio de luz para baixo, não deixando que iluminasse para cima, evitando que fosse vista do céu, caso aviões passassem. Os aviões, quando passavam e sinalizavam sua presença aérea, geravam certa apreensão, quando não desespero. Zequinha Moura relatou: “E a gente aqui, quando ouvia um som de avião, meu pai dizia, ‘chão’, e todo mundo ia para o chão. Medo de ser atacado.”

Até que, em uma madrugada de agosto de 1945, bateram repetidas vezes de forma muito afoita na porta de seu Gaudêncio, pai de Zequinha. Na Fábrica ele era contramestre de tecelagem e, ao amanhecer, tinha suas responsabilidades no trabalho. Mesmo assim, foi atender, possivelmente se perguntando o que se passava. Afinal, era madrugada, por volta das três horas. Então, disseram: “Gaudêncio, acorda que a guerra acabou!”, relatou seu filho, Zequinha Moura. Quando pôs os pés fora de casa, já se juntava uma turma em estado de euforia. Nessa época, Gaudêncio morava em frente à praça, em uma casa melhor em virtude de sua condição de contramestre. Além de suas atividades na fábrica, ele se dedicava aos seus dotes musicais. Tocava trombone de vara, violão e cantava. Então, foi “só sair de casa para o Coreto, onde ficou a tocar de madrugada, e o pessoal acordando, e a guerra acabou!”, disse o entrevistado Zequinha Moura. O medo de bombardeio cedeu à alegria e à festa. “Foi um carnaval medonho comemorando o fim da guerra.” quando a notícia circulou por Fernão Velho.

Esse operariado gostava de uma boa celebração. Lembram que, no Coreto da Praça São José, sempre se apresentavam diversas atrações a que assistiam. A principal era a Banda Othon,<sup>247</sup> criada nos tempos da Fábrica Carmen, mantida com apoio dos seus gestores. Era

---

<sup>246</sup> O sociólogo José de Souza Martins, em seu livro *A aparição do demônio na fábrica*, relata que, na região do ABC paulista, onde há uma grande concentração de fábricas, a Fábrica Matarazzo também alterou sua rotina. Em suas memórias de infância durante o período da guerra, ele lembra a escassez de pão e a escuridão provocada pelo ato de apagar as luzes na tentativa de evitar possíveis bombardeios. MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

<sup>247</sup> FERREIRA, 1997, p. 23.

uma banda marcial, formada com operários que tivessem dotes artísticos e musicais. Ocupava parte de seu tempo fora da produção, evitando sempre que possível a ociosidade. Estimulava a manutenção da disciplina e da ordem, seja nos ensaios, seja na sincronia de cada instrumento que era tocado com outros, dando afinação à musicalidade que embalava o prazer de seus espectadores. Reforçavam-se também sentimentos de identidade em relação a Fernão Velho, a Fábrica Carmen, os Othon e entre os próprios operários. Estimulava o apreço dos operários com as referências daquele lugar. A banda era motivo de respeito para todos, não somente por sua beleza artística, mas também por ter os operários como membros. O próprio Veríssimo Ferreira foi maestro dessa banda e se orgulhava de ter sido um dos fundadores. Para os patrões, consistia em uma forma de positivação de seu sobrenome entre seus empregados, levando seu nome, Othon.<sup>248</sup>

Fernão Velho era conhecido como lugar de muitos festejos. Na memória dos operários e das operárias, fica evidente o gosto pelas celebrações e festas, sempre suscitando boas recordações.

Relatou Dona Emília:

Dia 1.º de Maio, vinha gente de fora. Tinha uma missa campal. Cinco horas da manhã tinha girândola de fogos e a gente se acordava. Aí vinha, era jogo, era o dia todinho. 1.º de Maio, dia dos trabalhadores. Desde menina era isso. Aí vinha o desfile, a gente pequena tudinho. Tinha banda de música. Era tudo pela fábrica.

A participação da gestão da Fábrica na organização e promoção de festejos era uma prática em Fernão Velho. Isso já ocorria desde os tempos dos Machados, lembrou Zequinha Moura.

Com os Othon, as festas também se tornaram uma forma de profilaxia da alegria. Nesse ensejo, a Fábrica Carmen construiu o Recreio Operário em 1948. Nele, aos domingos, sempre havia momentos dançantes para os operários. Ou mesmo em outros festejos, como o baile de carnaval, onde Zequinha Moura conheceu sua esposa, comportando-se respeitosa. Lá, a Banda Othon também ensaiava suas apresentações, assim como a Escola de Samba. Era um lugar de múltiplas práticas, sempre reunindo o operariado. O sindicato sempre usava esse espaço para realização de suas assembleias, momento em que

---

<sup>248</sup> Segundo reportagem da revista O Cruzeiro, os membros da banda nas vilas operárias mantidas pelo Grupo Othon, recebiam salário extra por essa atividade. Sistematicamente realizavam ensaios. AS GRANDES..., 1941, p. 68.

concentrava maior número de trabalhadores sindicalizados. Embora fosse um espaço cuja denominação “recreio” emitisse signos de possibilidades de espontaneidade dos operários, a presença panóptica dos Othon era frequente.

Durante os festejos em Fernão Velho, a produção na Fábrica não era suspensa, continuava mesmo em momentos de grande comoção e sentimento nacionalista dos brasileiros como a época de Copa do Mundo. Muitos operários não possuíam rádio em casa, como lembra Zequinha Moura. Televisão nem existia lá. Os operários que não estavam ocupados em seu turno e nas atividades na Fábrica se concentravam no Recreio Operário ou em frente à Sede Othon, próximo da Fábrica, para acompanhar e celebrar os feitos da Seleção Brasileira de Futebol. Embora a Copa do Mundo de 1950 seja lembrada como uma das maiores tristezas para os que adoravam a seleção canarinha. Zequinha Moura, com o semblante de tristeza, relembrou:

O Brasil perdeu dentro de casa. Chorei! Já me entendia. Vi todo mundo chorando. O Brasil só dava de lapada. Só dava de 3, 4, 5... E no último jogo o Brasil apanhou de 2 a 1 do Uruguai. E todo mundo chorou. Ouvia-se lá na sede Othon, ainda me lembro. Nos jogos da Copa, não paravam nada. Nunca parou nada aqui. Não tem disso, não!

Enquanto alguns, do lado de fora da Fábrica se dedicavam intensamente à torcida, outros que estavam em seu turno apenas ouviam a distância. Nesse ouvir distante, de dentro da Fábrica, precisavam também estar atentos aos seus movimentos nas máquinas em meio ao intenso barulho de uma produção que não parava.<sup>249</sup>

Esse futebol também era suscitado na produção de uma identificação com o local. Os próprios operários tinham um time criado para representá-los. Era o time Othon, que contava com jogadores operários e não operários residentes em Fernão Velho. Era mantido pela Fábrica Carmen. Disputavam o campeonato alagoano de futebol. “Era uma torcida da bichoca”, lembrou o entrevistado Idelbrando. Mobilizavam os operários nos jogos. Contribuía com o sentimento deles em relação à própria Vila Operária, apropriada como se fosse deles, digna de torcida quando seu time era composto por seus pares. Contribuía também para

---

<sup>249</sup> Sobre a produção fabril durante os períodos de copa do mundo, houve fábrica que optou por paralisar momentaneamente sua produção para que os operários pudessem assistir aos jogos ou ouvir, tornando o espaço fabril um estádio abrigando torcedores. É o caso de fábricas metalúrgicas em São Paulo, estudadas pela socióloga Cristiane A. Fernandes da Silva. Com essa atitude, a Fábrica esperava assegurar melhores resultados na produção depois dos jogos, inclusive podendo intensificar a velocidade da produção. SILVA, Cristiane A. Fernandes da. *A gestão de si na reinvenção das normas: práticas e subjetividade no trabalho*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

positivar a Fábrica, quando os jogadores carregavam a bola com raça e comemoravam os gols e as vitórias com o nome “Othon” no peito de seu uniforme, embora não ganhasse campeonato algum.

Idelbrando torceu muito. Relata que seu irmão jogava em outro time, o Fluminense de Fernão Velho, que não era mantido pelos Othon, contudo os patrões chegaram a convocá-lo para jogar em seu time Othon, prometendo até mesmo uma função melhor na produção. Era uma prática comum o entrelaçamento entre futebol operário e fábrica, uma forma de reforçar os laços de solidariedade, identidade, subordinação e disciplinamento.<sup>250</sup> Mas nesse caso o jogador recusou a convocação dos Othon.

Para além do futebol, outras manifestações de práticas culturais populares ocorriam como cenas frequentes em Fernão Velho. Era um território múltiplo, de trabalho, sobrevivência, estudo, mas também de festas. A Festa do Boi era uma das que mais concentravam gente. Nem se conseguia andar direito em Fernão Velho de tanta gente que vinha para ver o bumba-meu-boi e alegrar-se aos embalos de carros de som, relatou Zequinha Moura.

Uma das festas mais esperadas com ansiedade pelos operários era o Natal, relatou Dona Emília. Desde os tempos do Grupo Leão, as festas natalinas encantavam o público. “As festas daqui eram famosas. Não cabiam de tanta gente. Vinham tudo para cá”, reforçou Zequinha Moura. A vila operária era toda ornamentada, e para aumentar a animação, sempre eram apresentados grupos de folguedos como reisado, pastoril, guerreiro, chegança, baiana. Todos abrilhantavam a festa.

Em pleno pátio da festa eram armados palanques para Pastoril, para Guerreiro e Reisado. Enquanto que para a chegança eram armadas duas grandes barcas, [...] onde os marinheiros apresentavam suas danças e cantavam seus feitos e suas histórias no que se refere às suas vidas difíceis sobre os mares, enfrentando as grandes tormentas e espessos nevoeiros.<sup>251</sup>

Com o Pastoril, muitos operários lembravam os tempos em que vivam nas áreas rurais. Nesse folguedo, os brincantes entoavam canções com temas ainda vivos na memória dos operários que anteriormente foram trabalhadores rurais.

---

<sup>250</sup> Sobre a relação entre futebol e gestão do trabalho no âmbito das cidadelas e territórios fabris, ver: STÉDILE, Miguel Enrique Almeida. *Da fábrica à várzea: clubes de futebol operário em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto, Paraíba, 1959-1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

<sup>251</sup> FERREIRA, 1997, p. 13.

Havia também a Chegança representando marinheiros imaginários, muito embora alguns brincantes fossem pescadores que trabalhavam embarcados aventurando-se pelo mar. Esse folguedo encantava seus espectadores. Como típicos narradores de Walter Benjamin,<sup>252</sup> proferiam histórias épicas que traziam e levavam nas navegações e cheganças pelo mundo. Histórias de viagem que naquele momento eram contadas com música e dança, encenando-as. Envolviam todos nos mistérios dos nevoeiros em meio às águas do mar, suscitando a surpresa e entrega à superação das tormentas do cotidiano. Tormentas que favoreciam lembrar as lutas pela sobrevivência.

Lutas como as do folguedo chamado “Guerreiro” em alusão a índios e negros, mamelucos, caboclos e mulatos, que, sincreticamente, entoavam suas resistências na espera do messias para sua salvação. Aos operários, para além de uma encenação que alegrava seus festejos, os folguedos possibilitavam intercambiar experiências, apreender lições úteis que pudessem ajudar na realização de sua vida.

Assim como o Natal, o Carnaval também era uma festividade bastante esperada, celebrada e lembrada.

Segundo o filósofo russo Mikhail Bakhtin, a palavra “carnaval” deriva de *karne* (que também pode ser *karth*) e *val*.<sup>253</sup> A primeira designa lugar santo, fazendo alusão à ideia de sagrado, de divindade, de comunidade de seguidores do divino. A segunda remete a um sentido de morto. Podemos então entender o carnaval como uma celebração das divindades mortas, ou ainda da perenidade do sagrado. O carnaval torna-se um espetáculo ritualístico, que simbolicamente rememora e celebra um valor sagrado que se esvaiu.

No Brasil, tradicionalmente se refere a uma festividade popular celebrada às vésperas do início de cada quaresma, um período sagrado no cristianismo, para o qual os fiéis se preparam espiritualmente e com abstinência a fim de celebrar a Ressurreição de Cristo na Páscoa. O carnaval geralmente ocorre no mês de fevereiro, podendo ser também em março, a depender do calendário do ano. Separa-se o tempo do profano e o tempo do sagrado, do pecado e da absolvição das práticas mundanas em busca da salvação.

Na cultura ocidental e cristã, remete à Idade Média e ao Renascimento quando decorriam outros momentos festivos ao longo do ano, sempre associados a motivações sagradas passíveis de celebração como a colheita, a passagem das estações do ano, o nascimento, entre tantos outros. De maneira geral, nessas celebrações, todos exacerbavam seu

---

<sup>252</sup> BENJAMIN, 1936/1987, p. 197-221.

<sup>253</sup> SOERENSEN, Claudiana. A carnavalização e o riso segundo Mikhail Bakhtin. *Travessias*, Edição n. 9, v. 5, n. 1, p. 318-331, 2011.

protagonismo e alegria ao viver o festejo, encenando um cotidiano muitas vezes ofuscado pelas sanções e normas disciplinadoras daquilo considerado sagrado.

Durante o carnaval em Fernão Velho, realizavam-se bailes no Recreio Operário, animados pela própria Banda Othon. Havia desfile “de carro alegórico conduzindo a rainha do carnaval eleita pela comissão organizadora”.<sup>254</sup> Era um momento excepcional. Os Othon permitiam parar a Fábrica em um determinado horário para que os operários pudessem festejar e, quem sabe, continuar posteriormente produzindo mais e alegremente. Ou mesmo, com esse ato, os Othon poderiam estar lembrando a todos nessa celebração que a gestão da Fábrica era simbolicamente o próprio Momo que poderia permitir e limitar o tempo da festa, disciplinando a danação carnavalesca que ganhava as ruas.

Saíam vários blocos de rua em Fernão Velho. As Cartolinhas, as Ciganinhas, entre tantos outros que foram mudando. Na espontaneidade dos brincantes, alguns findaram, tantos surgiram, outros foram atualizados.

O carnaval tornava-se uma prática cultural capaz de expressar a própria vida vivida,<sup>255</sup> representando outra possibilidade de sua realização marcada pelo riso, que, por sua vez, pode ser indício da alegria e liberdade sonhada permitida de ser celebrada no festejo. Produz-se, desse modo, outro mundo, um mundo carnavalizado paralelo ao mundo oficial das normas. Carnavalizar, portanto, pode ser também compreendido como ritual de resistência à perda da liberdade, da rememoração de tudo que pode ser considerado sagrado, ou mesmo da profanação dos valores que se sobrepõe aos desejos de liberdade. Nessa profanação, o coletivo se traveste de máscaras e fantasias, e nas suas trampolinagens, brincantes expressam utopias e desejos. É o tempo da libertinagem e da renovação de uma vida vivida intensamente, tornando-se lócus privilegiado para a inversão das normas, abrindo-se ao jogo da danação.

Entre as memórias festivas dos operários de Fernão Velho, é sempre viva e polêmica a lembrança de um bloco carnavalesco de rua que perdurou durante muito tempo. É o Ferruge!<sup>256</sup> Esse bloco costumava sair nas segundas e terças de carnaval percorrendo as ruas da Vila Operária. Adultos, crianças, homens, mulheres, jovens e pessoas maduras carregavam graxa, óleo queimado, melão de cana, lama, pó de serra, maisena, ovo, o que achasse para sujar o outro.

<sup>254</sup> FERREIRA, 1997, p. 15.

<sup>255</sup> BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987. p. 5-6.

<sup>256</sup> Segundo o historiador e sociólogo Ivo dos Santos Faria, o Bloco Ferruge, como chamavam os operários, surgiu em 1951 e deixou de sair no carnaval em 1995. FARIAS, Ivo dos Santos. Carnaval operário em Fernão Velho. *A Voz do Povo*: Maceió, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/09/artigo-carnaval-operario-em-fernao.html>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

Melavam quem passasse pela frente, mas também pelos lados, enfim... Todo mundo ficava preto com o mela-mela. Era uma danação entre os brincantes do Ferruge.

Fotografia 20 – Bloco Ferruge e mela-mela em Fernão Velho



---

Fonte: FARIAS, 2010.

Autor: Celso Brandão, [198-?].

---

Como um dos blocos mais divertidos, aboliam momentaneamente a intransigência das restrições cotidianas, revogando hierarquias e medos em favor das sensações do riso e liberdade. Diante de tanta alegria e melação, a Fábrica Carmen até alertava para a manutenção dos bons costumes, dos comportamentos morais e necessária para manutenção da limpeza e profilaxia de seu território. Inclusive com tons de ameaça. Os operários poderiam ser “chamados” na fábrica, conforme relato do entrevistado Zequinha Moura.

‘Vocês vão brincar, a gente dá tudo, brinquem como quiser. Só não quero que encostem um dedo nas paredes!’ Todo mundo brincava e quando terminava o carnaval você não via mancha nenhuma. Às vezes, quando um caba tocava na parede e manchava, ele mesmo fazia qualquer coisa para tirar e não ser chamado na fábrica.

Os brincantes parodiavam a disciplina, convertendo-a “num jogo alegre e totalmente desenfreado tudo que é sagrado e importante aos olhos da ideologia oficial”,<sup>257</sup> nesse caso os desígnios morais da Fábrica. Possibilitavam as encenações brincantes entre disciplina e contradisciplina, entre o sujo e o limpo, ou ainda as lutas políticas vigentes. Cantavam-se as múltiplas resistências e táticas como enredos nas lutas operárias.

Após a celebração, sempre se tentava restituir a ordem e manutenção do tempo cíclico da produção que não deveria parar, o que lembra o ciclo da vida sagrada na cristandade (vida, morte, ressurreição). Por outro lado, o Ferruge era expressão de um mundo carnavalizado na vila operária, tornando possível a prática do deboche e da burla, em que todos riem dos outros, de si mesmos, e por que não, de toda moral vigente. E Quem sabe até indagar: “E agora patrão?”

Fotografia 21 – Passagem do Bloco Ferruge em Fernão Velho



Fonte: BEZERRA, 2012.  
Autor: Celso Brandão, [198-?].

De início, as pessoas até se continham na melação e nos exageros brincantes, tendo cuidado com as paredes que a Fábrica costumava mandar pintar antes do Natal. Era quando preparavam a cidadela para a festa e confraternização sagrada de fim de ano. As casas e os

---

<sup>257</sup> BAKHTIN, 1987, p.73.

prédios ficavam todos caiados, brancos e limpos por intermédio da Fábrica que preparava o festejo natalino, mas também a profilaxia que deveria perdurar no ano seguinte, mas depois daquele fevereiro do Ferruge...

Se, por um lado, o carnaval poderia emitir em suas práticas culturais os signos da profanação, os festejos religiosos, por outro lado, lembravam sobre os pecados, e talvez o maior fosse a “corrosão” da disciplina. A festa do padroeiro São José era também bastante popular entre os operários. Os párocos conduziam os maiores esforços de catequese católica nesse território fabril, inclusive estendendo suas ações à região vizinha. O padre Cabral sempre mobilizava os operários, também com procissões cuja intenção ia além da homenagem aos santos e datas sagradas.

Nas memórias de Zequinha Moura, em uma ocasião, o padre Cabral decidiu ajudar com a fé, tijolos e pedras a construção da Igreja do Tabuleiro. A procissão saía da Igreja São José e seguia em direção ao Tabuleiro. O povo subia a ladeira rezando, entoando os cânticos católicos, carregando santo, e junto também carregavam tijolos e pedras na cabeça. O mesmo sucedeu com a construção da Igreja do Rio Novo. A Igreja São José em Fernão Velho tornava-se igreja matriz, e, ao mesmo tempo, oportunizava a remissão dos pecados acumulados, inclusive, nas festas pagãs. Contribuía para a disciplina, oferecendo oportunidades para a fé e realização de boas ações, mesmo com tijolos e pedras na cabeça. Esses materiais de boa ação talvez lembrassem aos fiéis o peso de seus pecados e das supostas indisciplinas que tenham cometido contra a Fábrica. Indisciplina que gradativamente foi se convertendo em táticas de resistência em meio às lutas por direito e cidadania.

## CAPÍTULO 4

### OPERÁRIOS TÊXTEIS E COMUNISTAS NA TESSITURA DO TRABALHO

A única atividade que corresponde estritamente à experiência da não mundanidade, ou, antes, à perda do mundo que ocorre na dor, é a do trabalho, na qual o corpo humano, embora em atividade, também é lançado para dentro de si mesmo, concentra-se apenas em seu próprio estar vivo e permanece preso ao seu metabolismo com a natureza sem jamais transcender ou libertar-se do ciclo recorrente do seu funcionamento.<sup>258</sup>

A palavra “tessitura” na língua portuguesa representa dar significado e razão de ser às coisas. É sinônimo de estrutura, organismo, composição. No campo da música, refere-se ao conjunto de notas ou tons mais frequentes que um músico ou cantor consegue articular e usar repetitivamente em um trecho de canção. À medida que nossa língua pátria designa sentido à “tessitura”, como parte de um som, suscita a sucessão de movimentos.

Neste capítulo, desloco-me para o interior da Fábrica Carmen. Proponho-me a recuperar a estrutura e composição das rotinas de produção, que, como um organismo, era composto por diferentes elementos: máquinas, seções, operários, técnicas de controle e disciplina, matéria-prima, entre tantos outros presentes em sua engrenagem produtiva. Para fabricação dos tecidos, diversos movimentos eram mobilizados de forma frequente, articulado e repetitivo, ecoando como uma, entre outras, dimensão do cotidiano em Fernão Velho.

Nos anos 1940, a Fábrica funcionava a todo vapor. Nela, operários e máquinas formavam um só corpo, porém o funcionamento de suas engrenagens nem sempre era harmônico, sem que se eximissem as tensões entre humanos e máquinas, operários e fábrica. Apesar de toda a propaganda que positivava as ações empresariais, para os operários se configurava uma situação de luta diária. A produção fabril tornava-se um campo de tensões e lutas, seja dos patrões desejosos de produtividade e eficiência, seja dos operários na labuta por sua sobrevivência. Esses últimos, como diria a filósofa Hannah Arendt, permaneciam presos ao trabalho como um metabolismo natural em sua vida. Diante dessa condição humana e de produção, acrescentem-se, ainda, outros projetos ético-políticos da vida e do trabalho; nesse caso, a participação de militantes sindicalistas e comunistas em meio aos operários.

---

<sup>258</sup> ARENDT, 2014, p. 141.

Trata-se do próprio acontecimento de tornar-se operário como experiência histórica do trabalho, mas também da resistência contra as situações que colocavam a dignidade e a própria vida humana em risco, tornando-as incertas. Proponho, a partir deste capítulo, que se tome a relação trabalho e resistências operárias como um movimento de tessitura, como algo que também permita ampliar e significar a razão de ser operário em Fernão Velho.

#### **4.1 Produção têxtil e corpo produtivo em meio às máquinas**

Eram 6 horas. A sirene da Fábrica Carmen tocava pela primeira vez logo após o nascer do sol. Ecoava por Fernão Velho, sendo ouvida por todos que ali viviam e trabalhavam. Esse som se repetiria mais algumas vezes ao longo do dia. Cada vez que soava, operários e operárias entravam ocupando as seções para o exercício de suas funções laborais. Simultaneamente, outros saíam. Todos se alternavam, iam e vinham das suas casas, ou outros locais naquele território fabril. Era um tempo de produção contínua, sem cessar, com escalas de trabalho que adentravam a noite e continuava já em um novo dia. A sirene demarcava o tempo da produção.

Findava-se um turno, iniciava-se outro. Às 6 horas, entrava a primeira turma de operários, permanecendo até as 10 horas quando a sirene soava pela segunda vez no dia. Indicava a transição para o próximo turno que durava até às 14 horas. A segunda turma de operários entrava e assumia a produção. No início da tarde, às 14 horas, iniciava-se o terceiro turno que permanecia até as 18 horas. Nesse turno, retornavam os operários que cumpriram o primeiro horário pela manhã. Às 18 horas, a sirene então soava pela quarta vez no dia indicando o início do turno que se prolongava até as 22 horas. Retornava a turma do segundo turno pela manhã. Às 22 horas, a sirene soava pela quinta vez. Último turno! Os que adentrassem na Fábrica permaneciam até às 6 horas. Geralmente entrava quem queria fazer hora extra, receber por produção e preferiam trabalhar em um horário de oito horas corridas com um breve intervalo na madrugada.

Em Fernão Velho, além da sirene, os operários lembram que se ouvia permanentemente o barulho das máquinas que vinha da Fábrica.<sup>259</sup> “Passei muitos e muitos anos ouvindo a tecelagem aí na frente de casa. A zoada era grande. Pááááá, páááá... Centenas de máquinas. Pááááá, páááá. Era aquela zoada. O dia todinho, e a noite também”, relatou Zequinha Moura. À medida que a sirene demarcava a divisão do tempo em turnos, a “zoada” que durava dia e noite ecoava a incessante produção. As duas, em conjunto, expressavam o funcionamento da “engrenagem fabril” formada por máquinas, mas também por operários como parte do corpo produtivo.

Os operários da Fábrica eram diversos: homens, mulheres, jovens e pessoas de idade madura. Havia tecelões, urdideiros, fiandeiros, carpinteiros, caldeiros, contramestres, encarregados de setor, gerentes, cardistas, azeiteiros (que lubrificavam as máquinas) e o pessoal do acabamento e expedição. Trabalhavam diretamente na produção dos fios e tecidos. A denominação da função de cada operário se dava por meio da seção ou setor onde trabalhava. Havia também os motoristas, mecânicos, pedreiros, pintores, carpinteiros, lenhadores e vigias. Realizavam a manutenção da vila operária e da fábrica, além de dar apoio à produção quando necessário. A mudança de função era comum. O próprio Antônio Cardoso lembrou que trabalhou em diversos setores e atividades da Fábrica.

Na administração, também conhecida como “escritório”, trabalhavam cerca de 30 funcionários, relatou Zequinha Moura. Entre eles, estavam os *offices boys*, secretárias, trocadores (trocavam dinheiro miúdo para pagamento), entre outros, que não tinham necessariamente uma função nomeada, mas faziam de tudo um pouco no apoio à gestão. Eram em geral, considerados operários. Fora do labor fabril, a Fábrica empregava ainda enfermeiros, médicos, contadores e advogados (que também trabalhavam na administração), professoras e até o padre, a exemplo do padre Cabral que foi diretor do Colégio São José. Todos davam suporte à gestão do corpo produtivo e nos diversos serviços disponibilizados aos operários. A gestão do território fabril abrangia diferentes segmentos, dentro e fora da Fábrica. No âmbito da Vila Operária, havia o ambulatório, a escola, a carpintaria, manutenção e segurança.

O espaço da produção era composto por diferentes seções. Havia a seção das caldeiras, armazém de algodão e almoxarifado com material para abastecer a Fábrica, a fiação, a

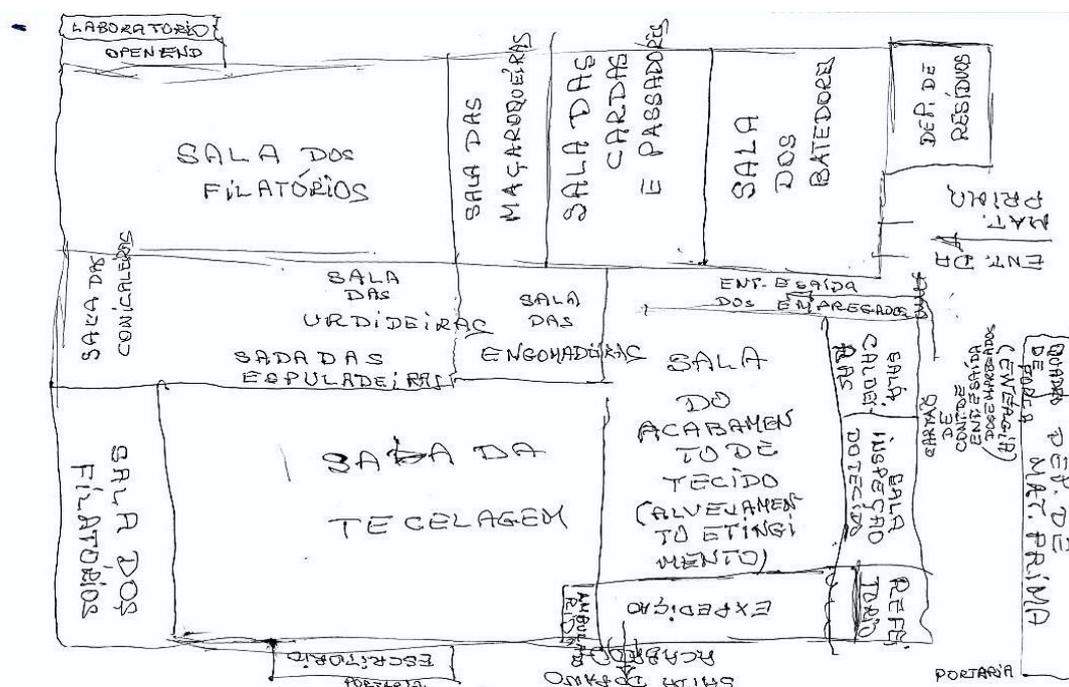
---

<sup>259</sup> Gladson Macedo de Oliveira, em sua dissertação em Ciências Sociais sobre a Fábrica Maria Amália no município de Curvelo, MG, que também era mantida pelo Grupo Othon, relata que os níveis de ruídos não eram respeitados até 1992, quando foi implantado o setor de Segurança do Trabalho e passou-se a usar equipamentos de segurança como protetor auricular e máscaras respiratórias. Antes disso, muitos ex-operários relataram ter alguma deficiência auditiva ou perda parcial da audição. OLIVEIRA, 2007.

preparação para a tecelagem, a tecelagem, o acabamento com sala de fazendas e expedição, o escritório onde era realizada toda a administração.

Carlos Caracciolo foi gerente de produção na Fábrica Carmen, onde também atuou controlando a qualidade do que era produzido. Possuía curso técnico em tecelagem realizado no Rio de Janeiro na década de 1960. Trabalhou em diversas fábricas têxteis em Pernambuco, Bahia, e Alagoas. Como funcionário do grupo Othon e sendo um operário experiente em seu labor, teve oportunidade de atuar na Fábrica Maria Amália no município de Curvelo, MG. Essa também era mantida pelos Othon. Atuando em diversas funções na Fábrica Carmen, relatou com detalhes a disposição de cada sala e galpão no seu interior. Embora tenha chegado a Fernão Velho nos idos da década de 1960, esclareceu que já encontrou essa estrutura quando ali foi trabalhador. Provavelmente encontrou consolidado o resultado das intervenções dos Othon naquele complexo de fábrica com vila operária.<sup>260</sup> Em seu exercício de reminiscência – lembrança e esquecimento – sobre a produção e trabalho na Fábrica, cuja memória para mim parece ser labiríntica, foi capaz de representar a distribuição das seções de produção e seus respectivos setores.

Figura 4 – Fábrica Carmen: representação da distribuição de salas e setores de produção nos tempos dos Othon



Fonte: Acervo pessoal.  
Autor Carlos Caracciolo, 2015.

<sup>260</sup> Informação prestada por Carlos Caraccioli em entrevista para esta pesquisa, realizada em Maceió em 11 de julho de 2015.

Para compreensão de seu esforço de lembrança que se tornara útil para mim, recorro ao mito do poeta grego Simônides. Ele fora convidado por Escopas, rei de Céos, para produzir um poema épico em homenagem ao seu reinado e a Castor e Póllux, filhos de deuses. O poema foi declamado perante um público convidado pelo rei durante um banquete em seu palácio. Simônides cumpriu o acordado, porém, no fim da homenagem, os filhos dos deuses tiveram mais destaque. Foram ovacionados pelo público. No ato de pagamento pelo serviço, o rei Escopas lhe deu apenas uma parte, sugerindo que o restante fosse cobrado a Castor e Póllux. O poeta tornou-se alvo de escárnio diante do público. Perambulou envergonhado pelo palácio, com lentas passadas pelas salas e antessalas. Foi quando um laçao se aproximou e avisou que havia dois jovens à sua espera fora do palácio.

Saiu com pressa, mas não os encontrou do lado de fora, porém, logo ao sair, o palácio desabou! Esse lugar suntuoso transformou-se em ruínas. Seus escombros mataram todos ali dentro, desfigurando os corpos que se tornavam identificáveis. Questionava-se quem era quem? Era necessário sepultá-los, dando a cada morto o devido ritual, de acordo com seu distinto papel social naquele reino, mas o barqueiro<sup>261</sup> que levaria os corpos do mundo dos vivos para o dos mortos não poderia esperar que se fizessem as devidas distinções! Prevalencia o risco de esquecimento.

Simônides, como único sobrevivente, levava consigo o testemunho de cada sala e antessala pela qual passou, as pessoas que a ocupavam e a vestimenta que usavam. Em meio às ruínas do palácio e das pessoas desfiguradas, viu-se em um labirinto. Suas lembranças lhe serviram como um mapa do palácio. Sendo o único sobrevivente, guiou as buscas e a identificação dos corpos, apontando locais e pessoas. O barqueiro então pode seguir sua viagem ao mundo dos mortos, e entre os vivos, permaneceram as memórias do passado.

---

<sup>261</sup> Na mitologia grega, trata-se de alguém que transita o rio que limita o mundo dos vivos e dos mortos. Nesse trânsito, carregava almas em troca de moedas. Era costume na Grécia Antiga, sepultar os corpos deixando junto uma moeda, de modo a evitar que a alma do morto vagasse perdida sem a condução do barqueiro.

Mediante seu trânsito por entre as instalações da fábrica ao longo de sua vida, com passadas pacientes, Carlos Caracciolo pode dispor de uma memória. Produziu um mapa imaginado com lugares e pontos de referência, permitindo-me posteriormente narrar na reconstrução imagética da Fábrica e seu passado para um reconhecimento atualizado no presente<sup>262</sup>.

Fotografia 22 – Fábrica Carmen após ampliação nos tempos dos Othon



Fonte: Acervo de Marcelo Góes Tavares, 2015.

Autor desconhecido. Fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. Foto extraída de um prospecto de propaganda e demonstração de tecidos da fábrica, cedido por Carlos Caraccioli na ocasião de sua entrevista com uso da metodologia de história oral.

A fábrica era dividida em seções e os respectivos setores. Seus sons expressavam diferentes movimentos, engrenagens, equipamentos, máquinas, temperaturas, ambientes e os esforços físicos dos operários nas suas funções laborais .

<sup>262</sup> É relevante aqui esclarecer que o esforço por recuperar o processo produtivo da Fábrica esbarrou em algumas dificuldades. A principal delas foi a falta de acesso a fontes documentais da administração da Fábrica Carmen que possibilitasse o mapeamento da produção dentro do seu espaço físico, bem como descrições sobre as máquinas e etapas da produção. A distância no tempo foi outro fator problemático, uma vez que no período analisado nesta tese – 1940-1960 – as tecnologias usadas na Fábrica Carmen hoje não são mais empregadas na indústria têxtil.

Figura 5 – Produção fabril em Fernão Velho nos tempos da Fábrica Carmen: do algodão ao fio, do fio ao tecido



Fonte: Elaboração própria, 2015.

A representação ora apresentada foi produzida por imaginação, intercambiando as experiências dos operários de outrora em Fernão Velho, inclusive com estudos sobre os processos contemporâneos de fabricação de linhas e tecidos<sup>263</sup>. Esses últimos, em grande medida, ainda resguardam certas funções laborais e vocabulário técnico da fabricação têxtil de outrora.

A produção seguia toda uma cadência de movimentos sequenciados, todos devidamente quadriculados dentro do espaço produtivo que era organizado de forma a assegurar eficiência. Para isso, era relevante um corpo produtivo de excelência, que dominasse suas atividades e o ritmo necessário da produção em meio ao conjunto da maquinaria produtiva. Exigiam-se também conhecimentos técnicos e/ou práticos sobre os materiais, condições ambientais (níveis de umidade e temperatura) de cada seção, medidas e elasticidade dos fios, quantidade de fios necessários no urdimento e tramas de cada tipo de tecido a ser fabricado, entre tantos outros.

Os operários de Fernão Velho lembram que havia uma balança. Ficava na rua mesmo, próxima à entrada da Fábrica. Todo carregamento de algodão, quando chegava, era levado

<sup>263</sup> A representação da produção de fios e tecidos na Fábrica Carmen materializada na Figura 5 foi possível em virtude dos relatos de memória dos operários Carlos Caraccioli e Zequinha Moura, entre outros, que trabalharam em Fernão Velho. Destaco também o relato de Luiz Paulino que trabalhou na Fábrica de Saúde, bairro de Ipioca em Maceió, o qual tive a oportunidade de registrar quando fui conhecer esta fábrica e bairro.

para a pesagem nessa balança. Somente após aferido o volume e o peso da matéria-prima, é que era encaminhada para o armazém. Durante os tempos da Companhia União Mercantil e Fábrica Carmen até o início da década de 1960, o armazém era localizado fora da Fábrica, na Rua Barão de Jaraguá, onde funciona a Escola de Ensino Fundamental Hermínio Cardoso.<sup>264</sup> Era uma localização mais próxima à estação ferroviária. Uma vez no armazém, o algodão permanecia durante certo tempo antes de ser usado na produção, uma espécie de quarentena, pois era necessário para que ele perdesse seu excesso de umidade. Somente, então, era encaminhado para a fabricação.

Enquanto isso, as caldeiras funcionavam a todo vapor, produzindo a energia elétrica utilizada na Vila Operária, mas, sobretudo, para a Fábrica. Além de fonte energética, aquecia a água necessária em diversas etapas da produção, para a lavagem do algodão, engomação e desengomagem dos fios, tingimento e alvejamento dos tecidos.

A fabricação propriamente dita iniciava-se na seção de fiação, que compreendia seis processos: os batedores, a carda, o passador, os bancos, o filatório e a bobinadeira.

Primeiramente, o algodão chegava ao setor dos batedores. Eram fardos e mais fardos de algodão para um primeiro tratamento. Eles eram abertos, limpos e transformados em flocos. Posteriormente, eram encaminhados para o setor da Carda. Nesse setor os operários eram chamados de cardistas. Manipulavam o algodão colocando-o em uma máquina que o transformava em mantas, o que facilitava a retirada das impurezas como caroços, palha, insetos entre outros possíveis que restaram. Uma vez realizado esse processamento, as mantas então eram transformadas em cordas quando submetidas às máquinas passadoras.

As cordas caíam em grandes baldes, que eram preenchidos até a borda, e saíam deles passando pelos bancos e filatório onde tinham sua espessura e volume reduzidos. Nos passadores, as cordas eram submetidas a um grande cilindro, misturando e uniformizando suas fibras em peso e comprimento, sendo enroladas em bobinas onde já se aproximavam a uma espessura de cordões, quase se tornando fios. Os operários fiandeiros e cardistas então encaminhavam as bobinas para a seção seguinte, nesse caso, a preparação para a tecelagem. Nessa seção a temperatura do ambiente oscilava entre 60 e 80 graus centígrados.

Os “quase fios” saíam das bobinas e passavam pelas máquinas urdideiras, sendo torcidos, esticados e afinados, transformando-se em fios que rompiam com frequência e facilidade. Precisavam ser novamente unidos, sendo necessárias as mãos ágeis e delicadas de

---

<sup>264</sup> Hermínio Cardoso foi presidente do sindicato têxtil de Fernão Velho entre 1969 e 1972.

operários, os urdideiros. Cabia ao urdideiro uni-los novamente, fazendo emendas, como relatou Dona Emília ao lembrar seu trabalho nessa seção de preparação da tecelagem.

Os fios eram manipulados de modo a se manterem unidos, encaminhando-os para serem enrolados em tubos menores, muito embora ainda não estivessem prontos para serem encaminhados à tecelagem. Não tinham a resistência e elasticidade necessária para aguentar a força das próximas máquinas, assim como também apresentavam pequenas pelugens de algodão que soltavam, podendo impedir sua passagem por pequenos orifícios na tecelagem. Para adquirir melhor homogeneidade, menor espessura e maior resistência e flexibilidade, quando saíam das urdireiras, seguiam para grandes rolos que os submetiam a um processo de engomação. Sobre esse processo, o entrevistado Zequinha Moura assim explicou:

Os rolos iam para o setor de engomadeira. Eles botavam os rolos lá e a goma ia descendo a linha para poder ficar no tanque cheio de goma. Ali o fio saía engomado. Dali o fio já saía engomado e ia justamente para a tecelagem.

Os tubos eram mergulhados em gomas preparadas por substâncias naturais como gomas de mandioca, milho, entre outras, sendo acrescentados componentes químicos que facilitavam sua fixação. Era um setor muito quente. Os fios durante a engomação eram aquecidos, esticados e novamente enrolados em outros tubos, formando rolos menores nas máquinas liçadoras, alimentando cones denominados espulas. Nessa etapa, pode-se afirmar que o fio já fora transformado em linha. A linha, ao ser engomada, reduzia seu atrito com a máquina acelerando seu deslizamento na produção do tecido, ao mesmo tempo, evitando seu rompimento. Zequinha Moura complementou:

Vinham os rolos de fio, de linha, e era para passar por dentro de uma lamelazinha para a máquina. Botava a linha aqui e puxava. Era muito rápido. Colocava na lamelazinha e passava para a máquina. Os fios ficavam naquela lamelazinha e ia enrolando. Essa função era no setor de tecelagem.

Carlos Caracciolo lembrou que os gerentes de produção nessa seção julgavam que as mãos femininas eram mais adequadas em razão da suposta delicadeza para a manipulação das máquinas espuladeiras.

Fato esse que coadunava com a idealização presente nas conclusões de um “inquérito científico” sobre o trabalho feminino realizado ainda em 1931 por Clodoveu Doliveira,

funcionário do Departamento Nacional do Trabalho à época.<sup>265</sup> Afirmava que o trabalho feminino seria mais conveniente para a produção. As mulheres, segundo o inquérito, não teriam aspirações financeiras e também não faziam uso de vícios como o fumo. Desse modo, seria mais pedagógico o zelo da moral e do trabalho. Produzia um mito de eficiência para essa força de trabalho. Este era pautado na repetição de tarefas e movimentos, cumprimento de horários, responsabilidade pelo seu labor e por suas atividades domésticas. Trata-se de uma idealização que expressava o caráter machista e patriarcal do trabalho fabril, mesmo quando havia expressiva presença feminina. Eram trabalhadoras submetidas à subserviência em um ambiente predominantemente gerido por homens, seja na direção da fábrica, seja nas suas seções com os gerentes e contramestres.

Com o Grupo Othon (1943-1996), a preocupação com esse modelo de gestão dos operários na produção também fora registrado em suas outras fábricas têxteis,<sup>266</sup> talvez se aproveitando das mãos femininas acreditando que fossem mais adequadas e sensíveis para manipulação dos fios. As próprias mulheres, predominantes nos diversos setores e seções, exceto nas atividades que exigiam maior força física como os mecânicos, azeiteiros, caldeireiros, armazém e setor de acabamento, eram passíveis de ser exemplo de boas operárias para os demais.

Dona Emília lembrou com orgulho que seu retrato era exposto na Fábrica da Macaxeira pertencente aos Othon em Recife. Embora nunca tenha ido a essa fábrica, assegurou que sua informação era verdadeira, pois tomou conhecimento de sua exposição pelo próprio Alberto, um dos proprietários. Ela era considerada uma das melhores urdideiras, a ponto de ser conhecida por todos, dos contramestres e chefes até os donos da Fábrica. Destacou que sempre recebia prêmio por produção. Ganhou fogão, retalho de tecidos, entre outros. Demonstrou alegremente ter sido reconhecida como boa operária, o que a entusiasmava ao rememorar seu passado como trabalhadora. Contudo, um sentimento ambíguo dado que sua alegria pode ser também compreendida como positividade e sujeição aos interesses da fábrica. Os patrões, ao primar pela eficiência e disciplina, utilizavam prêmios como forma de incentivar a eficiência no trabalho.

Após o setor das urdideiras, a produção seguia pelas espuladeiras, onde era formatado o tipo de tecido a ser produzido na tecelagem. Cada tipo de tecido tinha certa quantidade de linhas a serem submetidas ao processo de urdidura e trama na tecelagem.

---

<sup>265</sup> Esse estudo se constitui como fonte e está disponível em PINHEIRO, 1981.

<sup>266</sup> O sociólogo Gladson M. de Oliveira destaca que essa situação também ocorreu em Curvelo, MG, na Fábrica Maria Amália. A maior parte dos trabalhadores nas seções de fiação e tecelagem era composta por mulheres. OLIVEIRA, 2007, p. 77.

Na tecelagem, ocorria o processo de fabricação do tecido. Nessa seção a temperatura ambiente era mais baixa, oscilando em torno de 20 a 30 graus centígrados. Trabalhavam os contramestres de tecelagem, ajudantes de contramestres, ajudantes de tecelagem, os tecelões, puxadores dos rolos, azeiteiros, mecânicos e liçadeiros. Todos para assegurar uma eficiente fabricação dos tecidos, principal produto da fábrica.

Desde os tempos anteriores aos Othon, a preocupação com a produtividade e a disciplina em Fernão Velho incidia até na disposição dos equipamentos e operários nas suas seções, quadriculando o espaço da produção. Era definido o lugar que cada um deveria ocupar para realizar sua função. Na tecelagem, as máquinas eram dispostas de forma perfilada para facilitar a distribuição de energia e fios que as alimentavam.

Esse “quadriculamento” assegurava também a possibilidade de circulação de operários entre um tear e outro, sobretudo, dos gerentes e contramestres que fiscalizavam e controlavam o ritmo do trabalho. “A moderna instalação e a organização em série das machinas facilitando consideravelmente a fiscalização, foram as causas da referida eficiência”,<sup>267</sup> destacaram os próprios empresários em um de seus relatórios.

Fotografia 23 – Operários na seção de tecelagem em Fernão Velho



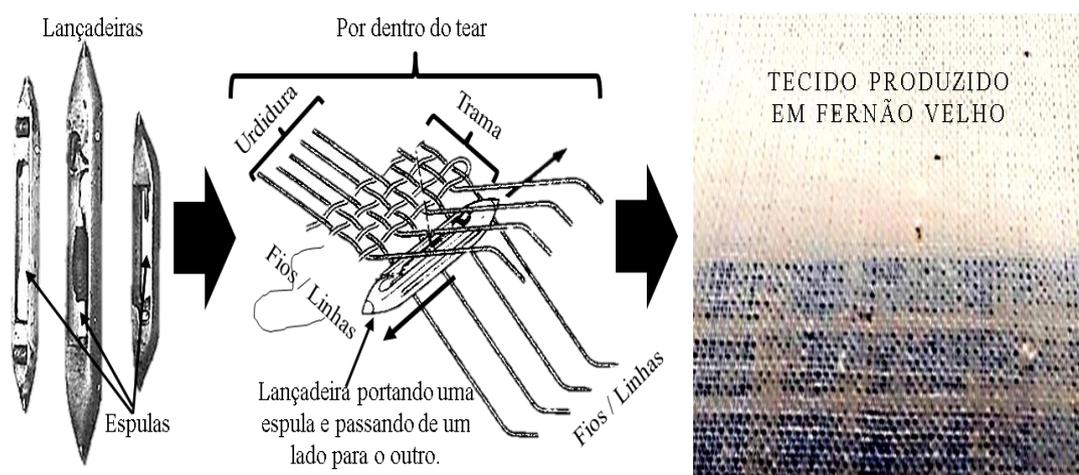
Fonte: MARROQUIM, 1922/2000. Acervo: Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas.  
Autor desconhecido.

<sup>267</sup> COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL, 1931, p. 5.

Os teares eram abastecidos por cones de linhas posicionadas nos seus fusos. Quanto mais fusos, maior e mais rápida seria a fabricação dos tecidos. Os cones eram distribuídos de cima para baixo ao longo de toda a seção realizando o urdimento das linhas. Os tecelões e as tecelãs as puxavam paralelamente e as dispunham em direção vertical na sua frente no tear, formando a urdidura do tecido.

Na direção contrária, percorrendo de forma horizontal a máquina, passava as lançadeiras, também conhecida como porta-tramas. Era um artefato de ferro ou madeira com suas pontas de metal. Media de 25 a 40 cm, podendo seu diâmetro variar em torno de 7 cm. Poderia pesar até 1 kg, dependendo do material. Tinha uma cavidade no meio, o suficiente para o encaixe da espula, que era um pequeno cone com linha.

Figura 6 – Representação das lançadeiras e seu movimento de entrelaçamento (urdimento e trama) de fios para produção do tecido



Fonte: Domínio público.

A lançadeira operava dentro do tear contra a urdidura, realizando a trama. As lançadeiras passavam de um lado para outro, cruzando por cima e por baixo entre as linhas verticais em urdidura. Simultaneamente, nas frações de segundo que a lançadeira percorria todo o urdimento, um grande pente do tear empurrava os fios em urdidura e trama, aproximando-os, dando a forma de tecido. Na tecelagem, cada tecido era produzido nos movimentos das urdiduras e tramas, entrelaçando as linhas nos teares.

Enquanto isso, um operário transitava na seção com um carrinho cheio de espulas para abastecer os teares, evitando desperdício de tempo quando um tecelão saía de sua máquina, seja por qualquer razão. Essa foi a primeira atividade de Zequinha Moura quando iniciou suas

atividades como operário. Quando acabava o fio, o tecelão trocava a espula vazia dentro da lançadeira por outra cheia. Puxava o fio com as pontas dos dedos, passando-a pelo orifício da lançadeira e então a emendava delicadamente na linha anterior, o que exigia sensibilidade e destreza nas mãos.

Produziam-se diversos tipos de tecidos: Fac, Lev, Carmonix, Cotton, Blanc, Bramantes, Tex e Brim. Saíam em rolos cuja largura variava de acordo com o tipo de tecido e pedido do cliente. As larguras disponíveis eram de 1,43 m, 1,60 m, 1,65 m, 1,70 m, 1,80 e 1,85 m. Uma vez que o tecido estava pronto, era submetido para inspeção. Verificava-se se atendia às exigências de qualidade dos gestores e compradores. Posteriormente, era encaminhado para a seção de acabamento. “Acabamento era onde eles tingiam o pano. Fazia pano de xadrez, dava cor ao pano”, explicou Zequinha Moura.

Nessa seção, os tecidos que chegavam crus podiam ser alvejados. Utilizavam-se produtos químicos, como cloro e tintas, o que exigia o pagamento de taxa de insalubridade para os operários que nela atuavam. Além dos tons crus, branco e xadrez, a fábrica oferecia uma variedade de cores aos clientes: tons de azul, rosa, salmão, verde e preto. Eram ainda submetidos às máquinas de secagem, abanhadeira para fazer o alinhavado do acabamento lateral e dobradeira para dobrar os tecidos quando não eram vendidos em rolos. Segundo relatou Zequinha Moura, “Quando passava pelo acabamento, o pano já saía prontinho para ir para a sala de fazendas. Nesta, empacotava e fazia os rolos de tecido, já tudo pronto para ir para a loja: Sala de fazendas.”

A sala de fazendas consistia um dos setores da expedição. Nela, operavam também as encartadeiras produzindo encartes e prospectos com amostras de tecidos para os clientes. Saindo da sala das fazendas, os tecidos da Fábrica Carmen enchiam caminhões rumo ao abastecimento de mercados no Brasil e no mundo, deixando em Fernão Velho as marcas de seu processo produtivo.

#### **4.2 Organizações operárias e a vida incerta**

Em Fernão Velho, quando observado o cotidiano do trabalho no passado, permite comparações com uma das cidades narradas pelo romancista Ítalo Calvino em *Cidades invisíveis*. Trata-se de Otávia, uma “cidade-teia-de-aranha” localizada em meio a um precipício entre duas montanhas. Seus moradores caminhavam por trilhos de madeira pendurados, sempre olhando para a profundidade do desfiladeiro abaixo deles. Aliás, no seu dia-a-dia, toda a cidade era vivida cuidadosamente de forma pendurada, com redes,

teleféricos, cordas, varais, trapézios, pendentes, tudo que exige o malabarismo e trampolinagem de seus viventes. Ao viverem de forma suspensa, a morte estava sempre próxima, espreitando uma vida que se tornava cada vez mais incerta.<sup>268</sup> Em Fernão Velho, o rés do chão da fábrica era um lugar de sobrevivência, riscos e dificuldades na vida. Contrapondo-se aos perigos do trabalho, as resistências operárias ocorriam individualmente com trampolinagens e dribles, mas também coletivamente, seja de forma espontânea e informal, seja por meio de espaços institucionais.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho foi criado em 1939. Propunha-se a defender os interesses dos trabalhadores daquela localidade, além de atender à legislação trabalhista, nesse caso, o Decreto-Lei n.º1402/39 que regulamentava a fundação e o funcionamento dos sindicatos no país. Essa legislação era parte das políticas trabalhistas de Getúlio Vargas à frente do Estado Novo (1937-1945).

Nesse período foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A denominação desse novo ministério permite perceber a importância de que as questões trabalhistas passaram a ter no âmbito estatal. O trabalho era tratado no mesmo conjunto de políticas para a indústria e comércio, sendo então debatidos e propostas ações que as relacionavam. Já se considerava o protagonismo dos trabalhadores brasileiros no cenário político desde os anos 1920.<sup>269</sup> Com a formação de um governo trabalhista em 1930, houve ampla institucionalização de direitos e dispositivos voltados para as demandas sociais e políticas no mundo do trabalho. Cito, como exemplo, a regulamentação dos sindicatos em 1939, a instalação da Justiça do Trabalho em 1941<sup>270</sup> e a promulgação da CLT em 1943.<sup>271</sup>

Destaco, neste momento, a relevância da regulamentação sindical e a CLT como instrumentos que permitiriam controle sobre os movimentos de trabalhadores. Instituiu-se no Brasil o que a historiadora Angela de Castro Gomes designou como sindicalismo corporativista.<sup>272</sup> O Estado Novo se apropriava da palavra dos trabalhadores, passando a tutelar a questão social e trabalhista no país. Antes mesmo de qualquer reivindicação, o Estado reconhecia as demandas sociais como uma necessidade ao bem-estar do trabalhador, e desse modo “concedia benefícios” na forma de legislação social. A autoridade estatal, nesse

---

<sup>268</sup> Ver CALVINO, 1991.

<sup>269</sup> GOMES, 2005a. Ver a primeira parte do livro *A hora e a vez dos trabalhadores*, cujo foco é o protagonismo e organização dos trabalhadores nas lutas políticas durante a Primeira República. GOMES, Angela de Castro. *A hora e a vez dos trabalhadores*. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005a.

<sup>270</sup> BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. *A justiça do trabalho entre dois extremos: reflexões sobre sua instalação*. [S. d.]. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/historia-da-justica-do-trabalho>> Acesso em: 6 nov. 2013.

<sup>271</sup> CARVALHO, 2013.

<sup>272</sup> GOMES, 2005a.

caso Vargas, era simbolicamente configurada com um estadista benevolente e paternal cuja imagem se consolidava como “pai dos trabalhadores”. Estabelecia-se com essa relação entre Estado e trabalhadores uma troca simbólica entre o controle e o gozo de benefícios sociais. Como retribuição pelos direitos sociais, o trabalhador devia moralmente a obediência política.

Fortalecendo essa obediência, o trabalhador apenas teria seus direitos garantidos se fosse sindicalizado. Prevalencia uma lógica de que “quem tem ofício, tem benefício”, criando brechas para o forte controle estatal ao trabalhador por meio dos sindicatos, constituindo assim um sindicalismo corporativista em favor dos interesses daqueles que compunham o Estado. Ao mesmo tempo, visava-se quebrar a autonomia dos sindicatos, sobretudo de segmentos laborais que, na Primeira República, protagonizaram intensas lutas. Com a regulamentação sindical, submetiam-se os órgãos de classe a rígidas regras para que tivessem legitimidade jurídica e política. O reconhecimento e outorga para funcionamento era concedido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O que não significou necessariamente que os sindicatos fossem imunes ao desejo de luta por direitos e melhores condições de vida, ou mesmo influência de militantes que não aderiam à cartilha dos interesses do Estado. Ao contrário, apesar de toda tentativa de controle, é possível perceber nesse órgão brechas para autonomia dos interesses dos trabalhadores.

O sindicato de Fernão Velho era um dos maiores em Alagoas e acumulava práticas de outras formas de organização de classe.<sup>273</sup> Muitos operários procuravam o sindicato não apenas para reivindicar direitos e denunciar os patrões. Buscavam assistência de diversos tipos: auxílio financeiro para medicamentos, material escolar, serviços odontológicos oferecidos por um prático mantido com as finanças do órgão, entre outros. Era um espaço institucional político que poderia render prestígio às suas lideranças.

A eleição para composição de sua diretoria ocorria de dois em dois anos. A posse dos novos diretores e presidente era sempre motivo de cerimônia solene. Geralmente contava com a presença do governador e/ou representantes do Estado, deputados, membros de outros sindicatos, padres e, por vezes, até representantes da polícia. Um operário quando eleito como

---

<sup>273</sup> Cita-se como exemplo de organização de classe anterior ao sindicato, a Sociedade Beneficente de Proteção e Auxílio da Companhia União Mercantil, criada em meados dos anos 1870. Para o historiador Osvaldo B. Acioly Maciel, trata-se de pioneira organização de classe no segmento têxtil no estado, e que teve relevante papel na construção histórica de uma cultura operária. Inclusive com competência para acolher reclamações de seus associados, o que possibilitava mobilizações em torno de interesses comuns. Ver: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Estatutos de Sociedades Mutualistas e a história social do trabalho: conjecturas em torno da Sociedade Beneficente de Proteção e Auxílio da Companhia União Mercantil, Fernão Velho, 1876-1879. *Revista Crítica Histórica*, ano 1, n. 1, jun. 2010. Maceió: CPDHis, UFAL; 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/61/Estatutos%20de%20Sociedades%20Mutualistas.pdf>>. Acesso em: 13 jun 2013.

presidente desse órgão de classe passava a gozar de prestígio político. No entanto, nem sempre eram eleitos representantes comprometidos plenamente com os operários. Havia pressão patronal para eleger candidatos que fossem mais suscetíveis ao diálogo, menos radicalismo, e até mesmo próximos aos interesses patronais, podendo receber boa contrapartida financeira e privilégios da Fábrica. Além do que, o eleito também poderia controlar os recursos financeiros advindos do imposto sindical, entre outros. O sindicato também era fonte de dinheiro, que deveria ser usado em benefício dos operários, o que acirrava ainda mais as disputas.

A Caixa Beneficente foi criada posteriormente, em 1942. Enquanto o sindicato voltava-se para as questões políticas e de direitos, a Caixa Beneficente atuava no amparo aos seus associados. Oferecia auxílio funeral, complementação de assistência médica, reforço escolar, entre outros. Muitos operários, mesmo aposentando-se, continuam contribuindo com cotas mensais de modo a assegurar o direito a serviços. Muitos líderes operários atuaram nos dois órgãos. Após o golpe civil-militar de 1964 e o recrudescimento da repressão aos sindicatos, o órgão assistencial passou a ser espaço de disputas. Nele, os líderes não seriam necessariamente adjetivados como subversivos, pois prevalecia um sentido de boas condutas na medida em que se dedicavam à assistência como ação de interesse social.

Na tentativa de fugir das possibilidades de controle dentro do sindicato e assegurar maior autonomia nas formas de organização de classe, os operários em Fernão Velho também se reuniam em uma espécie de fórum informal. Tratava-se do “Senado”.<sup>274</sup> Este não tinha diretoria ou sede. Tratava-se de um espaço que o historiador Ivo dos Santos Farias designa como extrainstitucional.<sup>275</sup> Sua existência visava à tentativa de se desgarrar do controle patronal e estatal que interferia em diversas decisões do sindicato. Funcionava na praça, debaixo de uma árvore ou em volta de bancos, onde os operários se reuniam para conversar. Enquanto jovens e adultos se encontravam para discutir sobre futebol e assuntos frívolos, outro grupo se camuflava no espaço de uso coletivo para discutir e compartilhar insatisfações contra as determinações da Fábrica. Esse segundo grupo acolhia os operários de comportamento arredo, homens mais velhos, entre outros. Era um espaço alternativo, mais fluido e escorregadio onde se driblava o controle. Segundo Ivo dos Santos Farias, era até plausível que algumas propostas apresentadas nas reuniões do sindicato tenham sido discutidas e formuladas antecipadamente no Senado. Uma experiência que vislumbra reconhecer que os desígnios de controle estatal dos movimentos de trabalhadores durante o

---

<sup>274</sup> MEMÓRIA..., 1986.

<sup>275</sup> FARIAS, 2014, p. 140.

Estado Novo e posteriormente nos governos trabalhistas não eram imunes ao protagonismo dos operários. Estes encontravam brechas dentro e fora dos sindicatos para se organizarem, exercerem sua autonomia de ação nas lutas políticas que se sucediam.

O Sindicato, Senado e Caixa Beneficente encampavam lutas pelos direitos daqueles que representavam. As tensões em Fernão Velho eram permanentes e aumentavam diante da produção de uma vida incerta no trabalho ao rés do chão da fábrica. Suas instalações proporcionavam um ambiente de alto nível de periculosidade, o que motivava, por diversas vezes, denúncias nos órgãos de classe operária. Não somente pelo dolo ao que se reconhecia e configurava como direito do trabalhador, mas também pelos riscos de acidentes na produção e a insalubridade nas instalações fabris com temperaturas e níveis de ruídos inadequados ao corpo humano.

A tecelagem era uma seção de ocorrência de muitos acidentes de trabalho. Era comum as lançadeiras, mesmo com seu peso e tamanho, saltar para fora dos teares quando esvaziava a espula. Quando isso ocorria, seguia uma trajetória indefinida, percorrendo todo o salão. Atingia quem estivesse à sua frente. Quando acertava diretamente a parede, provocava perfurações no reboco que a revestia. As paredes eram marcadas pelas lançadeiras, o que lembrava permanentemente os operários sobre os perigos que corriam quando trabalhavam naquela seção. Carlos Caracciolo relatou que era difícil encontrar algum operário tecelão que nunca fora atingido por lançadeiras.

Valdigleide, que nasceu em Fernão Velho e foi operária na Fábrica Carmen até 1996, relatou que, quando trabalhava na tecelagem, uma lançadeira a atingiu no pé. Ainda possui, no corpo e na memória a cicatriz provocada por esse acidente. Em casos mais graves, poderia atingir o rosto, o olho provocando cegueira, ou nas mãos podendo causar mutilação dos dedos. Com certa dose de cuidado e sorte, além da destreza para desviar das lançadeiras voadoras, poder-se-ia evitar acidentes mais graves.

Outros perigos pairavam naquele ambiente. Em seções como a fiação e tecelagem, muitos fios, pelos e filamentos de algodão se desgarravam. Eram leves o suficiente para ficarem suspensos como uma névoa no ar, podendo ser inalados pelos operários. Nas primeiras décadas do século XX, ambientes como esse favorecia a incidência de diversas doenças respiratórias, inclusive tuberculose. Durante uma reunião do Sindicato em 1953, a incidência de tuberculose tornou-se um dos temas de debate. Ressaltou-se que essa doença chegava a atingir óbitos na ordem de 30% dos que por ela eram acometidos em Alagoas. Um número expressivo, sobretudo tendo em vista que a eficiência do tratamento depende de boa alimentação, rigorosa higiene, repouso e ambiente salubre com boa qualidade do ar.

Condições difíceis de um operário conseguir no seu cotidiano do trabalho quando porventura portasse a bactéria do bacilo de Koch, causador da doença. Carlos Caracciolo lembrou que na gestão dos Othon, foram instalados grandes aspersores, ventiladores que borrifavam água, e ao girar, ventilando o ambiente, também pulverizava as gotículas d'água. Formava-se uma “fumaça úmida” que tomava conta desses ambientes. Com isso, os fios, pelos e filamentos de algodão misturados ao ar ficavam molhados e caíam no chão. Do contrário, os operários, ao inalarem esses resíduos, poderiam incorrer em enfermidade por doenças respiratórias, o que traria prejuízos para a produção diante de possíveis e duradouros afastamentos. Essa preocupação da fábrica com a saúde dos operários representava uma estratégia empresarial de manutenção do corpo produtivo.

A instalação dos aspersores não tinha como única razão o bem-estar dos operários. Carlos Caracciolo ressaltou que, na tecelagem, era necessário um ambiente com 80% de umidade relativa do ar. Era a condição ideal para a produção nessa seção. Zequinha Moura lembrava que “todos os setores, em geral, era quente. As pessoas acostumavam.” O acostumar-se com a insalubridade do ambiente fabril não os eximia necessariamente da ocorrência de acidentes mais graves de trabalho ou mesmo a resistência dos operários à exploração.

Visando à produtividade, os Othon promoveram reformas em algumas seções da Fábrica, instalando novas máquinas, entre outros incrementos, a exemplo dos aspersores, para a produção. Introduziram novas máquinas e passaram em 1962 a exigir que as tecelãs manipulassem um número maior de teares, passando de quatro para seis. Essa situação gerou insatisfação entre os operários, sentimento esse reforçado pela defasagem salarial e crise econômica no período. As operárias buscaram a mediação do sindicato.<sup>276</sup>

No dia 19 de agosto de 1962, os operários e seus representantes de classe se reuniram na sede social do sindicato. Discutiram sobre a situação a que as tecelãs vinham sendo submetidas. Essas mesmas tecelãs se recusavam a manipular um número maior de teares. Nesse impasse, denunciavam o aumento da produtividade e o lucro exacerbado para a Fábrica, que, por sua vez, mantinha os mesmos salários. Os trabalhadores não teriam vantagens nessa nova condição, tanto pela manipulação de mais teares como por novos e modernos maquinários que empreendem um menor tempo na produção, fomentando, assim, maior produtividade durante a jornada de trabalho.

---

<sup>276</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão ordinária de 19 de agosto de 1962. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

Nessa reunião, a deliberação não foi pela decretação de greve. Buscava-se, ainda, manter aberto o diálogo com o patrão a fim de uma solução para o impasse. As tecelãs concordaram que trabalhariam até a quarta-feira, dia 22 de agosto, aguardando o posicionamento dos patrões sobre suas propostas. Tentativas de negociação como essa não era um caso isolado de Fernão Velho. O historiador Airton de Souza Melo relata que, nesse mesmo ano, diversos sindicatos já vinham encampando lutas pelo aumento do salário mínimo e contra a carestia do custo de vida.<sup>277</sup>

No dia 22 de agosto, realizou-se outra reunião do sindicato, em que um dos trabalhadores queixou-se de que o custo de vida já comprometia mais de 75% de seu salário. O que melhoraria a situação não seria mais o pagamento pela manipulação dos novos teares, mas o atendimento total às suas reivindicações.<sup>278</sup> Os administradores da Fábrica pediram um prazo de trinta dias para a análise das reivindicações, porém já havia uma espera de três dias. No fim dessa reunião, a assembleia definiu o prazo de quarenta e oito horas para os proprietários avaliarem a proposta do sindicato.

Diante do impasse, também foram mobilizados dispositivos repressores do Estado. “Inesperadamente, e para surpresa de todos, carros da Rádio Patrulha estiveram durante a segunda e terça-feira passadas em Fernão Velho, como que à espera de algo de anormal ou para coagirem as operárias.”<sup>279</sup> Essa situação foi noticiada pelo Jornal *Gazeta de Alagoas* de modo a produzir um cenário de periculosidade. Justificava a presença da força policial para proteger as instalações da fábrica e coibir violentamente os trabalhadores em caso de confronto.

A direção da fábrica continuava a insistir na manutenção da manipulação de seis teares, declarando que já era aceito e praticado na rotina de produção dos operários porque possibilitavam maior salário.<sup>280</sup> Mesmo assim, tentando resolver o impasse, a representação patronal propôs a manipulação de cinco teares, o que não agradou aos operários. Eles não aceitaram, culminando na paralização do setor de tecelagem. Com esse ato, que tinha as mulheres tecelãs como principais protagonistas, outros setores da fábrica também paralisaram.

---

<sup>277</sup> MELO, 2012.

<sup>278</sup> Era comum entre várias categorias profissionais nesse período o pleito de aumento de 40% nos salários para repor as perdas da elevação do custo de vida.

<sup>279</sup> OPERÁRIOS de Fernão Velho em questão com a fábrica. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 25 ago. 1962. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

<sup>280</sup> OTHON BEZERRA DE MELLO, FIAÇÃO E TECELAGEM S/A. Esclarecimento de autoridades e ao público em geral. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 26 ago. 1962. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Fato que rendeu às tecelãs uma representação de “mulheres de ferro” pelo historiador Airton de Souza Melo.<sup>281</sup>

Após três dias de greve, Fábrica e operários conseguiram chegar a um acordo. Os trabalhadores conseguiram manter a manipulação de quatro teares. Nesse movimento, lutava-se também pelo aumento salarial necessário para suprir as perdas econômicas provocadas pela constante elevação do custo de vida no país. Segundo o historiador Ivo dos Santos Farias, para além dos conflitos locais, a greve resultava das pressões exercidas pela necessidade de produtividade diante da concorrência com as indústrias têxteis do eixo Centro-Sul do país,<sup>282</sup> muito embora os Othon também transitassem lá com suas outras fábricas no Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A reclamação das tecelãs que se tornara o estopim para a deflagração de uma greve capaz de paralisar toda a fábrica produzia efeitos além dos limites de Fernão Velho naquele presente. Repercutiu em outras fábricas, servindo de exemplo e motivando paralisações. Foi noticiada pela grande imprensa no estado, os jornais *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*. Tornou-se o movimento grevista mais lembrado entre os operários em Fernão Velho.

Se por um lado as máquinas representavam possibilidades de maior exploração dos operários, por outro, deixava sempre à espreita os riscos de acidente. Nos rolos e grandes cilindros, não havia proteção. O perigo de esmagamento de membros dos operários era constante. Os acidentes de trabalho ocorriam nas diferentes seções e setores, mutilando, machucando, incapacitando momentânea ou permanentemente o trabalhador, como se fosse um mecanismo natural das máquinas.

A própria fábrica já tinha reconhecido essa situação. Em 1940, publicou no *Diário Oficial de Alagoas*,<sup>283</sup> uma convocação de funcionária afastada por acidente de trabalho, que teria abandonado o tratamento ao qual estava submetida, possivelmente uma estratégia para torna-la novamente produtiva. Ou, ainda, podemos citar os registros da Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos, que publicou em seu relatório em 1948 a ocorrência de 599 acidentes de trabalho em suas instalações no ano de 1947.<sup>284</sup>

Nos casos de acidentes, os operários em Fernão Velho logo chamavam o contramestre ou o gerente avisando sobre o ocorrido, mobilizando o atendimento para o ferido, que era encaminhado para o ambulatório onde recebia os primeiros socorros. Geralmente um curativo,

---

<sup>281</sup> MELO, 2012, p. 130.

<sup>282</sup> FARIAS, 2014, p. 151.

<sup>283</sup> COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL. Edital. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 27 mar. 1940, p. 10.

<sup>284</sup> COMPANHIA ALAGOANA DE FIAÇÃO E TECIDOS. Relatório da Diretoria a ser apresentado a Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, convocada para 31 de março de 1948. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 30 mar. 1948, p. 3-5.

ataduras, um remédio quando se tratava de acidente menor. Carlos Caracciolo lembrou-se de um acidente de que ouviu falar, ocorrido no setor de acabamento durante o processo de alvejamento do tecido. Trata-se de um acontecimento vivido por tabela por meio do grupo social ao qual se sente pertencer.<sup>285</sup> Um acidente com traumas cujas proporções eram contadas como lembrete sobre os riscos do trabalho. O cloro utilizado evaporou rapidamente com a elevada temperatura, formando uma névoa tóxica inalada pelos operários, provocando também queimaduras na pele e nas vias respiratórias. Muitos tiveram de ser socorridos em prontos-socorros de Maceió em face das limitações do ambulatório para demandas mais complicadas de se tratar.

Embora a Fábrica contratasse médicos, dentistas e enfermeiros para seu ambulatório em Fernão Velho, diversas memórias apontam para a ausência da permanência de médicos de plantão. Aparentemente, os médicos atendiam apenas em alguns dias e horários predefinidos. A presença mais predominante de um profissional de saúde era de enfermeiras, mas elas nem sempre conseguiam cobrir todos os horários e demandas, sobretudo quando se tratava de infortúnios mais graves. Ou, ainda, suscitavam dúvidas sobre a qualificação de alguns profissionais não médicos que trabalhavam no ambulatório. Era comum a contratação de “práticos”, aquele profissional sem formação especializada e técnica, mas pela prática exercia funções específicas. Podemos citar como exemplo a contratação de parteiras e auxiliares que atuavam na enfermaria.

José Aquino Correia foi um desses profissionais práticos. Contra ele, a Fábrica moveu a reclamação n.º 3/57 na Justiça do Trabalho solicitando sua demissão por justa causa.<sup>286</sup> O operário foi contratado como tecelão em 12 de novembro de 1941, e já tinha adquirido o direito à estabilidade por ter mais de dez anos de serviços ininterruptos naquela empresa. A fábrica o acusava de roubo por ter aberto o armário do ambulatório sem autorização, retirando medicamentos em uma madrugada.

O trabalhador foi afastado da função em 3 de dezembro de 1956, embora o processo contra ele só tenha sido encaminhado à JCJ em 2 de janeiro de 1957. Foi anexada sua ficha funcional, informando licenças médicas e receitas de medicamentos que utilizou. A fábrica realizava um controle de saúde sobre seus funcionários, o que não significava que os conhecesse plenamente.

---

<sup>285</sup> POLLAK, 1989, p. 201.

<sup>286</sup> Processo JCJ n.º 594/59, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região. Disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

No transcorrer do processo, ficou evidente que José Aquino Correia era usuário permanente de medicamentos. Enquanto a Fábrica o acusava de roubo, arrolando como testemunha o delegado que se encontrava de plantão na delegacia de Fernão Velho, cujo discurso criminalizava o trabalhador, o advogado de defesa afirmava que o operário se encontrava em tratamento médico e necessitava do medicamento. Além de que alegou que somente retirou os medicamentos porque a enfermeira plantonista estava ausente. Também ele próprio, funcionário desse setor, tinha sido “promovido” a enfermeiro prático, apesar de não ter tido formação para essa atividade que exerceu até ser suspenso. Sendo ele próprio um funcionário do ambulatório, e naquela madrugada não havia ninguém de plantão, abriu o armário e fez uso do medicamento. Os gerentes da Fábrica afirmavam que o medicamento era para uso apenas emergencial muito embora “aquele” que detivesse o saber técnico capaz de julgar “quanto seria emergencial naquele momento” não estivesse presente e disponível aos operários na madrugada.

Posteriormente, José Aquino Correia relatou que retirou um medicamento infantil, possivelmente para atendimento de uma criança. No processo, também pode ser evidenciado o descontrole nos registros de medicamentos, deixando em aberto a quantidade e o tipo de medicamento que, de fato, desapareceu. O operário se dispôs a ressarcir o custo do medicamento que confirmou ter retirado, ou mesmo o que a Fábrica o acusara, mas a proposta não foi aceita pelo advogado patronal. O processo teve continuidade, chegando a compor 273 páginas.

Embora os serviços médicos fossem oferecidos em Fernão Velho, eram limitados e precários. O próprio sindicato já se dispunha a custear certos serviços de saúde para seus associados, nesse caso, manter um gabinete odontológico.<sup>287</sup> Já em acidentes graves, o operário era encaminhado para algum dos hospitais de Maceió, a exemplo do caso do cloro no setor de alvejamento; ou o incêndio em 1929, ocorrido na administração dos Machados, quando foram destruídas as seções de preparo do algodão, fiação e tecelagem.<sup>288</sup> No seu relatório, ressaltaram a rápida recuperação produtiva, conseguindo até fechar o ano com boa margem de lucro, na faixa de 15%. Contudo, não informou a possível ocorrência de feridos, vítimas do grande incêndio com chamas que destruíram praticamente mais da metade da Fábrica. Fato que leva a se imaginar se esta não teria ocultado o número de feridos.

---

<sup>287</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão ordinária de 22 de abril de 1953. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

<sup>288</sup> COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL, 1930, p. 5-6.

Em Fernão Velho, os acidentes não paralisavam a produção, exceto quando alguma máquina era danificada ou a seção e o setor comprometia a segurança de todos. Embora o trabalho fabril possibilitasse o salário, a moradia, a escolarização primária das crianças, a diversão e a sobrevivência básica, mesmo assim, mantinha a vida dos operários como incertas dentro do ambiente fabril. A adaptação dos operários à rotina, aos procedimentos do trabalho, à manipulação das máquinas não conseguia evitar totalmente os acidentes ou o desgaste do corpo. Os movimentos constantes, intensos e padronizados também provocavam lesões.

Em fevereiro de 1963, João Verçosa de Aguiar já trabalhava na Fábrica, porém, somente tinha sido fichado havia cinco meses. No terceiro mês, como operário fichado e gozando dos direitos trabalhistas, foi chamado ao escritório para assinar sua demissão. O operário negou-se. Encontrava-se enfermo. Dizia ser uma “doença contraída no trabalho”. Diante da doença e do risco de perder o emprego, e tudo o mais que ele lhe oferecia, como a moradia de sua família, recorreu ao Sindicato e formalizou uma reclamação contra a empresa.<sup>289</sup>

Inicialmente, obteve resposta positiva. O sindicato atuou em sua defesa mediando uma solução com a Fábrica para esse caso. Os gestores fabris concordaram que, uma vez comprovada, por exame médico, a doença do operário, procederia com o tratamento. De fato, a doença foi constatada! Tratava-se de uma hérnia que acometia o operário, impossibilitando-o de trabalhar, o que, possivelmente, o tenha levado a faltar alguns dias, fato que talvez tenha motivado a Fábrica a demiti-lo quando desconhecia a comprovação da enfermidade do operário.

Com a mediação sindical e do saber médico, a postura patronal tornara-se outra. A Fábrica se dispôs a arcar com a operação médica, que fora o tratamento indicado para esse operário. João Verçosa precisaria ficar afastado do trabalho para se recuperar; enquanto isso, receberia benefício do sindicato, uma vez que seu salário pela fábrica ficaria suspenso. Até então, uma boa resolução para a reclamação, porém o operário continuava preocupado. Não pela intervenção médica em seu corpo, mas com a manutenção de sua família enquanto estivesse incapacitado para o trabalho.

Uma situação de trabalho, que, segundo a filósofa Hannah Arendt, poderia representar como sendo um “metabolismo do homem com a natureza” na qual a produção material é ajustada às necessidades do trabalhador, e acrescento, à sua família. O trabalho é incorporado a esse sujeito como parte de seu ciclo de vida biológico, porém sustentado pelo consumo de

---

<sup>289</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão ordinária de 17 de fevereiro de 1963. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

tudo aquilo que provém: alimentar-se, morar, vestir-se... Ou seja: “Tudo o que o trabalho produz destina-se a alimentar quase imediatamente o processo da vida humana, e esse consumo, regenerando o processo vital, produz – ou antes, reproduz – nova força de trabalho de que o corpo necessita para seu posterior consumo.”<sup>290</sup>

João Verçosa se desentendeu com José Conrado, então presidente do sindicato. Esse fato provocara a suspensão de seu auxílio. O operário sugeria que o custo da intervenção médica fosse convertido em auxílio pela empresa. Rubem Ângelo, advogado do sindicato, não concordou com essa sugestão. Posicionou-se contra, recomendando o mesmo para os diretores do sindicato. Caso o tratamento fosse transformado em auxílio, poderia incorrer em não realização do tratamento médico necessário. O dinheiro acabaria, e o operário continuaria incapacitado, inclusive para ingressar em outro emprego. João Verçosa estava próximo de conquistar a aposentadoria. O presidente do sindicato então concordou em encaminhar uma solicitação à fábrica onde sugeria reintegrar o operário em uma função que, diante de seus limites de saúde, pudesse exercer. Assim poderia evitar que sua família ficasse desamparada. No entanto, o advogado propôs a continuidade do auxílio pelo sindicato, o que foi submetido à votação de seus membros. Essa última proposta foi aprovada e acatada por todos.

Tratava-se de uma situação que poderia acometer qualquer operário. Na Fábrica Carmen, o cotidiano em meio às máquinas e com os riscos do trabalho e demissões também se assemelhava à vida suspensa dos habitantes de Otávia. Acidentes ocorriam com certa frequência nas diferentes seções e setores, de forma direta ou indireta, ou mesmo fora da Fábrica, nas atividades que davam suporte à produção, como a extração de madeira das matas que integravam esse território fabril. As madeiras eram usadas nas fornalhas que aqueciam as caldeiras, entre outros usos. O operário Antônio Cardoso relatou esse processo.

Então tinha a caldeira com uma turbina que consumia 10 toneladas de lenha por dia. Eram 10 caminhões todo dia para a caldeira. E mesmo que não consumia, tinha que manter aquele quadrado de lenha. Não tinha como chegar da rua o caminhão sem madeira. A madeira era do Grupo Othon, era tirada do Pilar; Matriz, pra cá, tudo era propriedade da Fábrica. A Fábrica tinha machadeiro, e eu era encarregado de pegar lenha. Só para a caldeira era 10 toneladas, era 10 caminhões. (Relato de Antonio Cardoso, 2015)

O funcionamento da Fábrica gerava um grande impacto ambiental nas matas da região. No entanto, era com os acidentes de trabalho que a produção ganhava expressividade trágica.

---

<sup>290</sup> ARENDT, 2014, p. 122.

Dona Aidée,<sup>291</sup> operária na Fábrica Carmen, lembrou suas histórias de família durante os tempos da Companhia União Mercantil. Era novembro, feriado do Dia de Finados. Sua mãe, então no oitavo mês de gravidez, foi surpreendida por um senhor que chegou à sua porta: “Ó de casa!” Quando ela saiu e ele a viu com o barrigão, ficou receoso de dizer o que se passava. Ficou momentaneamente preso no silêncio, possivelmente consternado com aquela situação. Levava uma notícia urgente: “Senhora, não tome susto não, mas seu marido está quase morto na farmácia.”<sup>292</sup>

O pai de Dona Aidée era um forte jovem machadeiro contratado pela fábrica. Saiu cedo para trabalhar quando sofreu um grave acidente. “Caiu um pau na cabeça dele que enterrou o pescoço e foi dois homens ou três para segurar o corpo e o outro para deslocar a cabeça do pescoço, puxar a cabeça dele.” Sua mãe, então grávida e desesperada com o que se sucedia, seguiu ao encontro do seu marido, cuja vida se esvaía. Chegando à farmácia, viu o marido com sangue que saía por quase todos os orifícios do corpo. Nariz, boca, ouvido... Era muito sangue. O jovem cortador de lenha faleceu sufocado de sangue quando trabalhava para a fábrica e sustento de sua família.

Então a minha mãe quase que perdia a visão da vista de tanto chorar só de pensar como ia criar agente, e eu ia nascer sem ninguém em casa trabalhar. Nesse tempo não existia ainda INPS.<sup>293</sup> e nem esse negócio da pessoa trabalhar, tá doente vai pra casa que tem direito, não existia licença (Relato de Dona Aídee, 2008)

Nesse desamparo, essa família passou a contar com o suporte material e financeiro dos Machados, então proprietários da fábrica, que, diante da morte trágica de um funcionário no exercício de seu trabalho, tentavam de alguma forma compensar a perda daquela família. Passaram a doar alimentos, como se fosse uma cesta básica, além do que mais precisassem para as crianças pequenas, filhos da viúva. Doaram também o enxoval de bebê da então recém-nascida e já órfã de pai. Era Dona Aidée, que veio ao mundo às vésperas do Natal, no dia 20 de dezembro, no mesmo ano da morte de seu pai. Sua família tornara-se o que os

<sup>291</sup> RELATO de Dona Aidée. DVD n.º 01, son., color. Disponível em: LESSA, Golbery. *Trama da memória, tessitura do tempo*: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária residentes no bairro de Fernão Velho, Maceió, AL. Coordenação de Analice Dantas Santos e Golbery Lessa. Maceió: Universidade Estadual de Ciência da Saúde de Alagoas, 2008. Esse material encontra-se disponível para consulta no Arquivo Público de Alagoas (APA).

<sup>292</sup> A farmácia localizava-se no Ambulatório da Fábrica. Muitos operários designavam esse lugar como farmácia, embora outros serviços médicos fossem lá ofertados.

<sup>293</sup> Trata-se do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), responsável pelo recolhimento do pagamento da contribuição do trabalhador para efeitos de aposentadoria. Com a ampliação dos direitos de benefícios previdenciários na Constituição de 1988, o sistema previdenciário brasileiro passou por reformas. Em 1989, o INPS foi extinto, passando suas atribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

sociólogos Victor Leonardi e Francisco Foot Hardman designam como um agregado da Fábrica.<sup>294</sup>

Mesmo assim, a mãe de Dona Aidée não encontrou sossego para sua angústia e tristeza. Manteve-se na melancolia diante da perda do marido. “A minha mãe nunca parava de chorar quando ela contava para gente já grande. Ela não suportava, então quase perdia a visão de chorar todos os dias.” Anos depois, Dona Aidée, já adolescente, passou a trabalhar na fábrica.

O choro da mãe de Aidée, decorrente do sofrimento pela perda do marido, pode também expressar o choro de outras famílias que tiveram vidas ceifadas por acidente de trabalho. A vida, diante dos perigos que o trabalho fabril oferecia, tornava-se incerta nessa vila operária, possibilitando o desamparo da perda, a tristeza, a melancolia. Mesmo nas gestões seguintes, quando houve maior preocupação dos patrões com a condição do corpo produtivo e a regulamentação das leis do trabalho, que poderia amparar os trabalhadores, os acidentes continuaram ocorrendo. “Houve aqui uma vez uma explosão na fábrica que matou um. Foi no setor de engomadeira. A engomadeira explodiu e matou um cidadão. Faz muitos anos. Foi mais ou menos em 1950”, lembrou o entrevistado Zequinha Moura sobre os tempos da Fábrica Carmen.

Uma situação, entre tantas outras, que representa as duras condições de trabalho e sobrevivência nessa vila operária no passado, muitas vezes invisíveis entre festas e benefícios sociais que favoreciam a produção de uma imagem benevolente dos patrões. Eram condições de vida e de sofrimento quase sempre insuperáveis pelos operários, perpetuando uma cegueira para a vida. Ou ao contrário, quando insuportável, ensejavam resistências como formas de sobrevivência em meio aos precipícios da produção capitalista que, ao ofertar benefícios aos operários, também hipotecavam sua liberdade, mantendo sua vida incerta. Nesses momentos, outras formas de resistência e luta eram abertas, indo além das organizações de classe, deslocando-se para outras dimensões políticas.

---

<sup>294</sup> FOOT, 1982, p. 199.

### 4.3 Os comunistas e o mundo fabril em Alagoas

Diante da vida incerta em face do trabalho nas fábricas têxteis, o escritor José Lins do Rego produziu uma representação sobre Fernão Velho em seu romance *Riacho Doce*, publicado pela primeira vez em 1939.

Agora a fábrica vinha trazer gente para aquelas bandas. Riacho doce ficaria como Fernão Velho, o poço escravo dos apitos da fábrica, as meninas trabalhando noite e dia, os donos mandando nas moças como em vacas leiteiras. E a perdição tomando conta de tudo. Não havia praieiro que não temesse pelo destino do Riacho Doce. Sabiam o que era Fernão Velho, ali na beira da lagoa. Os homens escravos. As mulheres, os meninos, tudo no cabresto do dono. Em breve Riacho Doce seria como Fernão Velho. Todos tinham medo da fábrica, seria uma calamidade pior que as febres. A velha Aninha rogara as suas pragas. Ela tinha boca perigosa. Teria força de vencer os ferros, a máquina, os teares.<sup>295</sup>

Ao revés da positivação do progresso fabril e empreendedoras realizações dos empresários industriais em Maceió, o romancista alertava para o que Riacho Doce poderia tornar-se. Era um povoado litorâneo habitado por pescadores, que estava na iminência da instalação de uma fábrica semelhante à de Fernão Velho. Representou esse território fabril como um lugar que se tornou “o poço escravo dos apitos da fábrica” por meio do cabresto do dono – o empresário –, prevalecendo situação de escombros, fantasmagorias que transfiguravam sonhos em perdição e calamidades.

Fato esse que ensejava bocas perigosas contra a Fábrica, lutando contra os efeitos de seu regime disciplinar presentes na vida privada e no trabalho.

O PCB atuava de forma intensa na sociedade brasileira na década de 1950 e início dos anos 1960. Mobilizava ações não somente nas fábricas e sindicatos, mas também em bairros populares, preocupando-se com problemas do cotidiano como as condições de saúde, lazer, transporte, habitação, custo de vida e saneamento.<sup>296</sup> Em Alagoas, constantemente denunciavam, através do Jornal *A Voz do Povo*, as condições de vida e trabalho nas vilas operárias e bairros mais populosos de Maceió. O PCB mantinha e utilizava esse periódico,

<sup>295</sup> REGO, José Lins do. *Riacho Doce*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1995. p. 76-77.

<sup>296</sup> SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o Partido da Classe Operária (PCB) na democratização, 1945-1964. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 103-140.

sendo um dos principais meios de comunicação e politização dos operários, tornando públicas as notícias não veiculadas na grande imprensa.<sup>297</sup>

Segundo os historiadores Fernando Teixeira da Silva e Marco Aurélio de Santana,<sup>298</sup> a história desse partido imbricava-se à do movimento operário, articulando-se, embora fossem distintas. Imbricações que permitem conhecer de forma mais ampla o mundo operário e o universo social no qual estavam inseridos, também com outras categorias de trabalhadores.

Nas diversas denúncias dos comunistas na década de 1950, Maceió era apresentada como uma cidade com ruas lamacentas, alto custo nos transportes urbanos, que se modernizavam substituindo os bondes por ônibus, com precária iluminação pública a custo de altas taxas cobradas à população, entre outros aspectos. A posição deles representava um programa mais amplo de preocupações com os problemas que afligiam a sociedade, o que favorecia a simpatia dos eleitores por seus militantes e candidatos. Além disso, adotavam uma “política de frente ampla popular e democrática, traduzida no desejo de União Nacional, com apoio a Getúlio Vargas”.<sup>299</sup>

Na eleição presidencial e na legislativa de 1945, o PCB conseguiu resultado de destaque, tornando-se a quarta bancada e força política nacional. Elegeram 14 deputados federais e 109 suplentes, e um senador, nesse caso, Carlos Prestes.<sup>300</sup> Em Alagoas, foram eleitos três deputados para a Assembleia Legislativa.

Contudo, foi uma curta fase na qual o PCB usufruiu liberdade e legitimidade jurídica em suas ações. Apesar de seus partidários sustentarem uma política de ordem, tranquilidade e legalidade, tornaram-se alvo de constantes perseguições e repressão. No governo de Silvestre Péricles de Góes Monteiro, iniciou-se em Alagoas uma rigorosa atuação estatal de combate aos comunistas. Teve seu registro político cassado em 1947 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e tão logo foi suspenso o mandato de seus representantes em 1948, eles foram forçados a concorrer às eleições por outras legendas, como o Partido Social Trabalhista (PST), entre outros.

As ações de perseguição e repressão ao PCB eram sistemáticas e constantes. A sede de seu jornal diversas vezes foi invadida por policiais, apreendendo material, danificando máquinas, destruindo as instalações tipográficas, prendendo trabalhadores do jornal. Muito embora não fossem capazes de impedir a ampliação da sua organização, nem tampouco a atuação dos comunistas nos sindicatos e vilas operárias em Alagoas. Ao contrário, observa-se,

---

<sup>297</sup> Para outras informações sobre esse periódico, ver Glossário no fim desta tese.

<sup>298</sup> SILVA; SANTANA, 2007, p. 103.

<sup>299</sup> Ibid., p. 104.

<sup>300</sup> Ibid., p. 109.

ao longo da década de 1950, a resistência e sobrevivência à repressão, o que exigia maior organização do partido e inserção nos sindicatos e bairros.

Em Alagoas, o partido estava organizado com um Comitê Regional e diversas Organizações de Base.<sup>301</sup> Cada base ou célula, como também poderia ser chamado, possuía no mínimo três membros, o que era uma conveniência diante da situação de clandestinidade do partido, evitando-se chamar a atenção das autoridades policiais e políticas. As principais tarefas desses membros consistiam em infiltrar-se entre as massas, realizar propagandas ideológicas na vida local, executar as decisões superiores do comitê, buscar informações, recrutar membros, difundir o ensino político, avaliar as necessidades de ação partidária. Geralmente, essas bases eram dirigidas por um secretário, funcionando em empresa, sindicato ou bairro. Quando atuante em uma grande empresa, equiparava-se às instâncias mais superiores do partido.<sup>302</sup>

A Organização distrital ou municipal englobava todas as organizações de base de um mesmo município formando um comitê. A organização estadual englobava as que fossem existentes em um mesmo estado, formando um comitê ou diretório. São assim formados comitês municipais e estaduais que variavam entre 7 e 15 membros, além dos suplentes que poderiam chegar a 7. No comitê estadual, eram admitidos no máximo 27 membros e 7 suplentes, formando também uma comissão executiva. Recomendava-se que se reunissem ordinariamente de um a três meses, sendo dirigida por um secretário eleito em assembleia. A organização geral era dirigida por um comitê central, composto em média por 50 membros responsáveis por organizar e dirigir toda a atividade partidária de acordo com as deliberações aprovadas em congresso.<sup>303</sup>

Em Maceió, registraram-se 13 Organizações de Base e mais 9 em outros municípios.<sup>304</sup> Em Delmiro Gouveia, onde se localiza a Fábrica da Pedra, não se registrou a atuação de comunistas. Em Maceió, o partido atuava nas vilas operárias das fábricas têxteis, no Porto e mais sete bairros. Rio Largo, Pilar, Capela, Viçosa, Arapiraca, Pão de Açúcar, Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema também foram municípios onde houve a presença de comunistas organizados, cobrindo as diversas regiões do estado, desde o litoral ao sertão, muito embora o quantitativo de membros nessas organizações fosse pequeno. Os que

---

<sup>301</sup> As Organizações de Base também costumavam ser designadas como Célula.

<sup>302</sup> IPM 709. Organização de Base do PCB em Alagoas. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em 17 maio 2014.

<sup>303</sup> Ibid.

<sup>304</sup> IPM 709 – Doc. 944: Manuscrito sobre “CR Alagoas”. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em 17 maio 2014.

registraram maior número foram os localizados em vilas operárias, sobretudo Rio Largo<sup>305</sup> e Fernão Velho com 10 e 16 membros respectivamente.

Os comunistas atuavam nas grandes empresas. Em média, era registrada a presença de três membros nas demais organizações, podendo também alcançar o total de quatro ou seis, o que exigia o envio de reforços para manter ativas as lutas e potencializar sua capacidade de mobilização. Do contrário, persistiriam as dificuldades para a solução de questões mais práticas ou mesmo elaboração de planos de ação política.

Havia membros que se afastavam das suas bases, ou mesmo acumulavam funções no partido, tornando possível negligenciar uma ou outra atividade. As divergências internas também existiam, o que poderia incidir na diversidade de discursos e ações. Seu principal veículo de comunicação, o *Jornal A Voz do Povo*, sempre enfrentava dificuldades operacionais, embora tenha conseguido publicar edições com certa regularidade.

O Relatório Sindical de Alagoas,<sup>306</sup> provavelmente produzido em 1951, esboçou um panorama da atuação dos comunistas nos sindicatos durante esse período. Informa que, entre os 18 Sindicatos de Indústria e Comércio existentes no estado no início da década de 1950, controlavam 2 sindicatos. Nesse caso, o dos Alfaiates e o da Indústria Têxtil em Pilar com 675 associados. O Sindicato dos Alfaiates era menos organizado e praticamente não realizava reuniões. Sugere que o próprio presidente era um homem “muito assombrado”, provavelmente temendo possíveis retaliações contra uma atuação mais incisiva nas lutas por direitos. Sobre Pilar, informa que havia um organismo de base atuando no próprio sindicato, realizando mobilizações diversas, também em apoio a outros sindicatos. Relata que parou as atividades da Fábrica em solidariedade à ocorrência de lutas em Fernão Velho quando era posta em pauta de discussão a questão do salário mínimo.

Sobre o Sindicato dos Pedreiros em Maceió, relatou que sua eleição para formação de uma nova direção vinha enfrentando dificuldades na sua realização. Propunha-se chapa única composta por maioria de comunistas, inclusive o candidato a presidente era muito simpático ao partido. Essa eleição vinha sendo travada nos trâmites burocráticos da Delegacia do Trabalho.

Fernão Velho era registrado como o maior sindicato em Maceió e no Estado. Relatam que esse sindicato possuía cerca de 2.000 associados, mas não conseguia atuar de forma livre.

---

<sup>305</sup> Em Rio Largo, além da organização na Vila Operária, registrara-se uma na Usina Utinga Leão com três membros.

<sup>306</sup> Inquérito Policial Militar (IPM 709). Manuscrito Relatório Sindical de Alagoas assinado por Barros. Acervo Digital Brasil Nunca Mais, DOC 807. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 17 maio 2014.

Predominava um cenário de terror nesse meio operário, amedrontavam-se os trabalhadores e sindicalizados quando concorria uma chapa apoiada pelos comunistas. Os operários integrantes dessa chapa, ou mesmo quando considerados pela fábrica como agitadores, eram ameaçados de dispensa, desestimulando os operários a se envolver com questões políticas, conforme lembrou um operário.

Na rua antigamente, eu não frequentava nada. Eu era convidado para uma reunião e não ia, era convidado para ser encarregado de fulano de tal e não ia. Eu só assumia se fosse parte da fábrica. Porque não adianta ser presidente do sindicato em minha época e não tinha como ajudar os trabalhadores. Tinha que trabalhar para o patrão. Se o patrão soubesse que estava agitando o funcionário, me botavam para fora. Isso era direto. Era comum acontecer. Direto, direto... Perdia a casa. Na hora que você fosse dispensado, já estava o caminhão na porta. (Relato de Antonio Cardoso, 2015)

A dispensa sumária de operários não era novidade na gestão dos Othon em Fernão Velho, o que não impedia necessariamente a atuação dos comunistas, sobretudo em datas simbólicas e nas lutas políticas.

Os operários comemoraram o aniversário de Prestes em Fernão Velho, os operários soltaram três girondas de foguete dentro da Vila as 5 horas da manhã, em Pilar foi feita uma dança com bebidas e discurso dando viva ao camarada Prestes, toda a massa compareceu a festa<sup>307</sup>.

Embora tenha ocorrido maior adesão em Pilar, nos demais órgãos de classe, o cenário era diferente no início da década de 1950. Havia certa dificuldade de mobilização de trabalhadores nos sindicatos, seja pelas estratégias de terror por parte das fábricas, seja pela incipiente ação dos presidentes dos sindicatos, o que afastava os associados. Alguns sindicalistas eram até considerados ladrões e pelegos pelos comunistas e os associados, o que interferia no grau de participação. Em Fernão Velho, entre os poucos mais de 2.000 associados, era comum participação média de 60 nas reuniões, um número baixo diante do total.

A maior inserção ou participação dos comunistas nos sindicatos apresentava-se como fator preponderante para potencializar a capacidade de mobilização dos trabalhadores nas lutas políticas em Alagoas. Tal fato pode ser observado em um documento elaborado pelos

---

<sup>307</sup> Inquérito Policial Militar (IPM 709). Manuscrito Relatório Sindical de Alagoas assinado por Barros. Acervo Digital Brasil Nunca Mais, DOC 807, p. 13. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 17 maio 2014.

comunistas, nesse caso, um Relatório Sindical de Alagoas sobre a atuação dos membros do PCB em diversos sindicatos existentes em Alagoas no início da década de 1950. Nele, contabilizou-se um total de 66 comunistas atuando em sindicatos alagoanos.

Figura 7 – Representação da incidência de comunistas nos sindicatos em Alagoas no início da década de 1950



Fonte: Elaboração própria com base no documento “Inquérito Policial Militar (IPM 709). Manuscrito Relatório Sindical de Alagoas assinado por Barros” do Acervo Digital Brasil Nunca Mais, DOC 807.

A indústria têxtil aglutinava o maior número de operários e associados, inclusive contando com maior participação dos comunistas que concentravam seus esforços entre os trabalhadores urbanos. No bairro Saúde em Maceió, e Sebastião Ferreira em São Miguel dos Campos, onde as fábricas foram administradas pelo mesmo grupo empresarial, não foi registrada a participação de comunistas nos sindicatos, o que pode indicar uma atuação mais incisiva dos gestores fabris no expurgo daqueles que consideravam subversivos. Fernão Velho foi a localidade e o sindicato com maior participação de comunistas.

Silvio da Rocha Lira era um deles. Mais conhecido como Silvio Lira, era filho de Henrique da Rocha Lira e Glória Rodrigues Lira. Nasceu em 26 de julho de 1924 no município alagoano de Penedo. Morava em Fernão Velho com a família. Era casado e pai de

dois filhos. Trabalhava como operário na Fábrica Carmen. Era um dos operários mais atuantes no sindicato, mesmo sem ainda fazer parte de sua diretoria.

Em 1947, fora convidado por Jaime Amorim de Miranda<sup>308</sup> para ingressar no PCB. Em Fernão Velho, colaborou para a existência de uma célula base comunista composta por 23 militantes. Embora se desconheça a relação completa com os nomes desses militantes, é possível identificar alguns operários que naquela vila operária eram reconhecidos como comunistas pelos patrões, pela Justiça do Trabalho e por agentes policiais.<sup>309</sup> Entre os quais, o próprio Silvio Lira, João Cândido Feitosa,<sup>310</sup> Laranjeiras,<sup>311</sup> o padre Salomão, Rubens Monteiro Ângelo,<sup>312</sup> entre outros.

Simultaneamente às suas atividades como operário, trabalhou no jornal comunista *A Voz do Povo*, local onde foi possível ampliar sua formação política e militante, acessando uma rede de informações sobre as condições de vida e trabalho, bem como as experiências de luta que transcendiam os limites da Vila Operária onde vivia. Além de sua atuação em Fernão Velho, pôde colaborar com o projeto político dos comunistas para Alagoas e o Brasil.

#### 4.3.1 Do trabalho e vida incerta às tessituras das lutas políticas

Na edição de 18 de fevereiro de 1951 do Jornal *A Voz do Povo*, os comunistas noticiaram a realização do I Congresso Sindical de Alagoas. Nesse evento, reafirmaram “a disposição dos operários alagoanos no sentido de conquistar melhores salários, liberdade e

---

<sup>308</sup> Jaime Amorim de Miranda foi militar e jornalista. Atuou como secretário-geral do PCB em Alagoas, além de ter sido diretor do Jornal *A Voz do Povo*. Participou de diversos congressos do PCB, chegando à direção nacional do partido. Em 4 de fevereiro de 1975, foi novamente preso no Rio de Janeiro, quando integrava a Comissão Executiva do Comitê Central do partido. MIRANDA, Jaime Amorim de [verbe]. In: *ABC das Alagoas*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes/index/miranda/page:3>>. Acesso em: 19 jun. 2014. Depois dessa data, não se teve mais notícias sobre Jaime Miranda. Seu nome consta na lista de desaparecidos políticos durante o regime civil militar (1964-1985).

<sup>309</sup> Na ocasião das entrevistas com antigos operários, à pergunta sobre a atuação de comunistas, na maioria sentiram-se desconfortáveis para falar sobre esse tema, esquivando-se de respostas, permanecendo em silêncio, ou mesmo concluindo que ali não havia “dessas coisas”.

<sup>310</sup> Nasceu em 6 de abril de 1921 em Viçosa. Em Maceió, foi trabalhar como fiandeiro na Fábrica Carmen, tendo sido registrado como seu operário em 20 de maio de 1942. Não morava na Vila Operária, mas no Tabuleiro dos Martins, bairro localizado nas adjacências de Fernão Velho. Filiou-se ao PCB e atuou no Sindicato de Fernão Velho, chegando a pertencer à diretoria. Registra-se sua presença em reunião do dia 28 de julho de 1963. Segundo sua ficha no Departamento de Ordem Política, Social e Econômica (Dopse) de Alagoas, era responsável pela propaganda do partido, fazendo-a circular no bairro onde morava e na vila onde trabalhava. Teria participado das últimas agitações. Fernão Velho tornava-se também uma referência de luta para os bairros vizinhos. Fonte: Dopse, AL. Ficha pessoal n.º 20: João Cândido Feitosa.

<sup>311</sup> Era um barbeiro residente em Fernão Velho, em rua próxima à estação ferroviária.

<sup>312</sup> Rubem Ângelo não era operário nem residia em Fernão Velho, porém fora incluído na relação por causa de sua estreita ligação com os operários. No início dos anos 1960, assumiu a função de advogado do sindicato. Participava de diversas reuniões desse órgão, além de dispor de alguns dias na semana para estar presente na vila operária atendendo aos associados que o procurassem.

paz”.<sup>313</sup> Participaram do Congresso em praça pública cerca de duzentas pessoas, entre as quais, trabalhadores da indústria têxtil, portuários, construção civil, padeiros, comerciários, sapateiros e alfaiates, também trabalhadores da indústria açucareira. Criaram e estruturaram a Central Sindical Estadual filiada à Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

Para a organização do Congresso, foram realizados comícios relâmpagos em locais predominantemente operários, como Fernão Velho com a Fábrica Carmen, o bairro do Bom Parto com a fábrica Alexandria e o município de Rio Largo com suas duas fábricas, Cachoeira e Progresso Alagoano.<sup>314</sup> Nesses comícios, tomaram como resolução para ser discutida no Congresso o aumento salarial equiparado ao custo de vida, igualdade de salário para funções iguais, plano de aposentadorias e pensões, reconhecimento da CTB, oposição ao pagamento do imposto sindical, defesa da liberdade sindical, entre outras pautas. A defesa dos direitos sociais era vinculada à causa da paz.

O comício-relâmpago com os operários<sup>315</sup> de Fernão Velho realizou-se em 25 de janeiro de 1951. Nesse dia, quatro combatentes da vanguarda operária em Alagoas, os comunistas Jaime Miranda, Reinaldo Siqueira dos Santos, Osvaldo Nogueira de Oliveira e Carlindo Marques dos Santos, dirigiram-se aos operários da Fábrica Carmen com o intuito de esclarecê-los e orientá-los na luta pela paz e realização do Congresso Sindical de Alagoas. Nas memórias de Zequinha Moura, havia uma pilha de tijolos em uma das entradas da fábrica onde estava sendo construído o escritório. Era um local estratégico, não somente pela afronta simbólica aos patrões, mas por ter sido realizado na rua da fábrica. A pilha de tijolos, levando-se em consideração a localização do escritório, ficava a poucos metros do portão de acesso dos operários às instalações fabris. Foi quando “o pessoal tudo da Fábrica na porta para ir trabalhar.” E eles, os comunistas, “deram o comício em cima dos tijolos”, relatou Zequinha Moura.

Os operários receberam e ouviram os oradores comunistas. Decorrido algum tempo, quatro praças da polícia se fizeram presentes, possivelmente atendendo aos interesses patronais em manter a disciplina e segurança. Posteriormente, tentaram dar ordem de silêncio aos oradores comunistas, que, por sua vez, não tomaram conhecimento e se apoiaram na massa que os cercavam, ouviam e protegiam, permitindo a continuação daquela mobilização.

---

<sup>313</sup> INSTALADO em praça pública o I Congresso Sindical de Alagoas. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 de fev. 1951, p. 1.

<sup>314</sup> Essas duas fábricas formavam a Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos pertencente naquele momento a Gustavo Paiva. PAIVA FILHO, Arnaldo. *Rio Largo, cidade operária*. Maceió: Senai, 2013.

<sup>315</sup> AÇÃO de massa dos operários de Fernão Velho em defesa da paz. *A voz do Povo*, 18 fev. 1951, p. 1. Acervo do Memorial Pontes de Miranda.

Nesse dia, os operários escolheram 10 representantes<sup>316</sup> como delegados para participarem do I Congresso Sindical a ser realizado nos próximos dias após aquele comício.

Os policiais se afastaram temendo o enfrentamento desvantajoso para eles em face do grande número de operários. Reforçaram-se com mais quatro policiais e acabaram com o comício. “Foi um atrito medonho”, lembrou Zequinha Moura. Os policiais atuaram em uma ação de emboscada na saída dos comunistas.<sup>317</sup> Ao abordá-los, essa ação culminou em atos de agressão física. Os combatentes comunistas também reagiram. Golpes de cassetete foram desferidos pelos policiais. Arma branca foi utilizada. O comunista Jaime Miranda foi ferido por golpe de faca e preso.<sup>318</sup> Os outros três combatentes também foram rendidos e conduzidos à delegacia em Fernão Velho.

Nas memórias de Zequinha Moura, “Comunista aqui em Fernão Velho nunca foi bem visto pela Fábrica e por todo mundo. Quem morava aqui sempre foi afastado dessas coisas”. Sua leitura exime os operários de qualquer vinculação aos comunistas, reproduzindo um sentido negativo a esse grupo político. No seu relato, ressaltou que ele e sua família nunca sofreram “pressão” por parte da Fábrica. Ele trabalhou no escritório e seu pai foi contramestre. Ambos exerceram funções de confiança dos patrões, o que lhes rendeu também alguns benefícios como a não demissão diante da iminência da conquista do direito à estabilidade, sobretudo para Zequinha Moura. Assumir um discurso negativo sobre os comunistas representava evitar complicações com os patrões, e complementou reforçando uma imagem negativa sobre os comunistas, associando-os a outros grupos passíveis de qualificação como subversivo da ordem e dos bons costumes, podendo eles sofrer sanções e até expurgo da vila operária. “Aqui não tinha um só maconheiro, um ladrão... Se soubesse que numa casa dessas tivesse, caía fora. Aqui em Fernão Velho, não ficava. A companhia não queria esse tipo de gente.”

Inclusive, era uma visão reforçada pelo padre Cabral quando se opunha ao comunismo. Suas sanções ocorriam no âmbito moral, repudiando qualquer operário católico que tivesse envolvimento, direto ou indireto, com o credo vermelho. Uma indagação era suficiente para expressar a negatização de aproximação aos comunistas, conforme já destacara Dona Emília ao relatar o questionamento do pároco à sua irmã: “Você estava com os comunistas?!” Desse modo, reproduzia-se também o medo entre os operários, seja pelas

---

<sup>316</sup> INSTALADO..., 1951, p. 2.

<sup>317</sup> AÇÃO..., 1951, p. 1.

<sup>318</sup> SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO. Cópia do prontuário individual de Jaime de Amorim Miranda. p. 88. Documento datado em 19 set. 1956. Disponível em: <<http://jaymemiranda.org/documentos/>> Acesso em: 19 maio 2015.

sanções religiosas, seja da própria fábrica. “Assim, esse tipo de gente que assistia comício, ficava logo visado. Quem assistia comício comunista ficava logo visado, e então se afastava. As pessoas tinham receio e muito”, lembrou Zequinha Moura.

Medo este que não impediu necessariamente o envolvimento de operários com as causas trabalhistas e comunistas. O próprio Silvio Lira, Laranjeiras, entre outros, são exemplos de que o processo de disciplinamento não era totalmente eficiente. Havia brechas e situações de resistências. Reforçavam-se também os laços de solidariedade e compromisso dos operários com as lutas políticas.

Realizadas as prisões dos comunistas após o comício relâmpago, operários em Fernão Velho tomaram conhecimento e se concentraram em massa em frente da delegacia exigindo a soltura dos presos. Pressionados, os policiais os libertaram. Na saída, os comunistas foram recebidos com vibrantes saudações.<sup>319</sup> Os jovens presos foram convidados a retornar para um novo contato, e assim o fizeram. Porém, cautelosamente, tentaram prevenir-se da repressão, realizando reuniões com maior organização e mantendo, sempre que possível, os capangas patronais e a polícia a distância, o que não os eximiu da vigia e denúncia aos patrões.

O operário Antônio Ricardo de Lima atuava como fiscal geral da parte externa da fábrica. Circulava na vila operária averiguando os operários que, porventura, não estivessem cumprindo sua escala de trabalho. Quando chegou a uma barbearia que funcionava na casa de um operário – Laranjeiras –, identificou algo que considerava suspeito. Essa residência localizava-se quase vizinha à sede do sindicato, em uma rua que também dava acesso à estação de trem. Cruzando os trilhos no fim da estação, avistava-se a frente da Fábrica Carmen. Como fiscal dos Othon, Antônio Ricardo testemunhou em um processo trabalhista<sup>320</sup> sobre a movimentação de comunistas e operários nesse território fabril.

foi obrigado a ir à casa do reclamante a fim de chamar vários operários da fábrica que lá se achavam em hora de trabalho, absorvidos com a propaganda comunista que era feita pelo reclamante e outros comunistas ali chegados vindos de Maceió. Que os citados operários deveriam reiniciar as suas atividades às doze horas, mas às treze horas ainda se achavam na casa do reclamante ouvindo a propaganda comunista.<sup>321</sup>

---

<sup>319</sup> AÇÃO..., 1951, p. 1.

<sup>320</sup> Processo JCJ n.º 87/51, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>321</sup> Ata de instrução e julgamento da reclamação realizado em audiência do dia 21 de maio de 1951. Processo JCJ n.º 87/51, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

A denúncia do fiscal, que atuava em nome da Fábrica e de si próprio afastando-se do que era “malvisto” pelos patrões e pelo padre Cabral, ressaltou que essa atuação era frequente. E Antônio Ricardo, em seu depoimento, confirmou, que as pessoas naquela casa e barbearia com certeza eram comunistas e atuavam em Fernão Velho com certa frequência.

eram comunistas que se encontravam na casa do reclamante há quatro meses passados, porque uma semana antes três dos indivíduos que se achavam na casa do reclamante haviam entrado em choque com a polícia de Fernão Velho, tendo até pancadaria. Que os aludidos comunistas estavam prometendo várias coisas aos operários da Fábrica, inclusive salário melhor; que o reclamante costumava reunir vários operários principalmente em frente à despensa da Fábrica e num beco de um colégio existente em Fernão Velho, fazendo intensa propaganda comunista prometendo grandes melhorias para o operariado.<sup>322</sup>

Os comunistas atuavam promovendo formação política por meio de suas propagandas. Organizavam pequenas reuniões na casa de um operário, mesmo em ruelas e becos da vila operária. Eram espaços por vezes escondidos, possibilitando driblar a constante vigia e fiscalização da fábrica contra as conversas e os conchavos de lutas por melhorias nas condições de vida e trabalho para o operariado. Nesses espaços, a exemplo do “Senado”, poder-se-ia ter um êxito maior nos objetivos a que se propunham, uma vez que os comícios eram em espaços abertos e de maior visibilidade, passíveis de recrudescimento da repressão.

Não bastasse a permanente vigia por “seguranças e fiscais”, o depoimento de Antônio, traz indícios de que havia ainda um estreitamento de relações entre os gestores fabris e as autoridades policiais, o que fortalecia as estratégias disciplinadoras em Fernão Velho. Depôs que o subdelegado que atuava em Fernão Velho morava ao lado da sede do sindicato (uma edificação de esquina), uma rua em frente da fábrica e paralela aos trilhos do trem. Um local privilegiado e central na vila operária, permitindo a vigia em locais estratégicos. A presença do poder que o subdelegado representava era quase permanente, seja quando atuava na delegacia, seja quando estava de folga em sua residência, mas assegurando vigilância constante com sua presença na vizinhança, o que também não impedia a resistência operária.

Percebe-se, portanto, quanto as ações operárias empreendidas em Fernão Velho, como a realização do I Congresso Sindical de Alagoas, fortaleciam o protagonismo dos trabalhadores nas lutas políticas no início dos anos 1950. Consubstanciavam-se em maior

---

<sup>322</sup> Ata de instrução e julgamento da reclamação realizada em audiência do dia 21 de maio de 1951. Processo JCJ n.º 87/51, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

organização do segmento operário, o que potencializava sua capacidade de mobilização na luta por direitos e contra os abusos patronais, tanto diante das rotinas de trabalho, das suas precárias condições de vida como nas diversas formas de violência tornando a vida incerta.

São embates tornados públicos, que ganhavam contornos sociais cada vez maiores, extrapolando os territórios privados das vilas operárias. As experiências do trabalho, ao serem narradas, possibilitam atribuir outra inteligibilidade a essa vila operária, visível não somente como lugar de efeitos de poder, mas também de resistência e protagonismo dos trabalhadores. Uma vez postos à crítica historiográfica, a compreensão dessas relações possibilita aproximar o passado longínquo da experiência operária ao presente de nosso mundo do trabalho.

## **PARTE 3**

### **LUTAS POLÍTICAS**

## CAPÍTULO 5

### A JUDICIALIZAÇÃO DAS LUTAS POLÍTICAS

É necessário refletir sobre o estatuto paradoxal do campo como espaço de exceção: ele é um espaço de território que é colocado fora do ordenamento jurídico normal, mas não é, por isso, simplesmente um espaço exterior. O que nele é excluído, segundo o significado etimológico do termo exceção (*ex-capere*), é capturado fora, incluído através da própria exclusão. Mas aquilo que, desse modo, é antes de tudo capturado no ordenamento é o próprio estado de exceção. Ou seja, o campo é a estrutura no qual o estado de exceção, sobre cuja decisão possível se funda o poder soberano, é realizado de modo estável.<sup>323</sup>

Era o carnaval de 1951. Um tempo festivo que se somava às outras celebrações ao longo do ano. Geralmente, a Fábrica Carmen parava apenas em alguns horários predeterminados durante o carnaval. Nesse ano, Ernani Pereira Leite, o gerente geral, segundo veiculado no *Jornal A Voz do Povo*,<sup>324</sup> teria ordenado a paralização da produção por dois dias. Manteve a Fábrica fechada para que todos pudessem desfrutar os festejos de Momo. Aparentemente, foi uma decisão inesperada, o que pode ter causado surpresa entre os operários, e possivelmente muito celebrada entre eles. Nesse mesmo ano, além de toda a programação dos bailes e blocos de rua que saíam, o Ferruge foi organizado pelos operários e saiu pela primeira vez. Mas depois daquele carnaval...

Quarta-feira de cinzas. Os sons da alegre danação, da zombaria e melação do Ferruge, das músicas carnavalescas tocadas nos bailes e blocos de rua cederam lugar aos sons da máquina e da produção que ecoava por Fernão Velho. O que se via poucos dias depois era gente que não sorria. “Ernani lembrou-se das despesas feitas, do dinheiro gasto com bebidas, lança-perfumes e amantes. O dinheiro malbaratado representava o suor de 4000<sup>325</sup> operários de Fernão Velho.”<sup>326</sup> Os prejuízos dos dias parados e despesas festivas de Ernani precisavam ser recuperados. “E ele [Ernani] pensou em recuperar todo o dinheiro esbanjado ainda nas

---

<sup>323</sup> AGAMBEN, 2015, p. 42.

<sup>324</sup> O CAMINHO da luta para os operários de Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 4 mar. 1951, p. 1.

<sup>325</sup> Os dados sobre o número de operários em Fernão Velho registrados na Fábrica Carmen não são precisos. Oscilam em diferentes fontes. No processo trabalhista da JCJ n.º87/51 movido por Avelino, o advogado da Fábrica afirma ser de 3.500. Nesse momento da notícia, tomo como referência o que está sendo informado pelo *Jornal A Voz do Povo*.

<sup>326</sup> O CAMINHO..., 1951, p. 1.

costas do trabalhador, por isso deu a ordem para descontar dois dias de serviço de cada operário.”<sup>327</sup>

Juvino Pedro da Silva, então com 39 anos de idade, casado e operário há sete anos e nove meses na Fábrica Carmen, trabalhava na 3.<sup>a</sup> turma na escala daquela noite. Prestou depoimento sobre o posicionamento de Anízio Rodrigues, então recém-eleito presidente do sindicato:

às duas da madrugada de quinta ou sexta-feira da mesma semana de carnaval, precisamente na hora em que os empregados da 3.<sup>a</sup> turma de fiação estava tomando café, compareceu o presidente do Sindicato dos Empregados de Fernão Velho, Sr. Anízio Rodrigues, o qual orientou a todos os componentes de que não recebessem os seus salários daquela semana sem o pagamento da terça-feira.<sup>328</sup>

Os operários do turno que se seguia pela madrugada então reagiram. Iniciaram a mobilização de uma greve na seção de engomadeira, paralisando-a quando receberam o cupom informando o desconto. Em seguida, o mesmo ocorreu nas demais seções. Os comunistas naquela época julgavam que “só a união e organização de todos para responder com a greve, o único caminho e a verdadeira força de classe trabalhadora para fazer valer seus direitos”.<sup>329</sup>

Porém, os ânimos exaltados foram acalmados, impedindo a continuidade da paralização. Anízio Rodrigues reuniu centenas de operários desse turno na porta da Fábrica.<sup>330</sup> Deu razão à causa e solicitou a todos que deixassem sob sua responsabilidade, como presidente do sindicato, a condução das negociações com a Fábrica. Prometia que no dia seguinte a vitória seria alcançada.

Passado o calor dos ânimos daquela madrugada, quando Anízio foi procurado pelos operários no dia seguinte, o entusiasmo que apresentou na noite anterior cedeu a outro comportamento. Informou que nada poderia fazer. Que foi eleito, mas ainda não tinha tomado posse de seu cargo. Ficou a dúvida se ele não teria ido aos operários cumprindo ordens patronais de desarticular a mobilização. Os comunistas o qualificaram como pelego, acusando-o de estar a serviço dos patrões.

---

<sup>327</sup> O CAMINHO..., 1951, p. 1.

<sup>328</sup> Juvino Pedro da Silva declarou esse relato ao ser inquerido no dia 2 de maio de 1951 quando foi testemunha no processo movido por Avelino. Ver: Ata de Instrução e Julgamento da Reclamação JCJ n.º 87/51, realizada em audiência de 2 de maio de 1951, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.<sup>a</sup> Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>329</sup> O CAMINHO..., 1951, p. 1.

<sup>330</sup> Ibid.

Era atitude plausível entre alguns sindicalistas. O entrevistado Zequinha Moura teria sido testemunha de práticas pelegas<sup>331</sup> quando trabalhava no escritório da Fábrica. “Naquela época mesmo, vi muitas coisas erradas e não podia falar. Via que o presidente do sindicato ganhava propina da firma para deixar de enxergar uma porção de coisas.” A manobra de Anízio quebrou a disposição produzida no calor das manifestações de indignação dos operários no rés do chão da fábrica, desmobilizando a greve naquela madrugada.

Os operários, então frustrados, buscaram alternativa: elegeram treze delegados para representá-los diante do governador recém-empossado, nesse caso, Arnon de Mello, que fora procurado para mediar o impasse. No Palácio dos Martírios, sede do governo, os operários-delegados foram recebidos por um dos secretários de Arnon, que sugeriu aos operários que fossem à Delegacia do Trabalho e procurassem os serviços advocatícios de Milton Ramires e Osvaldo Veloso. Assim o fizeram, a contragosto dos comunistas que qualificaram posteriormente os advogados como “velhas raposas a serviço dos patrões”.<sup>332</sup>

Milton e Osvaldo, representando os operários têxteis de Fernão Velho, tentaram uma primeira negociação com a Fábrica Carmen, mas foi em vão. Retornaram com a surpreendente notícia de que Anízio, novamente em nome dos operários, já tinha acertado o desconto de um dia e meio. Desconto que repercutia diretamente nas condições de vida dos operários diante da defasagem dos salários e constante elevação do custo de vida.

Apropriando-se desse acontecimento, os comunistas direcionaram o problema para uma pauta política mais ampla, que não fosse apenas o desconto nos salários dos operários.

Vossas mulheres e filhos não podem morrer de fome para que enriqueçam os patrões e o governo consiga dinheiro para a guerra. Defendei na prática o direito de greve e lutai pelas liberdades civis, pela liberdade sindical, contra o roubo do imposto sindical que engorda os traidores das classes operárias. Agora os trabalhadores de Fernão Velho, já sabem que nada adiantou a falsa troca nas eleições, a situação dos operários é a mesma. O patrão e seus lacaios são os aliados do novo governo para tapear e esmagar pela fome e pela miséria os operários como nesse roubo de 2 dias nos seus minguidos salários.<sup>333</sup>

---

<sup>331</sup> O sindicalista pelego era aquele que se deixava levar pelas pressões ou seduções de vantagens oferecidas pelos representantes patronais. Desse modo, ao invés de acirrar as lutas políticas em favor do segmento que representava, esse tipo de sindicalista buscava soluções mais conciliatórias, o que, na maioria, atendia mais aos interesses patronais em detrimento das demandas dos trabalhadores.

<sup>332</sup> O CAMINHO..., 1951, p. 1.

<sup>333</sup> Ibid.

Passaram a cobrar as promessas realizadas por Arnon de Mello durante sua campanha para governador em 1950,<sup>334</sup> sobretudo aquelas que em seu discurso chamava a atenção para a “situação de quase penúria que o trabalhador, seja da cidade ou do campo viviam”.<sup>335</sup> Os comunistas, então, tomaram como centralidade do debate político, as condições de vida e os direitos trabalhistas. O Jornal *A Voz do Povo* reproduziu um texto-memorial que teria sido assinado por 700 operários e encaminhado ao governador. Nesse texto, expôs a elevação do custo de vida e os defasados salários.

Encampavam uma luta pelo aumento de 100% no salário, pela liberdade sindical sem intromissão patronal e do Ministério do Trabalho, abolição da assiduidade de 100% exigida para o gozo do período integral de férias,<sup>336</sup> e equiparação salarial para as mesmas funções laborais. Os comunistas afirmavam: “Com estas aspirações sentidas os operários de Fernão Velho condiam a responsabilidade em V. Excia [o governador Arnon de Mello] para que possamos dizer que temos realmente um governo do Povo.”<sup>337</sup> Era, também, um momento de produção de múltiplas expectativas e desejos por melhores condições de vida, tendo em vista que se iniciava um novo governo cujos discursos prometiam atenção aos pobres e trabalhadores. Desse modo, colocavam em efervescência o cenário político brasileiro e alagoano entre 1943 e 1964.

Um cenário de acirramento político nas disputas por poder no Brasil. Em Alagoas, o domínio do Poder Executivo em termos de municípios e até mesmo do governo do Estado sob as mãos de famílias tradicionais era uma prática comum, constituindo uma das heranças coronelistas advindas dos tempos da Primeira República no Nordeste,<sup>338</sup> muito embora os debates por projetos de sociedade e de interesses públicos também estivessem sempre presentes nas disputas por poder.

O Estado configurava um espaço de exercício de interesses do privado, mas também de atendimento de demandas sociais na esfera pública, sobretudo para assegurar uma paz necessária que oferecesse ao mesmo tempo, condições para o desenvolvimento econômico e a construção de uma cidadania pautada no trabalho e institucionalização de direitos. Desse

---

<sup>334</sup> OPERÁRIOS de Fernão Velho exigem do governo o melhoramento das condições de vida. *A Voz do Povo*, Maceió, 4 mar. 1951, p. 2.

<sup>335</sup> MELLO, Arnon. Início de governo: discurso pronunciado na Praça Pedro II, em Maceió, a 31 de janeiro de 1951, ao tomar posse do governo. In: \_\_\_\_\_. *Uma experiência de governo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958a. p. 7-8.

<sup>336</sup> Zequinha Moura relatou que era prática da fábrica descontar dias em que os operários se encontravam de licença médica. Desse modo, burlava o valor real que o operário deveria receber pelo gozo de férias, pagando-se menos e reduzindo a quantidade de dias que teria direito.

<sup>337</sup> OPERÁRIOS..., 1951, p. 3.

<sup>338</sup> VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *A trajetória política de Francisco Heráclio do Rego*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014a.

modo, o poder público se constituía como um espaço de poder privilegiado para atendimento e consolidação de tais interesses, o que abria precedente para lutas entre diferentes segmentos sociais pelo predomínio político.

Essas lutas expressavam projetos de desenvolvimento econômico e reformas sociais que se alinhavam aos debates nacionais, sobretudo após o Estado Novo (1937-1945). As disputas políticas em Alagoas estavam vinculadas aos embates em torno das propostas de desenvolvimento econômico, ampliação da cidadania por meio da institucionalização de direitos sociais, constantes mobilizações de trabalhadores com uma atuação protagonista nas lutas sociais, a atuação de comunistas nos sindicatos e movimentos de trabalhadores, a força política do trabalhismo e tentativas de impedimentos da sucessão de governos alinhados aos interesses dos trabalhadores.

## **5.1 O governo Arnon de Mello (1951-1956): subterfúgios para a pacificação social**

### **5.1.1 Mapeando a cultura política, demarcando posições**

Nos anos 1940, Ismar de Góes Monteiro (1941-1945) e posteriormente Silvestre Péricles de Góes Monteiro (1947-1951)<sup>339</sup> tiveram seus governos marcados por esforços de implantação da legislação trabalhista ao mesmo tempo em que também tentavam conter os movimentos sociais em Alagoas. Provocaram insatisfações em diferentes setores da sociedade, fato que contribuía para o acirramento dos posicionamentos políticos entre grupos tradicionais que compunham velhas oligarquias e se articulavam com o empresariado fabril, e grupos defensores de reformas sociais, em que também se enquadravam militantes em nome das causas dos trabalhadores.

Esses grupos tendiam a alinhar seus posicionamentos entre social-progressistas e liberal-conservadores, configurando pertencimentos a partidos políticos distintos, embora as práticas e os discursos de seus protagonistas nem sempre deixassem claras, ou fossem fiéis aos posicionamentos dessas agremiações partidárias. Do mesmo modo, os grupos não eram necessariamente homogêneos em suas convicções ideológicas.

Nesse sentido, é necessário analisar as formas de participação política e práticas dos diferentes grupos na sociedade, possibilitando mapear em que medida representavam

---

<sup>339</sup> Para mais informações sobre esses governadores, ver Glossário no fim desta tese.

experiências singulares de um determinado segmento social ou mesmo se constituem como práticas presentes na cultura política de nossa sociedade.

No transcorrer dos anos 1950, as disputas políticas em Alagoas expressavam os embates em torno das propostas de desenvolvimento econômico, ampliação da cidadania mediante a institucionalização de direitos sociais, constantes mobilizações de trabalhadores exercendo papéis protagonistas, a atuação de comunistas nos sindicatos e movimentos de trabalhadores, a força política do trabalhismo e tentativas de impedimento da sucessão de governos alinhados a essa cultura política, e projetos de desenvolvimento econômico.

Nesse cenário, ocorreram greves, atuação de comunistas em vilas operárias e sindicatos, investigações da polícia e do Dopse de Alagoas, visando combater as possibilidades de subversão política, crise econômica e alimentícia, assassinato de deputados estaduais e prefeitos, espancamento de trabalhadores, entre outros tantos acontecimentos cotidianos como efeito das disputas sobre os rumos do país.

As diversas mobilizações de trabalhadores, com greves,<sup>340</sup> ou outras formas de reivindicação de direitos como o uso da Justiça do Trabalho, traziam como questão central a necessidade de reformas sociais para o desenvolvimento do país. Desse modo, alinhados a tais interesses, atuavam grupos social-progressistas, sobretudo, trabalhistas que tinham como representantes Getúlio Vargas e seus herdeiros políticos, como João Goulart, e Muniz Falcão em Alagoas. Estes se aproximaram dos trabalhadores e das organizações sindicais que debatiam e pleiteavam melhorias nas condições de vida, ampliação de direitos sociais, ações do governo voltadas ao controle do crescente custo de vida no país atingindo suas condições de sobrevivência e desvalorização de seus salários.

Tais posicionamentos políticos, ao defender a implementação de reformas sociais e maior controle estatal sobre a economia do país, contrariava o seguimento patronal e empresarial, assim como grupos vinculados aos interesses do capital externo no Brasil.

Contra os grupos social-progressistas, trabalhistas e comunistas, o grupo liberal-conservador aglutinava patrões, empresários industriais, grandes comerciantes, oligarquias agrárias, membros de instituições religiosas a exemplo de Igrejas Cristãs Católicas e

---

<sup>340</sup> Segundo Benjamin, além do Estado, os operários organizados se constituem como sujeito jurídico ao utilizar seu direito de greve, sendo permitida a essa categoria social o direito ao poder. Nesse caso, trata-se também de um poder com uso da violência por meio de coação e chantagem como alternativas e caminho de luta, levando o Estado e o patronato a cederem às suas reivindicações, sejam totais, sejam parciais. BENJAMIN, Walter. Crítica da violência, crítica do poder. In: \_\_\_\_\_. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1986.

Protestantes,<sup>341</sup> representantes do capital externo no Brasil, além de diversos oficiais das Forças Armadas. Entre esses, era difundido o medo do comunismo no país,<sup>342</sup> expressando-o como um subversivo<sup>343</sup> demônio vermelho contra a moral cristã,<sup>344</sup> os bons costumes, a família e a democracia. Tal medo ganhava força, sobretudo quando levadas em consideração as possibilidades de aproximação de discursos de reformas sociais no Brasil com outras experiências históricas na América Latina, a exemplo da Revolução Cubana.

Além do que o Brasil estava inserido em um mundo de polarização geopolítica no qual Estados Unidos e União Soviética rivalizavam suas preponderâncias militares e econômicas, configurando conflitos militares e políticos decorrentes da disputa entre capitalismo e comunismo. Em 1947, o governo brasileiro já havia rompido relações diplomáticas com a União Soviética, medida essa, que, durante a Presidência de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), estava vinculada à sua política de aproximação econômica com os EUA,<sup>345</sup> ao processo de pacificação social no Brasil.

Nesse alinhamento político, defendia-se a ideia de que o desenvolvimento social seria resultado das transformações econômicas geradas pela industrialização e modernização do mercado brasileiro com sua adequação ao mercado mundial. Tratava-se de uma proposta de modernização conservadora, tornando como questão central a ação estatal para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.<sup>346</sup> Apresentávamos no fim do Estado Novo uma sociedade urbana com industrialização tardia, que coexistiam com expressivas características de uma sociedade agrária.<sup>347</sup> Para superar tal quadro, defendiam a vinculação ao capital externo como medida necessária de modo a acelerar nossa modernização econômica e

---

<sup>341</sup> Sobre o protagonismo de membros de igrejas cristãs reformadas atuando no cenário político brasileiro, ver: VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014b.

<sup>342</sup> PORFÍRIO, 2009.

<sup>343</sup> O cancelamento do registro do PCB pelo Tribunal Superior Eleitoral ocorreu em 1947. Segundo um dos relatores do TSE favorável à cassação do registro do PCB, era certo que tal partido “se aproveita das dificuldades da situação econômica para acirrar os ânimos.” BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Resolução n.º 1.841*. Processo n.º 411/412 – Distrito Federal: cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil. Requerente: Honorato Himslaya Vergolino e Edmundo Barreto Pinto. Relator: Prof. Sá Pinto. Julgado em: 7 de maio de 1947. p. 8. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/view>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

<sup>344</sup> RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964*. 2. ed. Passo Fundo, RS: Ed. Universitária de Passo Fundo, 2003.

<sup>345</sup> VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3, p. 200.

<sup>346</sup> SANTOS, Josiane Soares. *Questão social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

<sup>347</sup> SALLUM JR., Brasília. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial, 1945-2000. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira: a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000.

adequar o país às tendências do capital internacional. Destacavam nesse direcionamento as vantagens de alinhamento ao bloco geopolítico liderado pelos EUA durante a Guerra Fria, seja por motivos econômicos, seja motivos militares.<sup>348</sup>

Segundo o historiador Stanley J. Stein,<sup>349</sup> os industriais têxteis, após a 2.<sup>a</sup> Guerra, partilhavam a crença de um necessário apoio governamental ao setor, concordando com a vinculação da indústria têxtil à estrutura básica do Estado. Defendiam o fomento à exportação, solicitando taxas cambiais favoráveis. As exportações consistiam em um importante recurso para a sobrevivência desse segmento industrial, proporcionando o escoamento do excedente produzido e não absorvido no mercado interno para o mercado externo. Porém, tal medida implicava outro problema. Reconheciam, a partir de 1946, que suas reservas econômicas não eram suficientes para financiar a modernização de suas fábricas com a aquisição de maquinários, uma medida necessária para aumentar a competitividade da indústria nacional no mercado internacional. Assumiam com naturalidade a necessidade de financiamento estatal pelo Banco do Brasil, fornecendo empréstimos com reduzidas taxas de juros e longo prazo para quitação.<sup>350</sup>

No governo Dutra (1946-1951), a prática do ideário liberal expandiu a abertura do mercado brasileiro, reduzindo as barreiras alfandegárias, incentivando a instalação de multinacionais no país, realizando obras de infraestrutura e fomentando a industrialização com a disponibilidade de recursos e incentivos governamentais diversos.<sup>351</sup> O próprio grupo Othon Bezerra de Mello foi beneficiário desse favorável cenário, expandindo consideravelmente sua rede de negócios têxteis e hoteleiros em Pernambuco, Rio de Janeiro, Alagoas e Minas Gerais.<sup>352</sup>

Esses diferentes projetos de sociedade expressavam não só embates internos em nossa sociedade, mas também o cenário internacional pós-guerra. O Brasil estava inserido em um mundo de polarização geopolítica, que os Estados Unidos e a União Soviética rivalizavam suas preponderâncias militares e econômicas, configurando conflitos militares e políticos decorrentes da disputa entre capitalismo e comunismo. Os Estados Unidos temiam que a América se tornasse comunista e, desse modo, passaram a articular o apoio a esses grupos

---

<sup>348</sup> VIZENTINI, 2011, v. 3.

<sup>349</sup> STEIN, 1979, p. 192-193.

<sup>350</sup> Segundo Stein (1979, p. 183), os prazos para pagamento dos empréstimos eram fixados, em média, por 10 anos com taxa de 6%. O levantamento de fundos de investimentos atestava também a fragilidade econômica dos grupos que administravam as fábricas têxteis, geralmente membros da mesma família compondo grupos de acionistas, fato esse que inviabilizava maiores capitalizações da produção. Esses grupos geralmente eram fechados, dificultando a entrada de novos acionistas de fora do núcleo familiar.

<sup>351</sup> VIZENTINI, 2011, v. 3.

<sup>352</sup> MELLO, 2012.

liberal-conservadores, inclusive financiando ditaduras militares em diversos países, sobretudo na América do Sul, entre os quais, o Brasil no início da década de 1960. Com essa relação diplomática, fortaleciam-se também acordos comerciais, abrindo as portas de nações de frágil industrialização para a atuação de grandes multinacionais. O que também atenderia aos interesses dos grupos mais liberais nos aspectos econômicos e ao mesmo tempo conservadores em relação aos rumos possíveis que as reformas sociais poderiam tomar caso estivessem sob o direcionamento de grupos social-progressistas, a exemplo dos trabalhistas e herdeiros políticos de Vargas.

Os liberal-conservadores julgavam que fosse necessário articular a entrada do capital externo por meio de multinacionais no país para potencializar o desenvolvimento econômico com a contenção dos movimentos sociais considerados subversivos à paz social e à produtividade das indústrias. Aglutinavam-se, sobretudo, na União Democrática Nacional (UDN),<sup>353</sup> usando esse partido como principal canal de sua cultura política, expressando e representando suas convicções nas disputas eleitorais e diálogo com a sociedade.

#### 5.1.2 Arnon de Mello “em nome da pacificação social”

Em 1950, os partidos políticos em Alagoas foram reagrupados, sobretudo tendo em vista as eleições de 3 de outubro desse ano. O então governador, Silvestre Pércles, rompeu com o Partido Social Democrata (PSD),<sup>354</sup> além de ter ampliado a perseguição aos comunistas e aos liberais considerados opositores e subversivos ao seu governo. Tal posicionamento provocou o isolamento do governador, inclusive se negando a receber no Palácio dos Martírios a visita de Getúlio Vargas quando candidato à Presidência em 1950.<sup>355</sup> Cada vez mais ampliava o rol de opositores a Silvestre. Esse governo foi responsabilizado pelos líderes políticos da UDN de instalar um cenário de calamidade no estado.

No dia 30 de agosto de 1950, no Clube Fênix Alagoano em Maceió, Arnon de Mello<sup>356</sup> proferiu um discurso no qual se apresentava como candidato da UDN ao governo do

---

<sup>353</sup> Era o principal partido liberal e opositor ao trabalhismo. Seu posicionamento liberal refletia suas propostas econômicas, sobretudo de abertura do país ao capital externo. Do ponto de vista das reformas sociais, apresentava-se como conservador. Em Alagoas, tratava-se de um partido cuja base era composta por grandes latifundiários, usineiros e industriais.

<sup>354</sup> Em Alagoas, esse partido aglutinava líderes que fizeram parte da máquina administrativa dos interventores durante o Estado Novo. Tentavam agrupar forças das oligarquias locais fiéis à sua posição política, sobretudo entre as elites municipais como forma de se auto sustentar eleitoralmente. Produzia um discurso conciliatório. Era um partido de centro, contando também com a participação de setores das oligarquias rurais. Nacionalmente, tinha como principal representante Eurico Gaspar Dutra.

<sup>355</sup> TENÓRIO, 2007, p. 160.

<sup>356</sup> Para mais informações sobre Arnon de Mello, ver Glossário no fim desta tese.

Estado, destacando o clima de insegurança existente em Alagoas. Nesse discurso construiu uma imagem de si como homem sensível às causas públicas. Declarou que seu comprometimento fazia com que não se esquivasse ao combate, tornando-se determinado na vitória de seus interesses como se fosse também dos alagoanos. Ressaltou a necessidade em atender às demandas dos trabalhadores: “Não esqueçamos os trabalhadores das cidades e dos campos, cujos salários precisam ser reajustados, mesmo para maior segurança da harmonia social.” Associou seu posicionamento a um cenário social alarmante, uma situação de quase penúria e dificuldades em termos de condições de vida em Alagoas, fato que justificaria ações mais enérgicas. Os fins justificariam os meios? Caso eleito, prometia que seria o governador de todos, estando seu grupo à disposição para pagar qualquer preço pela urgente pacificação do estado.<sup>357</sup> Defendia também a necessária disciplinarização da sociedade diante dos embates políticos que provocavam uma escalada da violência entre os grupos em disputa, os quais usavam os próprios meios para se defenderem ou atacarem entre si.

Arnon de Mello, liderando a chapa da UDN com o PSD e o Partido Republicano (PR), realizou intensa campanha eleitoral que durou pouco mais de um mês. Na campanha, mobilizou inovadoras estratégias de propaganda política para a época, utilizando também o *Jornal Gazeta de Alagoas*,<sup>358</sup> que era de sua propriedade e ainda hoje se mantém entre seus herdeiros. Foi uma disputa acirrada na qual lutou até contra forças religiosas. O jornal comunista *A Voz do Povo* informou que, nessa eleição, o padre Cavalcante de Oliveira, da paróquia do bairro das Graças em Maceió, orientou seus fiéis a rasgarem as chapas de Arnon, ameaçando até excomungar quem não votasse no sucessor de Silvestre Pércles,<sup>359</sup> a quem Arnon se opunha.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, em Alagoas, foi registrado o número de 99.927 votantes do total de 146.182 do eleitorado. Arnon derrotou nas urnas a chapa do PST.<sup>360</sup> Essa chapa teve como candidato ao governo do Estado, Luís Campos Teixeira, que na ocasião ocupava o cargo de prefeito de Maceió. O candidato da UDN foi eleito com 55.962 votos e seu vice com 56.265.<sup>361</sup>

Em seu discurso de posse, proferido em 31 de janeiro de 1951 na Praça Pedro II, no bairro do Centro de Maceió, Arnon de Mello declarou que “em nenhum outro Estado se

<sup>357</sup> MELLO, Arnon de. *Uma experiência de governo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958b.

<sup>358</sup> Para mais informações sobre esse periódico, ver Glossário no fim desta tese.

<sup>359</sup> MUDANÇA de patrão. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 fev. 1951, p. 4.

<sup>360</sup> Assumia um posicionamento social-progressista. Muniz Falcão, que fora delegado regional do Trabalho em Alagoas, utilizava práticas políticas trabalhistas. Ele e Silvestre Pércles eram os principais representantes do PST alagoano em 1950.

<sup>361</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos: eleições federais e estaduais: quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963*. Brasília: Departamento de Impr. Nacional, 1973. v. 7.

exerceu a violência como aqui, nestes últimos anos, sem que isso vos impedisse de expressar nas urnas a vossa vontade”.<sup>362</sup> As eleições ocorreram em um clima de insegurança, fato que motivou os juízes eleitorais a apelar para as Forças Armadas para garantir o pleito. Foi destacado o 20.º Batalhão de Caçadores.<sup>363</sup> Para o novo governador, a pacificação se tornara um problema fundamental haja vista que a violência era expressiva nas práticas e disputas políticas.

No dia 18 de fevereiro de 1951, poucos dias após a posse de Arnon de Mello, o jornal comunista *A Voz do Povo* publicou uma edição cuja primeira página noticiou o então cenário político em que o estado e o Brasil se encontravam. Recuperou o discurso de posse do então governador, no qual afirma que o povo nele voltou pela paz e segurança, mas desde sua posse, a promessa não se realizou.

Segundo os comunistas, o que se definia a partir de então eram “os campos da paz e da guerra”,<sup>364</sup> alertando para o que estava por vir durante o mandato de Arnon. Denunciaram aos seus leitores que foram alvo das forças policiais do governo, que, munidos com o aparato bélico do 20.º Batalhão de Caçadores, atacaram as instalações tipográficas do jornal comunista que se localizava na Rua do Comércio, bem próximo ao palácio do governo no bairro do Centro de Maceió. Segundo eles, a motivação do ataque governista ao jornal teria sido uma “denúncia corajosa da deserção de 50 praças do nosso exército que se recusaram seguir para a Guerra da Coréia, quando já se encontravam em Natal para este fim”.<sup>365</sup>

No ataque policial, foi efetuada a prisão de 56 pessoas, incluindo-se mulheres e crianças, embora não tenham especificado a razão dessa inclusão entre os presos. Talvez a tentativa de produção de um efeito de espetacularização da violência para sensibilizar os leitores quanto à atuação, supostamente enfurecida, daqueles que representavam o Estado. Acusaram o imperialismo e recomendaram que trabalhadores protestassem organizadamente contra os inimigos do povo. Solicitou a contribuição financeira e moral dos leitores, que, ao comprarem um exemplar do jornal, contribuiriam para que a “verdade” continuasse sendo denunciada.

No fim de sua edição do dia 18 de fevereiro de 1951, os comunistas ainda indagaram sobre a atuação de Ulisses Braga, secretário do Interior de Arnon e diretor do jornal *Gazeta de Alagoas*, quando não permitiu a publicação de um massacre que teria ocorrido no município

---

<sup>362</sup> MELLO, 1958a, p. 17-18.

<sup>363</sup> Ibid., p. 18.

<sup>364</sup> ENFURECIDOS os provocadores da guerra atacaram *A Voz do Povo*: definem-se os campos da paz e da guerra em nosso estado: o que o povo deve fazer. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 fev. 1951, p. 1.

<sup>365</sup> Ibid.

de São Miguel dos Campos. “O que há com o governo Arnon que não permite seja o fato noticiado? Teria nova onda de crimes recomeçado no Estado? É o lobo comendo lobo.”<sup>366</sup> Embora os comunistas tenham relatado esse fato, não dispuseram informações sobre as razões e circunstâncias em que ocorreram. A intenção dos comunistas, ao que parece, era destacar a continuidade da violência e tentativa do então novo governo em ocultá-la, uma vez que seu discurso político era o da pacificação e segurança.

### 5.1.3 “Império da violência e governo policial?”

Na provável última semana do mês de fevereiro de 1951, poucos dias após a posse de Arnon de Mello, numerosas prisões já tinham sido feitas por belinguis<sup>367</sup> e soldados da Polícia Militar em diversas áreas de Maceió. No bairro do Bom Parto onde era localizada a vila operária da Fábrica Alexandria, foram realizados “comandos” de casa em casa para averiguar a ocorrência da venda e divulgação do jornal comunista *A Voz do Povo*. Os operários dessa localidade organizaram uma patrulha de vigilância para alertar e evitar os efeitos das ações policiais ali praticadas, o que também possibilitaria a venda de exemplares do jornal.

Noticiava-se<sup>368</sup> o tenso clima em face das ações policiais. Em fevereiro, houve a continuidade das prisões em diversos bairros na capital alagoana. Provavelmente uma tentativa de limpeza política perseguindo comunistas e subversivos, sobretudo nas vilas operárias. Fernão Velho, naquele momento, estava novamente sendo alvo das atenções da

<sup>366</sup> SÃO dois bandos. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 fev. 1951, p. 4.

<sup>367</sup> Funcionário de repartição pública que geralmente atuava em fóruns e instâncias hierárquicas menores da Justiça, agindo para cumprimento de mandados de prisão.

<sup>368</sup> A produção dessa narrativa que recupera esse acontecimento foi possível por meio de uma das edições do Jornal *A Voz do Povo*. Trata-se de um exemplar incompleto, sem a primeira e última página, com ausência de informações sobre seu editorial ou identificação da data de sua publicação. Dessa edição, restaram duas páginas, a segunda e a terceira que compunham o miolo do jornal normalmente era composto por 4 páginas. As que restaram se encontram rasgadas na parte superior central, faltando-lhe um pedaço. Esse detalhe ausente era um dos locais onde era impressa a data da publicação da edição. Esse exemplar encontra-se digitalizado e disponível em DVD no Arquivo Público de Alagoas, compondo a coleção de fontes do projeto de pesquisa histórica intitulada *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária têxtil residentes no bairro de Fernão Velho*. A provável datação da publicação dessa edição é o mês de março ou abril de 1951. Os indícios que me levam a essa constatação estão nas informações e matérias presentes nas próprias páginas restantes com as notícias nelas impressas. Uma dessas trata sobre os lucros totais da produção açucareira e preço do açúcar em 1951, citando Arnon de Mello como governador. Nessa mesma página, há também a seguinte propaganda: “Aguardem a liquidação total de tecidos de algodão de ‘a Preferida’ a começar do dia 1º de março próximo.” Na terceira página, como indicio de data, há uma seção identificada como “Cartas ao Povo: eles querem a terceira guerra”, datada de 9 de março de 1951. Por fim, atendo-me à reportagem da terceira página intitulada “Definição em favor da guerra” onde relatam: “O demagogo Arnon de Melo, cujo servilismo ao imperialismo americano é posto em evidência, com apenas um mês de governo.”

polícia, a exemplo dos comandos como forma de abordagem no Bom Parto e empastelamento da sede do jornal comunista, averiguando subversão e realizando prisões.

O território fabril dos Othon tornava-se um problema político para o governo e os próprios empresários. Era o maior reduto operário em Maceió, tornando-se também foco de ação dos comunistas. Mesmo se tratando de um território privado, inclusive contando com um corpo de capangas armados mantido pela Fábrica para a permanente vigia, a tentativa de manter a segurança mobilizava ainda forças policiais do Estado. Havia uma delegacia de polícia na Vila Operária, localizada, estrategicamente, próxima à estação de trem, sede do Sindicato e Fábrica. O próprio subdelegado morava em Fernão Velho.

Em uma dessas ações que visavam à dita manutenção da paz e segurança, conforme Arnon de Mello professara em seus discursos eleitorais, operários foram abordados<sup>369</sup> em Fernão Velho e em seguida tomados como alvo de tentativa de prisão pelo destacamento policial ali sediado.

Naquele início de 1951, já haviam ocorrido episódios de enfrentamento e tensão em Fernão Velho. Em janeiro, realizou-se um comício-relâmpago em que os comunistas mobilizaram, em frente à Fábrica, a eleição de delegados operários para participarem do I Congresso Sindical de Alagoas.<sup>370</sup> Esse acontecimento culminou na luta corporal entre comunistas e policiais, ocasionando prisões.

Dessa vez, a abordagem policial ocorreu contra um grupo de operários que se organizavam provavelmente para irem ao Congresso Sindical; talvez os delegados escolhidos na campanha dos comunistas em janeiro daquele ano. Foi dada ordem de prisão aos operários. O motivo da acusação que justificasse essa ordem não foi informado.

Durante essa abordagem policial, os operários resistiram. Tentaram burlar a ação policial. Subiram às pressas em um ônibus e partiram em fuga pela ladeira que dava acesso a Fernão Velho. Os gerentes da Fábrica de imediato se comunicaram com o Batalhão de Polícia localizado na delegacia do Tabuleiro dos Martins, próximo a Fernão Velho. Solicitavam reforços para assegurar a realização das prisões ou mesmo reestabelecer à paz diante de um iminente confronto nesse território fabril.

Quando os operários seguiram no ônibus, foram perseguidos por uma pequena volante da polícia que saiu de Fernão Velho, alcançando-os no meio da estreita ladeira. Os operários

---

<sup>369</sup> É plausível imaginar se esses operários possivelmente foram os delegados escolhidos para participarem do I Congresso Sindical de Alagoas. Porém, em virtude das condições de integridade material do exemplar do jornal *A Voz do Povo* que possibilita recuperar esse acontecimento, onde faltam páginas e traz apenas um fragmento da notícia, não é possível identificar os operários.

<sup>370</sup> Esse episódio foi narrado no fim do capítulo 4 desta tese.

foram forçados a parar. Os policiais armados com fuzis ao punho intimidaram os operários. Segundo o jornal *A Voz do Povo*, as armas teriam sido adquiridos através do administrador da Fábrica. Os policiais ordenaram que descessem do ônibus para serem presos. Os operários, então receosos, ficaram relutantes em atender à ordem imediata, talvez por medo do que poderia suceder ou mesmo como ato de resistência. Entre os passageiros, havia muitas crianças e mulheres, que, diante da ameaça armada que sofriam, protestaram, gritaram, e choraram.

Os policiais do lado de fora do coletivo continuavam com as ameaças, cogitando usar as armas caso a ordem de prisão não fosse atendida por “espontânea vontade” dos operários. Certos de que seriam presos, os operários permaneceram no ônibus, recusando-se a descer, possivelmente se sentindo ali protegidos contra os policiais. O motorista então tomou partido. Acionou novamente o ônibus e o colocou em movimento de modo a se dirigir para Maceió, continuando a fuga e deixando aqueles policiais para trás.

Contudo, logo mais foram novamente alcançados e forçados a parar. Dessa vez por um contingente maior de policiais sobre um caminhão; possivelmente, o reforço solicitado pela Fábrica. Nessa nova abordagem, ninguém desceu do ônibus. A estratégia foi outra. O motorista foi forçado a continuar dirigindo, porém tendo como destino a 1.<sup>a</sup> Delegacia da capital. Em frente dela os operários desceram um por um escoltados pelos policiais. O transporte que possibilitaria a fuga e protegeria os operários contra os fuzis foi transformado em camburão. Foram todos presos!

Restaram as memórias de protestos na cidade, a exemplo do que os comunistas qualificaram como “novos crimes da polícia”. Esse acontecimento denunciado na *Voz do Povo* caracterizava o que chamavam de “governo policial” como expressão da continuidade de um “Império da Violência”<sup>371</sup> em Alagoas. Ou mesmo uma prática na cultura política que passou a ser constantemente denunciada naquele periódico.

O governo também contra-atacava mobilizando a opinião pública. Em maio desse mesmo ano, após as festividades do Dia do Trabalho, o governo do Estado publicou no *Diário Oficial* uma notícia pela qual a presidência de diversos sindicatos assinou moção de apoio ao governador Arnon de Mello, atestando que a violência praticada pelo estado era uma inverdade. Anísio Rodrigues, presidente do Sindicato em Fernão Velho, assinou a moção. Ao lado dessa notícia, foi também publicado um discurso do governador. Nele relatou que o povo

---

<sup>371</sup> DEFINIÇÃO em favor da guerra. *A Voz do Povo*, Maceió, mar. 1951.

tinha medo da polícia, mas seu trabalho de pacificação e o da própria polícia tinha como objetivo assegurar a ordem, a liberdade e os direitos de todos os cidadãos.<sup>372</sup>

Tentativas de mobilização da opinião pública, denúncias em jornais, comícios, vigia e prisões eram práticas correntes nos embates políticos, o que gerava também uma guerra discursiva. Persistia entre o então governo estadual, com suas forças policiais, grupos empresariais e conservadores, a desqualificação dos comunistas e operários mobilizados em suas causas, conforme se pode perceber no relato de uma testemunha no Processo da Junta de Conciliação e Julgamento - JCJ n.º 87/51. Nele foi relatado que um dos comunistas presos em Fernão Velho durante o comício-relâmpago em janeiro daquele ano reuniu-se em frente a uma barbearia com operários. Levantou sua camisa e mostrou aos demais presentes as marcas da surra que lhe fora aplicada pelos policiais quando estava preso. Operários e comunistas solidários a ideais de ampliação de direitos sociais e trabalhistas, e melhores condições de vida e trabalho eram considerados personagens subversivos à ordem e à paz.

O próprio Zequinha Moura já destacara como eram qualificados pela Fábrica. Eram inclusos no mesmo rol de ladrões e viciados, sendo considerados perigosos à ordem. Embora a liberdade de expressão e credo fosse um pressuposto democrático naquele presente, assumir discursos e causas sociais para os trabalhadores constituía situação de periculosidade e subversão passível de repressão e/ou judicialização.

## 5.2 A Justiça do Trabalho entra em cena

Esse cenário político de disputas entre grupos social-progressistas, trabalhistas, comunistas e liberal-conservadores repercutiu durante todo o Período Democrático no Brasil (1945-1964), acirrando os conflitos decorrentes das contradições entre capital e trabalho. O Estado buscava efetivar um controle sobre o mercado de trabalho, anulando a atuação e influência de sindicatos livres e autônomos, e, ao mesmo tempo, institucionalizava uma rede de poder e controle sobre os trabalhadores e tensões no mundo do trabalho.<sup>373</sup> Com a institucionalização das Leis do Trabalho e da própria Justiça do Trabalho durante o Estado Novo, as tensões sociais e lutas por direitos também passaram a ocorrer no âmbito jurídico. A Justiça Trabalhista, por meio da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) e Delegacia do Trabalho atuando nas cidades, tornava-se uma instância, entre outras, de mediação e

<sup>372</sup> PRESIDENTES em entidades sindicais contestam falsas acusações ao governo do Estado. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 15 maio 1951.

<sup>373</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. Vargas: o entardecer da memória. In: \_\_\_\_\_. *História oral e memória*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 100.

conciliação entre as partes conflitantes. A JCJ era composta por um juiz e representantes patronais e trabalhistas, visando ao equilíbrio de forças nas conciliações. No entanto, em instâncias após a fase de conciliação, quando esta não ocorria, a Justiça Trabalhista também tinha poder de arbítrio na resolução dessas tensões na esfera jurídico-legal. Atendia tanto aos interesses dos trabalhadores urbanos, sendo considerada paternalista, como também era procurada pelo segmento patronal no intuito de legitimar legalmente seus interesses.

Assim, torna-se plausível considerarmos o funcionamento da Justiça do Trabalho e as respectivas juntas de conciliação como dispositivos de caráter paradoxal na época em tela. Ou mesmo como uma “força de lei”<sup>374</sup> que nasceu como resultado de uma manobra política do Estado Novo. Força que se refere aos decretos que o Executivo, na condição de “uma democracia autoritária”,<sup>375</sup> promulgou. Embora os decretos não sejam formalmente leis, eles adquirem esse status em virtude de sua força como expressão do Executivo na gestão de sua sociedade, ou mesmo “bando”, como diria Giorgio Agamben. Para este filósofo, trata-se de uma forma de poder e força que une a vida nua – o viver comum a todo ser - ao poder soberano que governa e condiciona as normas permitindo até sacrificar a vida.<sup>376</sup>

A partir do Estado Novo, ao mesmo tempo em que abria espaço para maior participação política dos trabalhadores, também criava condições para regulá-los. Desse modo, o arcabouço jurídico-político do trabalho tinha múltiplas facetas, constituindo-se uma estratégia de governamentalidade. O que para o filósofo Michel Foucault consiste no governo das coisas, ou seja, da relação entre homens e seus territórios, recursos de subsistência, fronteiras, fertilidade, costumes, formas de agir e pensar, infortúnios diversos, entre outras coisas que constituem a vida da população.<sup>377</sup>

Desse modo, a legislação trabalhista poderia amparar o trabalhador que sofresse os danos oriundos de suas relações de trabalho, ou ainda assegurar a existência de direitos sociais no âmbito das relações de trabalho embora nem sempre eles se efetivassem. Atuava também como mecanismo disciplinador das lutas deslocando as causas coletivas para causas individuais, o que, de certa maneira, desmobilizava as lutas coletivas afirmando serem

---

<sup>374</sup> Segundo o filósofo Jacques Derrida, a ideia de força de lei remete ao exercício de um poder que vem do interior de sua aplicabilidade na sociedade, em que “o direito é sempre uma força autorizada, uma força que se justifica ou que tem aplicação justificada, mesmo que essa justificativa possa ser julgada, por outro lado, injusta ou injustificável. Não há direito sem força”. DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2010. p. 7-8.

<sup>375</sup> GOMES, Angela de Castro. *Olhando para dentro, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 31. (Coleção História do Brasil Nação, 1808-2010, v. 4).

<sup>376</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010. Ver Parte 2 (Homo sacer) capítulo 6, O bando e o lobo.

<sup>377</sup> FOUCAULT, 1985b.

desnecessárias as greves e outras formas de conflito direto, o que, consideravelmente, atendia aos interesses patronais. Produzia outro campo de embate, sendo esse o da Justiça e Direito, materializando-se por meio dos processos trabalhistas, reclamações nas Delegacias do Trabalho e JCJ, dissídios coletivos, inquéritos, entre os diversos aparatos jurídicos.

Segundo o historiador Antônio Torres Montenegro,<sup>378</sup> estudar essa trama histórica, social e jurídica, presente em processos judiciais, possibilita a visualização da complexidade e dificuldades presentes nas negociações de cunho trabalhista. Além de que suscita novo debate acerca das formas de violência existentes nas relações entre patrão e empregado, sobre as pressões e lutas de trabalhadores por melhores condições de vida, sobre a atuação do Estado e seus mecanismos de intervenção nos conflitos, e o acirramento das demandas por efetivação e ampliação dos direitos.

Na cultura política desse período,<sup>379</sup> tornava-se também uma forma de violência<sup>380</sup> quando usada como instrumento de criminalização de trabalhadores. A Justiça do Trabalho poderia legitimar o interesse na demissão de trabalhadores, que, diante da comprovada adjetivação do trabalhador como comunista ou praticante de ações subversivas, poderia ser passível de dispensa com perda do direito à estabilidade no emprego. A atitude questionadora de direitos e diálogo com seus companheiros de trabalho sobre questões políticas e condições de vida também poderia ser suficiente para considerá-lo um comunista.

Enquadrava-se esse tipo de trabalhador como subversivo, como personagem perigoso e passível de criminalização. “O criminoso é aquele que danifica, perturba a sociedade. O criminoso é o inimigo social. [...] é aquele que rompeu o pacto social.”<sup>381</sup> Muito embora esse mesmo pacto social, supostamente rompido, não necessariamente atendesse e/ou considerasse suas demandas. Produzia-se, portanto, uma periculosidade atribuída àqueles que questionavam seus direitos, sendo essa uma produção social e discursiva cujo efeito de poder visava capturá-lo nas teias da lei e da Justiça como dispositivos de governamentalidade,

---

<sup>378</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil-militar. In: GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua história*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2013b. p. 303-347.

<sup>379</sup> BERSTEIN, 2009.

<sup>380</sup> Segundo a filósofa Marilena Chauí, ao contrário dos mitos que afirmam ser o Brasil um país ordeiro, pacífico, e cordial, a violência não fica circunscrita apenas a campos específicos entre os quais: a delinquência e criminalidade, a epidemia social diante das desigualdades, o poder policial autorizado a sacrificar a vida em nome da proteção da ordem, mecanismos de inversão do real quando se defendem valores tradicionais por meio de sua dissimulação e ocasionalidade do fortuito. Em todos esses campos, a violência não consiste em uma anomia social. Ela está imbricada nas relações de poder. CHAUI, Marilena. *Cultura política e política cultural*. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995. p.73.

<sup>381</sup> FOUCAULT, Michel. Conferência 4. In: \_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2012a. p. 81.

tentando-se anular os efeitos da sua contradisciplina e resistência ao jugo dos patrões e desígnios capitalistas, tentando-se, assim, restituir a disciplina.

Além da ocorrência dos embates entre estratégias disciplinadoras como prisões e espancamentos de trabalhadores, e táticas de resistência como greves e comícios, a luta política era travada na Justiça do Trabalho. No primeiro semestre de 1951, alguns processos trabalhistas envolvendo operários de Fernão Velho foram instalados na JCJ de Maceió.

### 5.3 A judicialização das lutas políticas

Em 21 de fevereiro de 1951, Avelino Francisco da Silva, após sete anos e três meses de serviços no setor da Carda na Fábrica Carmen, foi demitido sem justa causa. Esse fato culminou na abertura de um processo trabalhista<sup>382</sup> por meio da reclamação que o operário, naquele momento desempregado, fez na Junta de Conciliação e Julgamento da 6.<sup>a</sup> Região sediada em Maceió. A reclamação foi feita no mesmo dia em que recebeu sua rescisão de contrato trabalhista. Trata-se de um processo composto por 58 páginas, que mobilizou seis testemunhas, além do Dopse/AL para comprovação ou não do perigo que o operário representaria à ordem e produtividade na Fábrica. O operário reclamava o pagamento referente a férias, aviso prévio e uma indenização por sua demissão.

Após a reclamação de Avelino, no mês seguinte, dia 17 de março de 1951, Gerson Lopes, advogado representando a Fábrica Carmen, requereu na JCJ a instalação de um inquérito administrativo contra uma de suas operárias.<sup>383</sup> A Justiça do Trabalho, após ter acatado o requerimento, iniciou o processo trabalhista de n.º 109/51,<sup>384</sup> composto por 80 páginas e movido contra a operária Elizabete Silva.

Admitida em 11 de junho de 1936, Elizabete exerceu a função de tecelã até o dia 23 de fevereiro de 1951, quando foi suspensa<sup>385</sup> de suas atividades laborais pelos gestores. A Fábrica informou ter sido obrigada a tomar tal atitude em razão da conduta subversiva da operária e também de seu marido, Avelino Francisco da Silva. Segundo informava o

<sup>382</sup> Processo JCJ n.º 87/51, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.<sup>a</sup> Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>383</sup> Segundo Michel Foucault, o inquérito no funcionamento da Justiça é uma determinada maneira de exercício de relações de poder, capaz de produzir verdade e saber. FOUCAULT, Michel. Conferência 3. In: \_\_\_\_\_. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2012b. p.73-78.

<sup>384</sup> Processo JCJ n.º 109/51, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.<sup>a</sup> Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>385</sup> Seguindo o trâmite legal previsto no artigo n.º 494 da CLT – Decreto-Lei n.º 4.452 –, de 1.º de maio de 1943, a suspensão do empregado em caso de falta grave era legalmente permitida, porém a rescisão de seu contrato de trabalho somente poderia ocorrer após a realização de um inquérito que comprovasse a procedência da acusação sobre a falta.

advogado Gerson Lopes,<sup>386</sup> ambos eram filiados ao então extinto Partido Comunista. A Fábrica anexou ao processo uma certidão do Dopse/AL, o qual atestou: “Os referidos nomes encontrados são de operários que trabalham na Fábrica Carmen (Fernão Velho) e nas mesmas fichas está ‘esclarecido’ que os operários em questão se dedicam à propaganda do credo vermelho.”<sup>387</sup>

Nesse documento, a confirmação com uso do termo “esclarecido” atestava a suposta periculosidade dos operários. Elizabete exercia sua militância na vila operária de Fernão Velho, como afirma a Fábrica, no local e hora de seu expediente de trabalho. Segundo a argumentação do advogado Gerson Lopes, a operária “vinha concitando os seus companheiros de trabalho à greve, à queda de produção, à desordem, à anarquia, ao desrespeito aos superiores hierárquicos, enfim, agindo em obediência à orientação totalitária esquerdista que recebia e recebe”.<sup>388</sup>

No caso de Avelino, a razão da demissão teria sido pelo fato de ter ideias extremistas, ser membro do Comitê Comunista em Fernão Velho e ainda receber seu grupo político composto por comunistas em sua residência,<sup>389</sup> que também funcionava como uma barbearia. Uma situação já denunciada por Antônio Ricardo, o fiscal-vigia da Fábrica Carmen. Sobre a visita de comunistas, possivelmente o advogado se referia aos combatentes que organizaram o comício-relâmpago no fim do mês de janeiro de 1951.

Uma das provas dessa orientação e atuação dos acusados seria o atestado do Dopse/AL apresentado pelo advogado patronal, no qual o órgão policial confirmava em seus registros a atuação comunista, além da posse de uma edição do jornal comunista *A Voz do Povo* anexada ao processo de Elizabete.<sup>390</sup>

A acusação contra a tecelã seguia a mesma justificativa de demissão de seu marido. O casal teria feito de sua residência, uma das casas pertencentes à Fábrica e

---

<sup>386</sup> Requerimento do advogado Gerson Lopes ao Exm<sup>o</sup> Snr Doutor Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió. Processo JCJ n.º 109/51, p. 3, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>387</sup> Processo JCJ n.º 109/51, p. 6, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>388</sup> Requerimento do advogado Gerson Lopes ao Exm<sup>o</sup> Snr Doutor Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió. Processo JCJ n.º 109/51, p. 3, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>389</sup> Ata de instrução e julgamento da reclamação realizada em audiência de 19 de abril de 1951. Processo JCJ n.º 87/51, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>390</sup> Trata-se da edição de 4 de março de 1951, na qual foi noticiada a tentativa de greve contra o desconto dos dois dias parados por ordem do gerente durante o carnaval. Essa edição foi encontrada somente no acervo do Memorial Pontes de Miranda por estar anexa ao processo. No Arquivo Público de Alagoas, não encontrei exemplares anteriores ao início da década de 1950.

cedida para moradia, um local de reuniões de comunistas de diversas outras localidades,<sup>391</sup> “tornando seu lar uma verdadeira célula de ligação extremista”.<sup>392</sup> A Fábrica considerava tal prática uma ofensa contra sua honra, incorrendo em grave falta e ferindo os princípios morais e familiares sustentados pelo Grupo Othon. Fortalecia a acusação munindo-se da documentação emitida pelo Dopse/AL anexada ao processo de Avelino, asseverando que “de modo subterrâneo ainda existia em Fernão Velho o Comitê do Partido Comunista”.<sup>393</sup>

No artigo 482 do Decreto-Lei n.º 4.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), as reuniões ditas subversivas não constam na relação de faltas passíveis de demissão por justa causa. A suposta periculosidade do casal, portanto, designava a forma como a Fábrica entendia seu comportamento e o que ele representava para seus desígnios disciplinadores. O que torna plausível a análise do filósofo Michel Foucault quando afirma que a periculosidade dos ditos subversivos “significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam”.<sup>394</sup> Até então, Elizabete e Avelino não eram julgados diretamente por atos infracionais, mas por seu comportamento e suas virtudes. Muito embora “ser comunista” não representasse necessariamente uma contravenção.

Cabe então destacar algumas faltas previstas na lei que podem ter sido levadas em consideração pela Fábrica para enquadrar a conduta e virtudes de Elizabete e seu marido: incontinência de conduta ou mau procedimento, ato de indisciplina ou de insubordinação, ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.<sup>395</sup> Todos esses atos justificaria a rescisão contratual mesmo quando o trabalhador já tivesse o direito à estabilidade.

Embora a suposta realização de reuniões comunistas na residência desse casal de operários pudesse ser considerada um mau procedimento, há indícios no processo de

---

<sup>391</sup> O advogado Gerson Lopes respalda sua acusação nos artigos 492 a 494 e 853 da Consolidação das Leis do Trabalho. Requerimento do advogado Gerson Lopes ao Exmº Snr Doutor Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió. Processo JCJ n.º 109/51, p. 3, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>392</sup> Ibid.

<sup>393</sup> Ata de instrução e julgamento da reclamação realizada em audiência de 19 de abril de 1951. Processo JCJ n.º 87/51, p. 9, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>394</sup> FOUCAULT, Michel. Conferência 4. In: **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2012a, p. 85.

<sup>395</sup> BRASIL, 1943, art. 482.

Elizabete de que a questão maior considerada como ato lesivo contra a Fábrica parece ter sido as mobilizações comunistas e a tentativa de greve no início daquele ano em Fernão Velho. Além disso, teria sido comprovada pelo Dopse/AL a vinculação do casal ao PCB. Desse modo, para a Fábrica Carmen, “de modo subterrâneo ainda existia em Fernão Velho o comitê do Partido Comunista”. O subterrâneo, nesse caso, expressa tentativa de qualificação de algo ilegal e subversivo à ordem, além do repúdio aos comunistas e operários que encampavam lutas por direitos. Ao mesmo tempo, o subterrâneo também indicava as táticas de resistência dos operários e comunistas, atuando muitas vezes na surdina, mobilizando sem querer chamar atenção dos patrões, muito embora nos comícios e greves a intenção não fosse necessariamente esta, mas tornar pública sua pauta política. Nesses casos, a Fábrica Carmen que de todos “cuidava-disciplinava” como membro de uma mesma família abandonava à Justiça e à própria sorte aqueles considerados subversivos, optando pelo expurgo.

### 5.3.1 A busca por novas provas de subversão e o revés da defesa

Depois de transcorridos comícios, lutas corpo a corpo entre policiais e comunistas, resistência de operários à prisão e tentativa de greve, todos esses acontecimentos contemporâneos em Fernão Velho, o casal Avelino e Elizabete parecia ter sido tomado pela Fábrica como bodes expiatórios. Serviam de exemplo das sanções e vingança<sup>396</sup> dos patrões àqueles que ousassem a contradisciplina. Essa era passível de criminalização. A JCJ acolheu a solicitação de inquérito contra Elizabete. Teve peso o resultado da comunicação com o Dopse/AL, o qual comprovou que o casal era fichado como comunistas nesse órgão, o que não significava necessariamente que fossem.

Foi também solicitada pela Fábrica Carmen à Delegacia de Polícia de Fernão Velho que o subdelegado, naquele momento o Cabo Carlos Alves de Oliveira, investigasse e certificasse se o casal promovia em sua residência as citadas reuniões, recebendo comunistas. Ao subdelegado foram requisitadas provas de que os trabalhadores divulgavam ideias

---

<sup>396</sup> Segundo Michel Foucault, a vingança é uma das formas mais antigas do direito no mundo ocidental. A Justiça, portanto, torna-se uma prática regulamentada de vingança institucionalizada contra um dano causado por outrem. Desse modo, o Direito é também uma forma de guerra capaz de reparar danos, mas também aberta ao acordo entre partes litigantes que recorrem a um árbitro na busca da paz. Porém, no Ocidente, o Poder Judiciário, ao ser institucionalizado, substitui a ideia de dano por infração, deslocando as causas individuais e privadas para o público, o que significa afirmar que, em litígios judiciais, busca-se também reparar a sociedade, o Estado e o próprio direito. FOUCAULT, 2012b.

subversivas e consideradas totalitárias entre os operários locais.<sup>397</sup> O agente policial respondeu ter conhecimento dessas práticas em Fernão Velho e, prontamente, atestou que os dois operários “promovem reuniões de caráter subversivo, recebendo, costumeiramente, em sua casa, comunistas também fichados, promovendo por entre o operariado desta localidade a propaganda e divulgação de ideias subversivas e totalitárias”.<sup>398</sup> Essa comprovação não foi resultado de uma investigação, mas parece ter sido produzida pela opinião do agente policial.

Diante da solicitação da Fábrica e das provas apresentadas inicialmente, na manhã de 25 de abril de 1951, às 9 horas, na sede da JCJ, localizada na Rua do Comércio no bairro do Centro de Maceió, o suplente de juiz do trabalho, Pedro Barbosa Júnior, iniciou a primeira audiência conciliatória do caso Elizabete. Como vogais, Álvaro Oliveira representava o segmento patronal e Apparicio Ramalho Oliveira, os empregados. Compareceram também o advogado Gerson Lopes, representando a fábrica, e Elizabete, acompanhada de seu advogado, Milton Ramires, que já havia representado os operários tentando solução para o caso do desconto dos dias parados durante o carnaval.

Dispensada a leitura inicial do inquérito, o juiz concedeu primeiramente a palavra a Elizabete, cujo testemunho no processo foi representado da seguinte forma:

Preliminarmente o presente inquérito administrativo é, nada mais nada menos, um amontoado de injustiça, de iniquidade ignominiosa e de inverdades [...], cuja decisão final servirá de prêmio aos interesses inconfessáveis da requerente [a Fábrica]. Fundamenta-se o presente inquérito, com insinuações presumidas, de faltas cometidas pela requerida na prática de atos de ideologias esquerdistas, querendo com as suas presunções justificar que o ato da requerente foi trazido para o interesse e boa marcha da indústria, a ponto de ameaçar por insinuação da requerida a queda da sua produção e mais outro fato deste jaez, inclusive a prática da propaganda do credo vermelho, não só dentro da Fábrica Carmen de propriedade da requerente, como também dentro da vila operária de propriedade da mesma.<sup>399</sup>

---

<sup>397</sup> Requerimento da Othon Bezerra de Mello Fiação e Tecelagem S.A. ao Ilmo. Snr Sub. Delegado de Polícia do Distrito de Fernão Velho, Processo JCJ n.º 109/51, p. 8, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>398</sup> Carlos Alves de Oliveira. Certifico que... Processo JCJ n.º 109/51, p. 9, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>399</sup> Ata de instrução e julgamento da reclamação realizada em audiência de 25 de abril de 1951. Processo JCJ n.º 109/51, p. 10, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

Embora a representação dos argumentos de Elizabete seja marcada por uma linguagem jurídica resultado de possíveis filtros na elaboração dos autos processuais, podemos perceber o estreitamento entre as questões trabalhistas e políticas. A queda da produtividade era supostamente atribuída à militância dentro da Fábrica Carmen e sua Vila Operária. Esses eram reconhecidos pela operária como espaços privados, o que demonstra sua leitura política acerca do litígio em que estava envolvida. Litígio gerado por uma demanda política e se consubstanciava na mediação do campo do direito trabalhista. Disputava-se o direito de demitir e manter o emprego, e tudo que este representava como vantagens para a família da operária. Contra a boa marcha da indústria, qualquer ato de insubordinação e indisciplina, caracterizando subversão comunista, seria uma verdadeira afronta à honra dos interesses patronais. A operária sustentou em sua defesa que as acusações contra ela eram insinuações e inverdades, portanto, injustiça.

A comprovada filiação comunista de Elizabete e seu marido seria o incômodo maior aos interesses patronais em seu território fabril, pois a postura ideológica desses operários possibilitaria a permanente crítica política às condições de vida e trabalho de si e de seus companheiros de profissão, organizando o movimento operário. O casal colaborava para manter ativa a luta por direitos sem, contudo, incidirem necessariamente em ato lesivo contra a ordem, constituindo crime. Mas pesava contra eles a acusação de facilitarem o trânsito de outros comunistas em Fernão Velho, a exemplo da realização do comício-relâmpago elegendo delegados para I Congresso Sindical de Alagoas.<sup>400</sup> Ou ainda, supostamente realizavam constantes reuniões em sua casa, julgado pela Fábrica como ato de instalação de uma sede de comitê ou célula comunista conforme confirmado pelos órgãos policiais e repressivos mediante sua documentação apresentada nos processos.<sup>401</sup> Ainda tentando criminalizar o casal comunista, a Fábrica mobilizou as mesmas testemunhas em ambos os processos, de Elizabete e Avelino.

Auleto Pedro de Lima, com 27 anos de idade, trabalhava como pintor na área externa. Ao depor no processo de Elizabete, declarou que, quando prestava serviço de manutenção na

---

<sup>400</sup> O comício em Fernão Velho realizou-se em janeiro e contou com atores protagonistas do comunismo em Alagoas, a exemplo de Jaime Miranda, que foi preso após sua realização. Em outro momento do governo Arnon, Jaime foi novamente preso, porém mantido em reclusão por um período maior.

<sup>401</sup> Nesse caso, refiro-me a três documentos: 1) Delegacia de Ordem Política e Social, Alagoas. Informação, p. 2. Maceió, 18 de dezembro de 1950. Doc. Estados 02 – Alagoas, cx. 605 fl. 25. Disponível em: <<http://jaymemiranda.org/documentos/>>. Acesso em: 19 maio 2015. 2) DOPS. Certidão. Processo JCJ n.º 109/51, p. 6, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região. 3) Carlos Alves de Oliveira. Certifico que... Processo JCJ n.º 109/51, p. 9, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

casa da operária-tecelã, ela o convidara para fazer parte do PCB. Confirmou a distribuição de boletins e circulação do abaixo-assinado solicitando aumento salarial. Afirmou funcionar na casa da acusada, uma barbearia, o que poderia assegurar a recepção de várias pessoas. Testemunhou os atritos entre os comunistas e a polícia noticiados no jornal *A Voz do Povo* quando trabalhadores foram presos e conduzidos para Maceió. Encontrava-se em um local com vista privilegiada para esse acontecimento quando subia a Ladeira da Pedra, que era a antiga estrada de acesso e saída de Fernão Velho. Foi testemunha da realização de comícios comunistas e a repressão por parte dos policiais.

Djalma Mendes de Olanda foi outra testemunha mobilizada pela Fábrica contra a operária. Era casado, tinha 28 anos de idade e trabalhava na empresa havia mais ou menos onze meses atuando em serviços externos, organizando folha de pagamento e ponto. Trabalhava das 6 às 18 horas. Ao depor no processo, afirmou que Elizabete andava com um requerimento dirigido ao governador solicitando aumento, e instigando os operários a trabalhar somente quando recebessem esse aumento. Confirmou que o marido dela, Avelino, era barbeiro e chefe dos comunistas em Fernão Velho. Declarou que foi convidado por ele a ingressar no partido. Delatou a distribuição dos boletins e reforçou o fato de Elizabete realmente ser comunista, pois o cunhado da testemunha, um policial, teria participado dos incidentes de dias atrás naquele ano.

Desse modo, além da repressão policial, a demissão de Elizabete e seu marido Avelino poderia ser uma medida jurídica e legal para legitimar o expurgo de subversivos. No entanto, essas duas primeiras testemunhas em favor da Fábrica trabalhavam havia pouco tempo naquele território fabril. O que torna plausível questionar se realmente conheciam o casal e suas trajetórias no trabalho e vida operária. Talvez estivessem as testemunhas submissas à disciplina, testemunhando em favor da Fábrica para manter seu emprego. Ambos eram jovens, com idade inferior a 30 anos.

Essa situação não significava a existência de uma disciplina absoluta. Ao contrário, a resistência à disciplina ocorria simultaneamente às estratégias da Fábrica. Os comunistas atuavam em Fernão Velho, e os operários, independentemente de seu credo político, resistiam. Como medida extrema da Fábrica diante dessas resistências, utilizava-se o recurso da demissão daqueles que considerasse subversivos e indesejáveis, mesmo que fossem todos os membros adultos de uma mesma família, o que obrigaria esses operários a devolver a casa onde moravam. No caso de Elizabete e Avelino, essa estratégia pode ser compreendida como tentativa de fechar uma suposta sede de célula comunista em Fernão Velho. A dispensa desses

operários também serviria de exemplo das sanções possíveis para os demais operários que se insurgissem, deixando-os visados conforme já lembrava Zequinha Moura.

Porém, para a demissão de Elizabete, seria necessária a autorização da Justiça Trabalhista, levando-se em consideração as supostas faltas graves cometidas pela tecelã. Ela, ao contrário do marido, já conquistara o direito à estabilidade funcional no emprego, pois possuía formalizado em sua Carteira de Trabalho, mais de dez anos de trabalho ininterrupto na Fábrica Carmen.<sup>402</sup> Somente com a instalação de uma reclamação trabalhista dos patrões na JCT solicitando inquérito investigativo por meio do qual se comprovasse a acusação de faltas graves da operária, é que sua dispensa teria legitimidade jurídica conforme os artigos 492 e 493 da CLT/1943. Com tal comprovação das repetidas faltas é que legalizaria a rescisão do contrato de trabalho.

A Fábrica Carmen apontou como principal falta grave o fato de Elizabete e o marido professarem o credo vermelho em seu território fabril e privado. Em sua documentação e argumentações registradas nos processos desses operários, tentou constantemente produzir efeitos de verdade sobre a acusação, mencionando constantemente a documentação dos órgãos policiais e a edição do jornal *A Voz do Povo* anexadas aos processos. Além disso, em qualquer momento em que mencionava certas palavras, a exemplo de comunismo, comunistas, credo vermelho, fichados, dedicam-se, subversivas, totalitárias, comunista fichada, praticante, entre outras, usava a cor vermelha na escrita para ressaltá-las. Para os representantes patronais, os documentos anexados seriam provas indelévels da subversão, tornando incontestes a acusação primeira a Elizabete e Avelino: “ser comunista!”

Ressalto, nesse cenário jurídico, que o fato de a Fábrica mobilizar evidências da continuidade do funcionamento de um partido extinto em 1947 – o PCB - é indiciário de como os posicionamentos políticos por reformas sociais e direitos são passíveis de criminalização nas lutas políticas nos idos da década de 1950. Muito embora Milton Ramires, em defesa dos operários, usasse a extinção do PCB como parte de sua tática discursivo-jurídica, alegando que o casal não podia ser criminalizado em razão de sua filiação, o que ocorreria durante um momento de legalidade do partido. Por conseguinte, nessa situação não poderia haver pressuposto de culpa, nem tampouco crime.

Na primeira Ata da Instrução e Julgamento da Reclamação do Processo nº 109/51 contra Elizabete, a defesa desqualificou as provas apresentadas pelos advogados dos patrões. Alegou que a certidão produzida pelo Dopse/AL baseou-se nos arquivos da Fábrica, sem

---

<sup>402</sup> Avelino não tinha ainda conquistado o direito à estabilidade, pois seu tempo de trabalho na fábrica era de sete anos e três meses. Nessa situação, a rescisão do contrato não necessita de autorização da JCT.

necessariamente apresentar quando os operários, em especial Elizabete, foram fichados. Tendo sido anteriormente à cassação do PCB, não haveria crime por ser comunista e filiado ao partido. O juiz, então, solicitou informações mais claras a esse órgão policial.

Quanto à outra prova apresentada, a certidão emitida pelo subdelegado em Fernão Velho, a defesa argumentou que foi produzida em uma máquina de datilografia igual à que a Fábrica usou para elaborar seu requerimento à delegacia. Milton Ramires declarou: “São coincidências que podem acontecer, mas que não deixam de ser um fato interessante.”<sup>403</sup> Deixou em suspeita se não teria sido a mesma máquina usada nos dois documentos, ou se não haveria uma cumplicidade entre a Fábrica e o órgão policial. O próprio subdelegado morava em uma das casas cedidas pela Fábrica, e a delegacia localizava-se próximo às instalações fabris, a algumas poucas dezenas de metros do escritório da direção. A própria presença da polícia em Fernão Velho expressava quanto esse território fabril era passível de tensões políticas e de interesses de grupos de poder.

Por fim, a defesa também desqualificou a terceira prova apresentada, nesse caso, a edição do jornal comunista. As notícias da tentativa de greve contra o desconto dos dias parados durante o carnaval adjetivaram negativamente não só a Fábrica Carmen, como também o próprio advogado defensor de Elizabete, Milton Ramires, nomeado pelo jornal como “velha raposa a serviço dos patrões”. Acrescentou que se houvesse algum crime contra as instituições nacionais ali praticados por meio do jornal, tal crime seria dos editores do periódico, e não de Elizabete. Quanto à filiação ao PCB anterior a 1947, foi confirmada por Elizabete, e a livre expressão desse sentimento e identidade política “era um direito que lhe assistia como cidadã em se inscrever em qualquer partido,<sup>404</sup> porque, como os demais, ela inscreveu-se, se é verdade num partido legalmente constituído e garantido pelas constituições federais”.<sup>405</sup>

Em seguida, ele argumentou que seu posicionamento político não promovia a queda de produção e demonstrou, como prova, um documento produzido pela própria Fábrica. Trata-se do “Resultado Final do Concurso de Eficiência – Tecelagem – Ano de 1950”, no

---

<sup>403</sup> Ata de instrução e julgamento da reclamação realizada em audiência de 25 de abril de 1951. Processo JCY n.º 109/51, p. 12, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>404</sup> A defesa de Avelino, quando a fábrica tentava justificar sua rescisão por justa causa, foi na mesma direção quando cita a Constituição Federal de 1946, no seu artigo 141, parágrafo 5.º, que defende como direito a livre manifestação do pensamento.

<sup>405</sup> Ata de instrução e julgamento da reclamação realizada em audiência de 25 de abril de 1951. Processo JCY n.º 109/51, p. 14, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

qual foram relacionados mais de trezentos operários e operárias, contemplados com prêmios por produção. O documento datava de 12 de janeiro de 1951, onde constavam o carimbo da Fábrica e a assinatura de seu gerente. Elizabete apareceu na relação em 4.º lugar. O advogado apropriou-se dessa situação para produzir uma imagem de que a operária zelava pela eficiência, produtividade e progresso da economia e indústria. Essa atuação foi confirmada por Inácio Simplício e Carlos Araújo, ambos contramestres de tecelagem e funcionários de confiança dos gerentes. Eles foram testemunhas de defesa da operária no processo.

A possibilidade de conciliação amigável com a mediação da JCJ no caso de Elizabete ficava cada vez mais distante nessa primeira instância da Justiça do Trabalho. A Fábrica insistia na dispensa, e a operária relutava em não abrir mão de seu direito à estabilidade já conquistada em decorrência dos anos de serviços prestados ininterruptamente naquela empresa. Nessa mesma sessão de instrução, a Fábrica deixou clara a relação desse litígio com os acontecimentos de janeiro e fevereiro daquele ano, considerando como sublevação quando os operários foram concitados à greve. O casal e outros comunistas teriam agido em conjunto, e Elizabete teria deixado de cumprir suas horas de trabalho no terceiro dia de carnaval. Porém, nesse dia, a produção parou a mando de Ernani Pereira Leite, que era o gerente.

Depois desse episódio, a Fábrica já teria tomado atitude contra os que considerava agitadores comunistas, afastando quatro ou cinco operários comunistas que tomaram parte da tentativa de greve contra o desconto do carnaval. No dia 6 de abril, também abriu inquérito judiciário contra o operário Manoel Messias de Oliveira, que fora admitido em 1937, assim já com mais de dez anos de serviço.<sup>406</sup> Igualmente a Elizabete, ele também era acusado de professar o credo vermelho, mas o caso não foi levado adiante, tendo a Fábrica desistido. Tentou também dispensar o operário Severino Gonçalves com a mesma acusação de ser comunista, mas houve a intervenção do padre Cabral, que se responsabilizou afirmando que o operário não era. O saber do padre e sua declaração se constituíram como uma forma de poder, cujo efeito poderia legitimar bons modos de seus fiéis e condenar os crentes do credo vermelho, assemelhando-os aos adoradores do diabo.<sup>407</sup>

Sobre a queda da produção, nos autos do inquérito, a defesa afirmou que ocorreu o contrário. A produção aumentou gradativamente, inclusive sendo necessária a aquisição de novo maquinário para melhor atender às suas demandas produtivas. Na Ata de Instrução realizada no dia 30 de maio, posterior à coleta de testemunhos, informou que foram instaladas

---

<sup>406</sup> Processo JCJ n.º 135/51, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>407</sup> RODEGUERO, 2003.

máquinas umidificadoras de ambiente na seção de tecelagem, facilitando e aumentando a produção sem a necessidade de novos teares. A renovação dos equipamentos era prática comum na administração do Grupo Othon,<sup>408</sup> assim como a contratação de técnicos especializados a exemplo do gerente italiano Carlos Cuchy. Nos relatos de memória de Zequinha Moura, as máquinas umidificadoras evitavam a suspensão no ar dos fios e algodão, e, do mesmo modo, ao umidificar as tramas de linha tecidas como pano, aumentava a agilidade na produção. Além disso, no Processo Trabalhista de n.º 87/51 da 6.ª Região da Justiça do Trabalho, relatou-se que, em 2 de janeiro de 1951, aproximadamente 200 operários faltaram ao serviço, e, mesmo assim, com constantes faltas, não houve queda nos índices de produção.

Elizabete, por exemplo, teria alcançado a produção de 50 mil metros de tecido. A colaboração das operárias e dos operários com a produção ocorria, sobretudo, entre os que recebiam salário por produção. Os patrões também ofereciam incentivos extras, como premiação por eficiência e produtividade. Essa era uma das políticas do Grupo Othon na gestão do trabalho em suas fábricas.

Ao fim dessa sessão de instrução e testemunhas, ganhou destaque o testemunho de Carlos Araújo, contramestre de tecelagem. Ele afirmou que não sabia as razões da suspensão da operária. Ao se encontrar com Elizabete, recebeu a informação, por ela própria, de que sua dispensa teria sido pelo fato de o marido também já ter sido dispensado, conforme podemos verificar no processo JCJ/Maceió n.º 87/51.

Nesse processo, Avelino reconheceu ter sido membro do Partido Comunista até 1947. Negou fazer parte de um Comitê Comunista em Fernão Velho em 1951, porque esse comitê era inexistente por ações da própria Fábrica, que já havia dispensado os operários comunistas. No momento dessa dispensa e do desmantelamento do comitê, foi autorizado a ficar em sua residência todo o material que fazia apologia ao credo vermelho. Quando o PCB teve seu registro cassado, imediatamente o subdelegado de Fernão Velho esteve em sua residência recolhendo todo o material, que posteriormente foi encaminhado ao Dopse/AL. Avelino, em sua defesa, não se considerava mais comunista. Resignificou a luta política como sendo uma ação humanitária. Apresentava-se como um humanista capaz de acolher operários que angariavam fundos para realização de um Congresso Sindical, oferecendo em sua residência uma refeição a eles, e que, logo após, seguiram seu caminho.

---

<sup>408</sup> MELLO, 2012.

Por sua militância, Avelino, conforme consta nos autos de seu processo, já havia sido detido duas vezes pela polícia. A primeira vez ocorreu pela recepção de um homem que vinha de trem de Recife para Fernão Velho, o qual portava um maço de jornais com a reportagem intitulada *Momento alagoano*. Essa encomenda seria entregue a Avelino, pois o PCB em Alagoas teria tido sua sede invadida, e sua oficina tipográfica, que imprimia *A Voz do Povo* foi empastelada pelos agentes do governo Silvestre Péricles. Porém, o PCB ainda era legal naquele momento, e, ainda assim, Avelino foi detido para averiguações e esclarecimentos. Na sua segunda detenção, o PCB já era ilegal. Uma greve ocorrida em Recife teria levado a polícia a invadir sua casa à procura de propaganda vermelha sobre esse episódio, o que contribuiria para mobilizar os operários em Alagoas. Os policiais revistaram a casa, e no seu quarto, retiraram de suas gavetas, papéis e livros sem nenhuma propaganda comunista.

Voltando ao inquérito contra Elizabete, no dia 26 de abril de 1951, o juiz suplente Pedro Barbosa Júnior solicitou ao Dopse/AL que informasse se a operária foi fichada na delegacia antes ou depois da cassação do registro do PCB, bem como também informasse quantas vezes foi presa.<sup>409</sup> Caso o Dopse/AL confirmasse em seus registros a prisão da tecelã em decorrência de possível condenação criminal, a Fábrica poderia justificar legalmente a rescisão contratual.<sup>410</sup> Atendendo à solicitação do juiz, o 1.º Tenente José Juarez Bastos Pinheiro, que atuava como delegado do Dopse/AL, respondeu que naquela delegacia havia uma ficha pessoal e prontuário de Elizabete com dados extraídos de originais encontrados entre o material apreendido pela polícia durante diligência no Comitê Distrital do PCB em Fernão Velho no ano de 1947, época em que o registro do partido foi cassado. Informou que Elizabete nunca tinha sido presa naquela delegacia por atividades extremistas, seja antes, seja depois de o PCB ter tido seu registro cassado no TSE.<sup>411</sup>

Ao contrário, segundo testemunhas de defesa, Elizabete era uma boa operária. Jovino Pedro da Silva, 39 anos de idade, trabalhava na Fábrica havia oito anos. Declarou que conhecia Elizabete e tinha conhecimento de que ela exercia suas funções laborais no setor de tecelagem, na qual ele também trabalhava como volante na terceira turma. Era uma operária produtiva a ponto de ser premiada. Negou ter conhecimento de que ela professasse o credo vermelho, tampouco distribuísse boletins comunistas ou abaixo-assinado dirigido ao governador. Informou que não ouviu falar de conflitos entre operários e polícia em Fernão

---

<sup>409</sup> Ofício n. 89/51, Processo JCJ n.º 109/51, p. 18, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>410</sup> BRASIL, 1943, art. 482, alínea d.

<sup>411</sup> Resposta do Dops ao Ofício n.º 89/51, Processo JCJ n.º 109/51, p. 18, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

Velho, talvez para se eximir de novas perguntas. Apenas trabalhava prestando serviços na fiação e também já prestou devidamente seu depoimento no caso anterior, o de Avelino.

Em tempo, no seu depoimento, também expressou preocupação com possíveis retaliações por parte da Fábrica, sobretudo por ter testemunhado em favor de Avelino no outro processo.<sup>412</sup> Mudanças de turno, exigência de troca de casa, redução de salário, eram todas práticas comuns por parte do patronato no cotidiano desse território fabril.

[...] depois que prestou seu depoimento neste Tribunal, foi transferido da seção de Volante para a de Cargas, com redução de salário; que não está trabalhando porque quiseram lhe transferir com a mesma redução de salário e ele o depoente só iria para a mesma com equitação de salário, digo, com salário equiparado; que hoje irá trabalhar na sua função antiga de volante; que não sabe se na seção de cardas havia ou não havia necessidade de pessoal, ignorando também se a transferência feita era temporária ou definitiva; que na categoria profissional como sendo de servente, digo de fiandeiro; que como volante faz todo serviço como servente; que na ocasião foi chamado pelo Gerente por haver transferido da seção de cardas, disse ao mesmo que trabalharia em qualquer lugar contanto que ganhasse o mesmo ordenado; que desde esse dia, dito é, vinte de abril que não vem recebendo salário; que sábado passado procurou a gerência e pediu ordem para começar a trabalhar o que foi negado.<sup>413</sup>

Após usar seu depoimento para protestar a insatisfação com a retaliação que sofrera da Fábrica, Jovino Pedro da Silva esclareceu que a operária trabalhava no turno do dia e ele à noite. Reafirmou que Elizabete era uma boa operária e não tinha conhecimento de que ela cometera alguma falta contra a empresa durante todo o tempo em que ele ali trabalhou. Por fim, duvidou se em Fernão Velho havia ou não comunistas atuando com reuniões. Não confirmou, mas também não negou.

João Gomes Barbosa foi a segunda testemunha em favor de Elizabete. Era casado e morava com sua família em Fernão Velho. Dos seus 47 anos de idade, ele vinha dedicando treze ao trabalho na Fábrica, onde atuava como azeiteiro. Desde que começou a trabalhar, nunca mudou de função. Seu trabalho consistia em “azeitar os mancais<sup>414</sup> e fazer limpeza dos

<sup>412</sup> Processo JCJ n.º 87/51, Processo JCJ n.º 109/51, p. 9, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>413</sup> Ata de instrução e julgamento da reclamação realizada em audiência de 9 de maio de 1951, Processo JCJ n.º 109/51, p. 26-27, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>414</sup> Essa atividade consistia na lubrificação dos mancais, peças que compunham diversas máquinas. Tratava-se de uma peça fixa de metal, onde era apoiado um eixo giratório. Essa peça poderia ser também composta por rolamento por onde passavam eixos. Sua permanente lubrificação era necessária a fim de se evitar o desgaste ou travamento da peça quando em funcionamento durante a produção.

mesmos”.<sup>415</sup> Sua escala de trabalho era variável. Uma semana trabalhava das 14 às 22 horas, na seguinte das 6 às 14 horas. Na sua função, atuava em todas as seções da Fábrica, inclusive na tecelagem onde Elizabete trabalhava. Era uma seção com mais ou menos 200 máquinas e 100 operárias, informou.<sup>416</sup>

Ao ser interrogado sobre as atividades de Elizabete, declarou que a conhecia de vista e era boa operária. Que realizava suas funções com eficiência. Não sabia sobre premiação que, porventura, ela tenha recebido, nunca viu as citadas reuniões pela qual era acusada. Negou ter conhecimento de que a operária professasse o credo vermelho, distribuísse boletins e abaixo-assinado, e também não conhecia as testemunhas de acusação. Por fim, pôs em dúvida, em razão da intensa rotina produtiva da Fábrica, se era possível na seção de Elizabete a distribuição de boletins ou passar abaixo-assinado.

Dúvida essa reforçada pelo depoimento de Carlos Araújo, que, ao depor, declarou que qualquer lista, mesmo sonetos de cantores populares, quando transitavam dentro da Fábrica, era logo recolhida. O conhecimento de abaixo-assinado teria ocorrido por meio de boatos. Confirmou o recebimento do prêmio de produtividade por Elizabete. Informou que o aumento da produtividade na tecelagem estava na ordem de 12 mil metros a mais por dia. Mesmo com o aumento da produção, não houve nenhuma lista por orientação comunista com solicitação de aumento salarial. Disse que Elizabete trabalhou e cumpriu todos os seus deveres profissionais, e era diretamente subordinada a ele, que exercia função de contramestre. Era uma das melhores operárias naquela seção de tecelagem. Representação essa que se opunha às associações de comunista e queda de produtividade.

### 5.3.2 Rumo à segunda instância: jogos discursivos entre os operadores do Direito

O juiz suplente Pedro Barbosa Junior, representante da Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió, após a análise dos autos, ouvir as testemunhas durante o processo e a avaliação dos documentos emitidos pelo Dopse/AL e a Subdelegacia de Fernão Velho, declarou suas considerações sobre o litígio de Elizabete, considerando-o devidamente instruído em todos os seus procedimentos.<sup>417</sup>

---

<sup>415</sup> Ata de instrução e julgamento da reclamação realizada em audiência de 9 de maio de 1951, Processo JCJ n.º 109/51, p. 28, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>416</sup> Ibid.

<sup>417</sup> Ata de instrução e julgamento da reclamação realizada em audiência de 9 de maio de 1951, Processo JCJ n.º 109/51, p. 49, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

Declarou que as testemunhas não assistiram a nenhuma distribuição de boletins de natureza comunista dentro ou fora das instalações fabris. Apenas ouviram dizer a respeito da distribuição. As certidões emitidas pelo Dopse/AL e o subdelegado da polícia em Fernão Velho também nada esclareceram se as atividades passíveis de ser consideradas subversivas foram depois da cassação do registro do PCB. Ao contrário das acusações patronais, em grande medida, ficaram evidentes as qualidades profissionais da operária e sua boa conduta, o que não violava a CLT em seu artigo 482, cuja matéria é sobre faltas graves cometidas pelo empregado.

No entanto, deferiu um pedido de vista dos vogais no processo, considerando-se impossibilitado de proferir a decisão, determinando para tal uma nova audiência agendada para o dia 12 de junho de 1951. Nesta, por votação unânime dos vogais, o processo contra a operária foi julgado improcedente, determinando, assim, a reintegração de Elizabete às funções que exercia. O juiz justificou que, no decorrer do processo, “não ficou evidenciado que a requerida professasse o credo vermelho e conseqüentemente conclamasse os seus companheiros de trabalho para a queda da produção, fomentando assim a greve e a discórdia entre os assalariados da empresa requerente”.<sup>418</sup>

Contudo, o advogado Gerson Lopes, representante da Fábrica, interpôs recurso contra a decisão do juiz, discorrendo uma detalhada justificativa acusatória contra Elizabete e seu marido, solicitando a revisão da decisão judicial, incorporando como subsídio passível de análise para uma nova decisão a documentação anexada que vincula os trabalhadores ao credo vermelho. No seu novo documento acusatório, fez, abusivamente o uso da cor vermelha para destacar passagens escritas que caracterizavam Elizabete como comunista, sobretudo ressaltando as faltas consideradas graves. Usou como justificativa da rescisão o fato de que a operária, uma vez que assinou a ciência de sua carta de suspensão das atividades laborais na Fábrica, não se opôs ao “ciente e de acordo” que justificava sua suspensão. O referido documento tornou-se uma armadilha para a operária. Tentou ainda fortalecer seu argumento mobilizando o atestado do Dopse/AL.

Para agravar a acusação e persuadir a decisão do juiz, ressaltou novamente que os acusados realizaram abaixo-assinados que foram matéria da notícia “O caminho da luta”, edição de 4 de março de 1951 do jornal comunista *A Voz do Povo*, requerendo aumento salarial de 100%, abolição da assiduidade de 100% no trabalho e a liberdade sindical, fatos

---

<sup>418</sup> Ofício n. 89/51, Processo JCJ n.º 109/51, p. 48, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

que feriam a CLT. O jornal seria a prova do abaixo-assinado, mesmo sem as testemunhas diretas.

Protocolado o recurso, o processo seguiu seu trâmite, iniciando uma nova batalha discursiva entre os advogados. Solicitou-se a Elizabete que apresentasse suas contrarrazões para deferimento contra o recurso da Fábrica. O advogado de Elizabete reiterou a posição inicial da defesa:

O fato de ser comunista, não constitui crime na nossa Carta Magna. Se porventura fosse a requerida filiada ao extinto Partido Comunista do Brasil, o que desde logo se protesta, não era motivo para sua demissão, porque devia se provar estar filiada a requerida no dito partido, e se essa filiação, foi antes ou depois do mesmo achar-se fora da lei, fato que não foi provado pela requerente.<sup>419</sup>

Acrescentou, ainda, uma análise de depoimentos das testemunhas de acusação, chamando a atenção para a dificuldade em atestar a veracidade deles. Desqualificou, julgando-os imprecisos, facciosos e apaixonados, marcados por informações falseadas ou que os operários “ouviram dizer” sem ter de fato testemunhado eventos que comprovassem a atuação subversiva. Considerou, porém, as informações prestadas pela testemunha Carlos Araújo, mestre-geral no setor de tecelagem. Ele ressaltou as qualidades de Elizabete, uma boa operária para a empresa, que cumpria seu horário e os deveres, que sua aproximação com os demais operários não era por outro interesse, a não ser a produção. Ele ouviu falar sobre o abaixo-assinado, mas dentro das instalações da Fábrica esse material dificilmente teria sido distribuído ou circulado fomentando greve e queda da produção.<sup>420</sup> Recuperou o depoimento de Inácio Simplício,<sup>421</sup> que trabalhava na fábrica havia quatorze anos e era contramestre de tecelagem. Essa testemunha afirmou conhecer Elizabete, e ela nunca professou o comunismo dentro ou fora da Fábrica. Ambos, Carlos Araújo e Inácio Simplício, possuíam cargos de confiança, pois gerenciavam setores da produção e exerciam chefia sobre diversos operários.

Na Procuradoria Regional do Trabalho, na esfera da Justiça Trabalhista da 6.<sup>a</sup> Região em Recife, o procurador manteve no dia 2 de agosto a decisão da primeira instância, alegando que a Fábrica não conseguiu provar as faltas graves, objeto da acusação contra Elizabete. As provas testemunhais favoreciam a operária, portanto negou o deferimento do recurso,

---

<sup>419</sup> Ofício n. 89/51, Processo JCJ n.º 109/51, p. 59, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.<sup>a</sup> Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>420</sup> Ibid., p. 63.

<sup>421</sup> Ata de Sentença em 3 de julho de 1951, Processo JCJ n.º 87/51, p. 38, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.<sup>a</sup> Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

determinando, novamente, o retorno da operária à sua antiga função laboral. Essa vitória asseguraria também a permanência de sua família na casa pertencente à Fábrica Carmen.

No processo de Avelino, ele não conseguiu o total do montante pleiteado como indenização de sua demissão. Na sentença emitida em 3 de julho de 1951, o juiz Paulo Duarte Quintella Cavalcante determinou um valor menor, justificando que a empresa não provou o prejuízo provocado pelo operário ao professar o credo comunista, mesmo durante o horário de trabalho.

o fato de um empregado possuir convicções políticas comunistas, não autoriza, face a legislação trabalhista brasileira, o respectivo empregador a rescindir o contrato de trabalho concluído entre ambos, independentemente das indenizações.<sup>422</sup>

Na visão desses operadores do Direito, uma crença política não poderia necessariamente ser constituído como crime. Aliás, resguardou-se o princípio constitucional de liberdade política e de associação. No entanto, no que tange aos interesses patronais, a crença no comunismo entre o meio operário era subterfúgio permanente para reivindicação de direitos, podendo acirrar os embates entre capital e trabalho. A perseguição patronal contra operários considerados por eles subversivos, mobilizando quaisquer recursos disponíveis, poderia ter como caminho de legitimidade a vitória na Justiça do Trabalho, o que não ocorreu nos casos de Elizabete e Avelino, apesar de esse último ter sido demitido.

Ao revés dos interesses patronais na busca pela legitimidade da repressão e violência contra os operários, a luta de Elizabete e Avelino transcendem a defesa de seus interesses individuais, seja na manutenção da estabilidade empregatícia, seja o justo pagamento indenizatório da rescisão contratual. Sobressai uma dimensão política e coletiva com efeitos sociais mais amplos. A causa de Elizabete era também a defesa do trabalho e moradia em Fernão Velho apesar dos dissabores e da plausibilidade de vida incerta, do livre pensamento político, do direito de resistir aos atos que possam ferir sua dignidade. É uma forma pela qual o campo da Justiça torna-se também um espaço de lutas políticas pela cidadania, constituída não somente de direitos civis e políticos destacados na decisão do juiz, mas também de direitos sociais, a exemplo da legislação trabalhista.

---

<sup>422</sup> Ofício n. 89/51, Processo JCJ n.º 109/51, p. 59, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

## 5.4 Do campo jurídico ao retorno às lutas políticas

No dia 16 de novembro de 1951, foi emitido pela Justiça do Trabalho o acórdão com a decisão final do processo de Elizabete: “No que se refere a sua participação em atividades políticas fora do emprego, não é alçada deste tribunal apreciar, visto distanciar-se dos seus fins. A hipótese meramente trabalhista não tem fundamento.”<sup>423</sup>

Para o caso de Avelino, apesar de sua reclamação na JCJ ter alcançado um resultado favorável para si, foi transformado em um processo arrastado<sup>424</sup> pelo advogado da Fábrica. Este, ao entrar com recurso contra a decisão do juiz da primeira instância, levou o pagamento da indenização a ser realizado em juízo em uma conta do Banco do Brasil. O depósito do valor determinado pelo juiz foi feito no dia 7 de julho de 1951, ficando bloqueado até esgotar todas as possibilidades de recursos e reviravoltas na sentença. A Fábrica usou como argumento o fato de o Supremo Tribunal Federal, por meio da Lei n.º 431 de 1938, conhecida como Lei de Segurança Nacional, considerar crime a circulação de material subversivo. No entanto, a Procuradoria da Justiça do Trabalho negou seu recurso, mantendo as decisões anteriores. O processo movido por Avelino somente foi concluído em 15 de abril de 1953, e nesse mesmo dia a Justiça expediu um ofício ao Banco do Brasil autorizando a liberação do depósito em juízo referente à indenização.

Posto isso, temos nesse recorte histórico dos anos 1950 a prática de uma sociedade disciplinar, pautada nas diversas formas de confinamento e obediência dos seus viventes, tanto por meio de instituições como a família, a escola, os hospitais, as prisões como pelos territórios fabris. As Fábricas eram estruturadas para extrair dos trabalhadores o máximo de eficiência e, assim, funcionar como um bom modelo de adestramento das massas que nesse período tinha os trabalhadores como protagonistas políticos. Dessa forma, é possível visualizarmos múltiplos dispositivos como a polícia, a Justiça, e o Dopse/AL, cujas redes estabelecem conexões e relações de poder de modo a tentar organizar disciplinarmente a

---

<sup>423</sup> Acórdão do processo n.º TRT 197/51, Tribunal Regional do Trabalho, Processo JCJ n.º 109/51, p. 59, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

<sup>424</sup> Utilizo aqui a definição utilizada por Franz Kafka, no livro *O processo*, para explicar a possibilidade de continuidade do processo movido contra Josef K., o personagem central em seu livro. Na condição de “arrastado”, o processo é mantido permanentemente nas instâncias inferiores, sendo necessário que o acusado (a Fábrica) e seu “protetor” (seu advogado) constantemente fiquem em contato com o tribunal interpondo recursos. A indefinição do acusado recusando-se reconhecer a culpa, insistindo na possibilidade de absolvição por recursos, dificulta a realização da sentença súbita. Vive como se estivesse livre, porém continuando subordinado à justiça. KAFKA, Franz. *O processo*. Tradução de Modesto Carone. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

sociedade. E desse modo, quem sabe regular as tensões políticas da época, mas que não consegue tornar a disciplina algo absoluto e totalmente eficaz. Ao contrário, falha com Elizabete, Avelino, ocorrência de comícios-relâmpago, lutas por aumento salarial, atuação de comunistas, paralizações, entre muitas outras situações.

Ambos os processos, de Elizabete e Avelino, representaram um deslocamento do espaço de lutas no cenário fabril de Fernão Velho, sendo seus litigantes capturados pela Justiça. Na análise desses processos, além das tramas sociais, foi possível perceber alguns caminhos da Justiça do Trabalho e suas conexões com outras instâncias de saber-poder e respectivos dispositivos disciplinadores.

Na primeira instância, a captura do casal consistiu em uma tentativa permanente dos patrões para incriminá-los. Mesmo o juiz do caso de Elizabete, no exercício do poder e no fim reconhecer que não era da alçada da Justiça o juízo político sobre o credo vermelho, insistiu ao longo dos processos na verificação da acusação de subversão. Usando suas conexões de poder, mobilizou outros dispositivos capazes de construir verdades e/ou representações desqualificadoras dos operários, como o Dopse/AL e a subdelegacia em Fernão Velho. Inclusive abrindo-se precedente para que a suspeita sem comprovação e opiniões se tornassem plausíveis de prova. A insistência na criminalização como comunistas possibilitaria a perda dos direitos trabalhistas, sobretudo por parte de Elizabete, que já havia conquistado sua estabilidade empregatícia. Ao fim dos processos, embora os resultados tenham sido exitosos para o casal de operários, a Justiça também possibilitou o abandono deles à luta política.

Apesar de ter assegurado o retorno da operária às suas atividades na Fábrica Carmen, ela não tinha a garantia de que não sofreria retaliações por parte dos patrões. O objetivo da arbitragem da Justiça, por fim, foi apenas o direito social da operária, não necessariamente a paz social. Esta continuava em disputa em outras dimensões e relações de poder, a exemplo do governo do Estado na liderança de Arnon de Melo, a atuação dos comunistas em defesa de seu projeto de sociedade e os embates entre distintos grupos políticos durante o período democrático.

Desse modo, “o interesse do direito em monopolizar o poder diante do indivíduo não se explica pela intenção de garantir os fins jurídicos, mas garantir o próprio direito”<sup>425</sup> Trata-se da tentativa em assegurar a ordem, retirando-se o poder do indivíduo, quer os operários, quer a Fábrica, cujos efeitos manifestados na sociedade poderiam expressar uma ameaça à coletividade e à normatividade como pura forma da lei. Operários e Fábrica são capturados

---

<sup>425</sup> BENJAMIN, 1986, p. 162.

pela Justiça, que passa a exercer o papel de arbitragem, muito embora suas decisões estivessem passíveis de jogos e reviravoltas. O justo pode-se tornar injusto e vice-versa.

Por outro lado, mesmo com as decisões instituindo uma forma de justiça, não asseguraram a restituição da paz idealizada por Arnon de Mello diante dos conflitos tecidos no cotidiano das vilas operárias como Fernão Velho e as tramas políticas em Alagoas e no Brasil. As lutas entre operários e fábricas continuaram no campo político e nas diferentes formas de institucionalização da violência, meios esses que poderiam provocar novas judicializações. Desse modo, a lei em meio às lutas políticas e forças que as mobiliza, torna-se passível de uma vigência sem significado. Daí também reside o abandono (ou retorno) de seus viventes ao campo político e a si próprios nas múltiplas esferas sociais.<sup>426</sup>

A violência contra os operários não era fundante das tensões políticas, e estas, por sua vez, também não eram. Não reside inicialmente na esfera dos fins ou mesmo na busca dos critérios de justiça, mas no engendramento de produção de legitimidade e sentidos dos meios e personagens que constituíam o poder.<sup>427</sup> A violência se tornara meio utilizada por ambos – patrões e operários –, produzindo um mundo ao revés, aberto à profanação, ao prazer e ao sonho, mas também às tentativas de restituição e celebração de tudo aquilo que é passível de perenidade, seja a disciplina fabril que visa à produtividade, seja a dignidade no trabalho operário como atividade essencial à vida.

A repressão aos operários considerados subversivos e comunistas; a violência policial empunhando armas contra trabalhadores, mulheres e crianças dentro de um ônibus; a tentativa de greve; o desconto salarial de um dia e meio de trabalho; e a criminalização de operários por lutarem por suas convicções políticas e coletivas, demitindo-os e tentando expurgá-los são todos exemplos de violência. Foram meios no exercício do poder e expressaram os efeitos das lutas políticas entre diferentes grupos e projetos de sociedade durante o período democrático.

As lutas políticas, desse modo, ocorriam “em” e “por” vias diversas. Mobilizavam a Justiça, a polícia, partidos, sindicatos, associações, práticas de violência, esferas governamentais e empresariais, celebrações e festividades, permeavam espaços públicos e privados, imbricando-os todos. Tratava-se de uma forma de politização da vida nua, não somente como biopolítica que captura a vida,<sup>428</sup> mas também pelas reapropriação dos espaços de saber e poder. Se, por um lado, a entrada na Justiça do Trabalho expressava o

---

<sup>426</sup> AGAMBEN, 2010. Ver: Forma de lei.

<sup>427</sup> BENJAMIN, 1986, p. 161.

<sup>428</sup> AGAMBEN, 2010, p. 118.

deslocamento da luta política e coletiva para a luta individual, a vitória do casal de operários representava também ganhos coletivos.

Elizabeth, ao reconquistar seu direito à estabilidade empregatícia, suscitou outros significados em nossa história política. Permite-lhes deslocar o sentido e função do direito trabalhista – que compactua normas e acordos, regula relações de trabalho e produção, media conflitos – para o direito social quando torna possível a permanência da operária e sua família na moradia cedida pela fábrica, sendo um direito que permite, mesmo minimamente, situação de dignidade.

Embora esse litígio tenha provocado os árbitros da Justiça posicionar-se em favor da liberdade de convicções políticas dos operários, mesmo quando elas fossem reconhecidamente comunistas, isso não representava o estabelecimento de uma regra ou jurisprudência para outras decisões semelhantes. A posição jurídica em favor da liberdade de convicção ideológica também atendia aos grupos mais conservadores que ensejassem a contenção dos conflitos políticos. Além de que os operadores do Direito apresentavam posições ambíguas, abrindo brechas legais para uso da força por parte de agentes de poder, a exemplo do Dopse/AL e da subdelegacia em Fernão Velho.

Esse território fabril formado por fábrica e vila operária se assemelha, resguardando as devidas diferenças, aos campos de concentração, à ideia de campo como um território de práticas de biopolítica. Era ao mesmo tempo espaço privado, pertencente à Fábrica, mas também público, reapropriado pelos operários nas suas demandas políticas e de cidadania. Diante dessa condição paradoxal, a Justiça atuava não somente em virtude de sua posição de árbitro entre partes litigantes, mas em defesa do poder soberano – o Estado –, que agia sobre seus viventes, incluindo-os e excluindo-os nas suas teias de controle e poder, sobretudo quando tais litígios se constituíam como de interesse público nas lutas por ampliação da cidadania. É nessa condição que Fernão Velho se reconfigurava como um espaço público, e, desse modo, com múltiplas experiências de disputas políticas mantidas em aberto, sucedendo-se em outras lutas. Torna-se um campo passível da condição de permanente estado de exceção, no qual as normas eram suspensas e reestabelecidas a cada jogada política.

## CAPÍTULO 6

### ELEIÇÕES E DISPUTAS SINDICAIS: OS OPERÁRIOS TÊXTEIS NA PELEJA CONTRA “OS LEÕES COM AS TRIPAS FORRA” (1953-1961)

A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; e com isso, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável.<sup>429</sup>

Era maio de 1953. Fernão Velho foi palco de festejos e queima de fogos. Uma prática cultural que ocorria anualmente. O Dia 1.º de Maio tornou-se uma data significativa e popular, sobretudo após o Estado Novo quando o presidente Getúlio Vargas discursava assumindo compromissos com os trabalhadores. Em 1938, Vargas tinha anunciado a regulamentação do salário mínimo, inaugurando o que a historiadora Angela de Castro Gomes designa como “criação do tempo festivo<sup>430</sup>”. Os operários sempre almejavam algo novo que atendesse às suas demandas, ou por parte do governo mediante anúncios de novas leis e direitos sociais, benefícios por parte dos patrões<sup>431</sup>, ou o próprio festejo em Fernão Velho que era prestigiado até por gente de fora como lembram diversos operários. Esses anúncios geralmente eram realizados por rádio, no programa estatal *A Voz do Brasil*.

Nesse ensejo festivo, a imagem de Getúlio Vargas era (re)produzida em seu governo, como um presidente próximo aos interesses dos trabalhadores. Prática essa (re)apropriada nas estratégias eleitorais e de governo por outros políticos, a exemplo de Sebastião Marinho Muniz Falcão em Alagoas.

<sup>429</sup> BENJAMIN, 1940/1987, p. 226.

<sup>430</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005b. p. 216.

<sup>431</sup> Em uma sessão do Sindicato em Fernão Velho, quando se inauguravam as instalações desse órgão de classe, esteve presente o Dr. Alberto Bezerra, então proprietário da fábrica. Diversos operários solicitaram serviços por parte da fábrica. Antes do encerramento da reunião, o empresário pediu a palavra, e declarou que em memória de seu pai, Othon Lynch Bezerra de Mello, concederia naquele ano o abono de Natal. Ver: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão ordinária de 27 de novembro de 1953. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

Neste capítulo, abordo as memórias e a história das lutas políticas no período 1953-1961. Trata-se de um recorte que abrange o término do mandato do governador Arnon de Mello, as eleições de 1955 e as disputas dentro do Sindicato dos Operários Têxteis em Fernão Velho. Episódios esses que, concatenados com os acontecimentos políticos no país, acirraram posicionamentos e embates entre distintos grupos de poder no estado, assim como entre as representações operárias, repercutindo não somente no cotidiano dos trabalhadores como na produção de memórias sobre esse tempo.

### **6.1 Entre getulismo e trabalhismo: do carisma aos ensejos de mudança**

Entre as décadas de 1940 e 1950, Getúlio Vargas visitou Maceió em dois momentos. Um deles, foi em 20 de outubro de 1940, para a inauguração do Porto de Maceió no bairro do Jaraguá. Na ocasião, ele realizava uma agenda de visita oficial pelas regiões Norte e Nordeste, iniciando no dia 6 de outubro por Belém-PA, seguindo para Fortaleza-CE; Recife-PE; Maceió-AL; por fim, Salvador-BA. Na capital alagoana, a visita foi registrada pelo jornal carioca *A Noite*, que exaltou o entusiasmo da população pela recepção ao presidente.

Delegações operárias, escolares, representações numerosas de todas as classes sociais dirigiram-se ao aeroporto, onde deveria descer o avião que conduzia o chefe do Governo e sua comitiva. [...] Uma enorme multidão enchia o percurso do aeroporto ao Palácio do Governo, onde o presidente Getúlio Vargas receberia, oficialmente, as primeiras homenagens dos componentes do Governo alagoano e das suas classes conservadoras.<sup>432</sup>

Desde 1934, Osman Loureiro<sup>433</sup> governava Alagoas como interventor. Ele e a comitiva local receberam o presidente. Segundo o jornal carioca, essas forças políticas representavam “as classes conservadoras”. Ou seja, um grupo político inserido na maquinaria governamental e política do Estado Novo, atuando em Alagoas, tentando assegurar o centralismo do poder contra a autonomia dos governos locais. Segundo o historiador Douglas Apratto Tenório, Osman era interpretado nacionalmente à época, como um administrador facilmente submetido ao controle pessoal de Getúlio Vargas, evitando radicalizações

---

<sup>432</sup> A reportagem está disponível no acervo digital de artigos e crônicas *História de Alagoas*. PORTO de Maceió inaugurado por Vargas em 1940. *História de Alagoas*, 25 maio 2015. Disponível em: <<http://www.historiadealagoas.com.br/porto-de-maceio-e-inaugurado-por-vargas-em-1940.html>>. Acesso em 13 out. 2015.

<sup>433</sup> Osman Loureiro era natural de Maceió e descendia da aristocracia do açúcar do estado. Antes de assumir o governo de Alagoas, atuava como advogado de indústrias.

oposicionistas. Em Alagoas, demonstrava-se afastado dos grupos tradicionais do poder, que aglutinava usineiros e fazendeiros.<sup>434</sup>

Assim, a visita oficial ocorreu mobilizando também a população maceioense que saiu às ruas para ver a passagem do presidente. Esse ato tornou-se uma grande festa popular, na qual o presidente tomou para si os holofotes e a celebração, ficando a inauguração do Porto em segundo plano apesar da sua relevância.

Ao tomar o automóvel, o povo que se comprimia na Praça Floriano, em frente ao palácio da interventoria, rompeu os cordões de isolamento, acercando-se do carro presidencial e fazendo, ao chefe de Estado, a mais carinhosa, espontânea e entusiástica manifestação, que se repetiu sempre até o cais.<sup>435</sup>

Mesmo após o Estado Novo, a imagem de Getúlio Vargas foi capaz de continuar mobilizando múltiplos sentimentos entre os operários que o lembram. Mantém-se como uma experiência historicamente significativa, sendo (re)apropriadas e (re)significadas como uma leitura social sobre esse passado.

Celebrá-lo, segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira<sup>436</sup>, implicava trazê-lo de volta à lembrança, como resultado do trabalho de memória em resposta às demandas das sociedades contemporâneas. Nesse caso, trata-se da produção de uma cultura da memória em que, entre suas diversas formas de materialização, estão as comemorações. Estas, por sua vez, quaisquer que sejam as temporalidades, expressam também formas de controle do passado com usos políticos no presente, o que suscita lembranças que marcam as memórias operárias.

Getúlio Vargas, o pessoal disse que ele vinha a Fernão Velho. Mas não veio não. Ele nunca veio a Fernão Velho. Quem veio foi Fernando Ferrari, candidato à Presidência da República. Esse veio por aqui. Mas Getúlio Vargas, não. Lembro de Getúlio quando ele passou pela Bomba do Gonzaga, lá no Tabuleiro. Eu fui ver a passagem dele lá, quando passou no carro. Daí vi. Foi quando vi Getúlio. Foi em 1950, 1951, um negócio assim. Os trabalhadores gostavam de Getúlio, gostavam demais mesmo. Getúlio foi ditador quase dezoito anos e o povo gostava dele. Ele decretava as coisas para a classe trabalhadora. Ele foi obrigado a mandar aquele pessoal para a guerra porque realmente era da nação mesmo. Não ficou de fora que nem a Argentina ficou, uns caba de peia que ficaram de fora. E o Brasil não, o Brasil foi. E Getúlio era benquisto mesmo. (Relato de Zequinha Moura, 2014)

---

<sup>434</sup> TENÓRIO, 2007, p. 145.

<sup>435</sup> PORTO..., 2015.

<sup>436</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas: uma memória em disputa*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6722/1592.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 6 jan. 2016.

O testemunho de Zequinha Moura refere-se à segunda visita de Vargas a Alagoas, em agosto de 1950, por ocasião da sua campanha presidencial. Mesmo que se reconheça o Estado Novo como uma ditadura, nas memórias desse operário, prevalece a imagem de um político próximo dos trabalhadores. “Ele decretava as coisas para a classe trabalhadora”, afirmara o Zequinha Moura, além de acrescentar à imagem do presidente a representação de coragem e nacionalismo, que não era um “caba de peia”, um sujeito imoral. Era sensível às questões internacionais, como a guerra na Europa e, por tudo isso, era benquisto pelo povo apesar de já ter governado com um regime autoritário. Sua leitura do passado positiva o personagem Vargas. Um presidente cujas realizações para os trabalhadores durante o Estado Novo tornaram-se também um legado<sup>437</sup> que favoreceu seu retorno ao poder, por meio do voto durante eleições democráticas, no início da década de 1950.

Sua primeira composição ministerial em 1951 representou uma tentativa de conciliação entre as forças políticas do país, inclusive abrindo espaço para personagens da UDN, a exemplo de João Cleofas, que fora candidato ao governo de Pernambuco contra Agamenon Magalhães do PSD.<sup>438</sup> No entanto, apresentava-se como um frágil acordo, contribuindo para o aprofundamento de uma crise política somada às dificuldades de ordem econômica que o país enfrentava após o governo Dutra. O governo sofria pressão de todos os lados, de empresários e de trabalhadores.

Getúlio realizou uma reforma ministerial em 1953. Segundo a historiadora Maria Celina Soares d’Araújo, essa teria sido uma nova investida entre os setores conservadores, buscando alcançar o consenso no seu governo, barganhando politicamente o apoio de membros da UDN. Para ministérios vinculados às questões econômicas, como o de Viação e Obras Públicas, e da Fazenda, foram nomeados udenistas; enquanto que João Goulart (Jango), filiado ao PTB, assumiu o Ministério do Trabalho.

Como novo ministro, Jango mudou a forma de atuação de seu ministério, abrindo espaço para o diálogo com as representações sindicais e comunistas. Getúlio Vargas, nesse ano de 1953, também concedeu reajuste de 100% ao salário mínimo, fato esse que reforçava um conjunto de expectativas entre os operários, sobretudo quando o presidente “num discurso emocional em que dizia aos trabalhadores que no momento estavam com o governo, mas no futuro [os trabalhadores] seriam o governo”.<sup>439</sup>

---

<sup>437</sup> Sobre o legado do Estado Novo, ver: HEYMANN, Luciana. *O legado do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6794/1707.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 6 jan. 2016.

<sup>438</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas, 1951-1964*. São Paulo: Ática, 1992. p. 127.

<sup>439</sup> CARVALHO, 2013, p. 130.

A presença de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho acirrava o conflito, o que, segundo o historiador Jorge Ferreira<sup>440</sup>, incentivava contatos e aproximações políticas entre udenistas e facções das Forças Armadas. Cogitava-se a opção de golpe como saída restituidora da normalidade e da paz social contra a crise política, sobretudo diante dos discursos e ações de Vargas, interpretados por setores conservadores, como uma guinada do governo para os grupos de esquerda. A imprensa o acusava de implantar uma República Sindicalista no Brasil<sup>441</sup>. Quanto a Jango, era acusado de incentivar greves e o confronto entre as classes.

Jango, que tinha proposto o novo salário mínimo com reajuste de 100% e foi decretado pelo presidente, logo foi forçado a pedir demissão do cargo quando se configurava uma atitude reacionária por parte de empresários e militares.<sup>442</sup> O governo tentara uma alternativa para acalmar os ânimos da oposição, o que não ocorreu. As ditas promessas de Getúlio Vargas, como a libertação da escravidão e o povo como governo, ecoavam nas disputas políticas. Se, por um lado, os discursos trabalhistas reforçavam o protagonismo dos trabalhadores que se reconheciam cada vez mais como classe social, por outro, provocavam a reação dos grupos empresariais e conservadores que propunha claramente a derrubada de Getúlio Vargas. Foram situações que favoreceram o acirramento das lutas, delineando comportamentos políticos e novos posicionamentos no jogo político pós-1945.<sup>443</sup>

## **6.2 “Uma guerra de nervos”: os operários e a crise política**

Em Alagoas, o governo de Arnon de Mello, político filiado à UDN, continuava a perseguir comunistas, trabalhistas e operários, o que atendia ao sentimento de reação de empresários e latifundiários no plano nacional e estadual contra o presidente e o trabalhismo. No dia 8 de maio de 1953, um dos líderes do PCB em Alagoas, o comunista Renalvo

---

<sup>440</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 125.

<sup>441</sup> *Ibid.*, p. 128.

<sup>442</sup> CARVALHO, 2013, p. 130.

<sup>443</sup> FERREIRA, *op. cit.*, p. 88-89.

Siqueira,<sup>444</sup> foi preso em Fernão Velho sob a acusação de agitação dos operários. Resistiu à prisão, “sendo necessário o emprego de força para dominá-lo”. Nos registros do Dopse/AL,<sup>445</sup> era considerado um “ardoroso adepto do credo vermelho”. Uma adjetivação que expressa certa influência religiosa, significando o comunismo como um dogma que se opunha aos valores cristãos. Nessa prática, utilizavam-se elementos simbólicos, com expressões de sentido negativo, apelando-se a um conteúdo capaz de impactar os leitores, recorrendo, inclusive, à imagem do diabo que se opunha a Deus.<sup>446</sup>

Dois dias antes, em 6 de maio de 1953, os operários de Fernão Velho tinham-se reunido para uma sessão ordinária de seu sindicato. Iniciaram lendo e aprovando a ata da reunião anterior, do dia 29 de abril, na qual o recém-eleito<sup>447</sup> presidente do sindicato solicitava a cooperação dos operários e companheiros para evitarem o abandono das máquinas durante o expediente na Fábrica Carmen. Julgava esse ato como indisciplina e alertava que poderia provocar sanções desagradáveis.<sup>448</sup> A releitura da ata soava como lembrete do alerta.

O registro completo dessa reunião toma apenas uma página do livro de atas do sindicato. Por outro lado, na rapidez e objetividade das palavras, possibilita explorar e indagar sobre o universo de subjetividades acerca das circunstâncias políticas nas quais esses trabalhadores estavam inseridos. Realizada a leitura e o lembrete da ata anterior, deram continuidade à reunião, tomando o cenário político como questão central da pauta para debate, ou mesmo alerta. “[...] o Sr. Presidente em ligeira palestra advertiu aos presentes da reação da política existente, dizendo que evitassem o mais possível falar em tal assunto, pois era grande a guerra de nervos local e que só os pequenos seriam prejudicados.”<sup>449</sup>

<sup>444</sup> Nasceu em 5 de outubro de 1919 em Viçosa, AL. Filho de Alex Andrino Gomes Siqueira e Maria Francisca dos Santos. Desquitado. Residia no bairro do Farol em Maceió. Funcionário público municipal. Atuando como comunista, foi preso diversas vezes. Somente nos registros do Dopse/AL constam, em 1966, um total de oito prisões entre 1950 e 1962. Atuava também em Pernambuco, tornando-se membro do Comitê Distrital de Recife. Em Alagoas, foi secretário de Agitação do Comitê Estadual. Chegou a ser condenado em 1951 a cinco anos por atividades comunistas, pena essa que necessariamente não foi cumprida. Fonte: IPM 709. Ofício n.º 24/66, p. 81-82. Dopse/AL. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_03&PagFis=123151](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=123151)>. Acesso em: 5 set. 2015.

<sup>445</sup> Ibid.

<sup>446</sup> RODEGHERO, 2003, p. 33-34.

<sup>447</sup> Nas atas desse ano, não consta o nome do presidente do sindicato. A informação de que se trata de uma nova gestão foi em virtude de informações contidas na ata do dia 25 de março de 1953, quando em uma sessão ordinária o presidente prestava contas aos associados sobre a então situação patrimonial e financeira desse órgão. Relatava que a antiga gestão deixou como saldo financeiro “um estado verdadeiramente precário.”

<sup>448</sup> O relato do teor da reunião se encontra disponível em: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão ordinária realizada em 29 de abril de 1953. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

<sup>449</sup> \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária realizada em 6 de maio de 1953. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

Ainda que fosse uma “ligeira palestra”, ela não perde sua expressividade em relação aos receios e às expectativas sobre aquele presente. A fala representava o direito de livre expressão, inclusive de opinião e posicionamento político, um pressuposto de cidadania e direitos políticos no regime republicano brasileiro. Porém, o uso desse direito pelos operários poderia ser interpretado negativamente pelos patrões e pelas forças policiais da época, o que denota também a fragilidade do exercício dessa cidadania. Reivindicações e o livre pensamento político se somavam aos atos “ditos de indisciplina” como o abandono de máquinas na fábrica em Fernão Velho, o que à vista dos patrões e grupos conservadores eram atentados contra a ordem e a paz social, tornando-se passível de represália.

Não somente em face da acusação de agitação, mas podendo também ser considerado as sucessivas faltas como abandono de emprego, ou mesmo abrir brechas que respaldassem juridicamente a rescisão contratual por justa causa. Nos anos 1947, 1948 e 1949, foram convocados pela Fábrica Carmen, por meio de Edital no *Diário Oficial* do Estado de Alagoas, um total de 67 operários que supostamente tenham abandonado o emprego nesses anos.<sup>450</sup> No cotejo dessa fonte, não é possível identificar as razões e circunstâncias do suposto abandono de emprego, muito embora também não seja descartável a plausibilidade de expurgo, profilaxia moral, ou mesmo redução do quadro de funcionários diante de ajustes financeiros pela administração da fábrica.

Segundo os editais de convocação, os operários deveriam apresentar-se à gerência da empresa no prazo de oito dias corridos a partir da publicação de cada edital. Os operários estavam incursos na alínea “i” do artigo nº 482 da CLT, que regulamentava a demissão por justa causa por abandono de emprego. Relacionaram operários e operárias maiores e menores de idade. Estes trabalhavam em diversas funções como liçador, mecânico, bancos, eletricitista, tecelagem, enrolador, engomadeira, espuladeira, carda, escritório, acabamento e trabalhadores que atuavam na área externa realizando manutenção da Vila Operária. Outras informações como tempo de serviço, se eram ou não comunistas, se tinham familiares trabalhando na Fábrica Carmen, entre outras informações, não foram apresentadas nos editais. Neles constavam apenas o nome e a função dos operários, mas ficam abertas as indagações se se tratava de um expurgo sistemático e/ou tentativa de contenção de custos! No mesmo período, outras fábricas têxteis, a exemplo da companhia que se localizava na cidade de Rio Largo,

---

<sup>450</sup> Os editais estão disponíveis nas seguintes publicações: OTHON BEZERRA DE MELLO, FIAÇÃO E TECELAGEM S/A. Fábrica Carmen: edital. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 17 jan., 21, 28 mar., 22 maio, 24 jun. 1947. Maceió, 1947. \_\_\_\_\_. Fábrica Carmen: edital. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 6, 24 abr. 1948. Maceió, 1948. \_\_\_\_\_. Fábrica Carmen: edital. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 16, 24 fev., 25 mar., 18 jun. 1949. Maceió, 1949.

também publicaram editais com semelhante convocação e enquadramento jurídico da demissão.

Em 1954, o jornal comunista *A Voz do Povo*, edição de 7 de novembro, noticiou o expurgo de um trabalhador rural que tinha participado da delegação de camponeses alagoanos na II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas e Camponesas realizada na cidade de São Paulo entre os dias 20 e 21 de setembro de 1954. Nessa conferência reuniram-se camponeses de 16 estados para discutirem “uma vida onde a terra pertença a quem trabalha nela, onde não haja miséria e tanta fome. Uma vida que dê melhores condições de existência aos trabalhadores agrícolas”.<sup>451</sup> Nessa reportagem, o camponês Manoel Alves, do bairro de Garça Torta, relatou que trabalhava para a usina Utinga Leão<sup>452</sup> e recebia Cr\$ 12,00 de diária. Nesse ano, uma cuia de farinha chegou a custar Cr\$ 15,00, o quilo de arroz Cr\$ 12,00 e o quilo de charque Cr\$ 45,00.<sup>453</sup> Após ter assistido palestras que tratava de direitos, aceitou participar da Conferência como delegado por Alagoas. Retornando da viagem de cunho político-cidadã, foi despedido da usina. Nesse momento, os trabalhadores rurais não usufruíam os mesmos direitos sociais do trabalhador urbano. Era uma limitação da abrangência da CLT.

Os direitos políticos e civis, apesar de ampliados pela Constituição de 1891, ao longo da experiência republicana, eram passíveis a recuos nas tramas políticas. O Brasil se encontrava em uma “fase de instabilidade, alternando-se ditaduras e regimes democráticos”,<sup>454</sup> o que podemos considerar como um permanente estado de exceção.

Era um período em nossa história de constantes impasses com a plausível iminência de golpes de estado ou quebra da legalidade constitucional, configurando uma situação de exceção na qual se cogitava a suspensão da norma para assegurar a própria validade desta.<sup>455</sup> Tratava-se de um paradigma de governo produzido sobremaneira em momentos de crise e instabilidade, e como tal, deve ser compreendido dentro do terreno político. Havia, nessa situação, um desequilíbrio entre as esferas do direito público e do fato político,<sup>456</sup> criando-se uma zona de indiscernibilidade e incertezas quanto aos seus limites. O que torna plausível,

---

<sup>451</sup> ALAGOAS na 2.<sup>a</sup> Conferência dos Trabalhadores Agrícolas. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954. Suplemento, p. 2.

<sup>452</sup> Os proprietários dessa usina administraram a Companhia União Mercantil, atual Fábrica Carmem em Fernão Velho, por um breve período antes do Grupo Othon.

<sup>453</sup> Os valores de produtos básicos na alimentação e sobrevivência dos operários foram recuperados em virtude de sistemáticas publicações sobre o custo de vida entre os anos de 1954 e 1961 no Jornal *A Voz do Povo*.

<sup>454</sup> CARVALHO, 2013, p. 87.

<sup>455</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 11.

<sup>456</sup> *Ibid.*

segundo o filósofo Giorgio Agamben,<sup>457</sup> o estado de exceção como uma tentativa de produção de uma forma legal no direito público daquilo que não poderia ter forma legal, a exemplo do uso exacerbado da força repressora e recuos da cidadania produzidos nos momentos de lutas e embates entre projetos de sociedade, ou mesmo manifestações populares.

Situação essa cujos efeitos eram sentidos no plano político. No âmbito nacional, a eleição de Vargas em 1950 tinha representado “um grande desapontamento para seus inimigos, que tentaram utilizar meios legais e manobras políticas para impedir sua posse”<sup>458</sup> As perseguições políticas, as prisões e os espancamentos de trabalhadores, a crise econômica e a carestia, as precárias condições de vida, os litígios trabalhistas cujos desfechos produziam efeitos de legalidade nas tentativas de cerceamento de direitos pelos patrões, todos ditavam a tônica dos limites dessa cidadania nos idos dos anos 1950. Ainda expressava uma situação de exceção como dispositivo<sup>459</sup> que, paradoxalmente, se referia à vida incluindo-a por meio de sua própria suspensão, por meio de uma relação cuja forma de poder capturava e ao mesmo tempo abandonava os viventes – os trabalhadores e cidadãos – ao Direito, a exemplo dos litígios que viveram Avelino Francisco e sua esposa Elizabete Silva, recuperados no capítulo anterior.

Uma condição política e de poder cujos efeitos eram denunciados com frequência pelos trabalhadores a exemplo das greves operárias em Fernão Velho e dos comícios relâmpagos de comunistas no início do Governo Arnon de Melo, mas também por meio da produção dos seus silêncios. “Evitar falar”, conforme sugerido pelo presidente do sindicato, tomava também uma forma de coação diante da guerra de nervos e do medo que se instalara. Um anúncio no meio operário de Fernão Velho do prelúdio de uma crise política que se instalava; e assumir momentaneamente o cerceamento do direito da fala era uma forma de evitar as sanções que poderiam acometer e prejudicar os próprios operários. A sugestão da suspensão dessa liberdade de fala era um dos efeitos da condição de estado de exceção que os operários viviam, impondo limites aos seus direitos políticos.

Limites esses que se concretizavam por meio das ações de grupos conservadores que apoiavam o Governo Arnon de Mello, que naquele presente entrava em seu terceiro ano. Esse governo vinha sendo marcado pela perseguição e prisão de comunistas e operários em Fernão

---

<sup>457</sup> AGAMBEN, 2012, p.2.

<sup>458</sup> CARVALHO, 2013, p. 127.

<sup>459</sup> Segundo o filósofo Giorgio Agamben, devemos considerar como dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”. AGAMBEN, 2009, p. 40.

Velho, entre outras localidades, além da crescente judicialização das lutas políticas entre fábrica e operários.

Na mesma ata em que se sugeria “evitar falar em tal assunto” – a política –, foi também discutida uma alternativa ao abandono do direito e do poder público, sugerindo-se a criação de uma cooperativa, mas não foi registrada com mais detalhes ou mesmo não foi posteriormente identificada nas atas subsequentes a repercussão dessa proposta. Parece ter prevalecido o abandono, seja da ideia e do corpo operário à própria sorte.

Opondo-se a essa situação, um dos associados do sindicato, Silvio Lira, no mesmo dia em que o presidente do sindicato sugeria o silêncio, pronunciou-se em favor da mobilização dos operários. No uso de sua palavra, direcionou a discussão da reunião para outro problema: o baixo número de associados participantes das reuniões do sindicato. Enfatizava que era necessário que o presidente desse órgão incentivasse os companheiros “à frequência neste ambiente”,<sup>460</sup> sendo também uma de suas atribuições, a de mobilização.

Em Alagoas, intensificava-se a atuação de comunistas na mobilização de trabalhadores, em especial, urbanos. Simultaneamente, Muniz Falcão entrava em cena para a disputa do Governo do Estado. Seus discursos se aproximavam dos trabalhistas na promoção dos direitos sociais. Tais fatos provocavam a insatisfação e apreensão por parte dos grupos conservadores composto por usineiros, industriais e oligarquias agrárias. Por outro lado, esse cenário político também despertava receio por parte dos operários de Fernão Velho, sobretudo quando a guerra de nervos destacada pelo presidente do sindicato poderia atingir ou prejudicar esses ditos “pequenos”, conforme alertava.

### **6.3 Na Praça dos Martírios, o clamor por mudanças**

Em 7 de novembro de 1954, os comunistas pediram “liberdade para Tibúrcio Tenório”.<sup>461</sup> Noticiaram a repressão que sofrera com a de Renalvo Siqueira, que, no ano anterior, já havia sido preso em Fernão Velho. Dessa vez, também foram espancados por agentes policiais. Participavam de ações populares na Praça dos Martírios contra o aumento

<sup>460</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. *Ata de sessão ordinária realizada em 6 de maio de 1953*. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

<sup>461</sup> Nascido em 14 de abril de 1904, era filho de José Tenório da Rocha e de Adelina José das Neves. Residia no bairro de Ponta Grossa e trabalhava como comerciante. Entrou para o PCB em 1927, tendo também sido preso nesse ano pela acusação de lesão corporal durante ação considerada pelo Dopse como subversiva. Além dessa prisão, constam mais cinco registros de prisões em sua ficha. Fonte: IPM 709. Ofício n.º 24/66, p. 82-83. Dopse/AL. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_03&PagFis=123151](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=123151)>. Acesso em: 5 set. 2015.

da passagem dos transportes. Tibúrcio estava encarcerado no que os comunistas consideravam “masmorra da praça da Independência”. A ele foram negados os recursos de *habeas-corpus* e fiança, “[...] ‘legalizando’ desta maneira as arbitrariedades policiais”.<sup>462</sup> Permanecia preso por três meses.

Nesse período, é perceptível o agravamento das condições de vida da população, sobretudo em relação a oferta dos serviços de saúde, em especial, assistenciais prestados nas maiores fábricas têxteis no estado. Era o que os comunistas adjetivavam como “um tempo de martírio e de clamor”, denunciado constantemente no jornal *A Voz do Povo*. Adjetivações que lembravam sentimentos cristãos como sacrifício, desejo de salvação, e tratava o preso como vítima, tentando produzir um efeito de consternação entre os leitores. Por outro lado, podemos analisar a repressão com uso da prisão para reagir ao protagonismo de comunistas e trabalhadores que lutavam por melhores condições de vida.

Relatou-se que, em uma manhã, um bonde parou em frente à Fábrica Alexandria,<sup>463</sup> no bairro de Bom Parto, próximo ao bairro do Centro em Maceió, no horário da turma das 10 horas. Do bonde, saltou uma “avalanche” de operários que se revezavam no portão da fábrica, enquanto uns entravam, outros saíam. Dezenas correram em direção ao escritório, convergindo para a farmácia. Lá, havia outra concentração de operários entre homens e mulheres, todos inquietos. Mulheres jovens gesticulavam e falavam aos brados, outras choravam. Um jornalista perguntava a uma das que choravam sobre a razão das lágrimas. Entre soluços, respondeu que tudo aquilo era uma miséria; que a fábrica descontava 14 cruzeiros de taxa de higiene, mas quando os operários ou os filhos precisavam de tratamento e medicamentos, nem sempre a fábrica atendia. Situação que a operária julgava ser um absurdo.

A Fábrica Alexandria distribuía apenas dez fichas por turma para atendimento médico, cinco para homens e cinco para mulheres. A mulher que chorava declarava que já era a sexta vez que tentava conseguir uma ficha, mas não tinha êxito. Ela afirmava que o médico comparecia diariamente, mas atendia apenas durante duas horas um quantitativo médio de 30 pessoas. “Quer dizer, são quatro minutos para examinar e receitar cada um”, enfatizava o jornalista que entrevistava a operária. Ela, por sua vez, relatava as condições de atendimento do serviço de saúde, o médico perguntava o que o paciente estava sentindo, logo prescrevia a receita. A operária entrevistada pelo jornal afirmava que o médico julgava que o “doente” não tinha nada, era apenas “impressão”.

---

<sup>462</sup> LIBERDADE para Tibúrcio Tenório. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954. Suplemento, p. 2.

<sup>463</sup> LINS, Humberto. Clamor na Alexandria. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954. Suplemento, p. 2.

A operária relatara também que sua irmã estava doente a ponto de nem sequer suportar subir uma ladeira da vila, mas, mesmo assim, continuava trabalhando na máquina porque “o doutor dizia que não era nada, era impressão”. Aproveitando o ensejo, outras operárias dirigiram-se ao jornalista, denunciando sua condição de pauperismo. O salário mínimo não correspondia aos custos para a sobrevivência dos trabalhadores, denunciavam os comunistas. O aluguel e o preço de mercadorias aumentaram a ponto de enlouquecer todos, patrão e governo tinham arrancado tudo do trabalhador com o aumento de preços e taxas, afirmaram as tecelãs.

O atendimento público nos serviços de saúde, que já era precário conforme o próprio Arnon de Mello reconhecia antes de ser eleito governador. Chegara a uma situação alarmante. No bairro Vergel do Lago, um dos mais populosos de Maceió, havia um único posto de saúde, além de sofrerem com a falta d’água e de iluminação. Nesse bairro, a população vivia no abandono e na miséria.<sup>464</sup>

Em Fernão Velho, já se discutia no sindicato sobre as péssimas condições dos serviços ofertados ao operariado, tanto por parte da Prefeitura da capital como da própria Fábrica. Em 1953, a pauta em uma reunião<sup>465</sup> era a indisponibilidade do próprio médico local em prestar os serviços de saúde por ter sua mãe enferma, o que leva a crer não existir um substituto para ele. Era posta em votação a contratação de um dentista pelo sindicato utilizando os recursos do imposto sindical. Os operários, por meio do sindicato, buscavam suprir as demandas sociais que o Estado e a Fábrica não conseguiam cumprir satisfatoriamente. Três meses depois, em 27 de novembro de 1953, os operários foram informados de que, em breve, seria inaugurado um gabinete dentário e médico<sup>466</sup> no sindicato. Nessa ocasião, estiveram presentes diversas autoridades, como o padre Cabral e o delegado do Trabalho, na época, Edson Falcão. Além desses, o proprietário da Fábrica Carmen, Dr. Alberto Bezerra. O Estado, a Igreja e o empresário agiam juntos a fim de apaziguar os ânimos, tentando manter o controle das camadas populares, apropriando-se do protagonismo e da celebração dos operários na tentativa de resolver os próprios problemas.

Diante da presença do empresário, os operários realizaram solicitações diversas: energia elétrica, calçamento de ruas, terreno para construção de um mercado de peixes, entre outras. Também discutiram sobre a tuberculose, uma preocupação entre os operários, tendo em vista que essa enfermidade atingia, na época, uma taxa de 30% de óbitos entre os doentes.

<sup>464</sup> ALMEIDA, Benedita. O leitor escreve: apelo ao Vergel do Lago. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954, p. 2.

<sup>465</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão ordinária de 22 de abril de 1953. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

<sup>466</sup> \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 27 de novembro de 1953. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

As solicitações e a preocupação com a tuberculose podem expressar as condições sanitárias e alimentares inadequadas dessa população operária, propícias à prevalência de graves doenças. Além disso, sendo considerada uma doença do trabalho, poderia abrir precedentes para enquadramento nas leis do trabalho, tanto para indenizações como à assistência patronal.<sup>467</sup>

No Pilar, município vizinho à Maceió, cuja fábrica têxtil já registrara cerca de 700 operários, a denúncia era de uma cidade abandonada pelo então prefeito Enoque Cavalcante da UDN. Logo no título da reportagem, que ocupa quase a metade da segunda página do jornal, afirmava-se: “O povo não tem o que comer. Charque de 50 cruzeiros. O prefeito udenista não resolve os problemas do Povo.”<sup>468</sup> O problema da cidade não era apenas a carestia, cujo efeito se sentia no preço da charque, mas também a falta d’água que diariamente atingia os moradores do centro dessa cidade. As instalações de distribuição de água datavam de 1910, de propriedade da família Maranhão, que aumentava constantemente as taxas desse serviço, mas não realizava os reparos necessários para a eficiência do serviço prestado. Após protestos, a taxa foi mantida em Cr\$ 16,60.<sup>469</sup>

A precariedade também se encontrava nos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja posse era do setor privado. Para os que viviam de salário mínimo, como os operários têxteis desse município, a situação tendia a se agravar, pois os que recebiam por produção não teriam mais o complemento no salário para acompanhar a elevação do custo de vida. O jornal *A Voz do Povo* culpava o prefeito e o governador, ambos da UDN, por essa situação em Pilar.

Logo abaixo do título da reportagem sobre a situação do operariado em Pilar, sugeria-se aos leitores do jornal, em especial trabalhadores e moradores de vilas operárias, que “O Povo deve[sse] resolver seus problemas”.

#### **6.4 O povo em busca das soluções para seus problemas**

Decerto, não é possível medir a repercussão que a sugestão do jornal comunista tenha tido entre os leitores ao ponto de influenciar ações para a resolução de pequenos e grandes problemas que atingiam a população em seu cotidiano nos idos da década de 1950. No entanto, no âmbito das tramas políticas, os embates entre diferentes grupos, partidos e

---

<sup>467</sup> ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. A tuberculose e as “doenças do trabalho”: considerações sobre a história da medicina do trabalho no Brasil, 1930-1950. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 13., 2008, Rio de Janeiro. *Annais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2008.

<sup>468</sup> PILAR cidade abandonada. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954, p. 2.

<sup>469</sup> Para efeitos comparativos do valor monetário, uma edição do Jornal *A Voz do Povo* custava Cr\$ 2,0 ao leitor.

organização de operários apontam para a busca de opções para o cenário de crise que se instalara no país, repercutindo nas condições de vida da população. O imperialismo e a elevação do custo de vida acentuando a miséria do povo eram temas recorrentes em jornais e discursos políticos, sobretudo comunistas.

#### 6.4.1 A luta contra os “leões com as tripas forra”

Em 11 de junho de 1955, *A Voz do Povo* publicou a reportagem intitulada: “Líderes alagoanos opinam sobre as eleições.”<sup>470</sup> Buscava-se levar ao conhecimento dos leitores as opiniões, daqueles que designaram “líderes”, sobre a situação política da época. Apontava para a formação de uma coalizão popular para as eleições que se aproximavam naquele ano, almejando um governo do povo. Entrevistou várias personalidades. Primeiramente, Silvio Lira, considerado pelo jornal um exemplo de líder operário na indústria têxtil. Ao ser indagado sobre a proposta de uma frente única para o governo de Alagoas, respondeu que almejava para um candidato que marchasse com uma plataforma defensora dos interesses do povo. Alertava para as possibilidades de fracasso para candidatos que se alinhassem aos grupos reacionários e entreguistas. Em seguida, foi apresentado Péricles de Araújo, comerciante, proprietário da loja “A Preferida”, e líder dos comerciantes varejistas no estado. Ele destacou as grandes possibilidades de vitória de um candidato popular.

Na mesma página do periódico, os comunistas publicaram sua proposta partidária e de governo,<sup>471</sup> denominando-a “Plataforma do Povo”. Nesta, defendiam ideias que se aproximavam dos trabalhistas, opondo-se aos ditos “entreguistas e reacionários” que almejavam o retorno ao poder executivo na esfera nacional. No âmbito estadual, ensejavam a possibilidade de um novo governo que se opusesse à UDN. Sustentavam a proposta de construção de um governo de paz, de salvaguarda da soberania nacional, de luta contra a miséria e pela garantia dos direitos democráticos e constitucionais.

---

<sup>470</sup> LÍDERES alagoanos opinam sobre as eleições. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 jun. 1955, p. 4.

<sup>471</sup> A PLATAFORMA do PCB é a plataforma do povo. *A Voz do Povo*, Maceió, 3 jun. 1962, p. 4.

Essas propostas coadunaram com a pauta política de Muniz Falcão,<sup>472</sup> que mantinha um estreito diálogo com os ideais e as práticas trabalhistas, embora não fosse do PTB. Entre 1938 e 1943,<sup>473</sup> havia atuado como delegado regional do trabalho nos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia. Sua transferência para Alagoas em 1942,<sup>474</sup> durante o governo que teve como interventor Ismar de Góes Monteiro, teria sido uma tentativa de responder aos interesses do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC).<sup>475</sup> Seu papel era a aplicação do conjunto da legislação trabalhista no governo Getúlio Vargas, que sofria resistência por parte de grupos conservadores compostos por segmentos patronais e opositores ao getulismo<sup>476</sup> naquele momento. Contra sua atuação como delegado do trabalho, em 1943, foi alvo de manobras políticas. “Não chegou Muniz a completar sua tarefa, pois as pressões das classes empresariais determinaram sua remoção para a Bahia.”<sup>477</sup>

Segundo o historiador Jorge Ferreira,<sup>478</sup> esse momento da década de 1950 era propício ao surgimento de uma geração de homens e mulheres que partilhavam crenças de que, com o nacionalismo, a defesa da soberania nacional, a realização de reformas socioeconômicas e a ampliação dos direitos sociais de trabalhadores poderiam todos contribuir para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade brasileira. O próprio João Goulart, a partir de então, tornou-se um dos principais protagonistas da história política brasileira. Ainda jovem, foi eleito deputado federal pelo PTB gaúcho. Posteriormente, projetou-se no partido, vencendo as disputas internas. Em 1952, assumiu a presidência do PTB e foi nomeado para o Ministério do Trabalho em 1953.

Muniz Falcão, que fora delegado do trabalho nos anos 1940, no início dos anos 1950, também ingressou na carreira política. Foi eleito deputado federal em 1950 pelo PST e

---

<sup>472</sup> Sebastião Marinho Muniz Falcão, mais conhecido como Muniz Falcão, era natural do município de Ouricuri no estado de Pernambuco. Foi transferido para Alagoas para assumir a Delegacia do Trabalho no estado. Havia ingressado no serviço público por meio de concurso em 1937. FALCÃO, Sebastião Marinho Muniz [verbetes]. In: *ABC das Alagoas*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes/index/F/page:5>>. Acesso em: 12 mar. 2014. ZIDAN, Tiago Eloy. O arriscado jogo democrático: a conjuntura político-social de Alagoas no pré-1964. *Senatus*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 37-44, out. 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/191799/arriscadojogo.pdf?sequence=5>. Acesso em: 15 fev. 2014.

<sup>473</sup> FALCÃO, [s.d.].

<sup>474</sup> LESSA, 2008.

<sup>475</sup> TENÓRIO, 2007.

<sup>476</sup> O historiador Jorge Ferreira esclarece, em seu livro *O imaginário trabalhista*, que o getulismo designa a mobilização de um sentimento coletivo de gratidão por Vargas, tendo em vista sua trajetória ser vinculada à outorga de direitos sociais, nesse caso, as Leis do Trabalho. Como prática política, utilizava-se da produção de representações carismáticas, próxima dos trabalhadores, sensível às causas sociais. Trata-se de uma “expressão que traduzia a defesa e as conquistas do trabalho associadas à imagem do chefe do governo, além de um estilo político que privilegiava uma relação sem mediações entre líder e trabalhadores”. Destaca que o getulismo tem uma marca indelével da personalização de Vargas. FERREIRA, 2005, p. 121.

<sup>477</sup> TENÓRIO, 2007, p. 103.

<sup>478</sup> FERREIRA, 2005, p. 119.

contribuiu para o fortalecimento de seu grupo político, que nesse ano também elegeu mais três candidatos pelo mesmo partido, com um total de 38.168 votos, perfazendo o total de quatro deputados. O PSD alagoano elegeu dois deputados federais em 1950. Essa parte dos representantes alagoanos para o Congresso Nacional somava-se à formação de uma bancada “comprometida com o nacionalismo e as mudanças na estrutura econômica do país”,<sup>479</sup> totalizando seis dos nove lugares de Alagoas na Câmara Federal.<sup>480</sup> A UDN elegeu três candidatos. Posteriormente, Muniz migrou para o Partido Social Progressista (PSP), pelo qual se tornou vice-líder de sua bancada no Congresso. Em 1954, foi reeleito deputado federal.

Nas eleições de 1950, embora Arnon de Mello tenha sido eleito governador representando a UDN, pode-se perceber, pelo número de votos e deputados eleitos nesse mesmo pleito, uma forte tendência de aceitação política dos discursos de cunho trabalhista representado pelos partidos opositores ao governador então eleito em 1950. Partidos como PST, PSD, PSP e o próprio Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no âmbito nacional, conquistavam a simpatia do eleitorado. Estes, embora não formassem um grupo homogêneo, expressavam ideais contrários ao da UDN. Além do que, percebe-se que o discurso trabalhista não era monopolizado pelo PTB. Em conjunto, o PST e PSD ocuparam dois terços das vagas por Alagoas para o Congresso. Esse comportamento político apresentado pelo eleitorado fortalecia a formação de uma nova coligação para a eleição seguinte em 1955, tendo como principal líder, Muniz Falcão.

É pertinente ressaltar que essa projeção política também sofreu influência da mudança no perfil do eleitorado que já vinha ocorrendo desde a eleição de Arnon de Mello. O censo demográfico em Alagoas apontava um aumento significativo da população, saindo de 951.300 na década de 1940, para 1.093.137 na década de 1950, alcançando no fim dessa última década, um total de 1.271.062 habitantes.<sup>481</sup>

A cidade de Maceió, durante esse período, acompanhou esse crescimento demográfico, praticamente dobrando sua população em 1960 quando alcançou um número aproximado de 170.000 habitantes. Em 1950, esse número alcançava cerca de 100.000 habitantes. Houve um aumento de 68% no eleitorado alagoano, chegando a alcançar 146.182 eleitores em 1955.<sup>482</sup> As mudanças econômicas marcadas pela industrialização e desenvolvimento do comércio na cidade impulsionava, também, a migração de diversas

---

<sup>479</sup> FERREIRA, 2005, p. 101.

<sup>480</sup> BRASIL, 1973, v. 7.

<sup>481</sup> TENÓRIO, 2007, p. 29.

<sup>482</sup> LESSA, Golbery Luiz. Os operários na vanguarda das lutas políticas. In: TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: Sebrae; Edufal, 2013b. p. 171.

famílias que saíam das cidades interioranas para buscar melhores condições de vida e de trabalho na capital.<sup>483</sup>

Além disso, o Governo Arnon de Mello vinha enfrentando diversos desgastes, sobretudo entre o eleitorado operário. Fato este que contribuiu para a perda de aliados que passaram a aderir a outras opções políticas, que não a UDN vinculada a Carlos Lacerda. O suicídio de Vargas, lembrado entre os operários.

Morreu no dia 24 de agosto de 1954. Por isso tenho essa data comigo. Ainda me lembro. Ele dizia para o povo, quem for escravo para não ser escravo de ninguém, e acreditei nele. Foi forçado por Carlos Lacerda e outros. Getúlio Dornelas Vargas foi um grande presidente. Grande presidente. As pessoas sentiram demais a morte dele. Todo mundo lamentou. Getúlio, Getúlio... Assim como o padre Cícero foi para o nordestino, Getúlio foi para o Brasil. Todo mundo gostava do homem, e gostava mesmo, de coração. Ele não perdia eleição para ninguém. Eu cheguei, nessa época, eu não votava não, mas o pessoal só votava nele. Getúlio, Getúlio, Getúlio. (Relato de Zequinha Moura, 2014)

A morte de Vargas repercutiu em todo o Brasil, contribuindo para a projeção do trabalhismo, inclusive em Alagoas. O próprio Vargas era mitificado, tornando-se para os trabalhadores uma imagem cuja idolatria assemelhava-se à de religiosos que supostamente realizassem milagres, como padre Cícero. Diversos políticos e legendas partidárias, além do próprio PTB, revestiam-se como herdeiros políticos dos valores dos trabalhadores brasileiros. O trabalhismo, desse modo, deslocava-se do personalismo de Vargas para uma plataforma política mais ampla, configurando-se como projeto de sociedade.

Nesse jogo político, abriam-se precedentes, nacionalmente, para pactos com líderes políticos progressistas em torno de interesses comuns,<sup>484</sup> o que parece também ter ocorrido em Alagoas. Em 1954, formou-se uma ampla coligação composta pelo PSP, PSD, PR, PSB, PTB e Partido Democrata Cristão (PDC). Em 1955, essa coligação passou a ser designada como Frente Popular Alagoana,<sup>485</sup> tendo como um de seus líderes, Muniz Falcão.

Os comunistas não ficaram distantes dessa articulação de forças políticas. Mesmo com seu registro partidário cassado, declaravam apoio e adesão ao projeto trabalhista da Frente Popular Alagoana: “Comunistas e trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo

<sup>483</sup> LINDOSO, Dirceu. *Interpretação da província: estudo da cultura alagoana*. Maceió: Edufal, 2005. p. 83-85.

<sup>484</sup> FERREIRA, 2005, p. 59.

<sup>485</sup> MOURA, Anderson Vieira. Uma candidatura de inspiração popular: a formação da Frente Popular Alagoana, 1955. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364749562\\_ARQUIVO\\_Umacandidaturadeinspiracaopopular-AndersonVieiraMoura.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364749562_ARQUIVO_Umacandidaturadeinspiracaopopular-AndersonVieiraMoura.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2013.

comum.”<sup>486</sup> Defendiam a realização de reformas e direitos trabalhistas (rural e urbano). Fortaleciam uma plataforma política que designavam democrática e anti-imperialista, visando à unidade para a derrota dos entreguistas e imperialistas.

Esse apoio comunista declarado aos trabalhadores não ocorria apenas em Alagoas. Em Pernambuco, formou-se a Frente do Recife articulada pelo Partido Comunista e o Partido Socialista, congregando ainda outros partidos considerados progressistas, coligando-se como “esquerda democrática”, ou mesmo uma frente popular. Esta, segundo os historiadores Antonio Torres Montenegro e Taciana Mendonça dos Santos,<sup>487</sup> teria sido formada inicialmente para concorrer às eleições diretas para a prefeitura de Recife em 1955.

No poder legislativo, também ocorreu a formação de grupos com interesses comuns, nesse caso, o nacionalismo e o reformismo. Na segunda metade da década de 1950 e início dos anos 1960, atuou no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que convergiu para a defesa de práticas econômicas desenvolvimentistas, ou, como afirma a historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado,<sup>488</sup> um pensamento que se constituiu como substrato de uma conjuntura histórica de efervescência e significativa inserção da sociedade civil no campo da política, suscitando um processo de modernização desenvolvimentista da sociedade brasileira.

A formação desses tipos de arregimentação política com interesses comuns fazia parte da cultura política<sup>489</sup> e do comportamento eleitoral no Brasil durante esse período. Congregava interesses comuns capazes de ampliar os princípios ideológicos dos partidos aliados. Expressavam referências amplamente difundidas, que identificavam o pertencimento dos sujeitos e as legendas partidárias como parte dos debates em torno dos rumos do país. A formação de frentes de caráter popular contribuía para a ampliação da participação de segmentos sociais até então marginalizados nos espaços institucionais da política nacional. Ampliava-se o sentido de república,<sup>490</sup> amadurecia-se a ideia de democracia.

A Frente Popular Alagoana concorreu nas eleições de 1955, tendo como principal candidato ao governo do Estado, Muniz Falcão. Sua posição e proposta política ganhou

---

<sup>486</sup> COMUNISTAS e trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954.

<sup>487</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder, 1955-1964. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

<sup>488</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista, 1956-1964. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

<sup>489</sup> BERSTEIN, 2009.

<sup>490</sup> DELGADO, 2007, p. 364.

adesão dos comunistas, de modo que talvez o considerasse como líder capaz de sustentar projetos que coadunassem com a almejada Plataforma do Povo. Assegurava-se também uma relação de conveniência, tendo em vista trabalhistas e comunistas terem as mesmas bases sociais, os trabalhadores.<sup>491</sup> Essa aproximação já tinha tido êxito na eleição de Vargas em 1950.

Arnon de Mello também tentava construir uma imagem de homem próximo aos trabalhadores nas eleições de 1955 quando se candidatou para o Senado e defendeu Afrânio Lages como seu sucessor no governo. A operária Dona Emília (2014) lembrou que “Sua campanha tinha uma mulher de Viçosa.<sup>492</sup> Chamou ele para ser padrinho do filho dela. Ele quando ganhou, batizou o menino aqui nessa igreja [São José em Fernão Velho]. Na época o povo falava, ele vem nada. Mas ele veio.” O apadrinhamento de um filho de operário possibilitava a circulação de uma imagem carismática, de homem sensível às demandas daqueles que convivessem com seu apadrinhado. Além de que pressupunha um vínculo não somente político, mas familiar e fraternal com os trabalhadores. Afinal, tornara-se padrinho de um filho do trabalho.

As estratégias de conquista de votos eram diversas. Em Fernão Velho, relata-se a exposição de uma máquina de costura, entre outros eletrodomésticos, que circulavam na caçamba de carros utilitários ou no bagageiro do teto de um carro modelo Kombi. Arnon de Mello prometia presentear as famílias operárias através de sorteios durante seus comícios. A máquina de costura era um dos prêmios prometidos, além de produzir uma imagem nas vilas operárias, de que era sensível às demandas e referências de identidade desses trabalhadores com as atividades têxteis, seja na fiação, seja na tecelagem. A máquina de costura poderia tornar-se fonte de renda complementar para mulheres, ou evitar que contratassem serviços de costura para a produção de suas roupas e de seus familiares, utilizando os tecidos cedidos pelas fábricas.

As denúncias nos jornais da cidade eram também uma prática comum na propaganda política, tentando desestabilizar posições entre o eleitorado. Os comunistas em junho de 1955 acusavam Arnon de Mello de apoiar candidatos fascistas.<sup>493</sup> Declararam ser a UDN: “um partido de golpistas e reacionários, ligados aos imperialistas ianques, aos latifundiários e

---

<sup>491</sup> SILVA; SANTANA, 2007, p. 106.

<sup>492</sup> Município próximo a Maceió. Localiza-se na região da Zona da Mata do estado, com predominância da atividade açucareira.

<sup>493</sup> ARNON escolhe um candidato fascista para governador. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 jun. 1955.

grandes responsáveis diretos pelo golpe de 24 de agosto e pela morte de Getúlio Vargas.”<sup>494</sup> A reportagem ganhou destaque nesse periódico, sendo publicada na primeira página do jornal *A Voz do Povo*, tendo continuidade nas edições seguintes.

Nesse cenário, o posicionamento político de Muniz Falcão próximo aos trabalhadores, desde quando era delegado do trabalho, favoreceu um ganho de espaço político entre o eleitorado operário, seguindo também a vitória do PTB e de Getúlio Vargas para presidente em 1950. No entanto, essa situação política repercutia negativamente entre os grupos conservadores de Alagoas e no Brasil, abrindo-se precedente para golpes ou aplicação de dispositivos legais que viessem a fazer uso da força e violência, ou mesmo suspensão da norma. Nesse sentido, os comunistas denunciaram, em 28 de agosto de 1955, a possibilidade golpista, publicando o *Manifesto Eleitoral do Partido Comunista do Brasil*.

Unamo-nos para impedir a implantação de uma ditadura militar fascista. Reunamos todas as forças antigolpe, desde operários e camponeses até grandes capitalistas e fazendeiros interessados na defesa da Constituição. Tais forças, unidas, poderão isolar e bater as forças do golpe militar, impor a realização das eleições livres e garantir a vitória de seus candidatos nas urnas. [...] A vitória das candidaturas Kubitschek e Goulart será a derrota dos generais golpistas, dará um novo impulso às forças democráticas e patrióticas e poderá determinar importante modificação na correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil.<sup>495</sup>

Destacavam a necessidade de união de esforços para garantir a legalidade democrática e liberdade contra o perigo fascista que ameaçava as eleições e a vontade popular. Durante o período democrático, a violência se institucionalizava de diversas formas, por meio de dispositivos governamentais, a exemplo do Dops, por ação de seguranças privadas das fábricas e engenhos, ou mesmo na diplomacia influenciando os percursos políticos no Brasil.

O golpe militar de 24 de agosto revelou a brutalidade dos métodos norte-americanos de dominação, pôs a nu a violência com que os agentes do Departamento de Estado fazem e desfazem governos em nossa terra. [...] os golpistas a serviço do imperialismo norte-americano, utilizam todos os pretextos para tentar justificar um novo golpe de Estado que implante no país a ditadura militar fascista, que acabe com os últimos vestígios de

<sup>494</sup> Interpretam o suicídio de Getúlio Vargas ocorrido em 1954 como um golpe. Nessa mesma edição, ao lado da denúncia feita contra o candidato da UDN, o Jornal *A Voz do Povo* traz ainda uma reportagem intitulada *Defendamos o petróleo e a paz*, de autoria de Rubem Angelo, conhecido advogado que atuava nos sindicatos têxteis. A chamada pela defesa do petróleo soa como uma continuidade da luta dos ideais políticos varguistas.

<sup>495</sup> MANIFESTO eleitoral do Partido Comunista do Brasil. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 ago. 1955. Acervo do Arquivo Público de Alagoas.

liberdades, com direitos e conquistas dos trabalhadores que permita a entrega das riquezas nacionais aos monopólios norte-americanos.<sup>496</sup>

A complexidade desse cenário eleitoral e sua repercussão política abriam precedentes para possíveis golpes e ações conservadoras, ou mesmo ações antigolpistas que desejava “impedir no país a implantação de uma ditadura militar fascista”.<sup>497</sup> Reações violentas dos grupos conservadores eram praticadas, extrapolando as disputas nas urnas, sobretudo reprimindo as forças populares.

No dia 8 de setembro de 1955, as instalações do Jornal *A Voz do Povo* foram invadidas.

A polícia de bandidos de Arnon, chefiada pelo Beleguim<sup>498</sup> Álvaro Flores, ferindo a Constituição do país, praticava um verdadeiro assalto ao nosso jornal. Não só depredou, empastelou como também roubou todos os materiais redacionais que lá se encontravam arquivos, livros, revistas, etc., e prendeu ainda, os gráficos que lá estavam trabalhando. O operário Renalvo Siqueira dos Santos não só foi preso como barbaramente espancado, estando seu estado de saúde a inspirar cuidados médicos.<sup>499</sup>

A luta política repercutia de diversas formas, tornando plausível o uso da violência. No caso do empastelamento do jornal, pode-se considerar que foi uma reação às constantes denúncias dos comunistas, que se posicionavam como antigolpistas, em defesa da legalidade democrática, e denunciantes de candidatos qualificados por eles como fascistas, a exemplo de Arnon de Mello que naquele momento era o governador. Os comunistas, convictos de que sua posição incomodava os conservadores da UDN e reagindo contra o empastelamento do jornal, prisão e espancamento sofrido por Renalvo Siqueira, pediam, dentro da legalidade, a renúncia de Arnon.<sup>500</sup> Justificaram sua posição política denunciando o aparato estatal e repressor utilizado pela UDN em favor de seus interesses, qualificando também o governador como terrorista.

Essas denúncias circulavam por meio do periódico comunista nas diversas vilas operárias de Maceió. Em Alagoas, muitas famílias já tinham se fixado em territórios fabris como Fernão Velho, que, durante esse período, chegou a ter uma população em torno de 15.000 habitantes. Entre esses, acredita-se que os eleitores operários e sua família

---

<sup>496</sup> MANIFESTO eleitoral do Partido Comunista do Brasil. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 ago. 1955. Acervo do Arquivo Público de Alagoas.

<sup>497</sup> Ibid.

<sup>498</sup> Agentes da Justiça que atuavam de forma intransigente, ou mesmo violenta, no exercício de suas funções.

<sup>499</sup> O ASSALTO à *Voz do Povo* e a renúncia de Arnon. *A Voz do Povo*, 11 dez. 1955, p. 1.

<sup>500</sup> Ibid.

representavam cerca de 10% do total do eleitorado geral,<sup>501</sup> o que levava candidatos a direcionarem esforços para a conquista dos votos desses eleitores. O próprio Arnon de Mello, nas eleições de 1955, tentava minimizar a imagem negativa produzida pelos comunistas aos candidatos da UDN. Encerrou sua campanha falando aos operários de Fernão Velho.<sup>502</sup> Defendia a própria candidatura para o Senado e a de Afrânio Lages para o Governo de Estado.

Na medida em que a força era usada para reprimir, em defesa da legalidade, justificava seu uso. Os comunistas posteriormente reconhecem a relevância de ações enérgicas do general Teixeira Lott e do Congresso Nacional para assegurar, como expressão da vontade popular, a posse dos candidatos eleitos no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1955. Getúlio Vargas, embora tenha deixado o poder com um ato suicida, legou politicamente o fortalecimento e a projeção do PTB, assim como dos partidos alinhados ao trabalhismo. Legado esse que produziu efeitos imediatos nas eleições seguintes ao seu governo.

Após acirrada disputa eleitoral em 1955, Muniz Falcão foi eleito governador de Alagoas com 53.085 pelo PSP contra 49.669 de Afrânio Salgado Lages,<sup>503</sup> candidato pela UDN.<sup>504</sup> Não foi uma mera vitória. O eleitorado, provavelmente maioria composta por trabalhadores, reconhecia seus interesses nas urnas. Foi um período que o historiador Jorge Ferreira destaca como de alto grau de mobilização popular.<sup>505</sup> Nesse mesmo ano, no pleito para vice-presidente,<sup>506</sup> João Goulart da coligação PSD-PTB foi o candidato que obteve maior votação em Alagoas.<sup>507</sup> Seu eleitorado com 47.173 votos superava os votos obtidos pelo presidente eleito, nesse caso, Juscelino Kubistchek que, pela mesma coligação, obteve 38.775 votos no estado.<sup>508</sup> Superou também Juarez Távora, o candidato da UDN à presidência e que alcançou 44.126 votos.

João Goulart, como candidato a vice-presidente pelo PTB, e Muniz Falcão, candidato a governador pelo PSP, foram vitoriosos em Alagoas nas eleições de 1955. PTB, PST e PSP, partidos cujos programas ideológicos se aproximavam dos trabalhadores defendendo reformas

---

<sup>501</sup> LESSA, 2013a, p. 171.

<sup>502</sup> MELLO, Arnon de. O governador, ao povo alagoano. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 2 jan. 1955.

<sup>503</sup> BRASIL, 1973, v. 7.

<sup>504</sup> Nessa mesma eleição, o candidato pelo PSP a vice-governador Sizenando Nabuco de Melo também obteve mais votos que os candidatos da UDN. Alcançou o total de 50.865 votos. BRASIL, 1973, v. 7.

<sup>505</sup> FERREIRA, 2005.

<sup>506</sup> É importante destacar que o cargo de vice-presidente da República não representava apenas uma suplência da Presidência. O vice-presidente, constitucionalmente, também exercia a presidência do Senado. Tratava-se, portanto, de uma posição política estratégica que viabilizassem a governabilidade, seja por articulação de acordos com distintos líderes políticos, seja nas votações no Legislativo de matérias que interessavam ao Executivo.

<sup>507</sup> BRASIL, 1973, v. 7.

<sup>508</sup> Ibid.

sociais, foram as legendas mais votadas no estado, o que fortalece a tese do protagonismo dos trabalhadores na cena política brasileira e alagoana durante esse período.<sup>509</sup>

Nas eleições para a Assembleia Legislativa em Alagoas, o comportamento político do eleitorado apresentou resultados diferentes. A UDN foi o partido mais votado, conquistando dezesseis vagas contra oito do PSD, três do PTB, três do PSP e cinco do PDC.<sup>510</sup> Esse resultado posteriormente repercutiu profundamente na governabilidade de Muniz Falcão, reforçando o cenário de crise política.

#### 6.4.2 Operários na peleja contra a “chibata” patronal

Em meio à crise política e processo eleitoral, outras lutas eram encampadas pelos operários. Em 2 de julho de 1953, suprimindo a sugestão de “falar em tal assunto”, colocava-se em pauta no sindicato as questões salariais em Fernão Velho.<sup>511</sup> O presidente do sindicato, ao procurar o diretor da Fábrica, Dr. Alberto Brito Bezerra de Melo, retornou com uma proposta patronal de aumento de 20% sobre o salário dos operários, contudo, sem deixar claro as condições desse aumento. Proposta que destoava do posicionamento de presidentes de outros sindicatos. Esses, em reunião com o delegado do trabalho, tinham acertado pleitear nas suas negociações o percentual de 40%. Nesse dia, o presidente do sindicato em Fernão Velho apelava para que os companheiros não entrassem na justiça para depor contra os próprios companheiros. A questão do aumento foi levada então para uma Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 5 de julho de 1953 na sede do Recreio Operário.

Durante a Assembleia, o debate provocava certa apreensão sobre as possibilidades de conquista ou não do aumento. O presidente do sindicato esclareceu sobre as propostas em votação. Defendeu essa segunda proposta. “Adiantou que, na sua opinião, os 20% sem luta e com boa vontade dos patrões, seria preferível aos 40% com lutas e com atrapalhos, portanto ganhava mais ‘acertado’, que aceitassem o menos trabalhoso.” No fim da Assembleia, foi aceita por unanimidade a proposta de 20%. Porém, este percentual não incidiria em um aumento real dos salários. Seriam incorporadas nesses 20% algumas vantagens já conquistadas, como a assiduidade ou o próprio abono, geralmente pago à parte. Sobre os salários, incidiam ainda descontos, a exemplo da taxa de higiene, que poderia ser elevada à revelia do patrão, reduzindo o efeito real do aumento salarial.

---

<sup>509</sup> Sobre esse protagonismo, ver: GOMES, 2005b; FERREIRA, 2005.

<sup>510</sup> BRASIL, 1973, v. 7.

<sup>511</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão ordinária de 2 de julho de 1953. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

A polêmica sobre o aumento salarial continuou nas reuniões seguintes. Inclusive questionando-se a capacidade de luta dos operários alagoanos. Na Ata da Assembleia de 16 de julho de 1953, um dos associados, Mário Cavalcante, questionava sobre as razões dos delegados do trabalho sempre acreditarem que os operários deveriam aceitar as propostas dos patrões. Indagava se os operários deveriam aceitar até “a chibata”. Destacava a necessidade de união de todos, sobretudo ao relatar que esteve em Recife e soube a respeito da imagem que os pernambucanos tinham dos alagoanos. Informou, com insatisfação, que lá os alagoanos eram vistos como covardes, certamente em razão dos acordos em detrimento de uma luta. Indignações que expressavam o desejo por outras posições e formas de luta por parte dos dirigentes do sindicato.

Aproveitando esse ensejo, Silvio Lira perguntou ao presidente do sindicato se o aumento seria considerado como salário ou abono. Sugeriu que caso fosse pago como abono, deveriam ser tomadas providências no intuito de incorporá-lo ao salário, resguardando a “conquista negociada”.

No dia 7 de agosto de 1953, quando os operários se reuniram em sessão extraordinária para apreciação e aprovação da previsão orçamentária do sindicato para o ano de 1954, o presidente foi questionado pelo operário Silvio Lira. Solicitava-se “esclarecimento mais explícito das diversas contas e códigos da previsão”<sup>512</sup> de modo que os presentes pudessem ter melhor entendimento sobre o que se estava propondo. O presidente, por sua vez, respondeu afirmando que ali se tratava apenas de um esboço das despesas, e mais informações sobre o sistema contábil seria possível apenas com um contador.

Os questionamentos de Silvio Lira tornavam-se inconvenientes para o presidente do sindicato, pondo-o em situação de constrangimento, sobretudo após tentar aprovar um esboço com informações imprecisas que nem ele próprio, como proponente, era capaz de dominar e explicar com clareza. Ao mesmo tempo, torna-se plausível por parte do operário comunista uma oposição ao então presidente do sindicato.

Posicionamento esse que não foi possível recuperar com profundidade, haja vista a ausência de Atas do Sindicato no ano de 1954, exceto por uma de janeiro desse ano, mas que foi lavrada em 1955. A ausência de informações sobre reuniões também pode ser percebida no ano de 1955, no qual não foram encontrados registros. Talvez a concretização do silêncio sobre assuntos que deveriam evitar falar, conforme sugerido pelo então presidente do

---

<sup>512</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão extraordinária de 7 de agosto de 1953. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

Sindicato. Fato esse que não tornam inertes as disputas dentro da própria representação operária, sobretudo diante da relevância do eleitorado fabril nas eleições de 1955.

Simultaneamente às eleições para o Executivo e Legislativo no Brasil, em Fernão Velho se encontrava em disputa a eleição para a nova diretoria do sindicato. Embora esse acontecimento estivesse silenciado nas atas por motivos que nos escapam nesse momento, fora registrado pelos comunistas no jornal *A Voz do Povo*.<sup>513</sup>

Em uma segunda convocação para votação dos associados, sagrou-se vitoriosa uma chapa independente, ao contrário de outras gestões em que prevaleciam sindicalistas alinhados aos interesses da Fábrica ou que sugeriam aos operários o silêncio sobre os assuntos políticos. Nessa matéria, é importante destacar a denúncia da interferência patronal nas representações operárias de Fernão Velho.

Era fato comum as chapas concorrentes precisarem da anuência dos gestores fabris, ou mesmo terem candidatos reconhecidos como tendenciosos aos interesses patronais visando também beneficiar-se, como lembra Zequinha Moura em seus relatos de memória.

Olha naquela época, vi muitas coisas erradas e não podia falar. Vi coisa que o presidente do sindicato ganhava propina da firma para deixar de enxergar uma porção de coisas. [...] E a Fábrica dava propina para o sindicato fechar os olhos. Foi com todos eles (os presidentes). Nunca deixou de pagar o certo, não.

A interferência patronal no sindicato ocorria não apenas por meio do terror e ameaça de dispensa. Representantes considerados despreparados eram eleitos mediante pressão dos patrões, a exemplo de Zé Gomes, que era analfabeto. O que sugere o questionamento reflexivo do operário Antônio Cardoso ao relatar suas memórias: “Como um homem analfabeto tem como agir nesses problemas? Ele foi presidente do sindicato!”

Outra estratégia patronal era o sistemático financiamento de representantes pelegos, que faziam da representação sindical outra fonte de renda a despeito dos interesses operários. O sindicato não tinha uma direção independente havia nove anos. Para coagir os operários a votar em seus candidatos, ameaçava-os de demissão e até prisão, o que feria a liberdade sindical, seja na interferência nas eleições, seja na manipulação da diretoria pelega do sindicato, o que favorecia a Fábrica. “Em vez de contratos coletivos de trabalho, exist[iam] contratos leoninos, quer dizer, a parte do **leão** fica para o industrial e os operários só se

---

<sup>513</sup> VITÓRIA da chapa de Fernão Velho. *Voz do Povo*, Maceió, 11 dez. 1955, p. 2. Acervo do Arquivo Público de Alagoas.

obrigam a cumprir as obrigações enquanto os **patrões vivem com a tripa forra.**”<sup>514</sup> Essa matéria expressava a voracidade da produção em nome do lucro dos patrões e industriais representados como leões. Um lucro produzido pelo aviltamento do trabalho, cujo acúmulo era grande e excedente – estufando bolsos e cofres como quem fica com as “tripas forras” depois de alimentar-se demais.

Porém, concomitantemente ao acirramento das lutas políticas e eleitorais no país, as disputas no sindicato também tomavam outros rumos, vencendo chapas que, de fato, demonstravam representar os operários. Em 1955, rompendo com a interferência patronal, Abelardo Cavalcante Lins foi eleito com 81% dos votos dos operários.<sup>515</sup> Para os comunistas, não se tratava de uma vitória isolada, mas do movimento sindical da região e do país. O que não assegurava necessariamente a posse de Abelardo, protelada durante alguns meses. A Fábrica Carmen, utilizando-se do pretexto de anticomunismo, tentou anular em vão essa eleição sindical. Um embate que reforça a ideia de que essa –e outras lutas políticas – estavam todas em aberto.

## 6.5 Nos tempos do governo Muniz Falcão (1956-1961)

Muniz Falcão assumiu o governo de Alagoas em janeiro de 1956. A operária Dona Emília, na entrevista para esta tese, ao relatar suas memórias sobre o período, ainda que ressaltasse não se lembrar da política dessa época, foi capaz de recuperar importantes passagens da história de sua família. Seu irmão Celestino participou do sindicato de Fernão Velho. Posteriormente, foi trabalhar como conferente no Cais do Porto, localizado no bairro do Jaraguá em Maceió. Envolveu-se com o sindicato dessa categoria, chegando a ser eleito presidente. Afirmou que nessa ocasião trabalhou muito com Muniz Falcão quando ainda era delegado do trabalho na década de 1940. O próprio Muniz também frequentava Fernão Velho. Dona Emília lembrou que seu pai e outras pessoas falavam bem dele. Relatou que por ocasião do encerramento das eleições seu pai ganhou um abraço dele. Teria votado nele. Além do que, demonstrou que o governador parecia ser uma pessoa carismática e que fazia questão de se fazer presente no sindicato.

Três meses após assumir o Executivo, Muniz Falcão participou de uma sessão solene na sede do sindicato em Fernão Velho. Essa sessão ocorreu em virtude da posse da nova

---

<sup>514</sup> O PROGRAMA e o Congresso. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 dez. 1955, p. 2. Acervo do Arquivo Público de Alagoas.

<sup>515</sup> VITÓRIA..., 1955, p.

diretoria, que tinha como presidente Abelardo Cavalcante Lins. Oswaldo Veloso, então delegado da Confederação dos Trabalhadores da Indústria, convidou todos a manifestarem apoio ao governador que, durante a solenidade, foi alvo de elogios, acreditando-se que poderia beneficiar os operários. Reforçando a crença no trabalhismo no meio operário, José Viana Filho, presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Estado de Alagoas, conclamou todos a apoiarem o vice-presidente João Goulart, um exemplo de “líder dos trabalhadores brasileiros”, e aconselhou “que todos os trabalhadores brasileiros fossem unidos para a conquista de melhores dias para a classe”.<sup>516</sup>

Como governador e seguindo uma linha política trabalhista, Muniz Falcão passou a abrir espaços de diálogo com os movimentos sociais, sindicais e comunistas. Uma de suas primeiras medidas ao assumir o governo foi nomear o coronel Henrique Oest para a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública. O coronel tinha como desafio impedir a repressão existente nas práticas dos agentes policiais, que, em especial, tinha sido intensificado nos governos de Silvestre Péricles e Arnon de Mello.

Essa secretaria era estratégica na repressão aos comunistas e movimentos sociais de cunho popular e considerados subversivos à paz social. Na secretaria, a violência estava extremamente arraigada como procedimento “técnico e disciplinar”, favorecendo também a corrupção entre agentes do Estado. Como exemplo dessa prática, cito o caso do policial Zé Fortes,<sup>517</sup> conhecido por sua violência e truculência, mas que passara a atuar em benefício de si próprio. Ao apreender uma mercadoria supostamente furtada durante sua escala de trabalho, não prestou contas na delegacia. Por azar do policial, o proprietário da mercadoria foi até a delegacia (Dops) e o denunciou. Não se tratava de uma primeira denúncia. Contra esse policial era algo recorrente quando atuava em nome do poder público. Zé Fortes já tinha sido acusado de espancamento durante um empastelamento ao jornal *A Voz do Povo*. Acusação que, apesar de ter sido aberto um processo para apura-la, não foi suficiente para afastá-lo das suas atividades e funções. Ao contrário, continuava atuando oficialmente. Aproveitando-se do poder a ele conferido, pressionava vendedores ambulantes para que fossem declarar ao delegado que eles eram os verdadeiros donos da mercadoria apreendida, o que poderia contradizer aquele que o acusava. No entanto, o plano de Zé Fortes foi descoberto. Um dos ambulantes, quando prestava depoimento, caiu em contradição, e pressionado pelo delegado que o interrogava, delatou a mentira.

---

<sup>516</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. *Ata de reunião de 14 de abril de 1956*: sessão solene de posse de nova diretoria do sindicato. Maceió, 1956.

<sup>517</sup> O TIRA Zé Fortes envolvido num furto. *A Voz do Povo*, Maceió, 22 jul. 1956, p. 4.

Com a nomeação de Henrique Oest, tentava-se instituir outra linha de atuação dessa secretaria, que até então funcionava como uma espécie de “gabinete policial e de inteligência” do Estado. O próprio Oest era reconhecido como um comunista, e como novo secretário, “não teve outra atuação a não ser favorecer, apoiar, fomentar e ampliar a ação do PC[B] em Alagoas.”<sup>518</sup>

Foi um período em que se registrou a redução da repressão do Estado aos movimentos sociais. Operários, sindicalistas e comunistas passaram a atuar com mais liberdade, a exemplo dos editores do jornal *A Voz do Povo*, que, enquanto Muniz Falcão foi governador, não sofreram em sua sede o empastelamento repressivo da polícia como comumente ocorria nos governos anteriores.<sup>519</sup> Era um tempo que pressupunha o diálogo e a tolerância, inclusive para o PCB, que em Alagoas reconheceu ter tido maior liberdade de atuação: “Por iniciativa do Partido foram realizados comícios e reuniões nos sindicatos, os atos mais importantes contaram com a presença do governador Muniz.”<sup>520</sup> O PCB e os sindicatos se fortaleciam.

A forma de atuação política do governador lembrava o estilo de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho nos anos 1953 e 1954. O ministro, ao aproximar-se dos diversos segmentos sociais, em especial, representativos dos trabalhadores, foi acusado pela imprensa oposicionista, inclusive o jornal *Gazeta de Alagoas*, que pertencia à Arnon de Mello, de tentar implantar no Brasil uma “República Sindicalista”. Contudo, governantes, na égide do trabalhismo, procuravam atender às demandas dos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, implantar um modelo centralizador e nacionalista de modernização econômica.

Segundo o historiador Jorge Ferreira,<sup>521</sup> essa prática articulava diferentes interesses, defendia o capital produtivo, sobretudo nacional, preconizava a intervenção estatal nas atividades econômicas e relações de trabalho, promovia a ampliação do mercado interno e, ao mesmo tempo, tentava elevar o padrão de vida dos assalariados, cujos representantes sindicais se tornavam interlocutores privilegiados em certas esferas do poder. Parecia ser essa uma alternativa para minimizar as tensões sociais, abrindo espaços para negociação, fortalecendo no Estado personalidades como João Goulart e Muniz Falcão, identificados com os valores defendidos pela esquerda, coadunando com a defesa de uma cidadania pautada no

---

<sup>518</sup> IPM 709. Doc. 235. Ofício n.º 3/65 de 8 de janeiro de 1965. Dops/Maceió. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 17 maio 2014.

<sup>519</sup> MIRANDA, Nelson. No tempo da Voz do Povo: resta-nos apenas a memória. *A Voz do Povo*, Maceió, Edição comemorativa de jan.-fev. 1985.

<sup>520</sup> IPM 709. Doc. 947: CR Alagoas/Relatório de 17 de outubro de 1957. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 17 maio 2014.

<sup>521</sup> FERREIRA, 2005, p. 124.

reconhecimento de direitos civis, políticos e ampliação dos direitos sociais como caminho para condição digna de vida.

Porém, essa aproximação das camadas populares com as representações do poder não significou o estancamento das lutas políticas em Alagoas, nem conseguiu afastar os grupos conservadores do poder. À proporção que os discursos por reformas sociais ganhavam força dentro e fora do Estado, o cerco político oposicionista contra os trabalhistas se estreitava, acirrando o conflito entre diferentes forças políticas no país. Na prática, a presença de trabalhistas no poder não representava a execução plena dos direitos sociais. Havia uma permanência latente de crise política e ataques às conquistas dos trabalhadores.

Em Fernão Velho denunciava-se o não cumprimento das leis do trabalho.<sup>522</sup> Na seção de oficina mecânica, os operários estavam trabalhando aos domingos e recebendo o mesmo salário. Bráulio Feliciano, operário, não compareceu a um dos domingos de serviço e foi suspenso pela Fábrica. Situações como essas eram objeto de reclamação trabalhista. Edson Falcão, então delegado do trabalho, quando participou de uma reunião no sindicato de Fernão Velho,<sup>523</sup> prestou conta de seu programa de atuação. Declarou a existência de diversas reclamações de perseguição de trabalhadores pela empresa.

#### 6.5.1 O novo salário mínimo em pauta

Naquele ano de 1956, quando se iniciava o governo de Muniz Falcão em Alagoas, também foi decretado pelo presidente Juscelino Kubistchek os novos valores para o salário mínimo no Brasil.<sup>524</sup> O valor pleiteado para Alagoas era de Cr\$ 2.500,00.<sup>525</sup> Foram concedidos Cr\$ 2.200,00 para a capital e Cr\$ 2.000,00 para o interior,<sup>526</sup> enquanto três anos antes, registrava-se um salário mínimo de Cr\$ 680,00. Na Fábrica Alexandria, o salário médio

<sup>522</sup> CLAMOR e injustiça nas empresas. In: *A Voz do Povo*, Maceió, 22 jul. 1956, p. 2.

<sup>523</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão extraordinária de 3 de março de 1956. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

<sup>524</sup> O salário mínimo variava por região e área (rural ou urbano). Não havia ainda unificação de um valor para todo o País.

<sup>525</sup> A título de referência para compreensão da capacidade de compra desse valor em relação ao custo de vida em Maceió no período de 1954 a 1961, em 1954 foi registrado o preço de Cr\$ 45,00 para o quilo de charque. Em 1957, esse preço subiu para Cr\$ 70,00, e em 1958 para Cr\$ 80,00. Em 1961, alcançou o valor de Cr\$ 200,00. O quilo de sabão em 1954 e 1957 custava em torno de Cr\$ 24,00. No mesmo período, o preço do litro de leite oscilou em torno de Cr\$ 9,00. Diante da constante elevação do custo de vida, o jornal *A Voz do Povo* publicou naquele período, sistematicamente, diversas notícias comparando preços e informando a média dos novos valores comerciais para cada produto que considerasse de primeira necessidade. Tais publicações traziam sempre análises dos editores, ensejando denúncias quanto às dificuldades de sobrevivência e críticas à política econômica que corroía os salários em razão de um processo inflacionário.

<sup>526</sup> VITÓRIA dos operários: 2.200 cruzeiros para Alagoas. *A Voz do Povo*, Maceió, 22 jul. 1956.

semanal pago aos operários em 1955 era de Cr\$ 145,00.<sup>527</sup> Teria sido esse reajuste efetivo para todos os trabalhadores têxteis em Maceió?

Em agosto de 1956, os operários paralisaram a Fábrica Carmen em Fernão Velho. Tal movimentação teria iniciado quando os operários começaram a receber os salários. Perceberam que os patrões não incorporaram o aumento do salário mínimo.<sup>528</sup> Os operários se recusaram a receber o valor que estava sendo pago, uma vez que o novo salário mínimo era de Cr\$ 2.200,00.

Surgiu de imediato uma revolta e indignação dos trabalhadores, que se dirigiram ao seu sindicato. O presidente do sindicato juntamente com a comissão dos trabalhadores foi a gerência, mas esta, recusa-se a atender aos operários. Este, por sua vez, paralisou o serviço em sinal de protesto, dizendo só voltar ao trabalho quando for pago o salário integral.<sup>529</sup>

Três ou quatro horas após o início do movimento, a polícia entrou na Fábrica Carmen, possivelmente com anuência dos proprietários. O delegado Silval Gaia tentava coibir a paralização, forçando os operários a retornar ao trabalho. A autoridade policial foi acompanhada em sua ação por Edson Falcão, delegado do trabalho. Os operários voltaram a trabalhar.

No mês seguinte, uma comissão de quatro operários da terceira turma se dirigiu ao escritório da Fábrica para tentar negociar com o Sr. Orlando, um dos administradores. Alegavam que, apesar do reajuste que receberam posteriormente, ainda não era suficiente para cobrir uma perda de 17%. Não foram atendidos em seu pleito, então retornaram com uma comissão maior, com mais quatro operários. Orlando argumentava que o reajuste solicitado não fazia jus, pois essa turma já recebia mais que o salário mínimo. No entanto, os operários contra-argumentaram; afirmaram que não recebiam a taxa de eficiência que era na ordem de 10% e o adicional noturno na ordem de 35% para os que trabalhavam como horista.

Os operários horistas em muitas situações recebiam por produção e nem sempre realizavam uma produtividade suficiente que gerasse um salário correspondente ao mínimo, o que poderia ser uma forma de produção estabelecido pela Fábrica para reduzir os custos

<sup>527</sup> ABONO de Natal. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 dez. 1955.

<sup>528</sup> Sobre essa greve, os historiadores Airtton Melo e Anderson Moura ressaltam a questão da carestia dos produtos de primeira necessidade e as lutas pelo salário mínimo. MELO, Airtton de Souza; MOURA, Anderson Vieira. Uma greve espontânea em Fernão Velho: comissão operária, justiça do trabalho e repressão patronal. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Annais...* São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: < [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300571338\\_ARQUIVO\\_UMagrevespontaneaemFernaoVelho-Comissaooperaria,JusticadoTrabalhoerepressao patronal.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300571338_ARQUIVO_UMagrevespontaneaemFernaoVelho-Comissaooperaria,JusticadoTrabalhoerepressao patronal.pdf) > Acesso em: 3 mar. 2013.

<sup>529</sup> ONTEM, greve em Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 12 ago. 1956.

salariais e aumentar sua produtividade. Geralmente os operários horistas trabalhavam seis horas a mais das quarenta semanais regulamentadas pela CLT. Era uma alternativa que tinham para alcançar o salário mínimo, à custa de horas extras e ampliação de sua jornada de trabalho. Os patrões também criavam estratégias para minimizar a redução do lucro diante da obrigatoriedade de cumprimento do novo salário mínimo. Na fábrica, localizada no distrito de Saúde, a jornada de trabalho nas seções de caldas, bancos e fiação chegava em média a 10 e 13 horas por dia pelo mesmo salário.<sup>530</sup> Essa situação foi razão para se formalizar uma reclamação na Delegacia do Trabalho.

A peleja por um salário mais digno que atendesse às demandas básicas dos operários continuava. No mês de outubro, operários de outras seções também exigiram aumento. A terceira turma parece ter conseguido acordo com os patrões, o que gerava igualdade de direito para os demais. Durante a visita dos diretores à Fábrica, os operários da seção de acabamento montaram uma comissão e expuseram suas pretensões salariais. Não se sabe ao certo se todas foram atendidas, porém, saliento que se tratava de microrresistências, táticas que se aproveitavam de outras conquistas para demandar igualdade de direitos. Pequena vitória que “tem o mérito de impulsionar outras tantas e criar um ambiente favorável à conquista de maiores vitórias”.<sup>531</sup> O que não eximiu os operários de sofrerem as retaliações da Fábrica, sendo prejudicados pela voragem dos patrões.

Logo após o término das paralisações pelo pagamento do aumento do salário mínimo, a Fábrica Carmen abriu três processos trabalhistas<sup>532</sup> na Junta de Conciliação e Julgamento contra os operários que consideraram subversivos, talvez os líderes da greve ou mesmo bodes expiatórios que serviriam como exemplo para os demais. Nesse caso, tentava-se expurgar os operários da seção de tecelagem José Correia da Silva, Sebastião Correia Dantas, Sebastião Ramos Galvão, Solon Araújo e Manoel Gabriel Silva. Entre os cinco, apenas os dois últimos não participaram das comissões que tomaram a frente do movimento, mas aderiram cruzando os braços na seção que tinha sido paralisada. Estes já haviam conquistado o direito à estabilidade. Se, por um lado, a vitória dos operários representava aumento nos salários, por outro, abria precedentes para uma reação patronal contra outros direitos já conquistados, a exemplo da estabilidade.

---

<sup>530</sup> VOZES das fábricas. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956.

<sup>531</sup> MAIS uma vitória dos operários da fábrica de Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956.

<sup>532</sup> Processos JCJ n.º 182, 183 e 184/1956, Justiça do Trabalho, Junta de Conciliação e Julgamento, 6.ª Região, disponível no acervo do Memorial Pontes de Miranda, sede do TRT em Maceió.

Segundo os historiadores Airton Melo e Anderson Moura,<sup>533</sup> tais processos também põem em pauta a legalidade ou não das greves por meio de dispositivos jurídicos, nesse caso o Decreto-Lei n.º 9.070 de 15 de março de 1946. Tentava-se regulamentar e disciplinar as formas de luta, reduzindo-se a força das greves, impondo ao operariado limites em seus movimentos reivindicatórios, tornando-os passíveis de ilegalidade e sanções. O que, nesse caso, a Fábrica parece ter tido êxito quanto a suposta ilegalidade da greve. Posteriormente, puniu os envolvidos com o expurgo e perda da estabilidade, resultado esse alcançado no TRT e TST, que decidiram em favor da demissão.

Enquanto isso, os comunistas afirmavam que os patrões deviam respeitar o valor fixado, independentemente se o regime de pagamento era por salário fixo ou por produção. Além disso, alinhado às políticas salariais, defendiam a política de congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, caso contrário, qualquer valor de salário mínimo que fosse decretado seria corroído pela “voragem dos preços”. A constante elevação do custo de vida se apresentava como um problema de primeira ordem para o trabalhador, cujo aumento salarial, quando concedido, não acompanhava os mesmos percentuais dos aumentos dos preços. O salário sempre se encontrava defasado em relação ao custo de vida.

#### 6.5.2 A cidade e a população em situação de calamidade

Agravando as condições de vida, configurava-se uma situação de calamidade para a população maceioense. Como cena cotidiana, crianças buscavam restos de alimentos nos navios do Porto no Jaraguá.<sup>534</sup> Na Vila ABC, que era uma expansão de casas operárias em Fernão Velho, os operários realizaram um abaixo assinado com 500 assinaturas para ser encaminhada ao governador.<sup>535</sup> Já haviam solicitado para a gerência da Fábrica a instalação de rede elétrica, e não foram atendidos.

Em outras localidades e bairros populares de Maceió, a população enfrentava diversos problemas em termos de infraestrutura e até condições sanitárias e de saúde, entre outros constantemente denunciados.

O bairro de Ponta Grossa, que fora construído em uma área de mangue e brejo nas imediações do Centro, era representado como um lugar esquecido pelo poder público.<sup>536</sup> Faltava iluminação pública. A distribuição de água encanada era precária; necessitava-se de

---

<sup>533</sup> MELO; MOURA, 2011.

<sup>534</sup> CENAS de todo dia. *A Voz do Povo*, Maceió, 22 jul. 1956.

<sup>535</sup> LUZ para os operários do ABC. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 out. 1956.

<sup>536</sup> PONTA GROSSA: bairro esquecido. *A Voz do Povo*, Maceió, 22 jul. 1956, p. 4.

um chafariz na Rua da Soledade para melhor atender sua população. Os moradores dessa rua, sem água encanada, percorriam mais de 200 metros para ter acesso a esse recurso natural.

As escolas também eram insuficientes. Havia apenas um grupo escolar para uma população de 40 mil moradores nesse bairro, entre os quais, muitas eram crianças.<sup>537</sup> Para se ter acesso aos serviços de saúde, passava-se pela Rua São Paulo e também a sugestiva Rua Boa Sorte. O Posto de Saúde localizava-se na Rua Formosa. Nas suas imediações, as ruas quase sempre ficavam submersas em lama; nos períodos de chuva, ficavam intransitáveis em decorrência dos constantes alagamentos. A água ameaçava invadir as casas. De fato, ao trabalhador era necessário ter “boa sorte” para se ter uma “formosa” condição de vida. E o que esses trabalhadores esperavam do governo?

Ao indagar os operários sobre o governo Muniz Falcão, diversas vezes deparei com silêncios e tentativas de mudar de assunto, ou mesmo obtinha respostas rápidas e curtas durante as entrevistas. “Muniz Falcão foi um governo muito bom”, respondeu Zequinha Moura, e logo após tecer elogios também a outros governadores, titubeou: “Muniz Falcão foi sofrido!”

### 6.5.3 O *impeachment* de Muniz Falcão e reviravolta política

As demandas para o poder público eram cada vez maiores. O Governo de Alagoas operava suas finanças com déficit, inclusive com dificuldades para honrar o pagamento do funcionalismo público. As dificuldades orçamentárias impediam a execução de programas voltados para a melhoria das condições de vida da população. Buscando alternativas contra a crise orçamentária, o governador tentou estabelecer maior tributação de impostos para latifundiários, usineiros e grupos industriais no estado.

Em outubro de 1956, criaram a Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde, que incidiria sobre a produção do açúcar e outros produtos. Tinha como objetivo aumentar a arrecadação, mas essa decisão gerou grande insatisfação entre as oligarquias alagoanas, cogitando-se até o impedimento do mandato do governador; no entanto, não havia respaldo legal.

No dia 5 de dezembro de 1956, o deputado udenista José Marques da Silva denunciou o governador na Assembleia Legislativa, acusando-o de arquitetar um plano para assassiná-lo. Em janeiro de 1957, o deputado foi, de fato, assassinado no município de Arapiraca, no Agreste do estado, distante aproximadamente 130 km da capital alagoana. Abria-se a brecha

---

<sup>537</sup> A precariedade dos serviços públicos de educação em Maceió foi abordada no capítulo 2 desta tese.

jurídico-política. Dois dias após o assassinato, foi formalizado na Assembleia Legislativa o pedido de abertura de processo de *impeachment* contra o governador.

Muniz Falcão recorreu ao Judiciário em Alagoas, porém, o parecer foi favorável à continuidade do processo. Tratava-se de uma disputa por poder cuja legitimidade legal das ações, seja pelo Executivo, seja pelo Legislativo, também deveria ser outorgada pelo Judiciário, inclusive à mercê de recursos e reviravoltas. Os governistas mobilizaram o Supremo Tribunal Federal, que, em sua mediação, deu parecer pela realização de nova votação do processo de abertura de *impeachment*, haja vista os fortes indícios de fraude durante a primeira votação na Assembleia Legislativa.

A suposta responsabilidade do governador no assassinato era um fato preponderante na mobilização de esforços para seu afastamento. Uma crise política agravada com a proposta da taxa pró-economia. Ao submetê-la à Assembleia Legislativa, o governador perdeu a maioria de deputados que o apoiava no Legislativo; eram 23 no início de seu mandato e passou para 13 após a proposta. Muitos dos que mudaram de lado tinham vínculos com o setor açucareiro, latifundiários, produtores rurais, empresários. O setor de serviços, vendas e consignação também tinha sido alvo de tributação, incidindo nos preços dos produtos de primeira necessidade,<sup>538</sup> como arroz, carne, feijão, farinha, entre outros. O que contribuía para a elevação galopante do custo de vida.

A pressão contra o Governo era crescente, incluindo-se também outras questões. Desde o início do século XX, já se registrara a existência de petróleo no território alagoano, sendo essa história marcada por relatos de espionagem industrial.<sup>539</sup> O escritor Octávio Brandão<sup>540</sup> destacara que a exploração do petróleo seria um dos caminhos para a autonomia e independência econômica nacional. No segundo governo Vargas, a exploração das reservas petrolíferas tinha sido nacionalizada em 1953 com a criação da Petrobras, contrariando os grupos ditos “entreguistas” vinculados aos interesses do capital externo. No estado de Alagoas, haviam sido descobertos minérios atômicos no município de Piaçabuçu e reservas de petróleo nos municípios de Jequiá da Praia<sup>541</sup> e São Luís do Quitunde. Em janeiro de 1957, a Petrobras iniciou trabalhos de prospecção instalando torres de perfuração em Jequiá e no bairro do Tabuleiro dos Martins na capital, Maceió. Foram usadas torres operadas por

---

<sup>538</sup> IPM 709 – Doc. 944: Manuscrito sobre “CR Alagoas”. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em 17 maio 2014.

<sup>539</sup> CARVALHO, Cícero Péricles de. *Formação histórica de Alagoas*. 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.

<sup>540</sup> BRANDÃO, Octavio. *Canais e lagoas*. 3. ed. Maceió: Edufal, 2001.

<sup>541</sup> Na época, pertencia ao município de São Miguel dos Campos.

companhias norte-americanas. Alagoas tornava-se o segundo estado brasileiro produtor de petróleo, registrando mais de 30 poços petrolíferos até 1964.<sup>542</sup>

Diante desse cenário, a diplomacia norte-americana possivelmente passou a se interessar pelo *impeachment*, pois Muniz Falcão representava posicionamento nacionalista, podendo ser uma barreira contra a atuação das companhias estrangeiras no estado. Ao mesmo tempo, pedia-se intervenção federal em Alagoas. Tentando minimizar as pressões, o governador afastou Henrique Oest da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública.

Nesse cenário, movimentos em favor da manutenção do Governo foram organizados e começaram a tomar as ruas, realizar comícios, passeatas e abaixo assinados em favor do governador.<sup>543</sup> Mesmo assim, a data de votação do *impeachment* foi agendada para o dia 13 de setembro de 1957, uma sexta-feira. Dois dias antes, correligionários e simpatizantes de Muniz Falcão saíram às ruas de Maceió para se manifestarem contra o *impeachment*. Na véspera, todo um aparato de guerra foi mobilizado. Dentro da Assembleia, foram colocados sacos de areia formando trincheiras.

No dia 13 de setembro de 1957, manifestantes e curiosos aguardavam na Praça Pedro II. Nas proximidades da Assembleia Legislativa, a Polícia e as Forças Armadas realizaram um cerco com barricadas. Pessoas estranhas foram proibidas de acessar o prédio. Em meio ao calor do clima político e de uma cidade litorânea, deputados entraram na Assembleia vestidos com longos casacos cobrindo até as pernas, tentando esconder, sem sucesso, armas como metralhadoras, entre outras. Não foram desarmados. Antes mesmo de ser iniciada a plenária, disparos de bala foram a tônica do confronto entre opositores e aliados ao Governo. Um tiroteio que resultou na morte de um deputado e mais quatro feridos entre servidores, deputados e jornalistas. A votação foi suspensa, e tal ato de violência repercutiu em todo o País.

Em Alagoas, predominavam a violência e o terror, alterando a rotina da sua capital, ou até mesmo criando desavenças entre membros de uma mesma família. Segundo o historiador Douglas Apratto Tenório,<sup>544</sup> Maceió havia se tornado uma cidade-fantasma, suspendendo-se serviços diversos como telefone e transportes para uma população que não mais saía às ruas. Muitos temiam ser vítima de bala perdida.

---

<sup>542</sup> A produção petrolífera em Alagoas posteriormente decaiu, representando em 1978, apenas 1,5% da produção nacional. CARVALHO, 2015, p. 285.

<sup>543</sup> IPM 709 – Doc. 947: CR Alagoas/Relatório de 17 de outubro de 1957 II situação política no estado. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em 17 maio 2014.

<sup>544</sup> TENÓRIO, 2007, p. 54.

Situação essa que favoreceu uma ocupação militar como forma de restituir e assegurar a ordem. Tropas de soldados armados tomaram as ruas. Revistavam e desarmavam quem pudessem. Aos deputados governistas, foi oferecido asilo e proteção pelo comandante da guarnição. Prisões foram realizadas.

No dia 18 de setembro, a votação foi retomada. O *impeachment* foi aprovado por maioria dos deputados. Assumiu o governo o então vice-governador Sizenando Nabuco.

Segundo o jornal carioca *O Semanário*,<sup>545</sup> o *impeachment* de Muniz foi resultado da conspiração de um grupo econômico liderado por Nelson Rockefeller,<sup>546</sup> à frente da Companhia *Standard Oil*, e teve como apoio em Alagoas, Arnon de Melo e Walter Moreira Sales. O interesse de Rockefeller no *impeachment* teria ocorrido após a descoberta, em Alagoas, de areias monazíticas e lençóis de petróleo. A intervenção federal que anteciparia a saída do governador trabalhista abriria caminho para a livre exploração desses recursos naturais pelo grupo econômico,<sup>547</sup> formando um truste.<sup>548</sup> No entanto, o governo de Muniz Falcão, supostamente, criaria barreiras burocráticas, sobretudo tendo em vista que tomava um posicionamento nacionalista, defensor do monopólio do Estado sob a exploração dos recursos naturais.

Após o *impeachment*, cogitou-se a decretação de estado de sítio ou continuidade da intervenção federal em Alagoas. A UDN defendia tal ato como forma de também confirmar o clima de insegurança e instabilidade no país. Tal situação corroborava os interesses em assegurar a legitimidade da repressão contra os movimentos operários e trabalhadores nomeados subversivos que constantemente organizavam greves.

## 6.6 Violência, política e cidadania entre avanços e recuos

Segundo o historiador Douglas Apratto Tenório, a vitória eleitoral de Muniz Falcão representou uma quebra na sequência de famílias tradicionais no poder em Alagoas, criando clima de insatisfação e inconformismo entre forças políticas conservadoras no estado.<sup>549</sup> Com a proposta da taxa pró-economia, o assassinato do deputado udenista, a descoberta de petróleo

<sup>545</sup> ROCKEFELLER promove, em Alagoas, o impeachment de Muniz Falcão. *O Semanário*, ano 2, n. 63, 20-27 jun. 1957. p. 2.

<sup>546</sup> Ver Glossário no fim desta tese.

<sup>547</sup> ROCKEFELLER promove, em Alagoas, o impeachment de Muniz Falcão. *O Semanário*, ano 2, n. 63, 20-27 jun. 1957. p. 2.

<sup>548</sup> Trata-se de uma estrutura empresarial reunida por várias empresas com o objetivo de assegurar o controle de um determinado mercado, estabelecendo preços, definindo margens de lucros, e certo monopólio na sua exploração, buscando evitar concorrência e interferências estatais.

<sup>549</sup> TENÓRIO, 2007, p. 108.

e minério nuclear, a reação oposicionista ensejou um movimento em favor da derrubada do Governo, porém o caminho seria o da legalidade. Mobilizava-se pioneiramente no país o dispositivo do *impeachment*, amparando-se no pressuposto (embora não comprovado) de atos de crime contra a democracia e legitimidade do poder para justificar o afastamento do governador. Porém, o pioneirismo do uso político desse dispositivo jurídico para destituição de poder deve ser analisado com cautela, de modo a não tomar o *impeachment* como explicação teleológica para o período em Alagoas. Do contrário, poder-se-ia perder a complexidade das lutas, tramas e acontecimentos políticos da época.

Esse fato expressava a radicalização presente nos embates políticos nesse estado e no Brasil, funcionando como uma experiência golpista, ou mesmo ato de exceção quando se mobilizava a suspensão de um governador eleito democraticamente para se resguardar suposta ordem social desejada pelos conservadores.

O *impeachment* de Muniz Falcão é um acontecimento de destaque na produção de memórias sobre a história política de Alagoas. Uma expressiva e relevante historiografia explica o afastamento como resultado da radicalização reacionária das oligarquias e setores conservadores no Estado. Destaca o episódio do tiroteio dentro da Assembleia Legislativa, representando-o como um cenário de faroeste.

Nos anos 1950, a política em Alagoas tornara-se o que o jornalista Jorge Oliveira nomeia como “Curral da Morte”<sup>550</sup> com a presença de um sindicato da morte formado por grupos de poder mandatários de espancamentos e crimes de pistolagens contra seus desafetos, opositores e cidadãos comuns.

Representações desse tipo circulam nos discursos e memórias produzidas sobre as lutas políticas em Alagoas, inclusive no tempo presente.<sup>551</sup> Ao mesmo tempo, reforça a espetacularização da violência, produzindo registros e memórias diversas, sendo passível de

---

<sup>550</sup> OLIVEIRA, Jorge. *Curral da morte: o impeachment de sangue, poder e política no Nordeste*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

<sup>551</sup> Entre as diversas obras possíveis de enquadramento nessa tendência, destaco o conjunto de crônicas publicado pelo jornalista e radialista José Jurandir no livro *Os crimes que abalam Alagoas*. O autor realiza uma espécie de etnografia do crime em Alagoas, listando e contando diversos assassinatos e chacinas, inclusive o de PC Farias em 1996 e a deputada federal Ceci Cunha em 1998. Ambos tiveram grande destaque na imprensa nacional. No caso de Ceci Cunha, o corpo da deputada, quase degolada por um tiro de espingarda de alto calibre, foi divulgado em rede nacional. Outro episódio de repercussão nacional e noticiado no *Jornal do Brasil*, foi o embate armado entre Arnon de Mello e Silvestre Pércles no interior do Senado em 1963. Ambos, então senadores por Alagoas, eram desafetos. O conflito feriu mortalmente com um tiro o senador pelo Acre, José Kairala do PSD. Fatos que julgo reforçar uma tese de que a espetacularização da violência e a própria violência, são práticas políticas expressivas em Alagoas e no Brasil. JURANDIR, José. *Os crimes que abalam Alagoas*. 2. ed. Maceió: Impr. Oficial Graciliano Ramos, 2013.

encenação carnavalesca no passado, com pessoas fantasiadas protagonizando cenas do cotidiano da cidade. Inclusive ensinando a produção e registro de encenações e fotografias.

Fotografia 24 – Brincadeira de foliões fantasiados: luta policial e operário



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som, Alagoas. Coleção Carnaval Antigo, 1955.  
Foto n.º 55, Turma de Rubens Camelo.  
Autor desconhecido, [195?].

A fotografia expressa a luta entre brincantes. Em posição privilegiada, um folião alto, forte, fantasiado de policial com botas e cassetete. Outro, um folião franzino, vestido com roupas que lembram um operário. Apresenta-se na cena defendendo-se, com punhos cerrados e levantados em posição para luta contra o folião-policial com seu cassetete ao alto pronto para desferir um golpe. Um terceiro folião tenta conter o que aparentemente representa uma brincadeira. Complementando a cena, outros foliões fantasiados, em pé e sentados, assistiam ao ocorrido, divertindo-se, anestesiando-se nas bebidas e enredos musicais. Essa imagem faz parte do acervo de memórias dos carnavais de outrora em Maceió, podendo ser indiciária de sentimentos e expressões dos grupos e protagonistas brincantes durante a festa de Momo, exacerbando desejos múltiplos que muitas vezes são velados no cotidiano disciplinado.

A fotografia fora registrada como se fosse do grupo de um reconhecido folião de Maceió entre as décadas de 1940 e 1960. Trata-se de Rubens Camelo, que costumava reunir sua turma em bailes e blocos de rua na cidade. Embora a fotografia possa distorcer o que retrata, para a escritora Susan Sontag, nesse tipo de memória, “sempre existe o pressuposto de

que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem”.<sup>552</sup> Suscita um pressuposto de experiência sensível, por mais deformada e fantasmagórica que seja a imagem e cena projetada. Nesse sentido, as imagens como registro da memória tornam-se capazes de apropriar-se da realidade, tornando-se não apenas uma imagem, mas simultaneamente interpretação e vestígio do real e tema que retrata.<sup>553</sup> Nesse caso em particular, é relevante destacar que a brincadeira encena uma luta entre dois personagens, um policial e um sujeito comum na década de 1950, o que abre possibilidades para se indagar se essa cena também não seria comum no cotidiano da cidade.

Espancamentos de cidadãos em locais públicos passou a se tornar algo comum. Virgílio José da Rocha foi preso em Fernão Velho por volta do dia 30 de março de 1958.<sup>554</sup> Era um pescador e se encontrava embriagado na Rua da Praia, um local de diversão e trabalho na Laguna Mundaú. Policiais à paisana – o cabo Araújo e mais dois agentes - abordaram-no, desconhecendo-se a razão do ato, talvez pela exaltação ou melancolia da embriaguez, um comportamento condenável para os bons costumes preconizados pela Fábrica. Foi acusado de ter-se armado ao ser abordado “delicadamente pela polícia”. A arma não foi encontrada. Mesmo assim, sua prisão ocorreu. Foi espancado até a delegacia.

Outro caso ocorreu na manhã de 11 de maio do mesmo ano.<sup>555</sup> Antônio Tenório, um vigia em Fernão Velho, foi espancado na Vila Pedreiras, também pertencente ao território fabril dos Othon. O autor do espancamento foi o soldado Barbosa. O fato ocorreu no meio da rua por volta das 10h30, escandalizando as testemunhas, provocando revolta na população. O motivo não foi mencionado, o que exigia esclarecimentos e providências do secretário do Interior e Segurança Pública. O cidadão teve sangue arrancado de si. Mulheres desmaiaram ao testemunharem tal ato; uma situação que desgastava a imagem do governador entre seus eleitores.

No mesmo mês, o domingo que antecedeu o dia 25 de maio de 1958, as ações de agentes policiais continuavam.<sup>556</sup> Olívio, 45 anos, pai de família, que trabalhava há vários anos na Fábrica Carmen, foi abordado pela polícia. O cabo Pedro Araújo, comandante do destacamento policial de Fernão Velho, foi tomar uma faca peixeira do operário, que se negou a entregá-la. O cabo então disparou diversos tiros, que o feriram mortalmente. O jornal *Diário de Alagoas*, pertencente a Muniz Falcão, qualificou Olívio como desordeiro.

---

<sup>552</sup> SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 16.

<sup>553</sup> SONTAG, 2004, p. 170.

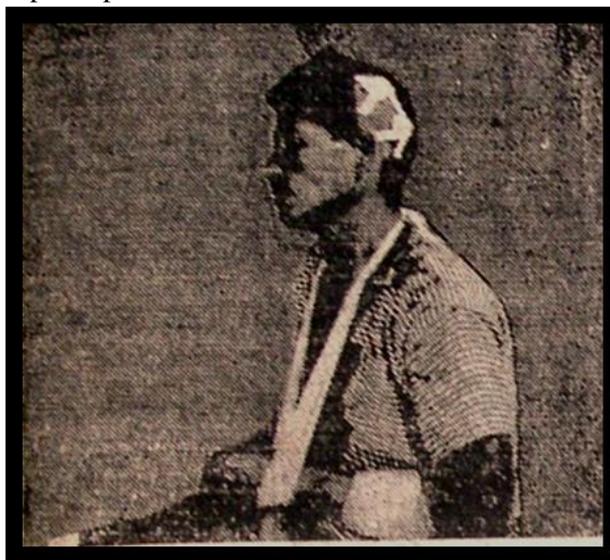
<sup>554</sup> AS DELICADEZAS da polícia. *A Voz do Povo*, Maceió, 20 abr. 1958.

<sup>555</sup> ESPANCAMENTO provoca revolta em Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, de 11 maio 1958.

<sup>556</sup> MAIS um crime da polícia em Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 25 maio 1958.

Fora de Fernão Velho, os operários também ficavam à mercê da violência. Ao transitar pelas ruas de Maceió, jornalistas comunistas testemunharam uma aglomeração de pessoas na esquina da Rua do Comércio, bairro do Centro. Ao irem verificar o que sucedera, encontraram um homem com aparência “miserável e selvagemmente espancado”.<sup>557</sup> Tratava-se de José Ferreira da Silva, um operário de Fernão Velho que prestava serviço na Fábrica Carmen havia quatorze anos. Era pai de família, tinha nove filhos e aparentemente afrodescendente. Os jornalistas comunistas publicaram no *A Voz do Povo* uma reportagem sobre o acontecido e uma fotografia do operário apresentando as marcas dessa violência.

Fotografia 25 – Operário José Ferreira da Silva após espancamento



Fonte: *A voz do Povo*, 23 nov. 1958, Acervo do Arquivo Público de Alagoas  
Autor desconhecido, 1958.

Esse tipo de registro possibilita “aperfeiçoar a aparência normal das coisas”.<sup>558</sup> Naturaliza o martírio, tomando a dor e a violência como algo normal e banal, embora se faça questão de denunciar suas circunstâncias como absurdo quando nelas inferidas razões políticas. Supõe-se que o espancamento tenha sido praticado pelos vigias Manoel Oliveira e Antônio Ricardo em plena via pública. O operário teve ferimentos na cabeça e no braço esquerdo, além de vários hematomas por todo o corpo. A foto possivelmente foi registrada após o atendimento médico do operário, sendo uma cena meticulosamente construída para ressaltar o efeito da violência, destacando o curativo na cabeça e a tpoia apoiando o braço.

<sup>557</sup> ESPANCADO barbaramente um operário pelos vigias da fábrica de Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 23 nov. 1958.

<sup>558</sup> SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 69.

Produzia-se nessa imagem uma cena de repugnante violação do corpo, o que também pode seduzir o espectador e leitor para o restante da pauta política no jornal que denunciava tal acontecimento.

Na reportagem, acusou um tal “Capina” como mandante do ato, mas apenas supôs, assim como não comprovou a participação dos vigias. A reportagem não dispôs detalhes. O que não minimiza seu significado; sobretudo quando articulado com as demais pautas do jornal *A Voz do Povo*, permite perceber o uso político desse acontecimento.

Fotografia 26 – Capa do Jornal *A Voz do Povo*, edição de 23 nov. 1958



Fonte: Acervo do Arquivo Público de Alagoas

O espancamento foi publicado na primeira página do jornal. O editorial articulou o ato que vitimou operário com a precariedade das condições de vida, sendo essa também uma condição que violentava a dignidade dos trabalhadores. Junto dessa pauta, destacou também a luta pelo aumento do salário mínimo. O valor de Cr\$ 6.200,00 para o Distrito Federal ressoava como proposta dos comunistas para o Nordeste. Até então, estava vigente em Maceió o valor de Cr\$ 2.200,00. Logo abaixo, defendia-se uma equiparação ao salário

mínimo do Sul. A questão da carestia do custo de vida também era outro aspecto relevante nessa edição, de modo que sugeria ao povo não permitir novos aumentos.

Todas essas pautas coadunavam com as lutas políticas da época, ensejando ampla mobilização dos trabalhadores de diversas categorias profissionais. O jornal, em meio a esse cenário, convocava os trabalhadores para a realização de uma “Assembleia Gigante” no palácio do trabalhador, tomando como pauta o aumento do salário mínimo e o congelamento dos preços. Inclusive, uma chamada que ganhava destaque na diagramação da primeira página dessa edição do periódico.

Na edição seguinte do *A Voz do Povo*, espancamentos e violência continuaram na pauta principal. Na primeira página do jornal, informaram novamente sobre o caso de José Ferreira da Silva.<sup>559</sup> O nome dos espancadores foi corrigido, acusando-se, a partir de então, João e Ercílio. Ressaltaram que ambos continuavam soltos e escondidos na Fazenda Riacho da Barra no município de Pilar. O operário continuava acamado, recuperando-se. Alguns operários teriam tentado prestar solidariedade, visitando-o, mas eles foram impedidos pela Fábrica Carmen, que os ameaçava de suspensão por quinze dias. O suposto mandante do crime, Capina, continuava solto e aterrorizando os operários. Teria afirmado que a estabilidade da turma que trabalhava com ele era cacete, e ainda teria dois operários para levar pau.

Em Saúde, o operário Antenor Camilo do Nascimento foi ferido com uma de peixeira por Juvino José de Lima, um dos vigias da fábrica dessa localidade.<sup>560</sup> O operário, após o episódio, foi obrigado a fugir. Era perseguido pelos capangas do patrão que o ameaçavam de morte. Feita a denúncia na Secretaria do Interior e Segurança Pública, um delegado intimou os dois, operário e vigia, exigindo a entrega das armas do vigia, nesse caso a peixeira e um revólver. As armas não foram entregues. Após cochichos entre agentes policiais do Estado, o delegado prendeu o operário e liberou o vigia. Preso e impedido de retornar ao trabalho, o operário, quando libertado, foi informado pela fábrica que estaria suspenso por quinze dias. Antenor Camilo era casado e pai de dois filhos. Foi obrigado a manter-se foragido, tendo em vista a continuidade de ameaça do vigia que afirmara: “Se ele for lá [em Saúde] morre.”

Relatou-se, ainda, a truculência das forças policiais. No bairro do Vergel, um carroceiro foi preso, espancado e mantido incomunicável. Para os comunistas, Fernão Velho e Alagoas corriam o risco de tornar-se terra sem lei.

---

<sup>559</sup> CADEIA para os espancadores de Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 30 nov. 1958.

<sup>560</sup> AGREDIDO um operário pelo vigia da Fábrica de Saúde. *A Voz do Povo*, Maceió, 30 nov. 1958.

Produzia-se a sensação da impunidade e negação da lei que tornava perigoso viver a política. A reprodução do poder de determinados grupos e famílias no estado, quando não fosse assegurada pela capacidade de mobilização da vontade popular em face do carisma político e assistencialista que alguns praticavam, ocorria pela força e terror do cabresto eleitoral.

Essa violência, embora seja sim uma prática na cultura política alagoana, deve ser analisada com cautela para não se pormenorizar a complexidade dos acontecimentos e lutas políticas em distintas tramas históricas e temporalidades, inclusive com usos políticos.

O próprio Muniz Falcão não era imune a críticas de seus correligionários, e mesmo o apoio advindo dos trabalhadores não era coeso. Os comunistas reconheciam isso ao analisar a situação política em Alagoas.<sup>561</sup> Jacó, membro da célula do partido em Fernão Velho, declarou que “os operários estão contra o governo de Muniz principalmente depois que ele mandou a polícia sufocar a greve. Muniz só garante a liberdade enquanto não há lutas”.

Exemplo dessa posição foi a repressão ao movimento estudantil<sup>562</sup> ocorrida em novembro de 1958. Em passeata, os estudantes se encaminhavam para protestar diante da Assembleia Legislativa contra a carestia e o aumento de salário que os deputados teriam recebido. Um aparato de guerra novamente tomou as ruas de Maceió. A polícia, portando metralhadoras e fuzis tentava impedir a continuidade da passeata, que culminaria na realização de um comício. As manifestações estudantis continuaram ao longo desse mês de dezembro.

Na célula de Rio Largo, o comunista de nome Felipe, que ocupava o cargo de primeiro secretário, ressaltou que a liberdade era vista apenas pelo partido. Entre as massas, predominava a insatisfação com a carestia a ponto de os próprios operários exclamarem indignadamente: “Está aí em quem o Partido mandou votar!”<sup>563</sup>

Essa crise política repercutia diretamente nas representações operárias, antes e depois do *impeachment*. Os empresários têxteis tentavam conter a capacidade de organização, luta e manifestação política dos operários. Era também uma reação que visava minar a popularidade de Muniz Falcão, que conseguiu reverter o *impeachment*. O Supremo Tribunal Federal suspendeu seu impedimento em janeiro de 1958, motivando festejos em seu reduto eleitoral.

---

<sup>561</sup> IPM 709 – Doc. 944: Manuscrito sobre “CR Alagoas”. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em 17 maio 2014.>

<sup>562</sup> VIGOROSA passeata estudantil e protesto contra o aumento dos deputados. *A Voz do Povo*, Maceió, 30 nov. 1958.

<sup>563</sup> IPM 709 – Doc. 944: Manuscrito sobre “CR Alagoas”. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em 17 maio 2014

Em Pilar, o povo comemorou nas ruas com entusiasmo e fogos.<sup>564</sup> Apesar dos registros de vitória de trabalhistas e chapas independentes dos interesses patronais em Fernão Velho, punha-se em xeque a liberdade sindical.

#### 6.6.1 As disputas internas nos sindicatos têxteis

Nas eleições para o sindicato de Rio Largo em 1956,<sup>565</sup> a gerência da fábrica ordenou aos operários que votassem na chapa patronal, tendo também de pedir licença para votar. As mulheres foram intimidadas, e os contramestres passaram a tomar as cédulas das mãos dos operários que também eram ameaçados de serem expulsos da cidade pelo prefeito. Cidade, fábrica e vila operária se confundiam. Na ocasião da vitória de Muniz no STF, foram proibidas comemorações pelo retorno do governador.<sup>566</sup> Era um clima tenso e de violência. Um operário de 60 anos foi espancado por um motorista e segurança do deputado Arnaldo Paiva, proprietário da fábrica. Apesar de toda essa pressão, não conseguiu evitar a vitória de operários independentes como dirigentes da Caixa Beneficente em 1958.

Em Saúde, a chapa patronal era composta por membros com menos de dois anos de filiação ao sindicato. Dos 600 operários, apenas 190 votaram. “A ferro e fogo”, venceu a chapa patronal.<sup>567</sup> No bairro do Bom Parto, a Fábrica Alexandria aumentou o quantitativo de guardas armados.<sup>568</sup> De revólver em punho, e portando um punhal de quase um metro e meio, guardavam os portões da fábrica. Além disso, capangas também ficavam à espreita na porta dos banheiros, contando os minutos que os operários passavam nos gabinetes sanitários; às vezes até abrindo a porta para verificar a presença destes em virtude da função íntima e biológica. Não bastasse a péssima alimentação que recebiam, intensificava-se o tratamento intimidador. A péssima alimentação interferia nas condições de saúde do trabalhador, tornando frequentes as infecções intestinais e a frequência aos banheiros. Situação que lembra a condição de trabalho análogo a de escravo.

Em Fernão Velho, a vitória de uma chapa pró-operário para o sindicato em 1955 não significou pacificação das disputas nesse órgão de classe. As conquistas e novas cobranças por direitos, ou mesmo transparência nos assuntos sindicais, eram passíveis de retaliações e

---

<sup>564</sup> EM PILAR, o povo ganhou as ruas. *A Voz do Povo*, Maceió, 26 jan. 1958.

<sup>565</sup> COAÇÃO nas eleições de Rio Largo. *A Voz do Povo*, Maceió, 25 nov. 1956.

<sup>566</sup> PROIBIDO comemorar a vitória. *A Voz do Povo*, Maceió, 26 jan. 1958.

<sup>567</sup> FALSA liberdade sindical. *A Voz do Povo*, Maceió, 2 dez. 1956.

<sup>568</sup> AUMENTA o número de capangas na Alexandria. *A Voz do Povo*, Maceió, 2 dez. 1956.

estratégias disciplinares, seja a pedido dos patrões, seja daqueles que se investiam de um saber com efeito de poder, a exemplo do advogado do sindicato.

Em novembro de 1956, Sebastião Ramos e José Correia, ambos operários na Fábrica Carmen atuando na tecelagem, foram intimados a prestar depoimento na delegacia.<sup>569</sup> José Correia era presidente da Caixa Beneficente, um órgão de classe que prestava assistência social aos seus associados.

A queixa era feita pelo próprio advogado do sindicato que se dizia perseguido por eles. Naquele dia, os operários ficaram na delegacia das 17h às 21h45, onde foram recebidos pelo delegado. O encontro foi semelhante a uma sessão de coação psicológica. O delegado exigia que ficassem “bonzinhos e de boca calada com as irregularidades dentro do sindicato”.

Os operários pareciam inconvenientes ao advogado aos questionarem possíveis irregularidades. Ao mesmo tempo, há de se destacar o papel das forças policiais. Continuavam a intervir nas questões políticas e em assuntos sindicais. O delegado ordenava que qualquer irregularidade percebida dentro dos órgãos de classe era passível de ser resolvido dentro das assembleias, porém, no que se refere a interesses repressores, particulares e, quem sabe, dos patrões, a assembleia nesse caso tornara-se a delegacia policial.

Revela-se, também, a pluralidade de posicionamentos entre os representantes e órgãos classistas, que não necessariamente eram coesos em um mesmo discurso e ação.

Em 1958, outra gestão findava no sindicato em Fernão Velho.<sup>570</sup> Os operários e seus representantes analisavam a situação política preparando-se para a realização de novas eleições sindicais. Pitágoras Café, então presidente, ressaltou que os operários demonstraram interesse no retorno de Abelardo Cavalcanti Lins, seu antecessor. Desejando manter-se no cargo, Pitágoras encaminhou aos editores do jornal comunista *A Voz do Povo* uma carta escrita por ele, que deveria ser publicada no periódico, demonstrando ter o apoio dos comunistas. Nessa carta acusou Abelardo de ter exercido uma gestão de desemprego, causas judiciais sem solução, afastamento de operários, entre outros problemas. Contra uma terceira chapa em formação, representando os interesses da Fábrica Carmen, denunciou o candidato Cícero Monteiro que ameaçava de violência o operário José Gomes da Silva, entre outros.

Abelardo Cavalcanti sagrou-se vencedor da eleição, conforme se pode constatar na ata do sindicato de 20 de abril de 1958. O que, no entanto não afastou Pitágoras Café do

---

<sup>569</sup> COAÇÃO policial. *A Voz do Povo*, Maceió, 25 nov. 1956.

<sup>570</sup> O PLEITO hoje em F. Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 23 mar. 1958.

sindicato. No mesmo ano, foi formada no sindicato de Fernão Velho<sup>571</sup> uma comissão de representantes para a Comissão do Salário Mínimo do Estado de Alagoas. Entre os titulares escolhidos, Pitágoras Café. No sindicato, foi aprovado que seus representantes defendessem na comissão a proposta de Cr\$ 8.000,00 para o novo salário mínimo.<sup>572</sup> Essa campanha salarial de 1958 foi registrada pelo jornal *A Voz do Povo* como “A batalha do salário mínimo”,<sup>573</sup> sendo encampada por dirigentes de diversos sindicatos têxteis no estado.<sup>574</sup> Nas vésperas do Natal, Juscelino Kubitschek decretou o novo salário mínimo mensal, que para Maceió passou a ser de Cr\$ 3.600,00, devendo vigorar a partir de 1.º de janeiro do ano seguinte.

Enquanto isso, Pitágoras protagonizava disputas dentro do sindicato em Fernão Velho. Em 1959, tentara destituir Abelardo da presidência.<sup>575</sup> Discutia-se em uma assembleia, com ampla presença de operários, possíveis irregularidades do presidente que teria praticado desvio de patrimônio do órgão. Abelardo, licenciado do cargo, não compareceu à Assembleia apesar de ter sido convocado para prestar esclarecimentos sobre um empréstimo na ordem de Cr\$ 32.400,00 solicitados ao sindicato de Rio Largo. Fora apresentado um confuso recibo que envolvia também a compra de um veículo. Não ficava clara a quitação do empréstimo. Acusava-se também a venda de uma ambulância do sindicato sem autorização da sua diretoria ou mesmo assembleia. Propunha-se o afastamento do presidente e o encaminhamento de denúncia contra ele à Secretaria do Interior e Segurança Pública do Estado a fim de instalar um inquérito criminal. No dia 10 de julho, após longo debate sobre o caso, foi aprovado em assembleia o afastamento de Abelardo da presidência até a conclusão do inquérito contra ele.<sup>576</sup>

No dia 21 de abril de 1960, uma nova diretoria foi empossada, tendo José Idalício como presidente. A solenidade contou com a presença do Dr. Alberto Brito, proprietário da fábrica, felicitando a nova diretoria. O vereador Renalvo Cerqueira, por sua vez, lembrou aos presentes a precária situação de vida dos trabalhadores brasileiros. Nessa ata aparece o padre

<sup>571</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão ordinária de 1.º de junho de 1958. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

<sup>572</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão ordinária de 22 de novembro de 1958. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

<sup>573</sup> A BATALHA do salario mínimo. *A Voz do Povo*, Maceió, 25 out. 1958, p. 3.

<sup>574</sup> Sobre essa campanha pelo salário mínimo, ver: MOURA, Anderson Vieira. Salário mínimo a partir de primeiro de janeiro: os trabalhadores alagoanos e a campanha salarial de 1959. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH. HISTÓRIA, VERDADE E ÉTICA, 12., 2014, São Leopoldo, RS. *Anais...* São Leopoldo: ANPUH, 2014. Disponível em: <[http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405364543\\_ARQUIVO\\_TextoFinalAndersonVieiraMoura.pdf](http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405364543_ARQUIVO_TextoFinalAndersonVieiraMoura.pdf)> Acesso em: 2 jul. 2015.

<sup>575</sup> SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. Ata de sessão ordinária de 2 de julho de 1959. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

<sup>576</sup> \_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 10 de julho de 1959. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

Salomão, que era comunista e tinha assumido a paróquia São José em Fernão Velho. O comunista Jaime Miranda também compareceu e discursou sobre a situação econômica do país. A sessão foi presidida pelo coronel Henrique Oest, que se encontrava à frente da Secretaria do Interior e Segurança Pública. Naquele momento, representava o governo do Estado.

Com essa diretoria, parece ter predominado maior influência comunista no sindicato. Na reunião de 8 de junho de 1960, o presidente pediu o afastamento do advogado do sindicato, Paulo Jucá. Sugeriu o comunista Jaime Miranda como novo advogado.

### **6.7 Memórias operárias e esquecimento dos tempos de Muniz: redenção do passado?**

Durante a realização de entrevistas com operários de Fernão Velho, quando indagava sobre o governo Muniz Falcão, diversas vezes deparei com respostas rápidas, ou mesmo o silêncio e a negação de lembranças sobre esse período. O que julgo não se tratar de lapsos biológicos na capacidade cognitiva de lembrar; sobretudo quando alguns entrevistados, em meio ao ato de narrar histórias, lembravam experiências de seu tempo de infância e juventude. Zequinha Moura era exemplar nesse labiríntico jogo da memória, no qual o “se perder” é também a busca de outros caminhos. Lembrava passagens como a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial na década de 1940, quando ainda era uma criança. Relatava com clareza e coerência episódios da história política do país como uma das visitas de Getúlio Vargas a Alagoas ou mesmo a atuação do governador Arnon de Mello, antecessor de Muniz. O predecessor, major Luiz Cavalcante, também era figura bastante lembrada entre os operários. Como pode então um período tão efervescente na política tornar-se uma lacuna na memória desses operários?

Lembro-me da passagem de um dos textos do filósofo Walter Benjamin, *Experiência e pobreza*. Após indagar sobre a capacidade de transmissão da experiência, ressaltava a condição de silêncio de combatentes que retornavam da guerra entre 1914 e 1918. Eles se tornaram pobres de experiências comunicáveis, de lições que pudessem legar um aprendizado.

Diversos silêncios sobre os acontecimentos dos idos dos anos 1950 vieram à tona nos relatos de operários em Fernão Velho. Situação que sugiro apontar para a existência de experiências traumáticas diante do cenário de violência em Fernão Velho e Alagoas, que foram recuperadas ao serem mobilizadas outras memórias, a exemplo do periódico *A Voz do Povo*. Trata-se de casos de espancamento, prisão e assassinato envolvendo trabalhadores de Fernão Velho. O pescador Virgílio José da Rocha, espancado por policiais na Rua da Praia. José Ferreira da Silva, operário da Fábrica Carmen, foi alvo desse tipo de ação quando

transitava pelo do bairro do Centro da cidade. Uma violência que nem sequer eximia aqueles que eram pagos pela Fábrica Carmen para manter a ordem e vigia na Vila Operária. Antônio Tenório, quando vigia, foi espancado. Em casos mais extremos, a morte. O operário Olívio foi assassinado durante uma abordagem policial.

Os silêncios também eram relacionados com as lutas políticas, sobretudo quando a Fábrica Carmen se utilizava do expurgo por meio de demissão daqueles considerados comunistas. Ou mesmo configurava situações de terrorismo de Estado. Policiais à paisana circulavam em Fernão Velho e ao deparar com aqueles que consideravam subversivos, revelavam sua função repressora. Sobre esse tipo de ação, Sr. Idelbrando, mesmo sofrendo de mal de Alzheimer,<sup>577</sup> buscou nas suas mais antigas memórias o acontecido com um companheiro de trabalho que, por trazer consigo um exemplar do jornal *A Voz do Povo* que lhe foi entregue, foi preso por policiais à paisana. Foi espancado na frente dos demais trabalhadores da fábrica, amarrado como um bode, e jogado em um camburão que o conduziu à delegacia, onde permaneceu preso por alguns dias. Sr. Idelbrando expressou agonia e tristeza ao relatar esse acontecimento.

Essas experiências, quando lembradas, são capazes de novamente proporcionar dor e sofrimento àqueles que as viveram. O silêncio, portanto, como efeito do esquecimento, é também constitutivo da memória,<sup>578</sup> e no caso de Fernão Velho, passível de ser uma produção de luto.<sup>579</sup> Ou seja, um processo de ressignificação da perda e do sofrimento, permitindo que a vida do sujeito que sofre possa seguir adiante, que, em relação ao passado, se trata de uma memória apaziguada quando posta em silêncio. O esquecimento, desse modo, não é ausência. Está presente na profundidade cognitiva do sujeito e, muitas vezes, emerge como memória involuntária, um lampejo como a ideia titubeante de que o governo de Muniz foi sofrido, conforme lembrava Zequinha Moura.

Sufrimento esse que, diante de tantos silêncios, exceto pela vasta memória registrada no jornal comunista *A Voz do Povo*, sugere, como diria o dramaturgo alemão Bertold Brecht, “apaguem os rastros.” Diante de tantas perseguições, espancamentos e lutas, o “não falar e

---

<sup>577</sup> Essa entrevista ocorreu na própria residência do operário. Ele já apresentava os efeitos da doença, cujo avanço fazia com que ele tivesse suas memórias recentes bastante prejudicadas. Não lembrava o que havia almoçado. Do mesmo modo, já perdera também considerável parte de suas funções motoras. Necessitava de auxílio para alimentar-se e se deslocar dentro de sua casa. Sua fala era arrastada, incompreensível em diversos momentos. Porém, suas memórias mais antigas eram lembradas por ele, muito embora não trouxesse precisão de datas.

<sup>578</sup> RICOEUR, 2007b.

<sup>579</sup> FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 14) (Trabalho original publicado em 1917).

lembrar” seria o duplo que protege os pequenos e pactua uma forma de lidar com o passado. Institui-se um luto para a possível perda da experiência e seus legados, afinal, qual a lição que podemos aprender com violência?

Na memória, o silêncio dos operários como inscrição do esquecimento é como uma forma de rastro, ou quiçá uma maneira de se apropriar do seu passado, redimindo-se diante das experiências de terror que viveram. Mesmo quando apagado ou profundamente guardado em nossas faculdades cognitivas do inconsciente, deixa sua marca como inscrição interior, “um acontecimento que nos marcou, tocou, afetou e a marca afetiva permanece em nosso espírito”,<sup>580</sup> abrindo-se ainda à redenção. É o esquecimento que torna possível a memória, um recurso imemorial oferecido ao trabalho de lembrança, “tornando o passado citável em cada um de seus momentos” na escrita da história.

---

<sup>580</sup> RICOEUR, 2007b.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS OU UMA HISTÓRIA EM ABERTO...

Janeiro de 2010. Era o fim do expediente de uma sexta-feira quando pouco mais de 400 operários e operárias de todas as seções da Fábrica Carmen foram convocados para uma reunião no armazém onde se localizava o depósito de algodão e demais insumos para produção. Todos se reuniram, sentaram-se em fardos de algodão e banquetas, esperando os diretores. Quando estes chegaram, foram logo comunicando todos ali presentes que, a partir da segunda-feira próxima, não precisavam mais trabalhar.

Os diretores informaram que a Fábrica Carmen passava por dificuldades financeiras. Não possuíam mais condições de continuar pagando os salários. As vendas no mercado dos tecidos estavam em queda, sobretudo em virtude de sua posição desvantajosa: defasada tecnologia em relação a outros centros têxteis no país e ampliação da importação de tecidos mais baratos para o Brasil. Destacavam que não tinham outra saída. Precisavam fechar a Fábrica Carmen para não aumentar as dívidas. Na segunda-feira, os portões não abririam mais e a sirene permaneceria em silêncio.

Uma operária, que ao conceder a entrevista e ter pedido que fosse garantido seu anonimato por ainda estar em questão trabalhista com a Fábrica Carmen, assim relatou esse momento:

Todo mundo ficou desconsolado. Tinha que pagar contas, como ia fazer para manter a família? A fábrica era tudo para muitos de nós! Minha irmã ficou mexida. Depois daquele dia não ficou mais boa da cabeça. Ficou assim, triste, sem saber direito das coisas. Mexeu muito com ela esse fechamento. Ela trabalhou muitos anos. Meus pais também. Eu trabalhei pouco tempo e tive saúde para achar outro emprego. Hoje fica a tristeza, quando vejo assim, minha irmã, quando lembro meus pais que conseguiram dar de comer e morar pra gente quando trabalhava na fábrica, apesar de tudo.

Após a reabertura da Fábrica Carmen em 1997, o que motivou celebrações sobre o passado e o presente, diversos operários não imaginavam seu fechamento. Expectativa essa que poderia ter provocado os sentimentos que os deixavam “mexidos”, e alguns em profunda tristeza ao lembrar o passado, seja de si e de seus familiares. Diversas gerações de operários e operárias se sucederam em Fernão Velho, um território cuja referência cultural e histórica mais lembrada era o trabalho operário e a fábrica têxtil. Essas experiências legam múltiplas lições e histórias de vida.

Ao mesmo tempo, esse acontecimento do fechamento da Fábrica Carmen acelerava a gradativa transformação de Fernão Velho como um território fabril de caráter privado para um

território público. Além das experiências das lutas políticas que sucederam, sobretudo nos anos 1950 e início da década de 1960, que denotavam o caráter público das demandas por cidadania e direitos dos operários, a partir dos anos 1980, as casas pertencentes à Fábrica Carmen foram utilizadas em acordos para pagamento de indenizações e rescisões trabalhistas.

Muitos operários, a exemplo de Zequinha Moura, Dona Emília, Carlos Cariccioli, Antônio Cardoso, Veríssimo Ferreira, entre outros, aceitaram a casa onde viviam e vivem como pagamento de direitos trabalhistas conquistados ao longo de sua vida. Ao concederem a entrevista, relataram com orgulho tal feito, reconhecendo a posse de sua casa mais como uma conquista do que a imposição das condições da Fábrica Carmen.

Dona Emília (2014) relatou suas expectativas e artimanhas quando estava próxima de se aposentar.

Dr. Alberto foi um patrão que não tenho o que dizer. Quando tava para aposentar, propus continuar pagando para morar na casa. E ele dizia que não podia. Então ‘só saio com a casa’. E no escritório, diziam que Emília só sairia com a casa. Então questionaram: ‘Emília, se fizer o acordo com a casa, você aceita? Com os papéis e tudo’. Fui então lá no meu irmão, ele era presidente<sup>581</sup> e conhecia da lei. Ele disse: ‘Se ele der com papel passado e tudo direitinho, você aceita, porque você é estabilidade, não é optante’.

A essa altura da vida e com o acúmulo de diversas experiências de lutas e conquistas, assim como aconselhamento de seu irmão, a operária se reconhecia como portadora de direitos. Tendo trabalhado desde os 14 anos de idade, enquadrava-se em uma situação jurídica de direito à estabilidade. Uma situação nas relações de trabalho que tinha sido substituída pela opção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que posteriormente passou a ser obrigatória para todos os trabalhadores sob o regime da CLT. Na iminência de se aposentar precisaria desocupar a casa pertencente à Fábrica Carmen. Dona Emília, então, atuou com astúcia. Talvez sua última jogada no pequeno enfrentamento contra os patrões, mesmo atribuindo imagem positiva a Dr. Alberto, então proprietário da Fábrica Carmen, conforme seu relato:

Fui ao médico, Dr. Judson. Já tinha dado entrada no INSS, já tinha recebido o afastamento. Então o médico deu 15 dias de licença: ‘Olhe, se nesse período não resolverem nada, a senhora volte ao trabalho e depois venha aqui, que dou mais 15 dias’. Depois mandaram me chamar, com o diretor, Dr. Alberto e tudo. Tava de licença, então mandaram chamar. O motorista: ‘Olhe, passe lá no escritório.’ Pensei: Então é agora! Fui lá no escritório, aquela reunião toda, explicou tudo, e: ‘Veja, a casa é da senhora, mas a partir

---

<sup>581</sup> Seu irmão atuava em um sindicato no Porto do Jaraguá em Maceió.

de hoje, pode fazer o que quiser.’ Com noventa dias, chamaram no cartório, assinaram e entregaram os papéis tudinho. Quando mandaram o IPTU, já mandaram com meu nome.

O nome impresso no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de uma casa outrora pertencente à Fábrica Carmen expressava a apropriação dos operários de um território privado e empresarial. Fernão Velho se consolidava como um espaço público tanto nas conquistas da cidadania e de direitos como da moradia. Do mesmo modo, a Fábrica – até então responsável pela manutenção desse território – cedeu lugar à prefeitura. O que é simbólico, não somente no sentido da gestão do território, mas também no reconhecimento de uma história coletiva dos operários-cidadãos da cidade.

O sentido de “Vila Operária” passou a ser permeado por uma representação de “Bairro”, o que não apaga suas características e sentidos produzidos nos tempos de outrora. Ao contrário, permite novas significações e atualizações do passado e do presente, a contrapelo, gerando outras expectativas, uma história em aberto. O que exige ao historiador um permanente revisitar do passado, percebendo nele outras possibilidades de tramas e histórias de lutas que transcendem o escopo do recorte temporal que me dediquei a narrar nesta tese, que é o resultado de uma operação historiográfica.

Fernão Velho e Maceió tornam-se múltiplos – com memórias, experiências, cenários, cenas e protagonistas. Tornam-se visíveis ao se reconhecer nelas suas tramas e histórias descortinadas, críveis por meio da narrativa. Conta-se uma história de existência humana e do trabalho operário da qual a cidade também fazia e faz parte. Existência passível de celebração, de lugares de pertencimento e experiências, de transformações e expectativas. Uma história em aberto dado que “cada história é o ensejo de uma nova história, que desencadeia uma outra, que traz uma quarta, etc.; essa dinâmica ilimitada da memória é a da constituição do relato, com cada texto chamando e suscitando outros textos”.<sup>582</sup>

Nesse sentido, as lutas políticas no início da década de 1960, Fernão Velho em meio ao golpe civil-militar de 1964, a trajetória dos personagens que protagonizaram essa narrativa, a própria industrialização brasileira após os anos 1970, temporalidades que escapam aos recortes desta narrativa, todas se apresentam como outras possibilidades de histórias, além das reinterpretações do passado que esta tese possa proporcionar.

---

<sup>582</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta: prefácio. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7-19. (Obras Escolhidas, v. 1). p. 13. Disponível em: <[https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin\\_Walter\\_Obras\\_escolhidas\\_1.pdf](https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2015.

Entre estas, talvez sejam bastante elucidadoras as formas como a violência se tornou uma prática corriqueira em nossa cultura política. Difundida no cotidiano com formas simbólicas, sutis e microscópicas, seus efeitos muitas vezes implicam na reprodução do medo, da perda de direitos, da existência de precárias condições de vida e até mesmo a exigência para a busca de negociações cogitando perda parcial de direitos para se assegurar o mínimo de dignidade humana. Outras vezes se materializa diretamente na ação direta como o recrudescimento da repressão aos movimentos sociais e de reivindicação de direitos. Dessa forma, podia-se e pode-se lançar mão em momentos de acirramento das lutas políticas, das prisões, espancamentos e expurgos de operários.

Essa violência – simbólica e objetiva – reforça a condição de estado de exceção para nossa sociedade. Uma condição que, a exemplo do que sugere o filósofo Walter Benjamin,<sup>583</sup> se constitui como regra na tradição dos oprimidos,<sup>584</sup> sobretudo diante dos assombros produzidos na presença do passado em nosso presente.

Nessas histórias e experiências narradas, ao se evidenciar os efeitos das práticas disciplinares sobre os corpos e comportamentos, percebe-se também que estas ocorrem de forma simultânea às resistências, permitindo compreender relações de poder, as práticas sociais, ou mesmo evidenciar os “saberes sujeitados”.<sup>585</sup> Os saberes das pessoas comuns como Zequinha Moura, Elisabete, Dona Emília, Silvio Lira, entre outros, que muitas vezes podem ser compartilhados socialmente por um grupo, como os operários de Fernão Velho. Saberes e práticas – que como resistência – foram utilizados na própria sobrevivência, como ação política, e aqui recuperados consideravelmente no trabalho de escrita da história e rememoração do passado.

O que exige do historiador, em meio aos embates da memória passível de lembrança e esquecimento, uma dupla tarefa de esclarecimento: do passado e do presente. Que ao esclarecer o passado, reelaborando-o, torne possível que sejamos contemporâneos de nosso próprio tempo,<sup>586</sup> um pertencimento ao presente, mas também como tarefa ética de produção de um futuro político.

---

<sup>583</sup> BENJAMIN, 1986.

<sup>584</sup> BENJAMIN, 1940/1987, p. 226.

<sup>585</sup> FOUCAULT, Michel. Aula de 7 de janeiro de 1976. In: \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France, 1975-1976*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: M. Fontes, 1999. p. 12. (Coleção Tópicos).

<sup>586</sup> AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2013.

Nesse sentido, de uma história em relação com o presente, aprendemos com Reinhart Koselleck que:

Todas as histórias são histórias do tempo presente, e ao sermos questionados sobre suas dimensões temporais, respondemos que toda história se refere a um presente que inclui todas as dimensões e só pode ser entendido por relação ao passado e ao futuro, em que todo o presente se dissolve.<sup>587</sup>

Tomando essa lição para si, podemos, portanto, afirmar que nossa escrita e as indagações historiográficas que fazemos ao nosso passado são marcadas pelas questões de nosso tempo presente. No meu caso, as questões políticas, das quais sou contemporâneo, marcam e marcaram meu olhar e reflexões no momento da escrita desta tese.

A crise humanitária e o problema dos refugiados que lançam desafios para o repensar da cidadania em nossa modernidade. A existência em pleno século XXI do trabalho análogo a escravo no Brasil. A banalização da violência espetacularizada em programas policiais apresentados na televisão. A defesa, entre alguns segmentos sociais, de um Estado penal como solução para a violência, inclusive prevendo a redução da maioria penal. A reprodução da pobreza concomitante ao desenvolvimento econômico. As manifestações de 2013, que inicialmente representavam um movimento contra o aumento das tarifas de ônibus e se tornaram uma das maiores demonstrações democráticas após as Diretas Já, abrangendo uma pauta política que – de tão grande que se tornou – alguns manifestantes afirmavam não caber em cartazes. A corrupção como tema recorrente nos debates políticos do país, seja em partidos, movimentos sociais, seja mesmo nas redes sociais digitais.

No campo da história e em diferentes segmentos acadêmicos e políticos, em 2014, houve uma vasta produção e circulação de obras historiográficas, entre outras, versando sobre o golpe de 1964 e a condição política de estado de exceção. Nesses, os debates sobre reparação de vítimas e seus familiares, por terem sofrido o terrorismo de Estado durante o regime civil-militar no Brasil, e a escrita/busca de uma verdade sobre a ditadura brasileira repercutiam e repercutem na sociedade. Discutem-se não somente os resquícios desse passado, mas também seus efeitos na produção de um presente e futuro. É como se a democracia brasileira fosse constantemente violentada pelos fantasmas e pelas questões não resolvidas do passado. Ao tratar das memórias do regime civil-militar, possibilitava-se uma reescrita da história, o que, em grande medida, também mobilizava usos políticos do passado na construção de nossa sociedade democrática e de direito.

---

<sup>587</sup> KOSELLECK, 2001, p. 118, tradução nossa.

Do mesmo modo, a sucessão de governos eleitos sob a legenda partidária do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016, inclusive tendo sido eleito como presidente da república um ex-operário, Luís Inácio Lula da Silva. Um presente que também me parece provocador para pensar a história. Trata-se de uma situação emblemática na história política e da cidadania do país. É geradora de expectativas de ampliação de direitos por parte dos trabalhadores, da defesa de um projeto de desenvolvimento que assegure a condição de dignidade humana para todos os brasileiros. Ao mesmo tempo, é um projeto político comprometido com o desenvolvimento econômico, que, em grande medida, chegou ao poder com uma base de apoio político também vinculado a diversos segmentos empresariais. Um modelo de governo e articulação política que lembra outras experiências em nossa história, a exemplo de Getúlio Vargas com o trabalhismo.

Expressa o apelo da ampliação da cidadania pautado na existência de direitos sociais, a exemplo da expansão dos direitos trabalhistas para os trabalhadores domésticos no segundo governo Dilma Rousseff. Uma presidente que, após vencer em 2014 a eleição presidencial que lhe conferiu o direito constitucional de continuar um segundo mandato, viu-se em 2016 no enfrentamento de um processo de *impeachment* orquestrado pelos segmentos conservadores que se opõem ao seu governo, ao Partido dos Trabalhadores com seu projeto político, à corrupção e aos possíveis legados desses governos dito dos trabalhadores para o Brasil. Em seu lugar, instalou-se um governo golpista sob a presidência de Michel Temer, o que demarca a quebra das possibilidades de ampliação, e até mesmo continuidade, de programas sociais que vinham contribuindo para o desenvolvimento social do Brasil. Um então novo governo, que inclusive abre espaços políticos para mudanças jurídicas que podem possivelmente implicar na perda ou redução de direitos sociais, em especial, os direitos trabalhistas conquistados historicamente no protagonismo de trabalhadores. Digo possíveis para os legados e perdas por compreender que esta história ainda está em aberto, longe de um desfecho, e lança novos desafios para os historiadores. Nesse mesmo tempo presente, põe-se também em disputa a produção da memória sobre esses governos e os respectivos líderes, o que acirra as lutas políticas no país.

Configuração histórica que, em grande parte, também me levou a escolhas de paradigmas de análise, seja sobre esse tempo que vivemos no início do século XXI, seja sobre o recorte temporal que esta tese adentrou, nesse caso, as tensões políticas do Brasil durante o Período Democrático (1945-1964). Optei pelos paradigmas que apontavam para as relações de poder, a cultura política, a política, a cidadania, o trabalho, as estratégias de dominação e as táticas de resistência, o estado de exceção, a violência, a lembrança e o esquecimento.

Meu olhar, como historiador, é atravessado por essas questões, tempo presente, e paradigmas, o que me ensejou, durante a escrita desta tese, pensar a história como uma tarefa ética e colaboradora da produção de possibilidades de futuro político. No caso de Fernão Velho, consiste no esclarecimento e na compreensão de experiências como a sobrevivência dos operários, sua resistência, seu trabalho, o constituir-se trabalhador no Brasil; mas também “a pobreza de experiência” advinda da violência e do estado de exceção em meio à história política brasileira e latino-americana. Essas, em Fernão Velho, embora sejam passíveis de luto mediante a produção do esquecimento sobre o governo Muniz Falcão, podem revelar feições das mais nefastas, que é a amnésia coletiva pela falta de um aprendizado útil para a vida. Quem sabe, esclarecendo, podemos contribuir para superar os fantasmas do autoritarismo ainda existentes em nossa cultura política, que tanto põem em risco o exercício da cidadania e as conquistas da democracia.

Nesse sentido, a escrita da história, segundo Certeau,<sup>588</sup> ao esclarecer, torna possível um rito de sepultamento, exorcizando a morte ao introduzi-la em um discurso, mas que também tem uma função simbólica, permitindo a sociedade situar-se na linguagem e no passado, abrindo espaço para o presente. É, ao mesmo tempo, uma expressão da vontade humana em honrar a memória dos mortos, de respeitar os antepassados, de opor-se à fragilidade da existência singular de conservação na memória dos vivos.<sup>589</sup> Demarcamos, assim, o domínio dos mortos e dos vivos, e, do mesmo modo, evitamos que o esquecimento produzido, que paira sobre os mortos – trabalhadores com seus direitos e a dignidade humana violados – possa também atingir os trabalhadores e os vivos de hoje.

Desse modo, possibilita-se atribuir outra inteligibilidade a essa Vila Operária no passado, visível não somente como lugar de efeitos de poder, mas também de resistência e protagonismo dos trabalhadores. Uma vez postos à crítica historiográfica, a compreensão dessas relações possibilita aproximar o passado longínquo da experiência operária ao presente de nosso mundo do trabalho. Faz-se pertinente o desabafo do entrevistado Zequinha Moura:

Meu sentimento hoje, rapaz, vou lhe ser franco, já tive em São Paulo, no Rio... Quando tive lá nesses lugares, e quando vim embora, olhei para traz e disse: ‘Aqui não venho mais.’ Gosto muito desse lugar (Fernão Velho). Nasci e me criei aqui. Sei que vou morrer aqui. Gosto demais de Fernão Velho. Lembro de minha juventude. Me considerava um operário. Toda vida. Nunca mudei de pensamento não. Minha impressão era sempre essa. Era um operário. Sempre fui. Meu pensamento sempre foi esse.

<sup>588</sup> CERTEAU, 2011.

<sup>589</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Em meio às múltiplas formas de disciplina e resistências, trabalhadores em Fernão Velho se fizeram operários, mesmo diante da violência e dos limites à maior participação política. Zequinha Moura era convicto disso. Afirma nunca ter mudado seu pensamento e sentimento como operário, e pressuponho que se tenha tornado solidário aos seus colegas de produção fabril. Assim como ele, muitos operários que cederam entrevistas usaram do artifício da denúncia ao relatar suas memórias. Permitiram-me evidenciar suas táticas em meio às microformas de disciplinarização e possível cerceamento de direitos, aproximando a luta de outrora às incessantes tentativas de limitação da cidadania no presente.

Por fim, confirmou-se o presságio de Zequinha Moura. Faleceu em Fernão Velho em 2014, cinco meses após contar suas memórias mobilizadas em parte nesta narrativa. Restam-nos suas experiências, assim como de outros trabalhadores como legado das lutas e trampolinagens que saltam do passado. Podemos articulá-las e usá-las historicamente, como lampejos que permitem lições nos momentos de perigo do presente, despertando-nos as centelhas da esperança!

## REFERÊNCIAS

- A DEFESA de Alagoas na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. *História de Alagoas em fotos*, 04 julho de 2015. Disponível em <<http://www.historiadealagoas.com.br/a-defesa-de-alagoas-na-2a-guerra-mundial/>>. Acesso em: 17 de julho de 2015.
- AFUNDAMENTO do Itapagé: Alagoas na 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. *História de Alagoas*, 3 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.historiadealagoas.com.br/o-afundamento-do-itapage-alagoas-na-2a-guerra-mundial.html>>.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: \_\_\_\_\_. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 25-51.
- \_\_\_\_\_. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2013.
- \_\_\_\_\_. O que é um campo? In: \_\_\_\_\_. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Tradução de Davi Pessoa. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 41-45.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 5<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008.
- ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. A tuberculose e as “doenças do trabalho”: considerações sobre a história da medicina do trabalho no Brasil, 1930-1950. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 13., 2008, Rio de Janeiro. *Annais...* Rio de Janeiro: ANPUH, 2008.
- ALMEIDA, Japson. *Fragmentos de um olhar*. Maceió: Impr. Oficial Graciliano Ramos, 2015.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Crônicas alagoanas: notas sobre poder, operários e comunistas em Alagoas*. 2. ed. Maceió: Edufal, 2013. v. 2.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papyrus, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

BATALHA, Claudio H. M.. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 1, p. 161-190.

BATALHA, Claudio H.M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.

BENJAMIN, Walter. Crítica da violência, crítica do poder. In: \_\_\_\_\_. *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1986.

\_\_\_\_\_. Experiência e pobreza (1933). In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 114-119. (Obras Escolhidas, v. 1). Disponível em: <[https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin\\_Walter\\_Obras\\_escolhidas\\_1.pdf](https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2015.

\_\_\_\_\_. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov (1936). In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221. (Obras Escolhidas, v. 1). Disponível em: <[https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin\\_Walter\\_Obras\\_escolhidas\\_1.pdf](https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2015.

\_\_\_\_\_. A obra de arte na era de sua reproduzibilidade técnica (1935-1936) In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 165-196. (Obras Escolhidas, v. 1). Disponível em: <[https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin\\_Walter\\_Obras\\_escolhidas\\_1.pdf](https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Sobre o conceito da história (1940). In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232. (Obras Escolhidas, v. 1). Disponível em: <[https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin\\_Walter\\_Obras\\_escolhidas\\_1.pdf](https://monoskop.org/images/3/32/Benjamin_Walter_Obras_escolhidas_1.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Paris, a capital do século XIX: exposé de 1935. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. São Paulo: Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29-46.

BEZERRA, Edson José de Gouveia. Fotos Celso Brandão. In: *Negros, canais, lagoas e outras imagens periféricas*. Maceió: Universidade Estadual de Alagoas, 2012. Disponível em: <<http://outrasimagensperifericas.blogspot.com.br>>. Acesso em: 19 maio 2015.

BLAY, Eva Alterman. Habitação: a política e o habitante. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. p. 75-86.

BONAN, Irene. Ensino profissionalizante: um capítulo dessa história nem sempre bem sucedida em Alagoas. In: VERÇOSA, Élcio de Gusmão (Org.). *Caminhos da educação em Alagoas: da colônia aos tempos atuais*. Maceió: Catavento, 2001.

COSTA, Cléria Botelho; ALESSIO, Nancy. (Orgs.). *Contar história, fazer história*. História, cultura e memória. Brasília: Paralelo 15, 2001.

BRANDÃO, Octavio. *Canais e lagoas*. 3. ed. Maceió: Edufal, 2001.

BRASIL.. *A justiça do trabalho entre dois extremos: reflexões sobre sua instalação*. [S. d.]. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/historia-da-justica-do-trabalho>> Acesso em: 6 nov. 2013.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Tudo é História).

BRITO, Leide Daiane de Melo. Revisitando a memória escolar de Alagoas dos anos 30 e 40 do século XX. In: EPAL, 2010, Maceió. *Anais...* Maceió, 2010. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/REVISITANDO-A-MEMORIA-ESCOLAR-DE-ALAGOAS-DOS-ANOS-30-E-40-DO-SECULO-XX.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2015.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARVALHO, Cícero Pércles de. *Formação histórica de Alagoas*. 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. *Relatos do medo: a ameaça comunista em Pernambuco, Garanhuns 1958/1964*. Recife: Ed. da UFPE, 2010.

CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo. In: BURITY, Joanildo (Org.). *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 143-158.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

\_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano*. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. v. 1.

CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. v. 2.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. *Visões de liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.

CINE São Luiz, o velho cinearte. *História de Alagoas*, 7 maio 2015. Disponível em: <<http://www.historiadealagoas.com.br/cine-sao-luiz.html>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

CORREIA, Telma de Barros. *Pedra: plano e cotidiano operário no sertão*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

COSTA, Rodrigo José da. *O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais, 1961-1964*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas, 1951-1964*. São Paulo: Ática, 1992.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista, 1956-1964. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2010

DIÉGUES JÚNIOR, Manoel. Evolução urbana e social de Maceió no período republicano. In: COSTA, Craveiro. *Maceió*. Maceió: Sergasa, 1981.

DIÉGUES JÚNIOR, Manoel. *O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. Maceió: Edufal, 2002. (Coleção Nordeste).

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE ALAGOAS. *75 anos de ensino profissionalizante*. Maceió: ETFAL, 1984. Mimeografado.

FALCÃO, Sebastião Marinho Muniz [verbete]. In: *ABC das Alagoas*. [S.d.] Disponível em: <<http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes/index/F/page:5>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 15. ed. São Paulo: Globo, 2000. 2 v.

FARIAS, Ivo dos Santos. Carnaval operário. *Novo Íris Alagoense*, 2010. Disponível em: <[http://novoirisalagoense.blogspot.com.br/2010\\_04\\_01\\_archive.html](http://novoirisalagoense.blogspot.com.br/2010_04_01_archive.html)>. Acesso em: 15 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Carnaval operário em Fernão Velho. *A Voz do Povo*: Maceió, 30 set. 2011. Disponível em: <<http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/09/artigo-carnaval-operario-em-fernao.html>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. *Nossa casa é do patrão*: dominação e resistência operária no núcleo fabril de Fernão Velho, Maceió, AL. Curitiba: Appris, 2014.

FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista*: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Vols. 1, 2, 3. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Getúlio Vargas*: uma memória em disputa. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6722/1592.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 6 jan. 2016.

FERREIRA, Veríssimo. *História de Fernão Velho*. Maceió, 1997. Mimeografado.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.

FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985a.

\_\_\_\_\_. A governamentalidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985b.

\_\_\_\_\_. Aula de 7 de janeiro de 1976. In: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France, 1975-1976. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: M. Fontes, 1999. p. 12. (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: M. Fontes, 2000a. p. 285-315.

\_\_\_\_\_. Aula de 14 de janeiro de 1976. In: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: M. Fontes, 2000b.

\_\_\_\_\_. Conferência 4. In: FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2012a.

\_\_\_\_\_. Conferência 3. In: FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2012b. p.73-78.

FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha Corrêa. O processo econômico: a economia da Primeira República, 1889-1930. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História do Brasil nação, 1808-2010*: a abertura para o mundo, 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 14) (Trabalho original publicado em 1917).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Walter Benjamin ou a história aberta: prefácio. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7-19. (Obras Escolhidas, v. 1).

\_\_\_\_\_. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

\_\_\_\_\_. O preço de uma reconciliação extorquida. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Org.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Ed. 34, 2014.

GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. A hora e a vez dos trabalhadores. In: \_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005a.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Olhando para dentro, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. (Coleção História do Brasil Nação, 1808-2010, v. 4).

GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Orgs.). *A justiça do trabalho e sua história*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

GRACINDO, Demócrito Brandão [verbetes]. In: *ABC das Alagoas*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes/index/G/page:25>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

\_\_\_\_\_. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson. (Org. et al.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora Universitária UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

HEYMANN, Luciana. *O legado do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6794/1707.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 6 jan. 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. *A construção da estrada de ferro Paulo Afonso: fotografia e história*. Maceió: IHGAL, 2012.

JURANDIR, José. *Os crimes que abalaram Alagoas*. 2. ed. Maceió: Impr. Oficial Graciliano Ramos, 2013.

KAFKA, Franz. *O processo*. Tradução de Modesto Carone. 7. ed. . São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la história*. Barcelona: Ediciones Paidós Iberica, 2001.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*, n. 13, p. 227-250, dez. 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100/1239>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

LAVENÈRE, Luiz; SANT'ANA, Moacir Medeiros de. A fotografia em Maceió, 1858-1918. *Revista do Arquivo Público de Alagoas*, n. 1, p. 119-160, 1962.

LAVERDI, Robson. (Org. et al.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora Universitária UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3, p. 241-285.

LESSA, Golbery Luiz. *Trama da memória, urdidura do tempo: ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos*. Maceió: Uncisal, 2008. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Trama da memória, urdidura do tempo. In: TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: Sebrae, Edufal, 2013a.

\_\_\_\_\_. Os operários na vanguarda das lutas políticas. In: TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: Sebrae; Edufal, 2013b.

LINDOSO, Dirceu. *Interpretação da província: estudo da cultura alagoana*. Maceió: Edufal, 2005.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem do conflito de classes na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB, 1988a.

\_\_\_\_\_. O aliciamento de trabalhadores pela companhia: a incorporação “modelar da força de trabalho na vila operária”. In: LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem do conflito de classes na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da UnB, 1988b. p. 39-58.

\_\_\_\_\_. *O vapor do diabo. O trabalho dos operários do açúcar*. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LOUREIRO, Filipe Pereira. *Nos fios de uma trama esquecida: a indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão (1929-1950)*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MACHADO, Antônio de Melo [verbete]. *ABC das Alagoas*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes/index/machado/page:2>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

MACIEL, Oswaldo Batista Acioly. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió, 1895-1905*. Maceió: Edufal, 2009.

\_\_\_\_\_. Estatutos de Sociedades Mutualistas e a história social do trabalho: conjecturas em torno da Sociedade Beneficente de Proteção e Auxílio da Companhia União Mercantil, Fernão Velho, 1876-1879. *Revista Crítica Histórica*, ano 1, n. 1, jun. 2010. Maceió: CPDHis, UFAL; 2010.

\_\_\_\_\_. *A perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

A MALDIÇÃO do Teatro Deodoro. *História de Alagoas*, 2015. Disponível em: <<http://www.historiadealagoas.com.br/a-maldicao-do-teatro-deodoro.html>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

MARROQUIM, Adalberto. *Terra das Alagoas*. Maceió: Grupo João Lyra, 2000. Edição fac-similar, 1922.

MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 2 v.

MASCHIO, Maralice. *Experiências dos trabalhadores das Lojas Pernambucanas no contexto da reestruturação produtiva, 1970-2000*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, PR, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru: Edusc, 2002.

MAYOL, Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013a. v. 2. p. 41.

\_\_\_\_\_. O bairro da Croix-Rousse. In: CERTEAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013b. v. 2.

MELLO, Arnon de. *Uma experiência de governo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958b.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. *Fios da rede: industrial e trabalhadores na criação e expansão de um grupo empresarial (1920-1949)*. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

MELO, Airton de Souza. *Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica, 1951-1964*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MELO, Airton de Souza; MOURA, Anderson Vieira. Uma greve espontânea em Fernão Velho: comissão operária, justiça do trabalho e repressão patronal. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300571338\\_ARQUIVO\\_UmagreveespontaneaemFernaovelho-Comissaooperaria,Justicadotrabalhoerepressao patronal.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300571338_ARQUIVO_UmagreveespontaneaemFernaovelho-Comissaooperaria,Justicadotrabalhoerepressao patronal.pdf)> Acesso em: 3 mar. 2013.

MIRANDA, Jaime Amorim de [verbete]. In: *ABC das Alagoas*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes/index/miranda/page:3>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Vargas: o entardecer da memória. In: \_\_\_\_\_. *História oral e memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Rachar as palavras: uma história a contrapelo. In: *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. Percursos historiográficos e metodológicos da contemporaneidade. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (Org.). *Depois da utopia: a história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz, 2013a. p. 69-70.

\_\_\_\_\_. Trabalhadores rurais e Justiça do Trabalho em tempos de regime civil-militar. In: GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. (Org.). *A Justiça do Trabalho e sua história*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2013b. p. 303-347.

\_\_\_\_\_. Travessias e desafios. In: LAVERDI, Robson. (Org. et al.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Recife: Editora Universitária UFPE; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012.

MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça dos. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder, 1955-1964. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas, 1951-1961*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MOURA, Anderson Vieira. Uma candidatura de inspiração popular: a formação da Frente Popular Alagoana, 1955. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364749562\\_ARQUIVO\\_Umacandidaturadeinspiracaopopular-AndersonVieiraMoura.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364749562_ARQUIVO_Umacandidaturadeinspiracaopopular-AndersonVieiraMoura.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Salário mínimo a partir de primeiro de janeiro: os trabalhadores alagoanos e a campanha salarial de 1959. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH. HISTÓRIA, VERDADE E ÉTICA, 12., 2014, São Leopoldo, RS. *Anais...* São Leopoldo: ANPUH, 2014. Disponível em: <[http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405364543\\_ARQUIVO\\_TextoFinalAndersonVieiraMoura.pdf](http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405364543_ARQUIVO_TextoFinalAndersonVieiraMoura.pdf)> Acesso em: 2 jul. 2015.

NEGRO, Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas. Uma história social do trabalho. In: *Revista Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. v.18, n.1. São Paulo: USP, 2006.

NERI, Gustavo Bruno Costa. *A ação integralista brasileira em terras alagoanas, 1930-1937*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

\_\_\_\_\_; SALDANHA, Alberto. A indústria têxtil, o Decreto n.º 19.739 e a legislação trabalhista. In: SALDANHA, Alberto (Org.). *A indústria têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2011.

OLIVEIRA, Gladson Macedo de. *A Fábrica Maria Amália e sua inserção na cidade de Curvelo: os caminhos do desenvolvimento de uma indústria têxtil no interior de Minas Gerais, 1941-1992*. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, Jorge. *Curral da morte: o impeachment de sangue, poder e política no Nordeste*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o movimento estudantil alagoano*. Maceió: Sergasa, 1994.

OLIVEIRA JÚNIOR, Célio José de. *Geografia urbana: bairro Fernão Velho Maceió-AL: história e ações dos agentes sociais*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2013. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/celiojr92/bairro-ferno-velho-maceial-historia-e-aes-dos-agentes-sociais>>. Acesso em: 9 jun. 2015.

PAIVA FILHO, Arnaldo. *Rio Largo, cidade operária*. Maceió: Senai, 2013.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3, p. 13-37.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado: documentos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco, 1959-1964*. Recife: EdUFPE, 2009.

PORTO de Maceió inaugurado por Vargas em 1940. *História de Alagoas*, 25 maio 2015. Disponível em: <<http://www.historiadealagoas.com.br/porto-de-maceio-e-inaugurado-por-vargas-em-1940.html>>. Acesso em: 13 out. 2015.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REGO, José Lins do. *Riacho Doce*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1995. p. 76-77.

RELATO de Dona Aidée. DVD n.º 01, son., color. Disponível em: LESSA, Golbery. *Trama da memória, tessitura do tempo: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária residentes no Bairro de Fernão Velho, Maceió, AL*. Coordenação de Analice Dantas Santos e Golbery Lessa. Maceió: Universidade Estadual de Ciência da Saúde de Alagoas, 2008.

RÉMOND, René. Por que a história política? Apresentação de Maria Yedda Linhares. *Revista Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 7-20, jul. 1994. Transcrição da conferência pronunciada por René Rémond. Tradução de Anne-Marie Milon Oliveira. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1969/1108>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

RICOEUR, Paul. História/epistemologia. In: \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007a. p. 143-296.

\_\_\_\_\_. O esquecimento. In: \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007b.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964*. 2. ed. Passo Fundo, RS: Ed. Universitária de Passo Fundo, 2003.

SALLUM JR., Brasília. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial, 1945-2000. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira: a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à história do açúcar*. Maceió: Impr. Oficial Graciliano Ramos, 2011.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (Org.). *Depois da utopia: a história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz, 2013.

SANTOS, Josiane Soares. *Questão social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio H.M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004. (p.25-48).

SILVA, Cristiane A. Fernandes da. *A gestão de si na reinvenção das normas: práticas e subjetividade no trabalho*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o Partido da Classe Operária (PCB) na democratização, 1945-1964. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 103-140.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional; USP, 1973.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. Leitura e narrativa na modernidade. In: \_\_\_\_\_. *Labirintos da modernidade: memória, narrativa e sociabilidades*. Recife: Ed. da UFPE, 2014a. p. 177-188.

\_\_\_\_\_. Poder patrimonialista no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Labirintos da modernidade*. Memória, narrativa e sociabilidades. Recife: Ed. da UFPE, 2014b.

SIQUEIRA, Antônio Jorge. São Bernardo e os labirintos da cultura patrimonial. In: \_\_\_\_\_. *Labirintos da modernidade*. Memória, narrativa e sociabilidades. Recife: Editora UFPE, 2014c.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.131-137.

SOERENSEN, Claudiana. A carnavalização e o riso segundo Mikhail Bakhtin. *Travessias*, Edição n. 9, v. 5, n. 1, p. 318-331, 2011.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

STÉDILE, Miguel Enrique Almeida. *Da fábrica à várzea: clubes de futebol operário em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão*. 2. ed. Maceió: Edufal, 2007.

\_\_\_\_\_; LESSA, Golbery Luiz. *O ciclo do algodão e as vilas operárias*. Maceió: Sebrae, Edufal, 2013.

VALE, Eltern Campina. *Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto, Paraíba, 1959-1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. *Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias*. 3. ed. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 2001.

VEYNE, Paul. Só há a priori histórico. In: \_\_\_\_\_. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. p. 42-65.

\_\_\_\_\_. Uma história sociológica das verdades: saber, poder, dispositivo. In: \_\_\_\_\_. *Foucault. Seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. p. 164-192.

VIGOROSA passeata estudantil e protesto contra o aumento dos deputados. *A Voz do Povo*, Maceió, 30 nov. 1958.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *A trajetória política de Francisco Heráclio do Rego*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014a.

\_\_\_\_\_. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014b.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. 3.

ZIDAN, Tiago Eloy. O arriscado jogo democrático: a conjuntura político-social de Alagoas no pré-1964. *Senatus*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 37-44, out. 2010. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/191799/arriscadojogo.pdf?sequence=5>. Acesso em: 15 fev. 2014.

## FONTES DOCUMENTAIS:

### ENTREVISTAS

Idelbrando, cidade de Maceió, bairro de Fernão Velho, 18/1/2014.

Zequinha Moura (José Acicioly Neto), cidade de Maceió, bairro de Fernão Velho, em 23/1/2014.

Valdicleide, cidade de Maceió, bairro de Fernão Velho, em 24/01/2014.

Dona Emília, cidade de Maceió, bairro de Fernão Velho, em 30/9/2014.

Luiz Paulino, cidade de Maceió, bairro de Saúde, em 28/10/2014.

Carlos Caraccioli, cidade de Maceió, bairro de Fernão Velho, em 11/7/2015.

Antônio Cardoso, cidade de Maceió/bairro de Fernão Velho, em 15/7/2015.

Relato de Dona Aidée. DVD n. 01, son., color. Disponível em: LESSA, Golbery. **Trama da memória, tessitura do tempo**: registro da memória e da iconografia das famílias de tradição operária residentes no Bairro de Fernão Velho – Maceió/AL. Coordenação de Analice Dantas Santos e Golbery Lessa. Maceió: Universidade Estadual de Ciência da Saúde de Alagoas, 2008. Esse material encontra-se disponível para consulta no Arquivo Público Alagoano – APA.

### FOTOGRAFIAS E IMAGENS DIVERSAS

BRANDÃO, Celso. **Bloco Ferruge em Fernão Velho 1**. [198-?]. Disponível em: <<http://pcbalagoas.org/2014/05/o-fim-do-boi-em-fernao-velho/>> Acesso em: 15 de fev. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Bloco Ferruge em Fernão Velho 2**. [198-?]. Disponível em: <[http://novoairisalagoense.blogspot.com.br/2010\\_04\\_01\\_archive.html](http://novoairisalagoense.blogspot.com.br/2010_04_01_archive.html)> Acesso em: 15 de fev. de 2014.

BRINCADEIRA de foliões fantasiados: luta entre polícia e homem comum. Autor: Desconhecido, [195?]. Acervo: Museu da Imagem e do Som – MISA de Alagoas. Coleção Carnaval Antigo – 1955. Foto n.º55, Turma de Rubens Camelo.

COMPANHIA União Mercantil. **Seção de Tecelagem - Fernão Velho-AL [19--?]**. Acervo de fotografias do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Imagem n.º177, Pasta 07 – Postais de Maceió.

COMPANHIA União Mercantil. **Açude Barão de Jaraguá** Autor: Desconhecido, [193-?]. Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Pasta 07. Col. Postais de Maceió. Postal n.º14.

COMPANHIA União Mercantil. **Avenida Teixeira Machado e linha férrea**. Autor: Desconhecido, [193-?]. Acervo fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL. Pasta 07. Col. Postais de Maceió. Postal n.º15.

COMPANHIA União Mercantil. **Operários e suas famílias em frente à Fábrica.** Autor: Desconhecido. Foto extraída do livro “Terra de Alagoas” de Adalberto Marroquim, 1922. Acervo: Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas (IHGAL).

COMPANHIA União Mercantil. **Seção de Máquina Motora** . Foto extraída do livro “Terra de Alagoas” de Adalberto Marroquim, 1922. Acervo: Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas (IHGAL).

FACHADA do Cineteatro São José, Fernão Velho. Autor: Desconhecido, [198-?]. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/celiojr92/bairro-ferno-velho-maceial-histria-e-aes-dos-agentes-sociais>> Acesso em: 9 de junho de 2015.

MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Roteiro: Regina Coeli. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 1 DVD (20 min), son., color. Documentário.

OPERÁRIOS na seção de tecelagem em Fernão Velho. Autor: Desconhecido. Foto extraída do livro “Terra de Alagoas” de Adalberto Marroquim, 1922. Acervo: Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas (IHGAL).

PROVA DE ADMISSÃO no Ginásio Santa Luzia. Autor: Desconhecido. Foto extraída da matéria jornalística ENSINO. CORREIO DA MANHÃ. 2º caderno. p. 07. , 16 de março de 1958. Acervo: Biblioteca Nacional. Correio da Manhã – 1940 a 1949. PR\_SPR\_00130\_089842. Disponível na base digital <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

UNIÃO MERCANTIL. Colégio São José mantido pela Companhia. Autor: Desconhecido. Foto extraída do livro “Terra de Alagoas” de Adalberto Marroquim, 1922. Acervo: Biblioteca do Instituto Histórico Geográfico de Alagoas (IHGAL).

VISTA AÉREA da fábrica e edificações vizinhas. Autor: Desconhecido, [19--?]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=450969481728885&set=a.105901632902340.14097.100004475112440&type=1&theater>>. Acesso em: 4 mar 2015.

WANDERLEY, Luiz Lavenère. **Fernão Velho [1911]**. Acervo de fotografias do Arquivo Público de Alagoas.

## DOCUMENTÁRIOS E, FILMES

MEMÓRIA da vida e do trabalho. Direção e produção de Celso Brandão. Argumento e texto: José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim. Roteiro: Regina Coeli. Maceió: Estrela do Norte, 1986. 1 DVD (20 min aprox..). son. , color.

## ACERVO DIGITAL BRASIL NUNCA MAIS

DOPSE/AL. Ofício n.º 24/66. In: **IPM 709**. (p. 81-2). Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <[http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB\\_03&PagFis=123151](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=123151)>. Acesso em: 05 set 2015.

DOPSE/AL. Ficha pessoal n.º20: João Candido Feitosa. Acervo do Arquivo Público de Alagoas.

IPM 709 - DOC 947: CR ALAGOAS / RELATÓRIO 17/10/1957. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 17 maio 2014.

Inquérito Policial Militar (IPM) 709 - MINISTÉRIO DA GUERRA / PRIMEIRO EXÉRCITO. DOC 807: Manuscrito “Relatório Sindical de Alagoas” assinado por Barros. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 17 maio 2014.

IPM 709 - DOC 944: MANUSCRITO SOBRE “CR ALAGOAS” Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 17 maio 2014.

IPM 709 - DOC 807: MANUSCRITO “RELATÓRIO SINDICAL DE ALAGOAS” ASSINADO POR BARROS. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 17 maio 2014.

IPM 709 - DOC 947: CR ALAGOAS / RELATÓRIO 17/10/1957 II situação política no estado. Brasil nunca mais. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 17 maio 2014.

IPM 709 - ORGANIZAÇÃO DE BASE DO PCB EM ALAGOAS. Acervo Digital Brasil Nunca Mais. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 17 maio 2014

## PERIÓDICOS

A BATALHA do salário mínimo. *A Voz do Povo*, Maceió, 25 out. 1958, p. 3. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

ABONO de Natal. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 dez. 1955.

AÇÃO de massa dos operários de Fernão Velho em defesa da paz. *A voz do Povo*, 18 fev. 1951, p. 1. (Acervo do Memorial Pontes de Miranda).

AGREDIDO um operário pelo vigia da Fábrica de Saúde. *A Voz do Povo*, Maceió, 30 nov. 1958. (Acervo do Memorial Pontes de Miranda).

ALAGOAS. Governo do Estado. Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Anuário demográfico 1914: população da cidade de Maceió e subúrbios. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 29 jun. 1915, p. 3-4. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

\_\_\_\_\_. Estatística de exportação dos principais produtos do estado. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 16 set. 1921. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

\_\_\_\_\_. Serviço do Algodão. Relação dos descaroçadores existentes em 25 de fevereiro de 1925... *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 25 mar. 1925. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

\_\_\_\_\_. Serviço do Algodão. Quadro demonstrativo de consumo e stock (em kilos) de algodão nas fábricas de tecidos... Anexo n.º 16-17. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 22 abr. 1928. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

ALAGOAS na 2.<sup>a</sup> Conferência dos Trabalhadores Agrícolas. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954. Suplemento, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

ALMEIDA, Benedita. O leitor escreve: apelo ao Vergel do Lago. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

ARNON escolhe um candidato fascista para governador. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 jun. 1955. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

AS DELICADEZAS da polícia. *A Voz do Povo*, Maceió, 20 abr. 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

AS GRANDES organizações fabris Othon Bezerra de Mello. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 25 set. 1941, p. 64. (Acervo da Fundação Joaquim Nabuco).

A PLATAFORMA do PCB é a plataforma do povo. *A Voz do Povo*, Maceió, 3 jun. 1962, p. 4. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

AUMENTA o número de capangas na Alexandria. *A Voz do Povo*, Maceió, 2 dez. 1956. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

CADEIA para os espancadores de Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 30 nov. 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

CENAS de todo dia. *A Voz do Povo*, Maceió, 22 jul. 1956. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

CIPRIANO, Waldir. Fernão Velho: tradição e história. **O Jornal**. Caderno de Cultura, 17 jan. 1999. (p.05). (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano – IHGAL).

CLAMOR e injustiça nas empresas. In: *A Voz do Povo*, Maceió, 22 jul. 1956, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

COAÇÃO nas eleições de Rio Largo. *A Voz do Povo*, Maceió, 25 nov. 1956. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

COAÇÃO policial. *A Voz do Povo*, Maceió, 25 nov. 1956. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

COMUNISTAS e trabalhistas ombro a ombro na luta contra o inimigo comum. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

DEFINIÇÃO em favor da guerra. *A Voz do Povo*, Maceió, mar. 1951. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

EM PILAR, o povo ganhou as ruas. *A Voz do Povo*, Maceió, 26 jan. 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

ENFURECIDOS os provocadores da guerra atacaram *A Voz do Povo*: definem-se os campos da paz e da guerra em nosso estado: o que o povo deve fazer. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 fev. 1951, p. 1. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

ENSINO. *Correio da Manhã*, Maceió, 16 mar. 1958. 2.º caderno, p. 7. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

ESPANCADO barbaramente um operário pelos vigias da fábrica de Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 23 nov. 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

ESPANCAMENTO provoca revolta em Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, de 11 maio 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

FALSA liberdade sindical. *A Voz do Povo*, Maceió, 2 dez. 1956. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

INSTALADO em praça pública o I Congresso Sindical de Alagoas. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 de fev. 1951, p. 1. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

LIBERDADE para Tibúrcio Tenório. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954. Suplemento, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

LÍDERES alagoanos opinam sobre as eleições. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 jun. 1955, p. 4. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

LINS, Humberto. Clamor na Alexandria. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954. Suplemento, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

LUZ para os operários do ABC. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 out. 1956. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

MAIS um crime da polícia em Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 25 maio 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

MAIS uma vitória dos operários da fábrica de Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

MANIFESTO eleitoral do Partido Comunista do Brasil. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 ago. 1955. Acervo do Arquivo Público de Alagoas. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

MIRANDA, Nelson. No tempo da *Voz do Povo*: resta-nos apenas a memória. *A Voz do Povo*, Maceió, Edição comemorativa de jan.-fev. 1985. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

MUDANÇA de patrão. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 fev. 1951, p. 4. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

O ASSALTO à Voz do Povo e a renúncia de Arnon. *A Voz do Povo*, 11 dez. 1955, p. 1. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

O CAMINHO da luta para os operários de Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 4 mar. 1951, p. 1. (Acervo do Memorial Pontes de Miranda).

ONTEM, greve em Fernão Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 12 ago. 1956. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

OPERÁRIOS de Fernão Velho em questão com a fábrica. *Gazeta de Alagoas*, Maceió, 25 ago. 1962. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

OPERÁRIOS de Fernão Velho exigem do governo o melhoramento das condições de vida. *A Voz do Povo*, Maceió, 4 mar. 1951, p. 2. (Acervo do Memorial Pontes de Miranda).

O PLEITO hoje em F. Velho. *A Voz do Povo*, Maceió, 23 mar. 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

O PROGRAMA e o Congresso. *A Voz do Povo*, Maceió, 11 dez. 1955, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas)..

O TIRA Zé Fortes envolvido num furto. *A Voz do Povo*, Maceió, 22 jul. 1956, p. 4 (Acervo do Arquivo Público de Alagoas)..

PILAR cidade abandonada. *A Voz do Povo*, Maceió, 7 nov. 1954, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

PONTA GROSSA: bairro esquecido. *A Voz do Povo*, Maceió, 22 jul. 1956, p. 4. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

PRESIDENTES em entidades sindicais contestam falsas acusações ao governo do Estado. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 15 maio 1951. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

PROIBIDO comemorar a vitória. *A Voz do Povo*, Maceió, 26 jan. 1958. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

ROCKEFELLER promove, em Alagoas, o impeachment de Muniz Falcão. *O Semanário*, ano 2, n. 63, 20-27 jun. 1957. p. 2. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Alagoano – IHGAL).

SÃO dois bandos. *A Voz do Povo*, Maceió, 18 fev. 1951, p. 4. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

SERVIÇO do Algodão. *Diário Oficial de Alagoas*, Maceió, 22 abr. 1927. p. 25. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

VITÓRIA da chapa de Fernão Velho. *Voz do Povo*, Maceió, 11 dez. 1955, p. 2. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

VITÓRIA dos operários: 2.200 cruzeiros para Alagoas. *A Voz do Povo*, Maceió, 22 jul. 1956. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas)

VOZES das fábricas. *A Voz do Povo*, Maceió, 28 out. 1956. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas).

## DECRETOS, LEIS, DADOS E PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS

ALAGOAS. Governo do Estado. **Diário Oficial**, 22 abril 1925. Maceió, 1925. p.11-13. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA)

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial de Alagoas**, 15 maio 1951. Maceió, 1951. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Estatística de exportação dos principais produtos do estado. **Diário Oficial de Alagoas**, 16 setembro 1921. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1921. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA)

\_\_\_\_\_. Diretoria Geral do Serviço Sanitário. Anuário demográfico 1914: população da cidade de Maceió e subúrbios. **Diário Oficial de Alagoas**, Maceió, 29 jun. 1915, p. 3-4.

\_\_\_\_\_. Serviço do Algodão. **Diário Oficial de Alagoas**, 22 abril 1927. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1927. (p.25-31). (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA)

\_\_\_\_\_. Quadro demonstrativo de consumo e stock (em kilos) de algodão nas fábricas de tecidos... (anexo n.º 16 e 17). **Diário Oficial de Alagoas**, 22 abril 1928. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1928. (anexo n.º 16 e 17) .(Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA)

\_\_\_\_\_. Relação dos descarçadores existentes em 25 de fevereiro de 1925... **Diário Oficial de Alagoas**, 25 março 1925. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1925. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA)

BRASIL. CLT: Decreto-Lei n.º 4.452 de 1.º de maio de 1943. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10709394/artigo-482-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo. Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 26 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. CLT: Decreto-Lei n.º 4.452 de 1.º de maio de 1943, artigo n.º 482, alínea d. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10709394/artigo-482-do-decreto-lei-n-5452-de-01-de-maio-de-1943>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n.º 7.566** de 23 de setembro de 1909. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em: 26 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 378** de 13 de janeiro de 1937. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei\\_n\\_378\\_de\\_13\\_de\\_janeiro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf) Acesso em: 26 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **Decreto n.º 19.739** de 7 de março de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19739-7-marco-1931-514626-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 18 mar. 2015.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **A justiça do trabalho entre dois extremos: reflexões sobre sua instalação.** Disponível em: <http://www.tst.jus.br/historia-da-justica-do-trabalho>. Acesso em: 6 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados estatísticos:** eleições federais e estaduais. Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963. v. 7. Departamento de Imprensa Nacional: 1973. Disponível através da Câmara dos Deputados na Biblioteca Digital em: <http://bd.camara.leg.br> Acesso em: 11 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução n.º 1.841** de 7 de maio de 1947. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/view>. Acesso em: 19 jun. 2014.

## DOCUMENTOS SINDICAIS E ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIAS SOCIAIS

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE FERNÃO VELHO. **Atas do período de 1953-1964.** Maceió: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, 1953-1964. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA)

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 22 de abril de 1953. In: *Livro de atas.* Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária realizada em 29 de abril de 1953. In: *Livro de atas.* Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária realizada em 6 de maio de 1953. In: *Livro de atas.* Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 2 de julho de 1953. In: *Livro de Atas.* Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão extraordinária de 7 de agosto de 1953. In: *Livro de atas.* Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 27 de novembro de 1953. In: *Livro de atas.* Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão extraordinária de 3 de março de 1956. In: *Livro de atas.* Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. *Ata de reunião de 14 de abril de 1956:* sessão solene de posse de nova diretoria do sindicato. Maceió, 1956.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 1.º de junho de 1958. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 22 de novembro de 1958. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 2 de julho de 1959. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 10 de julho de 1959. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 19 de agosto de 1962. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

\_\_\_\_\_. Ata de sessão ordinária de 17 de fevereiro de 1963. In: *Livro de atas*. Maceió, 1953-1964.

## DISCURSOS DE GOVERNADORES

MELLO, Arnon. Início de governo: discurso pronunciado na Praça Pedro II, em Maceió, a 31 de janeiro de 1951, ao tomar posse do governo. In: MELLO, Arnon de. *Uma experiência de governo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958a. p. 7-8.

\_\_\_\_\_. O governador ao povo alagoano. *Diário Oficial de Alagoas*, 12 fevereiro 1955. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1955. (p.01-07) (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA)

## DOCUMENTOS POLICIAIS E INQUÉRITOS INVESTIGATIVOS

Doc. N.º 235 - Ofício n.º3/65 de 08/01/1965 do DOPS/Maceió. In: Ministério da Guerra - I Exército. **IPM/709**. Pasta 2 – Estado de Alagoas. Ministério da Guerra, I Exército. IPM/709. Disponível em <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 12/03/2014.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - ALAGOAS. **Informação**. (p.02). Maceió, 18 de dezembro de 1950. In: Doc. Estados 02 – Alagoas cx. 605 fl.25. Disponível em: <<http://jaymemiranda.org/documentos/>> Acesso em: 19 de maio de 2015.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO. **Cópia do prontuário individual de Jaime de Amorim Miranda**. (p.88). Documento datado em 19/09/1956. Disponível em: <<http://jaymemiranda.org/documentos/>> Acesso em: 19 de maio de 2015.

## PROCESSOS TRABALHISTAS

JUSTIÇA DO TRABALHO / JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - JCJ da 6ª REGIÃO. **Processo JCJ n.º 109/51**. (Acervo do Memorial Pontes de Miranda localizado na sede do TRT em Maceió).

JUSTIÇA DO TRABALHO / JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - JCJ da 6ª REGIÃO. **Processo JCJ n.º 87/51.** (Acervo do Memorial Pontes de Miranda localizado na sede do TRT em Maceió).

JUSTIÇA DO TRABALHO / JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - JCJ da 6ª REGIÃO. **Processo JCJ n.º 135/51.** (Acervo do Memorial Pontes de Miranda localizado na sede do TRT em Maceió).

JUSTIÇA DO TRABALHO / JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - JCJ da 6ª REGIÃO. **Processo JCJ n.º 182/1956.** (Acervo do Memorial Pontes de Miranda localizado na sede do TRT em Maceió).

JUSTIÇA DO TRABALHO / JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - JCJ da 6ª REGIÃO. **Processo JCJ n.º 183/1956.** (Acervo do Memorial Pontes de Miranda localizado na sede do TRT em Maceió).

JUSTIÇA DO TRABALHO / JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - JCJ da 6ª REGIÃO. **Processo JCJ n.º 184/1956.** (Acervo do Memorial Pontes de Miranda localizado na sede do TRT em Maceió).

JUSTIÇA DO TRABALHO / JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - JCJ da 6ª REGIÃO. **Processo TRT n.º 35/58.** (Acervo do Memorial Pontes de Miranda localizado na sede do TRT em Maceió).

JUSTIÇA DO TRABALHO / JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO - JCJ da 6ª REGIÃO. **Processo JCJ n.º 594/59.** (Acervo do Memorial Pontes de Miranda localizado na sede do TRT em Maceió).

## **PERIÓDICOS COM RELATÓRIOS E ATAS DE FÁBRICAS TÊXTEIS PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DE ALAGOAS**

COMPANHIA UNIÃO MERCANTIL. **Relatório da diretoria sobre os negócios do ano de 1907 para ser apresentado à assembleia geral dos acionistas em 15 de abril de 1908.** In: RECORTES do Diário Oficial do Estado de Alagoas. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, [s.d.]. 1 v. (Acervo do IHGAL).

\_\_\_\_\_. **Relatório da diretoria sobre os negócios do ano de 1908 para ser apresentado à assembleia geral dos acionistas em 15 de maio de 1909.** In: VOLUME COM RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL).

\_\_\_\_\_. **Relatório da Companhia União Mercantil para ser apresentado à assembleia geral dos acionistas em 06 de março de 1911.** In: VOLUME COM RECORTES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS. Maceió: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL. (Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas – IHGAL).

\_\_\_\_\_. Relatório dos negócios sociais da Companhia União Mercantil, relativos ao ano de 1922, para ser apresentado em Assembléia Geral de Accionistas no dia 15 de março de

1923. **Diário Oficial de Alagoas**, 15 março de 1923. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1923. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Relatório dos negócios sociais da Companhia União Mercantil, relativos ao ano de 1924, para ser apresentado em Assembléia Geral de Accionistas no dia 07 de abril de 1925. **Diário Oficial de Alagoas**, 04 abril de 1925. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1925. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Relatório dos negócios sociais da Companhia União Mercantil, relativos ao ano de 1927, para ser apresentado em Assembléia Geral de Accionistas no dia 01 de março de 1927. **Diário Oficial de Alagoas**, 29 de fevereiro de 1928. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1928. (p.07-08). (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Acta da 72<sup>a</sup>. Assembléia Geral Ordinária da Companhia União Mercantil realizada em 01<sup>o</sup> de março de 1928. **Diário Oficial de Alagoas**, 31 de março de 1928. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1928. (p.04-05). (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Relatório dos negócios sociais da Companhia União Mercantil, relativos ao ano de 1929, para ser apresentado em Assembléia Geral de Accionistas no dia 17 de março de 1930. **Diário Oficial de Alagoas**, 18 março de 1930. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1930. (p.05-06) . (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Relatório dos negócios sociais da Companhia União Mercantil, relativos ao ano de 1930, para ser apresentado em Assembléia Geral de Accionistas no dia 27 de março de 1931. **Diário Oficial de Alagoas**, 26 março de 1931. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1931. (p.05). (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Edital. **Diário Oficial de Alagoas**, 27 de março de 1940. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1940. (p.10). (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Ata da 85<sup>o</sup> reunião da Assembléia Geral Ordinária. **Diário Oficial de Alagoas**, 23 março de 1941. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1941. (p. 8). (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Certidão. **Diário Oficial de Alagoas**, 06 de junho de 1941. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1941. (p.11). (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS S. MIGUEL. Relatório. **Diário Oficial de Alagoas**, 18 fevereiro de 1923. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1923. (p.07-08). (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

COMPANHIA ALAGOANA DE FIAÇÃO E TECIDOS. Relatório da Diretoria a ser apresentado a Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, convocada para 31 de março de 1948. **Diário Oficial de Alagoas**, 30 de março de 1948. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1948. (p.03-05). (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

OTHON BEZERRA DE MELLO – FIAÇÃO E TECELAGEM S/A. Fábrica Carmen – Edital. **Diário Oficial de Alagoas**, 17 de janeiro de 1947. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1947. (p. 25). (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Fábrika Carmen – Edital. **Diário Oficial de Alagoas**, 21 de março de 1947. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1947. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Fábrika Carmen – Edital. **Diário Oficial de Alagoas**, 28 de março de 1947. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1947. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Fábrika Carmen – Edital. **Diário Oficial de Alagoas**, 22 de maio de 1947. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1947. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Fábrika Carmen – Edital. **Diário Oficial de Alagoas**, 24 de junho de 1947. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1947. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Fábrika Carmen – Edital. **Diário Oficial de Alagoas**, 06 de abril de 1948. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1948. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Fábrika Carmen – Edital. **Diário Oficial de Alagoas, 24 de abril de 1948**. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1948. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Fábrika Carmen – Edital. **Diário Oficial de Alagoas**, 16 de fevereiro de 1949. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1949. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Fábrika Carmen – Edital. **Diário Oficial de Alagoas**, 24 de fevereiro de 1949. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1949. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Fábrika Carmen – Edital. **Diário Oficial de Alagoas**, 25 de março de 1949. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1949. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

\_\_\_\_\_. Fábrika Carmen – Edital. **Diário Oficial de Alagoas**, de junho de 1949. Maceió: Governo do Estado de Alagoas, 1949. (Acervo do Arquivo Público de Alagoas - APA).

## GLOSSÁRIO

**ARNON DE MELLO** – Advogado e jornalista, Arnon de Mello foi repórter do Jornal de Alagoas, periódico que posteriormente passou a integrar os Diários Associados pertencentes a Assis Chateaubriand. Em 1936, quando tinha 25 anos de idade e residia no Rio de Janeiro, assumiu a Direção Geral desse jornal, fortalecendo suas relações na rede de Diários Associados e possibilitando veicular notícias de Alagoas nacionalmente. Permaneceu nesse cargo até 1942. Em 1952, adquiriu o jornal diário Gazeta de Alagoas, que desde então passou a ser seu principal veículo de comunicação e propaganda política, tornando-se também um dos principais jornais no estado. Foi governador de Alagoas no período de 1951-1955 e eleito Senador em 1962. Foi reeleito Senador em 1970 e 1978. Faleceu em 29 de setembro de 1983. Fonte: CENTENÁRIO DE ARNON DE MELLO. In: Organização Arnon de Mello. Disponível em: <<http://www.oam.com.br/institucional/iam/centenario-arnon-de-mello/>>. Acesso em: 15/7/2014.

**CORONEL HENRIQUE OEST** – Nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1902. Sua vida política foi marcada por diversas reviravoltas. Participou do movimento tenentista na década de 1920, motivo pelo qual foi mantido afastado do Exército até 1930. Tendo participado como civil no 3.º Regimento de Infantaria durante a Revolução de 1930, foi nomeado primeiro-tenente no Governo Provisório de Getúlio Vargas. Participou da Revolução Constitucionalista de 1932 tomando posição em favor das forças governistas. Foi um dos signatários da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Com o fechamento da ANL, foi afastado de qualquer cargo militar com potencial de influência política. Tornou-se opositor ao regime de Vargas. Em 1945, já como major, integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB). Nas eleições de 1945, foi eleito primeiro suplente de um deputado do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Rio de Janeiro. A essa altura da vida, já se posicionava como comunista. Chegou a exercer o mandato em 1947, sendo afastado após a cassação do registro do PCB. Reintegrou-se às forças militares. Em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi transferido para o 20.º Batalhão de Caçadores na capital alagoana. Embora tenha sido novamente transferido no ano seguinte para Porto Alegre, retornou a Alagoas em 1959 para assumir, a convite do governador Muniz Falcão, o cargo de Secretário de Segurança Pública de Alagoas. Em 1962, foi eleito suplente de deputado federal em Alagoas pelo Partido Social Progressista (PSP) coligado com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Chegou a ocupar um lugar na Câmara em 1963, ano em que pediu reforma e foi então promovido a general. Com o Ato Institucional

n.º 01, após o golpe civil-militar de 1964, foi cassado. Exilou-se no Uruguai. Retornou ao Brasil em 1972. Faleceu em 1982, deixando esposa e um casal de filhos.

Fonte: OEST, Henrique Cordeiro. Acervo do CPDOC/FGV. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/> > Acesso em: 16 nov. 2015.

**DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA (DOPSE), ALAGOAS** – Em Alagoas, este órgão estatal representou aquilo que podemos designar como “polícia política”, cuja função é de prevenção e repressão de subversão, coibir qualquer manifestação coletiva e individual que possa ser considerada como lesiva à paz social e ordem política. Sua criação ocorreu durante o governo de Osman Loureiro, pelo Decreto-Lei n.º 2.287 de 18 de outubro de 1937. No ato de sua criação, foi vinculada à Secretaria dos Negócios do Interior, Educação e Saúde, o que é significativo de sua intenção política, dentro da mesma estrutura burocrático-governamental de interesses sociais como economia, educação e saúde. O primeiro a exercer a função de delegado do Dopse foi um capitão do Exército integrante do 20.º Batalhão de Caçadores, sediado em Maceió. Uma situação que se repetiu diversas vezes durante sua existência, tendo membro das Forças Armadas à frente. Após o Estado Novo, embora tenha sua nomenclatura modificada para Delegacia de Ordem Política e Social, Investigações e Captura (Dopsic) pelo Decreto-Lei n.º 3.189 de 16 de julho de 1946, permaneceu o papel repressivo durante o período democrático (1946-1964), apesar das reestruturações da Secretaria ao qual era vinculada. Ao contrário, esse papel era reforçado, sobretudo diante do cenário de crise política e manifestações populares do período. Saía da esfera da educação e saúde, e passou a integrar a Secretaria dos Negócios, Justiça e Segurança Pública. Em fevereiro de 1964, essa delegacia foi reestruturada em suas funções e formas de atuação. Foi desmembrada, criando-se a Delegacia de Roubos, Furtos, Investigações e Capturas (DRFIC) e a Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (Dopse). Essa segunda continuou a compor o amplo aparato e rede repressiva estatal criado desde o Estado Novo e presente em todo o país por meio das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS).

**ISMAR DE GÓES MONTEIRO** – Ismar de Góes Monteiro foi governador de Alagoas no período de 1941-1945. Descendeu da aristocracia agrária de Alagoas. Nasceu em 27 de outubro de 1906, sendo natural do município alagoano de São Luís do Quitunde e filho de senhor de engenho. Exerceu as profissões de engenheiro, agrimensor, jornalista e também serviu no Exército. Lutou em favor da Revolução de 1930 quando era primeiro-tenente. Como

capitão em 1932, ingressou na Escola Técnica do Exército, onde se profissionalizou como engenheiro, mecânico e eletricista. Foi nomeado por Vargas como interventor federal em Alagoas. Seu governo foi marcado pelo combate ao banditismo e autoritarismo marcante na prática do coronelismo no estado. Após sua saída do Executivo e com o fim do Estado Novo, elegeu-se senador pelo Partido Social Democrático (PSD). Em 1961, foi nomeado vice-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Faleceu em 21 de fevereiro de 1990.

Fontes: ABC das Alagoas. Disponível em <<http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes>>. Acesso em: 28 maio 2014. ALBUQUERQUE, Isabel Loureiro de. **História de Alagoas**. 2. ed. Maceió: Sergasa, 2000. p. 202-206.

**NELSON ROCKEFELLER** – Empresário norte-americano, que se tornou um dos homens mais ricos no mundo na primeira metade do século XX. No Brasil, investiu em diversos segmentos, como agricultura, comércio, indústria, petróleo, entre outros. Na década de 1960, apoiou propagandas anticomunistas, visando manter o Brasil sob o alinhamento de influência dos EUA.

**SILVESTRE PÉRICLES DE GÓES MONTEIRO** – Irmão de Ismar de Góis Monteiro, Silvestre Péricles nasceu em 30 de março de 1896 em São Luís do Quitunde. Foi advogado, professor e jornalista. Como militar, exerceu as funções de auditor de guerra e corregedor da Justiça Militar. Foi redator do Diário Oficial de Alagoas e delegado de polícia em Maceió. Atuou como presidente do Conselho Nacional do Trabalho. Na Revolução de 1930, atuou ao lado do grupo de Getúlio. Na Revolução Constitucionalista de 1932, defendeu os paulistas. Foi governador de Alagoas no período de 1947-1951. Como governador, realizou obras de distribuição de água encanada em Maceió, criou o Corpo de Bombeiros e o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, reformou e reequipou a Guarda Civil, e instalou a primeira estação radiofônica no estado. Além de governador, exerceu mandatos de deputado e senador da República em 1958. Faleceu em 13/11/1973. Fontes: <<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/institucional/galeria-de-ex-governadores/curriculos-govs/silvestre-pericles-de-goes-monteiro>> Acesso em: 29 jul. 2014.; <[http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=2241&li=40&lcab=1955-1959&lf=40](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2241&li=40&lcab=1955-1959&lf=40)>. Acesso em: 29 jul. 2014.> <<http://www.abcdasalagoas.com.br/verbetes>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

**SIZENANDO NABUCO** – Nascido no município de Passo do Camaragibe em 16/7/1906, foi deputado estadual, prefeito interino de Maceió e vice-governador de Muniz Falcão entre 1956-1961. Era advogado e atuou em diversos órgãos policiais em Alagoas. Foi secretário da Interventoria Federal em Alagoas entre 1934 e 1935, e, logo após, foi nomeado primeiro delegado auxiliar da polícia em Maceió. No fim de 1937, assumiu o Departamento de Ordem Política e Social em Alagoas. Foi filiado ao PTB, partido pelo qual foi eleito como vice-governador em 1955. Com o *impeachment* de Muniz Falcão em 1957, assumiu o governo do Estado.

**JORNAL A VOZ DO POVO** – Este periódico teve circulação semanal em Maceió entre os anos de 1946 e 1964. Era editado em quatro páginas. Os temas nele abordados eram os mais diversos, porém predominantes os de natureza política, sejam referentes ao âmbito nacional, sejam relacionados com o local. Denunciavam as condições de exploração e violência às quais os trabalhadores, sobretudo fabris, eram submetidos em Alagoas. Em diversas matérias, informavam seu público sobre os direitos trabalhistas. Dirigiram sucessivamente o jornal, como principais editores, André Papine de Gois, Oswaldo Nogueira e Jayme Miranda. Com a instalação do Regime Civil Militar em 1964, o jornal saiu de circulação, consolidando, assim, a permanente repressão que vinha sofrendo por grupos políticos conservadores e patronais, que muitas vezes utilizavam de aparatos estatais para empastelamento de suas instalações tipográficas e prisão de seus colaboradores. Um grande volume de edições desse periódico encontra-se disponível no Arquivo Público de Alagoas. No século XXI, o periódico voltou a circular sob o formato digital, estando disponível na internet na página eletrônica <http://pcbalagoas.blogspot.com>. Essa versão contemporânea tem o teor crítico, continua expressando ideologicamente pensamentos de membros do Partido Comunista Brasileiro em Alagoas e dos respectivos simpatizantes que colaboram com artigos e matérias.

**JORNAL DE ALAGOAS** – Fundado em 1908, tinha tiragem diária. Apresentava-se como oposicionista e liberal, chegando a ter como colaborador Graciliano Ramos. Após 1936, ano em que foi incorporado ao grupo dos Diários Associados, passou a assumir um posicionamento situacionista e conservador. Foi na década de 1950, e início dos anos 1960, um dos jornais com maior circulação em Alagoas. Pertencia a Sebastião Marinho Muniz Falcão, governador de Alagoas entre 1955 e 1961. No Arquivo Público de Alagoas e Instituto Histórico e Geográfico Alagoano, encontram-se disponíveis para consulta diversos volumes com compilação de edições desse jornal.

**JORNAL GAZETA DE ALAGOAS** – Fundado em 1934 por Luiz Magalhães da Silveira, é um dos mais antigos jornais em funcionamento em Alagoas. Inicialmente, seu posicionamento era liberal, realizando críticas ao governo do Estado. Quando adquirido por Arnon de Mello em 1952, assumiu posicionamento conservador, tornando-se um dos principais veículos de propaganda política dos setores conservadores no estado, expressando, sobretudo, os interesses políticos do seu proprietário. Com periodicidade diária, era no início dos anos 1960 um dos periódicos com maior circulação no estado. Cada edição tinha uma média de oito páginas abordando, sobretudo, temas políticos referentes aos cenários nacional, local e internacional. As páginas internas sempre traziam a continuidade de matérias de destaque na primeira página. Tinha também espaço para matérias esportivas, moda, coluna social e propagandas diversas. Foi favorável ao *impeachment* do governador Muniz Falcão, que foi exaustivamente utilizado como instrumento de propaganda política de Arnon de Mello nas eleições para o Senado em 1962, assim como também sua oposição ao governador de Alagoas, major Luiz de Souza Cavalcante. Contou com diversos colaboradores, entre os quais, Assis Chateaubriand com uma coluna permanente nas edições de 1962 e 1963. Esse jornal contribuiu para a modernização da imprensa alagoana, introduzindo pioneiramente modernas técnicas de impressão e edição, usando o teletipo, radiofoto, telefoto e telex na imprensa. Foi o primeiro jornal a ser impresso em cores e off-set, a ter a redação totalmente informatizada e ser o primeiro periódico no estado a disponibilizar o acesso às suas edições pela internet. Atualmente, encontra-se um expressivo acervo de edições desse jornal na seção da hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.